



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Especial de Licitações - SUPEL-COESP

ADENDO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90245/2025/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0037.007245/2024-26

OBJETO: Registro de preços para Contratação de Serviço de Locação de Veículos Operacionais destinados a atender à SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Politec na capital e interior do Estado, conforme especificações, condições gerais de fornecimento e execução contidas no presente Termo de Referência e anexos, pelo período de 60 meses.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de sua Pregoeira, designada por força das disposições contidas na **Portaria n.º 260 de 07 de Outubro de 2025**, torna público o presente **Adendo Esclarecedor I**, que tem por finalidade divulgar informações que não causem alteração na formulação das propostas ou em suas condições, de caráter meramente esclarecedor e/ou complementar, mantendo-se o prazo inicialmente fixado.

1. DO CRONOGRAMA DE PRAZO

Considerando os Pedidos de Esclarecimentos recebidos e as dúvidas das empresas em compreenderem a exata execução do cronograma previsto no Edital com Adendo Modificador I (0065471701), apresentamos de forma detalhada o cronograma abaixo com seus respectivos prazos e responsabilidades.

ITEM 36.6. DO CRONOGRAMA DE PRAZO

Apresentação dos Protótipos	A CONTRATADA terá até 15 (quinze) dias corridos contados da publicação do contrato no Diário Oficial do Estado, prorrogável por igual período uma única vez, mediante justificativa formal da contratada e anuência da contratante.
Elaboração do Relatório de Aprovação/Reprovação dos Protótipos	A CONTRATANTE terá até 02 (dois) dias úteis a contar da data da vistoria dos protótipos.
Correção dos Protótipos	A CONTRATADA terá até 05 (cinco) dias corridos contados a partir da notificação da contratante para correção.
Apresentação dos Veículos para Recebimento Provisório	A CONTRATADA terá até 60 (sessenta) dias corridos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento
Elaboração do Termo de Recebimento Provisório (com inadequações)	A CONTRATANTE terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar data da vistoria, listando todas as inadequações a serem corrigidas
Correção e readequação dos veículos (Recebimento Provisório)	A CONTRATADA terá o prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratante.
Elaboração do Termo de Recebimento Provisório (sem inadequações)	A CONTRATANTE terá 05 (cinco) dias úteis para emissão do Termo de Recebimento Provisório.
Elaboração do Termo de Recebimento Definitivo	A CONTRATANTE terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da emissão do Termo de Recebimento Provisório.

2. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

Ainda, quanto a apresentação da habilitação constante no item 31.11.14 do Edital com Adendo Modificador I (0065471701):

"31.11.14. Será exigido para fins de habilitação econômico-financeira o patrimônio líquido mínimo de 2% do valor total estimado da contratação. Para as empresas reunidas sob consórcio incidirá o acréscimo de 10% (sobre os 2% do valor exigido do licitante individual), conforme previsão do art. 15, § 1º da Lei 14.133."

Informamos que será exigido apenas no caso da empresa não atingir o índice igual ou superior a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC).

O Instrumento Convocatório atualizado com o Adendo Esclarecimento I, bem como seus anexos, encontra-se disponível, na íntegra, para consulta e retirada, gratuitamente, nos sites: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e, SUPEL: <https://rondonia.ro.gov.br/supel/>. Dessa forma, sugerimos aos licitantes e interessados que procedam à retirada do mesmo para conhecimento das alterações realizadas.

Dessa forma, **recomenda-se aos licitantes e demais interessados** que realizem a retirada do documento atualizado, a fim de tomarem conhecimento das informações promovidas.

Publique-se.

Porto Velho/RO, data e horário do sistema.

LUCIANA PEREIRA DE SOUZA
Pregoeira da Comissão Especial de Licitação- COESP



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pereira de Souza, Pregoeiro(a)**, em 31/10/2025, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0065980619** e o código CRC **ACA99565**.

IVANIR BARREIRA DE JESUS
Pregoeira - COGEN5/SUPEL RO
Portaria nº 194 de 05 de agosto de 2025

Protocolo 0064787125

Portaria nº 260 de 07 de outubro de 2025

Altera a Portaria nº 59, de 23 de abril de 2025, que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão Especial de Licitações, e revoga a Portaria nº 200 de 12 de agosto de 2025, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948 de 01 de março de 2023, e do art. 43 da Lei Complementar n. 965 de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria nº 47, de 23 de abril de 2025 (0059482721) que institui a Comissão Especial de Licitações, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os incisos do art. 1.º da Portaria nº 59 de 23 de abril de 2025 id. (0059486459), que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão Especial de Licitações, passando a vigorar com a seguinte composição:

I - Presidente/Pregoeira:

a) Luciana Pereira de Souza, matrícula nº *****520.

II - Membros:

a) Franciara Sobrinho do Nascimento Ximenes, matrícula n.º *****832;

b) Hiago Maciel Morato, matrícula n.º *****202;

c) Julia Nunes Martins, matrícula n.º *****838;

d) Ezequiel Rodrigues da Silva, matrícula n.º *****728.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea "a)", atuará como **pregoeira**, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designada como **pregoeira substituta** a servidora indicada no inciso II, alínea a), deste artigo, que desempenhará as atividades inerentes à pregoeira em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 200 de 12 de agosto de 2025.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. As demais disposições em contrário ficam revogadas.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO
Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Protocolo 0065139837

Portaria nº 259 de 07 de outubro de 2025

Designa o Coordenador de Comunicação e Avanços Tecnológicos (CTI) e seu substituto, em caso de ausências e impedimentos legais, e revoga disposições em contrário, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações de Rondônia - SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do **art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 1º de março de 2023**, e do **art. 43 da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017**; e



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Especial de Licitações - SUPEL-COESP

ADENDO

MODIFICADOR Nº 01/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90245/2025/SUPEL/RO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0037.007245/2024-26

OBJETO: Registro de preços para Contratação de Serviço de Locação de Veículos Operacionais destinados a atender à SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Politec na capital e interior do Estado, conforme especificações, condições gerais de fornecimento e execução contidas no presente Termo de Referência e anexos, pelo período de 60 meses.

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, através de sua Pregoeira, designada por força das disposições contidas na **Portaria nº 260 de 07 de Outubro de 2025**, torna público o presente **Adendo Modificador I**, que tem por finalidade divulgar alterações e esclarecimentos referentes ao edital em epígrafe, conforme segue:

I - O novo Termo de Referência e anexos atualizados Id. (0065333428), as quais estarão disponíveis, na íntegra, para consulta e retirada por meio do site da SUPEL: www.supel.ro.gov.br.

Desta feita, fica **reaberto o prazo inicialmente estabelecido**, com consequente reagendamento da sessão pública de abertura, que ocorrerá no dia **03 de Novembro de 2025, às 10h:00min (horário de Brasília)**, em cumprimento ao disposto no Art. 55 § 1º, da Lei 14.133/2021, mantendo-se, contundo, inalteradas todas as demais condições previstas no edital e seus anexos.

O Instrumento Convocatório atualizado com o Adendo Modificador I, bem como seus anexos, encontra-se disponível, na íntegra, para consulta e retirada, gratuitamente, nos sites: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e, SUPEL: <https://rondonia.ro.gov.br/supel/>. Dessa forma, sugerimos aos licitantes e interessados que procedam à retirada do mesmo para conhecimento das alterações realizadas.

Dessa forma, **recomenda-se aos licitantes e demais interessados** que realizem a retirada do documento atualizado, a fim de tomarem conhecimento das alterações promovidas.

Publique-se.

Porto Velho/RO, data e horário do sistema.

LUCIANA PEREIRA DE SOUZA
Pregoeira da Comissão Especial de Licitação- COESP
Portaria nº 260 de 07 de Outubro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pereira de Souza, Pregoeiro(a)**, em 16/10/2025, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0065404729** e o código CRC **152F0D03**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0037.007245/2024-26

SEI nº 0065404729



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

TERMO DE REFERÊNCIA

1.	IDENTIFICAÇÃO:
1.1.	Unidade Requisitantes:
1.1.1.	Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC/RO
1.1.2.	Polícia Militar do Estado de Rondônia - PMRO
1.1.3.	Polícia Civil do Estado de Rondônia - PCRO
1.1.4.	Corpo de Bombeiros Militar - CBMRO
1.1.5.	Superintendência de Polícia Técnico-Científica - POLITEC/RO
2.	BASE LEGAL
2.1.	Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
2.2.	Decreto Estadual nº. 28.874, de 25 de janeiro de 2024 (Regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia);
2.3.	Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021; (Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral);
2.4.	Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; (Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal).
2.5.	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
3.	OBJETO
3.1.	Registro de preços para Contratação de Serviço de Locação de Veículos Operacionais destinados a atender à SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Politec na capital e interior do Estado, conforme especificações, condições gerais de fornecimento e execução contidas no presente Termo de Referência e anexos, pelo período de 60 meses.
3.2.	CATSER: 4014 - Locação de Veículos Leves/Pesados
4.	DA JUSTIFICATIVA
4.1.	Da Justificativa da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania
4.1.1.	A Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC através de suas Unidades Subordinadas, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e POLITEC desempenha um papel primordial para a Segurança Pública do Estado de Rondônia. Assim sendo, diante do dever constitucional, a SESDEC, se depara com a imperiosa necessidade de dispor, para utilização contínua e imediata, de uma frota de veículos que esteja em condições de atuar nas mais diversas circunstâncias peculiares das atividades pertinentes. Neste contexto, os veículos em questão são de grande importância para os andamentos dos serviços pertinentes à polícia. Ocorre no entanto, que, para cumprir o seu dever, atualmente a SESDEC e cada unidade subordinada contam com uma quantidade deficiente de veículos próprios, onde ocorrem baixas rotineiras sofrendo reduções consideráveis em seu quantitativo e uma quantidade razoável de veículos locados.
4.1.2.	As viaturas usadas nos serviços operacionais da segurança pública, realizam suas atividades em regime diuturno e ininterrupto , e de escalas de serviço, com turnos de 12 horas, ou seja, 1º turno e 2º turno diários, o que implica na necessidade de 2 (duas) viaturas para cada setor de ação, acrescido de pelo menos mais 1 (um) veículo reserva , de forma a permitir o rodízio entre elas, e a permanência de uma viatura em descanso e/ou em manutenção preventiva ou corretiva, quando necessário, assim como, os trabalhos de investigação e inteligência policial que não possuem limitação de horários para acontecerem, atuando de forma ininterrupta.
4.1.3.	Os veículos operacionais em questão, destinados ao serviço da Segurança Pública, são empregados ininterruptamente nas atividades de policiamento investigativo e de inteligência, com uso exclusivo em serviços operacionais , conforme descritos abaixo. <div><div>a) Apoio ao policiamento aéreo e fluvial;</div><div>b) Investigações;</div><div>c) Inteligência;</div><div>d) Busca e captura;</div><div>e) Cumprimento de mandado de prisão entre outras atividades.</div></div>
4.1.4.	Dessa forma, devido ao uso contínuo e ao nível alto de depreciação, a vida útil de um veículo policial próprio é de aproximadamente 30 (trinta) meses , haja vista, que passando esse período, ou até mesmo antes, os veículos começam a apresentar problemas mais complexos que acarretam em maior custo de manutenção, tornando-se antieconômico para o Estado manter viaturas como frota própria.
4.2.	Da Justificativa dos Bombeiros
4.2.1.	O CBMRO é a instituição permanente do estado que presta os serviços de busca, resgate, salvamento, combate a incêndio urbano e florestal bem como ações de Defesa Civil, tais atribuições legais exigem que a Administração Pública tenha à sua disposição materiais e equipamentos especiais para garantir não só a segurança dos seus militares, mas também que garantam a eficiência e o atendimento da população com qualidade.

4.2.2. O interesse público está relacionado às missões constitucionais e legais previstas no §3º do Art. 148 da Constituição do Estado de Rondônia e no Art. 2º da Lei nº 2.204/2009, cujas atribuições legais só podem ser alcançadas com a disponibilidade de equipamentos que permitam ao CBMRO realizar as buscas, resgates, combates e salvamentos que a legislação impõem.

4.2.3. Diante da necessidade de fortalecer as ações de prevenção e combate no Estado de Rondônia, especialmente em face do aumento expressivo das ocorrências, o Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO, busca garantir a pronta resposta a tais eventos, o que exige atenção e recursos específicos. A capacidade operacional do CBMRO, porém, é limitada pela disponibilidade de veículos adequados e equipados.

4.2.4. Surge então a necessidade de reforçar a frota do CBMRO, considerando a necessidade de otimizar recursos e garantir a eficiência no atendimentos das ocorrências. Nesse contexto, **a locação de veículos automotores** se mostra uma excelente opção.

4.3. **Da Justificativa da Polícia Civil**

4.3.1. A Polícia Civil é a instituição responsável pela repressão da criminalidade, da violência e pela preservação dos direitos constitucionais do cidadão e da sociedade civil organizada.

4.3.2. Assim sendo, diante desse mister constitucional se depara com a imperiosa necessidade de dispor, para utilização contínua e imediata, de uma frota de veículos que estejam em condições de atuar nas mais diversas circunstancias adversas e peculiares das atividades de investigação policial.

4.3.3. Os veículos em questão destinados aos serviços da Polícia Civil, são empregados ininterruptamente nas atividades de policiamento investigatório e de inteligência.

4.3.4. Fica evidenciado dessa forma, que os veículos em questão não se tratam de meros automóveis comuns pertencentes a frota do Estado, pois devem ser diferenciados para uso exclusivo da Polícia Civil, sendo através destes que esta Instituição Policial cumprirá com o seu dever constitucional do artigo 144 da Constituição Federal.

4.3.5. Ademais, Polícia Civil realizou um concurso público, sendo que os novos policiais ingressaram no Quadro desta Instituição no mês de JULHO-2024, aumentando seu efetivo nas mais diversas Delegacias de Polícias da Capital e Interior do Estado, o que demanda um maior número de viaturas para serem utilizadas nos serviços de investigações.

4.3.6. No mesmo senitdo, a ampliação das viaturas locadas de pequeno e médio porte da Polícia Civil, se justifica em razão da criação de diversas **Delegacias de Polícias de Crimes Contra a Vida e Delegacias de Crimes Contra o Patrimônio, nos municípios de ARIQUEMES, JI-PARANÁ, CACOAL E VILHENA, além da criação do NÚCLEO DE COMBATE A ENTORPECENTES no município de ARIQUEMES-RO.**

4.3.7. Tendo em vista a peculiaridade das atividades policiais de investigação, ora fazendo acompanhamentos de alvos, ora tendo que se deslocar por áreas rurais de difícil acesso, devendo ser levado em consideração a realidade precária das vias rurais principalmente em épocas de chuvas intensas, em que pese no interior do Estado seja esta nossa realidade, se faz necessário que seja adquirido alguns veículos que possam atender essa demanda.

4.4. **Da Justificativa da Polícia Técnico Científica**

4.4.1. Atualmente, a superintendência de Polícia Técnico-Científica de Rondônia - POLITEC, órgão de perícia oficial do estado de Rondônia, utiliza para atendimento aos locais de crime, viaturas locadas.

4.4.2. Sua estrutura conta com oito unidades regionais no interior, e três institutos na capital, além da sede administrativa.

4.4.3. Para o atendimento à locais de crime, é necessário a utilização de diversos equipamentos e acessórios, tais como: drones, maletas de locais de crime, maletas de coleta de vestígios genéticos e papiloscópicos. detectores de metais, video boroscópios, drones, os quais demandam acondicionamento seguro, necessitando de viaturas que comportem tais acessórios, com segurança, e resistente à intempéries.

4.4.4. Nas unidades descentralizadas, cada unidade possui ao menos uma equipe plantonista, disponível 24h/dia para atendimento imediato. Além da equipe plantonista, há perícias internas, que demandam deslocamentos, e perícias de Meio Ambiente, as quais devem ser fortalecidas com veículos adaptados para estradas carroçais. Ademais um regional de criminalística atende aso municípios e distritos em seu entorno, percorrendo longas distâncias

4.4.5. Já na capital, o Instituto de Criminalística possui 3 equipes plantonistas, para atendimento imediato, sendo sua área de atuação abrangendo Nova Califórnia à Triunfo, além das linhas viscinais. Além das equipes plantonistas, há necessidade de viatura específica para o Meio Ambiente, sendo esta viatura devidamente adaptada para estradas carroçais, além da necessidade administrativa, de viatura para a seção de custódia de vestígios, a qual pode ser compartilhada com os demais Institutos, a fim de gerar economicidade para o estado.

4.5. **Da Justificativa da Polícia Militar**

4.5.1. A **Polícia Militar de Rondônia (PMRO)**, como instituição responsável pela **manutenção da ordem pública, prevenção da criminalidade e garantia dos direitos fundamentais** previstos no **art. 144 da Constituição Federal**, desempenha um papel fundamental para assegurar a segurança e a tranquilidade da população rondoniense. Suas atividades se desenvolvem de maneira **contínua e ininterrupta**, abrangendo desde o policiamento ostensivo em áreas urbanas e rurais, até ações especializadas e de inteligência em situações de maior complexidade.

4.5.2. O vasto território do Estado de Rondônia, marcado por suas **características geográficas diversificadas**, incluindo regiões urbanas densamente povoadas, áreas rurais de difícil acesso e um clima com períodos intensos de chuvas, exige da PMRO uma **frota de viaturas diversificada, moderna e adaptada** às demandas operacionais específicas de cada unidade. Além disso, a ampliação e a descentralização dos serviços de manutenção e distribuição de viaturas são imperativas para garantir o **pleno funcionamento das operações policiais** e a efetiva cobertura de todo o território estadual.

4.5.3. Atualmente, a PMRO conta com diversas unidades administrativas e operacionais que desempenham funções específicas de policiamento ostensivo, ações preventivas e combate ao crime organizado. Essas unidades estão distribuídas em **Comandos Regionais de Policiamento (CRP), Comando de Policiamento Especializado (CPE)** e outras coordenadorias, diretorias e batalhões.

4.5.4. Essa distribuição operacional assegura maior capilaridade e presença efetiva da PMRO em todos os municípios do Estado. Porém, para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, torna-se necessário implementar **melhorias estruturais e estratégicas** no que se refere à frota de viaturas.

4.5.5. Portanto, o objetivo da presente demanda é justificar a necessidade de contratação de serviços de locação de viaturas automotoras, bem como apresentar as justificativas técnicas e operacionais que evidenciam sua **importância estratégica** para a atuação da PMRO, assegurando o cumprimento de sua missão constitucional em todo o Estado de Rondônia.

4.5.6. Assim, quanto à necessidade de ampliação e modernização da frota, a atuação da **Polícia Militar de Rondônia (PMRO)** exige o uso de **viaturas modernas e adaptadas** para o cumprimento de suas diversas atribuições constitucionais. A frota atual, em virtude do **uso contínuo e das condições adversas** enfrentadas no dia a dia, apresenta limitações que comprometem a eficiência e a agilidade operacional. Dessa forma, torna-se imprescindível a ampliação e a renovação da frota para assegurar o pleno funcionamento das atividades policiais.

4.5.7. A **locação de veículos novos e devidamente equipados** é a solução mais eficiente e econômica para atender a esta demanda. A proposta considera as particularidades operacionais das diversas unidades da PMRO, garantindo que os veículos contratados atendam às **especificidades das missões desempenhadas**.

5. **DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

- 5.1. Segundo o Tribunal de Contas da União, “Uma solução é o conjunto de todos os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que gerou a contratação”.
- 5.2. Verifica-se que a solução do objeto de forma geral, inclui a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de tal forma que o Contratante sempre terá disponível veículos em condições de dirigibilidade segura. Dessa forma o serviço prestado estende-se ao fornecimento de veículos bem como suas manutenções e substituições caso necessário.
- 5.3. Caberá ao Contratante o pagamento apenas dos valores referente ao consumo de combustível e a locação mensal propriamente.
- 5.4. Pelas características próprias de uma contratação através de locação, estarão isentos aos cofres públicos os gastos com impostos como o IPVA.
- 5.5. Diante o exposto, a contratação pretendida, solucionará as atribuições operacionais das Forças Institucionais da Segurança Pública.

6.

DO PARCELAMENTO

- 6.1. O objetivo do parcelamento é ampliar a competição com vistas à economicidade, devendo ser realizado desde que seja tecnicamente viável e economicamente vantajoso.
- 6.2. A expectativa é possibilitar a participação de maior número de licitantes que não teriam capacidade ou condições de atender aos requisitos de habilitação para disputar a totalidade do objeto, mas que podem fazê-lo com relação a frações da prestação.
- 6.3. Neste sentido, considerando viabilizar a competição das empresas locais, que possivelmente poderiam atender parcelas da contratação, e com isso diminuir os custos de logística que o objeto exige, entendemos pertinente e justificado o presente parcelamento em lotes, quais sejam:
- 6.3.1. **LOTE 1 – VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS**
- 6.3.1.1. Contempla as viaturas que necessitam de adaptações específicas e utilizadas com a caracterização da instituição (grafismo/ plotagem). Tais adaptações são essenciais para o pleno funcionamento operacional das viaturas em atividades que requerem rápida identificação e comunicação, garantindo a segurança e a eficiência dos serviços.
- 6.3.2. **LOTE 2 – VEÍCULOS CARACTERIZADOS COM CÂMERAS EMBARCADAS**
- 6.3.2.1. São as viaturas mais ostensivas, que possuem camburões para transporte de custodiado que por esta razão devem estar equipadas com sistemas de câmeras embarcadas, que atendam a requisitos técnicos rigorosos de qualidade, armazenamento e segurança da informação. Esta exigência visa garantir a integridade das imagens para fiscalização, monitoramento e eventuais ações judiciais, ampliando a segurança institucional e dos próprios operadores.
- 6.3.2.2. Esta Consulente optou por acrescentar este lote, por razões de segurança, visto que, as configurações das Câmeras Embarcadas geraram um fracasso licitarório anterior em virtude de não atenderem ao solicitado no certame e, conseqüentemente, não serem aceitas sob risco de violação ao princípio do instrumento convocatório, entre outros.
- 6.3.2.3. Desta maneira, dada complexidade técnica das câmeras, optou-se por isolar este lote, permitindo uma avaliação técnica mais criteriosa, evitando impactos no certame geral caso as especificações não sejam plenamente atendidas.
- 6.3.3. **LOTE 3 – VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS**
- 6.3.3.1. As viaturas deste lote, são viaturas sem identificação visual da instituição, voltadas a operações que demandam discrição e flexibilidade de uso. Essas viaturas podem ser atendidas por concessionárias ou fornecedores especializados em locação de veículos padrão, o que amplia a competitividade e possibilita melhores condições comerciais para a administração pública.

7.

DO QUANTITATIVO DO OBJETO

LOTE 1 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS					
PICK-UPS CARACTERIZADAS					
ITEM	ACESSÓRIOS	CORES	QUANTIDADE A SER REGISTRADA	QUANTIDADE A SER SOLICITADA INICIALMENTE	INSTITUIÇÃO
01	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - SUPORTE DE ARMAMENTO - ENGATE	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	03	01	POLÍCIA CIVIL
02	PICK UP CARACTERIZADA (CABINE SIMPLES) PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES	PRETO	05	03	POLÍCIA CIVIL
03	PICK UP CARACTERIZADA COM SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - SUPORTE TRANSPORTE DE ESCADA	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	01	01	POLÍCIA CIVIL
04	PICK UP CARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - CAPORTA DE FIBRA E TRANSPORTE DE ESCADA	VERMELHO	36	01	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
05	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - SUPORTE DE ARMAMENTO - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - ENGATE	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	15	05	POLÍCIA MILITAR
06	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	75	05	POLÍCIA MILITAR
07	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL)	BRANCO	10	05	POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
08	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE OU VERMELHA (a ser definido na ordem de fornecimento)	200	05	SESDEC
SUVS CARACTERIZADAS					
09	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CÃES	VERMELHO	02	01	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
10	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CÃES	PRETO	01	01	POLÍCIA CIVIL
11	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	10	01	POLÍCIA MILITAR

	<div>- SUPORTE DE ARMAMENTO</div> <div>- ENGATE</div> <div>- COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CÃES</div>				
12	<div>SUV CARACTERIZADO</div> <div>- RASTREADOR</div> <div>- SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO)</div> <div>- GIROFLEX INTERNO (SINALIZADOR VISUAL)</div>	VERMELHO	34	01	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
13	<div>SUV CARACTERIZADO</div> <div>- RASTREADOR</div> <div>- RÁDIO</div> <div>- SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO)</div> <div>- GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL)</div>	BRANCO	11	01	POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
TOTAL DE VEÍCULOS LOTE 1 = 403 VEÍCULOS					

LOTE 2 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS <u>COM</u> CÂMERAS EMBARCADAS					
PICK-UPS CARACTERIZADAS					
14	<div>PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO</div> <div>- RASTREADOR</div> <div>- RÁDIO</div> <div>- SIRENE</div> <div>- GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL)</div> <div>- CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE)</div> <div>- SUPORTE DE ARMAMENTO</div> <div>- ENGATE</div> <div>- PARACHOQUE DE IMPULSÃO</div> <div>- GUINCHO FRONTAL</div> <div>- COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO</div>	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	20	05	POLÍCIA CIVIL
15	<div>PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO</div> <div>- RASTREADOR</div> <div>- RÁDIO</div> <div>- SIRENE</div> <div>- GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL)</div> <div>- ESTROBO</div> <div>- CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE)</div> <div>- COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO</div>	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	175	15	POLÍCIA MILITAR
16	<div>PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO</div> <div>- RASTREADOR</div> <div>- RÁDIO</div> <div>- SIRENE</div> <div>- GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL)</div> <div>- ESTROBO</div> <div>- SUPORTE DE ARMAMENTO</div> <div>- PARACHOQUE DE IMPULSÃO</div> <div>- GUINCHO FRONTAL</div> <div>- ENGATE</div> <div>- CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE)</div> <div>- COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO</div>	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	15	02	POLÍCIA MILITAR
SUVS CARACTERIZADAS					
17	<div>SUV CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO</div> <div>- RASTREADOR</div> <div>- RÁDIO</div> <div>- SIRENE</div> <div>- GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL)</div> <div>- ESTROBO</div> <div>- CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE)</div> <div>- COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO</div>	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	19	01	POLÍCIA MILITAR
18	<div>SUV CARACTERIZADO 4X4 COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO</div> <div>- RASTREADOR</div> <div>- RÁDIO</div> <div>- SIRENE</div> <div>- GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL)</div> <div>- SUPORTE DE ARMAMENTO</div> <div>- ESTROBO</div> <div>- ENGATE</div> <div>- CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE)</div> <div>- COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO</div>	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	30	01	POLÍCIA MILITAR
FURGÃO CARACTERIZADO					
19	<div>FURGÃO CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO</div> <div>- RASTREADOR</div> <div>- RÁDIO</div> <div>- SIRENE</div> <div>- GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL)</div> <div>- CÂMERAS EMBARCADAS (2 UNIDADES NAS CELAS E 4 UNIDADES EXTERNAS)</div> <div>- SUPORTE DE ARMAMENTO</div> <div>- COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO</div> <div>- SENSOR DE ESTACIONAMENTO</div> <div>- SENSOR DE ABERTURA DE PORTA TRASEIRA</div>	PRETO	02	01	POLÍCIA CIVIL
TOTAL DE VEÍCULOS LOTE 2 = 261 VEÍCULOS					

LOTE 3 - VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS					
PICK-UPS DESCARACTERIZADAS					

20	PICK UP DESCARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	74	02	POLÍCIA CIVIL
21	PICK UP DESCARACTERIZADA - RASTREADOR - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	10	02	SESDEC
22	PICK UP DESCARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	05	02	SESDEC
23	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	PRETO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	02	01	SESDEC
24	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	PRETO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	01	01	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
25	PICK UP DESCARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO VELADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	35	02	POLÍCIA MILITAR
SUVS DESCARACTERIZADAS					
26	SUV DESCARACTERIZADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO VELADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	15	01	POLÍCIA MILITAR
27	SUV DESCARACTERIZADO 4X4 - RASTREADOR - RÁDIO	PRETO, CINZA, PRATA OU BRANCO	10	01	POLÍCIA MILITAR
28	SUV DESCARACTERIZADO 4X4 - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO VELADO	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	10	01	POLÍCIA CIVIL
29	SUV DESCARACTERIZADO - RÁDIO - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	PRETO	04	01	SESDEC
FURGÃO DESCARACTERIZADO					
30	FURGÃO DESCARACTERIZADO - RASTREADOR - RÁDIO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	05	01	POLÍCIA MILITAR
TOTAL DE VEÍCULOS LOTE 3 = 171 VEÍCULOS					
TOTAL DE VEÍCULOS LOTE 1, 2 E 3 = 835 VEÍCULOS					

- 7.1. Todas as especificações técnicas dos acessórios a serem adaptados estão descritos nos anexos deste Termo de Referência, devendo ser obedecidas criteriosamente.
- 7.2. As adaptações deverão integrar-se perfeitamente ao desenho interno do veículo, primar pela ergonomia e facilidade no manuseio dos equipamentos;
- 7.3. Não serão admitidos cantos vivos ou pontos cortantes que possam causar lesões aos ocupantes do veículo ou custodiados;
- 7.4. As peças deverão receber fixação adequada, a fim de que não se verifiquem movimentos, trincas ou ruídos;
- 7.5. Os contornos e as furações das peças a serem instaladas deverão ser recobertos com borracha, ou outro material similar, a fim de evitar acidentes aos instaladores e usuários e ainda danos aos cabos de energia, de dados e da antena;
- 7.6. As furações necessárias não deverão comprometer à alimentação elétrica e demais conexões essenciais ao perfeito funcionamento dos equipamentos.

8. DAS QUANTIDADES

8.1. A estimativa está de acordo com o quantitativo apresentando nos Documentos de Formalização de Demanda enviados pelas Instituições, conforme compilado no Documento de Oficialização de Demanda (PC. PM, CBM, POLITEC e SESDEC), com as alterações do Estudo Técnico Preliminar 68 (0063163648).

8.2. Breve Memória de Cálculo

CONTRATO Nº 173-2020 (0037.118033/2020-40)						CONTRATO Nº 241-2021 (0037.062132/2021-41)
Início do Contrato	1º TAC	2º TAC	3º TAC	4º TAC	5º TAC	Início do Contrato
Solicitado 301 Viaturas	Sem efeito	Supressão de 1 Viatura	Sem acréscimo	Sem acréscimo ou supressão	Acréscimo de 10 Viaturas	Solicitado 86 Viaturas
		Acréscimo 12 Viaturas				
322 Viaturas						86 Viaturas

8.2.1. No Processo nº 0004.011173/2024-07 - o Corpo de Bombeiros Militar solicitou 24 Viaturas para Operação Verde Rondônia dutante a execução dos contratos acima.

9. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

9.1. DAS PICKUPS 4X4 COMUNS (itens 01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 14, 15, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25)

Motorização e Desempenho	Tipo: 2.0 ou superior Ano e modelo não inferiores ao ano da contratação, zero quilômetro. Potência mínima: 170 cv (Diesel) Transmissão: Automática, mínimo de 6 velocidades. Tração: 4WD com três modos de operação.
Conforto e Acabamento	Ar-condicionado Bancos em couro ou similar.
Tecnologia e Multimídia	Sistema de áudio com tela sensível ao toque. Conectividade Bluetooth e USB. Película térmica: Aplicada nos vidros laterais e traseiros, respeitados os limites permitidos Câmera de ré. Sensores de estacionamento traseiros.

9.2. DAS PICKUPS 4X4 (CABINE SIMPLES) - RABECÃO (item 02)

Motorização e Desempenho	Tipo: 2.0 ou superior Ano e modelo não inferiores ao ano da contratação, zero quilômetro. Potência mínima: 170 cv (Diesel) Transmissão: Automática, mínimo de 6 velocidades. Tração: 4WD com três modos de operação.
Conforto e Acabamento	Ar-condicionado Bancos em couro ou similar.
Tecnologia e Multimídia	Sistema de áudio com tela sensível ao toque. Conectividade Bluetooth e USB. Película térmica: Aplicada nos vidros laterais e traseiros, respeitados os limites permitidos Câmera de ré. Sensores de estacionamento traseiros.

9.3. DAS SUVs COMUNS (itens 12, 13, 17, 26 e 29)

Motorização	Tipo: Mínimo de 1.3 Flex Ano e modelo não inferiores ao ano da contratação, zero quilômetro. Potência Mínima: 120 cv (Gasolina) Transmissão: Manual ou Superior
Segurança	Airbags: Frontais e laterais Freios: ABS com EBD. Assistências: Controle de tração e estabilidade.
Conforto e Tecnologia	Ar-condicionado. Direção elétrica. Central multimídia: Tela sensível ao toque. Conectividade com smartphones. Bluetooth. Entrada USB ou similar. Sensores de estacionamento Câmera de ré. Película térmica: Aplicada nos vidros laterais e traseiros, respeitados os limites permitidos Rodas: mínimo 16 polegadas

9.4. DAS SUV 4X4 (itens 18, 27 e 28)

Características Gerais	Veículo automotor, tipo SUV, 4 portas, com capacidade para 7 passageiros. Tração 4x4, Ano e modelo não inferiores ao ano da contratação, zero quilômetro.
Motorização	Motor: 2.8 Diesel Potência mínima: 200 cv
Transmissão e Tração	Tipo: Automática de 6 marchas com opção de trocas manuais. Tração: Integral (4x4) com seletor eletrônico e reduzida.
Segurança	Airbags: Frontais e laterais para motorista e passageiro. Sensores de estacionamento: Traseiros e frontais. Câmera de ré. Vidros e travamento elétricos: Nas portas dianteiras e traseiras.
Conforto e Equipamentos	Ar-condicionado: Automático digital de duas zonas, com saídas traseiras. Rodas: Padrão R16 ou superior.
Proteção e Acessórios	Grade protetora do motor/cárter, devidamente fixada na parte inferior externa do motor, sem interferência no sistema de absorção de impactos do conjunto motor/transmissão. Película térmica: Aplicada nos vidros laterais e traseiros, respeitados os limites permitidos Bancos em couro ou similar

	Protetores de cárter Demais equipamentos e acessórios exigidos conforme a regulamentação do CONTRAN.
--	---

9.5. DAS SUVS 4X4 PARA TRANSPORTE DE CÃES (itens 09, 10 e 11)

Características Gerais	Veículo automotor, tipo SUV, 4 portas, com capacidade para 7 passageiros. Tração 4x4, Ano e modelo não inferiores ao ano da contratação, zero quilômetro. Capacidade de carga: Aproximadamente 600 kg.
Motorização	Motor: 2.8 Diesel Potência mínima: 200 cv
Transmissão e Tração	Tipo: Automática de 6 marchas com opção de trocas manuais. Tração: Integral (4x4) com seletor eletrônico e reduzida.
Segurança	Airbags: Frontais e laterais para motorista e passageiro. Sensores de estacionamento: Traseiros e frontais. Câmera de ré. Vidros e travamento elétricos: Nas portas dianteiras e traseiras.
Conforto e Equipamentos	Ar-condicionado: Automático digital de duas zonas, com saídas traseiras. Central multimídia: Tela sensível ao toque. Conectividade com smartphones. Bluetooth. Entrada USB ou similar. Rodas: Padrão R17 ou R18.
Proteção e Acessórios	Grade protetora do motor/cárter , devidamente fixada na parte inferior externa do motor, sem interferência no sistema de absorção de impactos do conjunto motor/transmissão. Película térmica: Aplicada nos vidros laterais e traseiros, respeitados os limites permitidos Bancos em couro ou similar Protetores de cárter e paralamas reforçados. Demais equipamentos e acessórios exigidos conforme a regulamentação do CONTRAN.

9.6. DOS FURGÕES (itens 19 e 30)

Motorização e Desempenho	Motor: Mínimo de 2.0 Diesel Ano e modelo não inferiores ao ano da contratação, zero quilômetro. Potência mínima: 140 cv Transmissão: Manual de 6 marchas ou superior
Capacidade e Dimensões	Contendo 4 (quatro) portas, sendo duas dianteiras, (01) uma lateral corrediça do lado direito e uma traseira dupla com abertura para os lados em no mínimo 180º Comprimento: Entre 5.930 mm a 7.370 mm Largura: 1.993 mm (sem retrovisores) Altura: Até 2.750 mm (dependendo da versão e do tipo de teto) Rodas: Mínimo aro 16 polegadas
Equipamentos e Tecnologia	Sistema multimídia: Tela mínima de 10,25 polegadas com integração para smartphones Sensores de estacionamento Câmera de ré.
Segurança	Airbags frontais Freios: Sistema antibloqueio (ABS) e controle eletrônico de estabilidade (ESP) Sensores de estacionamento Assistente de manutenção de faixa O pneu estepe não deverá ser acondicionado no ambiente interno da cela.
Conforto	Bancos em couro ou similar Ar-condicionado Película térmica: Aplicada nos vidros laterais e traseiros, respeitados os limites permitidos Estribo sob as portas, para facilitar a entrada de passageiros.

10. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. As quantidades estimadas foram definidas com base nos Documentos de Formalização de Demanda de cada Força de Segurança, enviados à esta Secretaria, inserido nos autos do processo 0037.007514/2024-54. Esses quantitativos foram consolidados por esta Secretaria, conforme registrado na Nota Técnica 12 (0064072243).
- 10.2. Com base na **Planilha 25 - Tabela dos Valores Máximos**, estimou-se os seguintes valores para a presente Contratação:
- 10.2.1. **Lote 1:** Valor Estimado - **R\$ 316.759.256,40 (trezentos e dezesseis milhões, setecentos e cinquenta e nove mil duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)**
- 10.2.2. **Lote 2:** Valor Estimado - **R\$ 218.969.564,40 (duzentos e dezoito milhões, novecentos e sessenta e nove mil quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos)**
- 10.2.3. **Lote 3:** Valor Estimado - **R\$ 197.435.682,00 (cento e noventa e sete milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil seiscentos e oitenta e dois reais)**

11. DA VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO PELO PERÍODO DE 60 MESES

- 11.1. A vigência será de 60 (sessenta) meses, conforme previsibilidade do art. 106 da Lei 14.133:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:
I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 11.2. As viaturas são instrumentos essenciais para a execução das atividades-fim das instituições de Segurança Pública. São empregadas no patrulhamento ostensivo, atendimento de ocorrências emergenciais, combate a incêndios, salvamentos, entre outras operações estratégicas e táticas.

11.2.1. A contratação por 60 meses assegura a continuidade dos serviços, evitando interrupções que comprometam a capacidade de resposta imediata das forças policiais e do Corpo de Bombeiros à população.

11.3. **Eficiência Operacional e Logística**

11.3.1. A locação de viaturas permite:

- 11.3.1.1. Disponibilização de frota padronizada, moderna e constantemente renovada, compatível com as demandas operacionais das corporações;
- 11.3.1.2. Redução de indisponibilidade por falhas mecânicas, pois os contratos incluem manutenção preventiva e corretiva, com prazos máximos de substituição;
- 11.3.1.3. Maior flexibilidade na alocação de recursos logísticos, otimizando o planejamento estratégico das forças estaduais de segurança.

11.4. **Vantagem Econômica do Prazo Estendido**

- 11.4.1. Contratos com prazo mais longo permitem à Administração obter redução nos custos mensais unitários, já que o período de 60 meses dilui investimentos iniciais das empresas (como customização, emplacamento, instalação de equipamentos, etc.);
- 11.4.1.1. Evita constantes processos licitatórios;
- 11.4.1.2. Reduzir significativamente os custos com aquisição, depreciação e manutenção de frota própria.

11.5. **Segurança Jurídica e Planejamento de Longo Prazo**

- 11.5.1. A celebração do contrato com vigência de 60 meses proporciona maior segurança jurídica e estabilidade contratual;
- 11.5.1.1. Melhora a **previsibilidade orçamentária**, facilitando o planejamento financeiro e garantindo o cumprimento das metas institucionais da área de segurança pública.

12. **MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS**

12.1. A Contratada deverá disponibilizar oficinas cadastradas para manutenções preventivas e/ou corretivas no interior do Estado, abrangendo um raio de 100 (cem) quilômetros da cidade em que o veículo estiver lotado.

12.2. A contratada responsabilizar-se-á por realizar a imediata e tempestiva Manutenção Preventiva e Corretiva dos veículos disponibilizados, mantendo os mesmo em perfeito estado para a prestação dos serviços contratados, observando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para as manutenções dos veículos lotados nos municípios do interior do Estado e de 12 (doze) horas na capital, contadas a partir da notificação formal, feita por um dos representantes da comissão de gestão do contrato, à contratada.

12.3. A contratada responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva, entendendo-se preventiva aquela constante no plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorram de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas e quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto.

12.4. Ainda, serão consideradas, como manutenção preventiva, as trocas de: óleo do motor, óleo do câmbio, fluido de freio, fluido de aditivo do radiador, pastilha de freio, lona de freio, correia do alternador, correia de distribuição, filtro de lubrificação de óleo, filtro de combustível, filtro de ar, amortecedor da suspensão dianteira, amortecedor da suspensão traseira.

12.5. No mesmo sentiro, a CONTRATADA deverá arcar com pequenos reparos, tais como: pequenos arranhões na lataria do veículo, pequenos amassados no para lamas e portas, quando as faixas retietivas estiverem descascadas por menor que seja, arranhões no parabrisas, falta de equipamentos obrigatórios, reposição de protetor do Carter e do cambio amassado, presilhas de para choque, amassamentos em rodas, cortes e furos em pneus pela utilização normal, retrovisores, lanternas e faróis trincados, maçanetas e partes plásticas danificadas pelo tempo de uso, troca de lâmpadas, substituição de correia do alternador, complemento do nível de óleo do motor e outros de curta duração ou aqueles que representem as mesmas proporções destes exemplos serão executados em concessionária do fabricante do veículo e/ou oficinas a serviços da **CONTRATADA**.

12.6. Responsabilizar-se-á integralmente pelo conserto, substituição e assistência técnica dos equipamentos de rádio transceptor móvel, sinalizador acústico e visual e demais reparos técnicos e substituições nas estruturas e equipamentos que foram adaptados ou fornecidos junto com o veículo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da comunicação formal.

12.7. Deverá verificar o balanceamento do conjunto: roda/pneus, e conferência do alinhamento da direção, os pneus deverão ser substituídos quando forem danificados, apresentarem riscos ou quando, a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próximo de 3 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela TWI (Thread WearIndicators). Após a comunicação formal de solicitação de substituição de pneus a empresa terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas fixado para substituições nos municípios do interior e de 12 (doze) horas na capital, vencida este prazo e não tendo a empresa realizada a substituição do pneu, o gestor do contrato providenciará a glosa na medição da prestação do serviço, conforme item manutenção preventiva e corretiva da composição de custo.

12.8. A contratada deverá realizar os serviços de manutenção preventiva ou corretiva dos veículos, bem como sua substituição, quando notificada formalmente por um dos representantes da comissão de gestão do contrato ou quando da necessidade.

12.9. Todos os custos relativos às manutenções são de responsabilidade integral da CONTRATADA, independente de eventuais apurações de responsabilidades, e deverão compor o preço ofertado pela CONTRATADA.

13. **GESTÃO DE FROTA**

13.1. A contratada deverá disponibilizar e manter um sistema de gestão de frota com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- 13.1.1. Controle de quilometragem;
 - 13.1.2. Registro de manutenções preventivas e corretivas realizadas nos veículos;
 - 13.1.3. Gestão de documentos dos veículos (licenciamento, IPVA etc.);
 - 13.1.4. Relatórios periódicos (mensais) com dados consolidados sobre uso da frota, ocorrências, multas, entre outros;
 - 13.1.5. Gestão de infrações de trânsito, com notificação imediata e suporte na identificação dos condutores;
 - 13.1.6. Emitir relatórios em formatos editáveis (preferencialmente Excel e PDF);
 - 13.1.7. Disponibilizar acesso ao sistema de Gestão de Frota, à equipe da contratante;
 - 13.1.8. Fornecer suporte técnico e treinamentos necessários à equipe da contratante.
- 13.2. A contratada será responsável por quaisquer omissões ou falhas nos dados fornecidos que prejudiquem a operação ou o controle da frota.

14. **DO SEGURO**

14.1. A contratada deverá apresentar **Apólice de Seguro** ou **declaração oficial de autogestão** no ato da entrega dos veículos a serem locados, e posteriormente, deverá entregar à contratante, anualmente, o referido documento.

- 14.2. A contratada se responsabilizará por seguro, sem qualquer ônus à Contratante, referentes às seguintes coberturas
- I - Seguro com cobertura por condutor e passageiros do veículo locado por danos pessoais, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil Reais) para cada um;

II - Seguro com cobertura total do veículo locado

III - Seguro com cobertura no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil Reais) para danos pessoais causados a terceiros, passageiros ou ocupantes, os quais deverão cobrir especificamente os casos de morte, invalidez permanente e despesas médico-hospitalares decorrentes de acidentes com o veículo locado;

IV - Seguro com cobertura no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil), para danos materiais causados a terceiros
- 14.3. Ressaltamos que em ambas as opções do item 14.1, todos os custos relativos ao seguro e as possíveis indenizações, independente de eventuais apurações de responsabilidades, deverão compor o preço ofertado pela CONTRATADA.
- 14.4. Em caso de acidente com ou sem vítima, o condutor deverá oficializar o Gestor do Contrato e a Contratada, juntando o Registro da ocorrência policial e eventual documentação pertinente.

15. DAS MULTAS DE TRÂNSITO

- 15.1. A contratada deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados e solicitar o reembolso dos valores junto à contratante.
- 15.2. A(s) Nota(s) Fiscais/ Fatura(s) serão emitidas mensalmente e encaminhadas ao gestor do contrato para ateste em até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da(s) Nota(s) Fiscais/ Fatura(s), sendo que o pagamento do reembolso será efetuado em até 30 (trinta) dias, após ateste da Nota(s) Fiscal/ Fatura(s) pelo Gestor do Contrato ou responsável
- 15.3. Antes de realizar o pagamento, a Contratada aguardará conclusão dos processos de apuração da responsabilidade pela pontuação relativa às infrações de trânsito e o julgamento dos recursos protocolados junto aos órgãos atuadores.
- 15.4. A Contratada deverá encaminhar ao gestor do contrato, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, as notificações emitidas pelos órgãos de trânsito, de modo a resguardar o direito, por parte dos condutores, de interpor recursos, o mesmo vale para as notificações de penalidades.
- 15.5. Nos casos de multas, cujo(s) infrator(es) não seja(m) identificado(s) pelo agente de trânsito, a CONTRATANTE terá o mesmo prazo da apresentação para defesa prévia junto ao órgão autuador, para proceder a real indicação do condutor.
- 15.6. Nos casos em que a Contratante não receber dentro do prazo supracitado as notificações e penalidades referentes às infrações de trânsito, a Contratada se responsabilizará integralmente pelo pagamento das importâncias referentes a multas, taxas e/ou despesas, inclusive com guincho e estadias, decorrentes das infrações.

16. GUINCHO E BORRACHARIA

- 16.1. A contratada responsabilizar-se-á pelo socorro mecânico com guincho e conserto de pneus (borracharia) 24h, na Capital Porto Velho e nas regionais do interior do Estado (Guajará-Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena).
- 16.2. Caso ocorra danos aos pneus fora das cidades acima citada, que seja possibilitado o ressarcimento do valor, mediante apresentação de Nota Fiscal em nome da Contratada. Tal situação poderá ser utilizada para realização de pequenos consertos, desde que ajustado com o Gestor e Fiscal do Contrato
- 16.3. A contratada deverá disponibilizar, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, serviço de socorro mecânico com guincho para transporte e deslocamento do veículo e equipe abordo nos casos de defeitos e/ou acidentes, de modo a proporcionar atendimento imediato.

17. ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

- 17.1. A contratação encontra-se em consonância com o Plano Anual de Contratações 2025 (0055962699):

4.1.3. Contratação de Serviços		
SERVIÇO	Contratação de empresa de locação de veículos para emprego no serviço operacional e administrativo da SESDEC e das corporações subordinadas.	3.3.90.39

18. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

- 18.1. Os bens descritos neste Termo de Referência, nos termos da Lei 14.133/21, enquadram-se na classificação de serviços comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade segundo especificações usuais no mercado, adequando-se, assim, à modalidade Pregão Eletrônico, através dos procedimentos auxiliares previstos no [art. 78 desta Lei](#) 14.133/21, na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP);
- 18.2. Possui natureza continuada tal como definida na Instrução Normativa 05/2017, em razão de seu caráter de essencialidade, já que visa "atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas dos órgãos, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público e/ou cumprimento da missão institucional".

19. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO POR LOTES

- 19.1. O objetivo do parcelamento é ampliar a competição com vistas à economicidade, devendo ser realizado desde que seja tecnicamente viável e economicamente vantajoso.
- 19.2. A expectativa é possibilitar a participação de maior número de licitantes que não teriam capacidade ou condições de atender aos requisitos de habilitação para disputar a totalidade do objeto, mas que podem fazê-lo com relação a frações da prestação.
- 19.3. Neste sentido, considerando viabilizar a competição das empresas locais, que possivelmente poderiam atender parcelas da contratação, e com isso diminuir os custos de logística que o objeto exige, ainda, considerando que o acessório “Câmeras Embarcadas” já motivou o fracasso da licitação anterior para o objeto similar, entendemos pertinente e justificado o presente parcelamento em lotes, quais sejam:
- 19.3.1. LOTE 1 – VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS
- 19.3.2. LOTE 2 – VEÍCULOS CARACTERIZADOS COM CÂMERAS EMBARCADAS
- 19.3.3. LOTE 3 – VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS

20. DO REGISTRO DE PREÇOS

- 20.1. A adoção do registro de preços, em conformidade com o artigo 116 do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, se justifica pela natureza das aquisições de viaturas, que demandam substituições frequentes ao longo do exercício. A necessidade de substituir veículos fora de serviço devido a acidentes, avarias ou obsolescência é uma realidade operacional constante.

- 20.2. A definição precisa das quantidades a serem adquiridas é uma tarefa complexa, e aguardar que a demanda se concretize antes de iniciar o processo de compra pode resultar em prejuízos para o serviço policial, com a consequente diminuição das guarnições em policiamento nas ruas.
- 20.3. Portanto, o registro de preços oferece agilidade e flexibilidade necessárias para garantir a prontidão e eficácia das operações policiais, ao mesmo tempo em que proporciona economia e eficiência na gestão dos recursos públicos.

Art. 116.Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:
I - quando, pelas características do objeto, **houver a necessidade de contratações sucessivas**;
II - **quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços a serem remunerados por unidade de medida ou por meio de regime de tarefa**;
III - **quando for conveniente a contratação de determinado objeto para atendimento a mais de um órgão ou entidade**;
IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração Estadual.

- 20.4. Assim, verifica-se a vantajosidade em se utilizar o Sistema de Registro de Preços. De início, independe de previsão orçamentária, posto que a aquisição é futura e eventual, não havendo obrigatoriedade na contratação, razão porque a existência do recurso deve ser demonstrada apenas no momento da efevação da compra ou contratação.
- 20.5. A vantajosidade para a Administração Pública se verifica, também, na guarda e conservação dos materiais, sendo desnecessária a manutenção de grande quantitavo em estoque, já que a aquisição somente ocorrerá quando houver a demanda.
- 20.6. Por fim, evita-se, ainda, o fracionamento de despesa, pois, o Registro de Preços exige que a Administração realize um planejamento para o período de vigência da respectiva Ata, proporcionando, assim, considerável redução do número de licitações, uma vez que as aquisições ocorrerão de forma eficientemente rápida, pois a licitação já estará realizada, as condições de fornecimento estarão ajustadas, além de os preços e os respectivos fornecedores já estarem definidos, restando apenas ao fornecedor, entregar os produtos conforme as condições anteriormente ajustadas.
- 20.7. Sendo assim, diante dos fatos apresentados, a Secretaria de Estado de Segurança opta pela aquisição por meio de registro de preços.

21. **DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 21.1. Considerando que a presente licitação possui características específicas para as Forças de Segurança Pública, conforme detalhamento dos quais citamos:
- a) Grafismo especializado com a identificação das Forças de Segurança;
 - b) Equipamentos como rádios e sinalizadores acústicos e visuais de uso restrito;
 - c) Outros acessórios específicos para a atividade fim de cada Instituição..

- 21.2. Portanto, em conformidade com o [artigo 117, § 2º, incisos I e II, do Decreto Estadual nº 28.874/2024](#), dada a singularidade do objeto, resta dispensada a publicação da intenção de registro de preços.

22. **DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

- 22.1. Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, devendo ser observadas as disposições previstas no art. 15, seus incisos e parágrafos da Lei 14.133.

23. **DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE COOPERATIVA**

- 23.1. Será vedado a parcipação sob forma de cooperativa, em caso de não observação das regras estabelecidas na legislação aplicável:
- Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:
- I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
 - II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
 - III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
 - IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

24. **DECRETO ESTADUAL Nº 21.675/2017 (DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP)**

- 24.1. Por se tratar de uma Aquisição de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos caracterizadas como viatura, não poderá ser aplicado o art. 8ºdo Decreto Estadual nº 21.675/2017, conforme art. 10, inciso II:
- Art. 10. Não se aplica o disposto nos argos 6º ao 8º quando:
- II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, jusficadamente;
- 24.2. Previsto também no inciso III, art. 49 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006:
- Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando
- III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

- 24.3. Visto que, sua divisão resultaria na perda da integridade, na falta de economia de escala e poderia levar a uma excessiva fragmentação de contratos, além de poder gerar a falta de interesse por parte dos fornecedores em fazer negócios com a administração, uma vez que a quantidade seria insuficiente, podendo ser impraticável tanto para a empresa contratada quanto para a administração.

25. **DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

- 25.1. Fica vedada a subcontratação do objeto licitatório nos termos do § 2º, art. 122 da Lei n. 14.133/21.
- 25.2. Além disso, a vedação da subcontratação assegura a responsabilidade direta da empresa contratada, facilitando o monitoramento e a cobrança de resultados, e evitando a diluição da responsabilidade entre diversas partes.
- 25.3. Portanto, é vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo, nos termos do § 2º, art. 122 da Lei n. 14.133/21.

26. **DA JUSTIFICATIVA PARA EXCLUSÃO DE PESSOAS FÍSICAS**

- 26.1. Em atenção ao art. 34, inciso XIV do Decreto Estadual nº 28.874/2024, justifica-se a exclusão de participação de pessoas físicas no presente processo, considerando que a Administração Pública tem a obrigação de garantir a segurança e a qualidade dos serviços que contrata. Em razão disso, é importante que os contratados tenham a capacidade técnica e a estrutura necessária para prestar o serviço de forma adequada. Desta forma, as pessoas físicas, em geral, não possuem a mesma capacidade técnica e estrutura que empresas especializadas, por isso, a participação de pessoas físicas na contratação pretendida pode colocar em risco a segurança e a qualidade dos serviços a serem prestados.

27. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

27.1. Os recursos orçamentários para atender a contratação estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA 2025 (LEI n.º5.982 de janeiro de 2025), referente ao exercício 2025. Possui Adequação de Indicação Orçamentária, conforme informações a seguir:

27.2. SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA

- 27.2.1. Unidade Gestora: 150001;
- 27.2.2. Programa de Atividade: 2154
- 27.2.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.2.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001

27.3. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA

- 27.3.1. Unidade Gestora: 150003;
- 27.3.2. Programa de Atividade: 2087
- 27.3.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.3.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001

27.4. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA

- 27.4.1. Unidade Gestora: 150005;
- 27.4.2. Programa de Atividade: 4122
- 27.4.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.4.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001

27.5. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA

- 27.5.1. Unidade Gestora: 15014 FUNESBOM
- 27.5.2. Programa de Atividade: 2087
- 27.5.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.5.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001

27.6. FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

- 27.6.1. Unidade Gestora: 150004 CBM
- 27.6.2. Programa de Atividade: 2087
- 27.6.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.6.4. Fonte: 1.759.0.08026 / 2.759.0.08026 / 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001

27.7. POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

- 27.7.1. Unidade Gestora: 150006;
- 27.7.2. Programa de Atividade: 2154
- 27.7.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.7.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001

27.8. FUNDO ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA

- 27.8.1. Programa de Atividade: 06.181.2166.2269
- 27.8.2. Elemento de Despesa: 33.90.39.13
- 27.9. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 1.713.0.00001 / 2.713.0.00001

28. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO

28.1. A contratação do objeto deste Termo de Referência será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, visando registro de preços, em sessão pública, e observará os preceitos de direito público, além dos dispositivos legais pertinentes, notadamente as normas e procedimentos administrativos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, da Lei Complementar nº 123/06 atualizada pela Lei Complementar 147/14, Decreto Federal nº 11.462/2023 e suas alterações.

28.2. A adoção do critério menor preço por lote busca o aproveitamento da escala econômica na contratação, facilitar a gestão e operacionalização contratual e promover maior uniformidade na prestação do serviço. Além disso, amplia-se a competitividade, permitindo aos licitantes optar por disputar apenas os lotes que tem maior capacidade de execução, evitando assim a exclusão de possíveis concorrentes que não conseguiriam fornecer todos os itens do objeto licitado.

29. DO MODO DE DISPUTA

29.1. Para o presente procedimento, com base no art. 42 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, especificamente no inciso XIII, bem como no art. 56 da Lei 14.133/21, o modo de disputa será conjuntamente **ABERTO e FECHADO**, conforme as disposições do caput.

29.2. A utilização combinada dos modos de disputa aberto e fechado busca conciliar as vantagens de ambos os formatos, promovendo uma contratação mais eficiente e vantajosa para a administração pública.

30. DA APRESENTAÇÃO DAS PLANILHAS E PROPOSTA DE PREÇOS

30.1. A planilha exigida no ANEXO 11 do Termo de Referência deverá ser apresentada após a fase de lances, juntamente com a proposta de preços ajustada, conforme convocação do pregoeiro.

30.2. Planilha de custos e formação de preços: Após a fase de lances às empresas pela ordem de classificação do sistema, serão convocadas a apresentar proposta de preços ajustadas ao último lance ofertado, bem como às planilhas, conforme, modelo em ANEXO 11 do termo de Referência

30.3. A planilha de custos e formação de preços será analisada pelo setor competente da SUPEL, ou da Secretaria/Autarquia de Origem a fim de subsidiar a decisão do Pregoeiro de aceite ou recusa da proposta de preços do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar ou remanescentes;

30.4. Em atendimento aos princípios da eficiência e razoabilidade, bem como, as decisões relativas a retificação de planilhas de custos e formação de preços no transcurso da fase de aceitação da proposta de preços, será possibilitado a licitante convocada (vencedora na Fase de lances ou empresa

- remanescente) até o limite de 03 (três) oportunidades para retificação de sua planilha de formação de custos, a contar após à fase de lances, sendo que o (a) Pregoeiro (a) concederá o prazo de 24 (vinte e quatro horas), para que a licitante encaminhe os documentos via sistema (anexo).
- 30.5. Após às 03 (três) oportunidades de retificação, às planilhas que apresentarem erros (de qualquer natureza), serão desclassificadas pelo (a) pregoeiro (a).
- 30.6. As licitantes que deixarem de encaminhar suas Planilhas de custos e formação de preços, quando convocadas, serão desclassificadas.
- 30.7. As propostas serão submetidas à SESDEC, para verificação da conformidade do produto ofertado com as especificações constantes nesse Termo de Referência e parecer sobre a aceitabilidade das mesmas;
- 30.8. No documento de apresentação de proposta deverá constar declaração de que o concorrente tomou conhecimento integral do Termo de Referência, das legislações e regulamentos que regem o certame e de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do certame
- 30.9. As propostas apresentadas a dispensa eletrônica deverão ter prazo de validade mínimo de 90 (noventa) dias a partir da data de apresentação da proposta.
- 30.10. Nas propostas deverão constar o preço unitário e total para cada item, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas diretas e indiretas relacionados ao seu efetivo fornecimento, considerando custos com materiais, ferramentas, mão de obra, impostos, taxas, seguro, frete, transporte, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.
- 30.11. As propostas devem considerar integralmente as especificações técnicas comuns de cada item contido no termo de referência e Solicitação de aquisição de materiais e serviços - SAMS, não cabendo às proponentes quaisquer tipo de adaptação que promovam alterações nas especificações técnicas dos objetos
- 30.12. A proposta deverá ser apresentada em conjunto com a planilha de custos que deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão-de-obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro, participação percentual em relação ao preço final, dentre outros, conforme modelo constante no ANEXO 11.
- 30.13. A proposta será firme e precisa, sem alternativas de preços, sendo vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou subjetivo que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes ou induzir o julgamento a ter mais de um resultado;
- 30.14. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerado pleito de acréscimos, a esse ou a qualquer título;
- 30.15. Marca e modelo (se houver) serão informados obrigatoriamente na proposta de preços encaminhada, sob pena de desclassificação;
- 30.16. A proposta deverá ser apresentada acompanhada em anexo de PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS ORIGINAIS DO FRABRICANTE EM PORTUGUÊS OU LINKS OFICIAIS QUE O DISPONIBILIZEM, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens.
- 30.17. Não serão válidos para análise cópia integral ipsis litteris das especificações técnicas do item 7 , objeto deste termo de referência, em papel timbrado da empresa, uma vez que tal prática não permite a consistente avaliação dos itens ofertados.
- 30.18. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem o disposto no respectivo Termo de Referência.
- 30.19. Será solicitada a apresentação do catálogo ou prospecto apenas do licitante provisoriamente colocado em primeiro lugar (Acórdãos 1598/2006 e 529/2013 do TCU).

31.

DA HABILITAÇÃO

- 31.1. A fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, de acordo com a previsão contida no art. 17, § 1º da Lei 14. 133.

§ 1º A fase referida no inciso V do **caput** deste artigo poderá, mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, **anteceder as fases referidas nos incisos III e IV do caput deste artigo**, desde que expressamente previsto no edital de licitação.(grifo nosso)

- 31.2. A antecipação da fase de habilitação, nos termos do art. 17, §1º da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela necessidade de conferir maior celeridade, eficiência e segurança jurídica ao procedimento licitatório.
- 31.3. Diante da complexidade técnica do objeto e da importância de evitar o prosseguimento de licitantes inabilitados, a inversão das fases permite otimizar recursos administrativos, reduzir retrabalho e garantir a seleção apenas de participantes que atendam plenamente aos requisitos legais e técnicos, assegurando maior racionalidade e transparência ao processo.

31.3.1.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 31.3.2. I - Cópia de RG e CPF do representante legal da empresa e do procurador, quando houver;
- 31.3.3. II - Cópia da Procuração, quando houver;
- 31.3.4. III - Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 31.3.5. IV - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual sejam expressos os poderes dos titulares para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa;
- 31.3.6. V - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 31.3.7. VI - Decreto de autorização, em se tratando de empresa estrangeira.
- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

- f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.
- g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

31.4. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

31.4.1. **REGULARIDADE FISCAL**

31.4.2. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

31.4.3. **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão postiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

31.4.3.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto. O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

31.4.4. **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

31.5. **Certidão de Regularidade do FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento

31.5.1. **Prova de inscrição** no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

31.5.2. **Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver, relavo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

31.5.3. **Certidão de Regularidade de Débito - CND**, relava às Contribuições Sociais fornecida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Seguridade Social, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

31.5.4. **Declaração de que atende o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constuição Federal**, ou seja, de que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Será aceita declaração eletrônica, realizada no sistema de compras utilizado pelo Estado de Rondônia.

31.6. **REGULARIDADE TRABALHISTA**

31.6.1. **Certidão de Regularidade de Débito Trabalhista – CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

31.6.2. **RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

31.6.3. A qualificação técnica será exigida em conformidade o Art. 67 da Lei nº 14.133/21

Art. 67. A documentação relava à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

§ 4º Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora. § 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

31.7. Para fins de aferimento da qualificação técnica, os licitantes interessados em participar do certame deverão apresentar comprovação de aptidão para fornecimento de bens similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emiidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

31.8. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os Atestados de Capacidade Técnica deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

31.9. Compatibilidade em características: o(s) atestado(s) deve(m) contemplar, individualmente ou em soma, a entrega de materiais/produtos condizentes com o objeto desta licitação, ou seja, locação de veículos tipo viaturas, conforme quadro do item 7 deste Termo de Referência.

31.10. O atestado deverá indicar os dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade ou valor.

31.11. Além de:

- I - Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- II - Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 Lei 14.133/2021;
- III - Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- IV - Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
- V - Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;
- VI - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

- 31.11.1. Na documentação de que trata relativo a qualificação técnica, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.
- 31.11.2. Em conformidade com inc. XXI do art. 37 da CF, fica ressalvado os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitir as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- 31.11.3. A qualificação técnica será exigida em conformidade nos termos do (Art. 67 da Lei nº 14.133/21, art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/21; art. 37, inciso XXI da Constituição Federal), o licitante deverá apresentar Atestado(s) ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica, emitido por um terceiro em seu favor, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, comprovando sua aptidão de desempenho de atividade condizente com o objeto da respectiva licitação, considerando de no mínimo:
- 31.11.4. Para o lote 1: Parcela de maior relevância será sobre o item 8
- 31.11.4.1. Será admitida a exigência de atestados com compatibilidade de características e quantidades mínimas de até 20% (vinte por cento) da parcela de maior relevância
- 31.11.5. Para o lote 2: Parcela de maior relevância será sobre o item 15
- 31.11.5.1. Será admitida a exigência de atestados com compatibilidade de características e quantidades mínimas de até 30% (trinta por cento) da parcela de maior relevância
- 31.11.6. Para o lote 3: Parcela de maior relevância será sobre o item 20
- 31.11.6.1. Será admitida a exigência de atestados com compatibilidade de características e quantidades mínimas de até 20% (vinte por cento) da parcela de maior relevância
- 31.11.7. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**
- 31.11.8. Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias, caso não conste o prazo de validade.
- 31.11.9. As empresas que estejam em recuperação judicial ou em recuperação extrajudicial deverão apresentar certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.
- 31.11.10. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 31.11.11. Os documentos referidos neste tópico limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 31.11.12. Os documentos referidos neste tópico deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 31.11.13. A licitante deverá apresentar resultado superior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC),
- 31.11.14. Será exigido para fins de habilitação econômico-financeira o patrimônio líquido mínimo de 2% do valor total estimado da contratação. Para as **empresas reunidas sob consórcio** incidirá o acréscimo de 10% (sobre os 2% do valor exigido do licitante individual), conforme previsão do art. 15, § 1º da Lei 14.133.
- 31.11.15. No caso de o licitante ser classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referenciais;
- 31.11.16. No caso de ser constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento à regra acima disposta;
- 31.11.17. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 31.11.18. As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21, sendo necessárias para garantir que a(s) vencedora(s) detenha(m) condições de garantir capacidade econômico-financeira para executar o futuro contrato.
- 31.11.19. **OUTRAS DECLARAÇÕES**
- 31.11.20. Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme inciso IV do artigo 63 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos Nº 14.133/2021;
- 31.11.21. Apresentar a Declaração de Ciência do Edital;

32.

DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 32.1. A vigência será de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, prorrogáveis até o limite previsto no art. 107, da Lei n. 14.133/2021 e alterações.
- 32.2. A Contratada deverá assinar o presente CONTRATO cujas cláusulas acham-se neste definidas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da ciência da convocação, sobre a possibilidade de caracterizar descumprimento total da obrigação assumida;
- 32.3. O prazo concedido para assinatura deste CONTRATO poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da SESDEC/RO;
- 32.4. A recusa injustificada da adjudicatória em assinar o CONTRATO, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração da SESDEC/RO, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades, constantes neste CONTRATO;

33.

DA GARANTIA DO CONTRATO

- 33.1. O adjudicatário, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará **garantia no valor correspondente a 5% do valor anual do Contrato**, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Termo, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- 33.2. Caso seja exigida **garantia de execução contratual** e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 33.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 33.3. A inobservância do prazo contido no item 33.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até 30º dia de atraso.

- 33.4. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.
- 33.5. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 33.6. A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.
- 33.7. Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, esta não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.
- 33.8. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.
- 33.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 33.10. Havendo acréscimo no valor contratual, o contratado deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente
- 33.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (dias) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 33.12. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 33.13. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

34.

DO REAJUSTE

- 34.1. Com fundamento no Art. 154, § 2º d o Decreto Estadual 28.874/24, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como índice de reajustamento, com intervalo mínimo de 1 (um) ano a contar da data da apresentação da proposta. Essa medida visa à preservação da previsibilidade financeira, tanto para a Administração quanto para o contratado, a fim de evitar a necessidade de revisão contínua do orçamento, proporcionando estabilidade financeira ao contrato, o qual preserva o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes e reduz o risco de ajustes desnecessários e complexos no primeiro reajuste contratual."
- 34.2. A data base para o reajuste de preços será a apresentação da proposta, devido o preço ser definido pela contratada, observando a realidade de mercado no momento em que a proposta é elaborada.
- 34.3. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo, referente ao reajustamento de preços, sempre que este ocorrer, devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

Art. 154 - § 8º É nula qualquer espulação de reajuste com periodicidade inferior a um ano.

Art. 156. A escolha do índice de reajuste observar-se-á o critério da especialidade e da setorialidade, analisando se para o objeto contratual há índice específico de reajuste.
- 34.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser ulizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 34.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substuto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo adivo;
- 34.6. Caso haja a prorrogação do contrato, o contratado deverá ressalvar expressamente sua pretensão ao reajustamento de preços previamente à prorrogação do contrato ou em termo aditivo, sob pena de preclusão, conforme art. 154 §3º do Decreto Estadual 28.874/24;
- 34.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

35.

RESCISÃO CONTRATUAL

- 35.1. A Contratante poderá por ato unilateral, reduzida o termo e rescindir o contrato conforme os casos enumerados do Art. 137 da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 35.2. O Decreto Estadual Nº 28.874/2024 regulamenta a previsão da rescisão contratual em seu § 4º do Artigo 146, expressa o seguinte:

[...]

§ 4º Caso a Pasta responsável pelo contrato opte por rescindir o contrato, na forma do art. 106, III e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a decisão deverá ser embasada em análise que leve em consideração eventuais prejuízos a serem ressarcidos ao particular

35.3. A Contratada poderá pedir a extinção do contrato nas hipóteses elencadas no Art. 137, § 2º da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021:

- § 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);
 - II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
 - III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
 - IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
 - V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

35.4. A extinção do contrato seguirá os ditames expresso no Artigo 138 da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021, a seguir:

- Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:
- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- § 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- § 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- I - devolução da garantia;
 - II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
 - III - pagamento do custo da desmobilização.

35.5. O Decreto Estadual Nº 28.874/2024 regulamenta a previsão de extinção do contrato pelo contratado em seu § 3º do Artigo 164, que expressa o seguinte:

- [...]
- § 3º O contratado deverá formular seu pedido de revisão previamente à prorrogação ou à extinção do contrato**, sob pena de preclusão, na forma do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021

35.6. Os demais casos omissos que surgirem serão avaliados pela Contratante que decidirá motivadamente na forma da lei, resguardando o direito de contraditório e ampla defesa da contratada.

36. **DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

36.1. **LOCAL E FORMA DE ENTREGA**

- 36.1.1. Após o recebimento da Ordem de Fornecimento, a entrega total dos veículos será realizada pela CONTRATADA na capital (PORTO VELHO), no prazo de até 120 (cento e vinte) dias corridos, para fins de Recebimento Provisório e Definitivo. Posteriormente distribuídos na Capital e regionais do interior do Estado (GUAJARÁ-MIRIM, ARIQUEMES, JI-PARANÁ, CACOAL E VILHENA), nos endereços definidos nos escritórios com Garagem ou Pátios da empresa da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 36.1.2. Os veículos, após o recebimento definitivo, serão distribuídos entre a SESDEC, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar e a POLITEC, na capital e no interior do Estado, sendo cada instituição responsável para a retirada dos veículos nos Escritórios com Garagem ou Pátios da empresa da CONTRATADA, até as Unidades de Segurança, destino final dos veículos contratados.

36.2. **DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

- 36.2.1. O recebimento dos veículos, ficará sob a responsabilidade de uma COMISSÃO DE RECEBIMENTO, nomeada pelas unidades requisitantes: SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiro Militar e POLITEC, para fins de aprovação dos protótipos, Recebimento Provisório e Definitivo;
- 36.2.2. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, com a antecedência mínima de 72 horas, o local, horário e o(s) responsável(eis) pela entrega dos veículos à Comissão de Recebimento;

36.3. **DOS PROTÓTIPOS**

- 36.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar 01 (um) protótipo do **item 10** e 01 (um) protótipo do **item 16** para efeito da verificação de conformidade, às exigências técnicas estabelecidas neste Termo e seus anexos, dos veículos a serem locados, em relação à qualidade, durabilidade, desempenho e funcionalidade dos veículos;
- 36.3.2. O prazo para apresentação será de 15 (quinze) dias corridos, contados da publicação do contrato, prorrogáveis por igual período, mediante apresentação de justificativa;
- 36.3.3. O local para entrega dos protótipos será na cidade de Porto Velho (capital) no endereço e horário a serem definidos, sendo que os custos e a responsabilidade para entregar os protótipos serão da empresa CONTRATADA;
- 36.3.4. A comissão emitirá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar data da vistoria, o RELATÓRIO DE APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO DOS PROTÓTIPOS;
- 36.3.5. Caso não seja aceita a apresentação dos protótipos, a comissão indicará no RELATÓRIO as alterações a serem sanadas pela CONTRATADA,
- 36.3.6. Havendo inadequações a serem corrigidas, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para a correção dos apontamentos;
- 36.3.7. Transcorrido o prazo de que trata o subitem anterior, a comissão fará nova vistoria para averiguação das alterações emitindo novo Relatório Final;
- 36.3.8. Os protótipos aprovados poderão ser considerados como unidades para futuras entregas que serão formalizados no Termo de Recebimento Definitivo. Nesse caso, a Contratada deverá retirar os protótipos aprovados para seu Escritório com Garagem ou Pátio;

36.4. **RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

- 36.4.1. Os veículos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos;
- 36.4.2. Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

36.4.3. Observadas as inadequações, a comissão emitirá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar data da vistoria, listando todas as inadequações a serem corrigidas.

36.4.4. Após transcorrido o prazo de que se trata do subitem 36.4.2, a comissão fará nova vistoria para averiguação das alterações realizadas e terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para emissão do Termo de Recebimento Provisório;

36.5. RECEBIMENTO DEFINITIVO

36.5.1. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da emissão do Termo de Recebimento Provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado dos veículos.

36.5.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

36.6. DO CRONOGRAMA DE PRAZO:

ESPECIFICAÇÃO	PRAZOS
Apresentação Protótipos dos Itens solicitados na Ordem de Fornecimento.	Até 30 (trinta) dias corridos, prorrogado por até igual período, contados a período recebimento da Ordem de Fornecimento formalizada pela Coordenadoria de Administração e Finanças da SESDEC, após a assinatura do contrato
Elaboração do Termo de Recebimento Provisório dos Protótipos	02 (dois) dias úteis a contar da data da vistoria dos protótipos
Correção dos Protótipo	Até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data do Termo de Recebimento Provisório dos Protótipos
Elaboração do Termo de Recebimento Definitivo dos Protótipos	05 (cinco) dias úteis contados da data da vistoria
Elaboração do Termo de Recebimento Definitivo	02 (dois) dias úteis contados da data da vistoria de cada item da Ordem de Fornecimento.
Recebimento Definitivo dos Veículos.	120 (cento e vinte) dias corridos , a partir da aprovação do protótipo, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias corridos devidamente justificado e com o envio da solicitação de prorrogação com antecedência mínima de 20 (vinte) dias antes do encerramento do prazo

37. VEÍCULOS RESERVAS

37.1. A contratada deverá ter no mínimo 10% (dez por cento) de veículos reservas, com as mesmas características técnicas contidas neste instrumento, em número suficiente para comportar eventuais substituições por indisponibilidade (incluídas as movimentações para manutenções e revisões), de modo a garantir a continuidade do serviço, respeitado, todavia, o prazo de 24 (vinte e quatro) horas fixado para substituições nos municípios do interior e de 12 (doze) horas na capital, contadas a partir da comunicação formal.

37.2. Os veículos reservas substitutos deverão vir já com os equipamentos novos de rastreamento e, a depender do item, os rádios e comunicação já instalados, obedecendo todos os critérios descritos neste Termo de Referência bem como em seus anexos.

37.3. Considera-se parte integrante da viatura o conjunto de sinalização sonoro e luminoso, rádio e rastreador, sendo assim, em caso de defeito ou dano dos referidos equipamentos, será considerado um defeito na viatura, devendo ser igualmente substituída dentro dos prazos previstos no subitem 37.1.

37.4. Caso não sejam cumpridos os prazos estabelecidos, o gestor do contrato providenciará a glosa na medição da prestação do serviço

38. DEVOUÇÃO DAS VIATURAS NO FIM DO CONTRATO

38.1. Imediatamente após o término de vigência do Instrumento Contratual, a SESDEC, Policia Militar, Policia Civil, Corpo de Bombeiro Militar e POLITEC, deverão interromper o uso dos veículos locados em razão da presente avença, que deve coincidir com o dia imediato após a data limite de vigência contratual.

38.2. O prazo para devolução dos veículos locados para a contratada será **em até 30 dias úteis**, a contar do término da vigência contratual, sem ônus para a CONTRATANTE.

38.3. Caberá às unidades vinculadas, nomear em suas regionais (**GUAJARÁ-MIRIM, ARIQUEMES, JI-PARANÁ, CACOAL E VILHENA**), **sub-comissões**, com no mínimo 03 (três) servidores, que ficarão encarregados do recolhimento, conferência e devolução das viaturas à CONTRATADA, em seus respectivos Escritórios, Garagens ou Pátios das regionais, emitindo **Checklist de devolução** que seguirá devidamente assinado pelas referidas **sub-comissões** e pelo representante da CONTRATADA (recebedor).

38.4. A CONTRATANTE, no ato da devolução do veículo à CONTRATADA, deverá fazê-lo com os reservatórios (principal e auxiliar) abastecidos com, no mínimo, ¼ (um quarto) de sua capacidade máxima e com o mesmo tipo de combustível que recebeu da CONTRATADA

38.5. No dia da devolução dos veículos não será cobrado o valor da diária.

39. RENOVAÇÃO DA FROTA

39.1. Os veículos deverão ser obrigatoriamente substituídos por outros VEÍCULOS NOVOS (0 KM) após 30 (trinta) meses, ou quando completados 150.000 (cento e cinquenta mil) quilômetros rodados, o que ocorrer primeiro. A contagem do prazo inicia-se da entrega definitiva dos veículos.

39.2. A contratada terá o prazo de 90 (noventa) dias para a substituição total dos veículos:

a) contados do dia que completar o 30º (trigésimo) mês, conforme assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

b) ou, contados a partir da notificação à empresa, pelo Fiscal/Gestor de Contrato, quando atingida a quilometragem de 150.000 (cento e cinquenta mil) rodados.

39.3. Vencido os 90 (noventa) dias para realização da substituição da frota, caso a empresa não tenha realizado, será descontado 0,5% (meio por cento) do valor mensal da locação, ao dia por cada veículo que não for substituído.

39.4. Os itens de sinalização, comunicação, rastreamento e cela poderão ser transferidos para os novos veículos desde que sejam revitalizados.

40. DO ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DO CONTRATO

40.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

40.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

40.3. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

40.4. A ausência de comunicação por parte da Contratante referente à irregularidades ou falhas, ou qualquer omissão total ou parcial da Comissão ou fiscalização do contrato não eximirá a Contratada de sua plena responsabilidade pela execução do objeto contratado, nas condições previstas neste Termo de Referência, determinadas no Contrato.

- 40.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico (Lei nº 14.133/2021, art. 12, VI).
- 40.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 40.7. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 40.8. **Do procedimento(s) de fiscalização:**
- 40.8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art. 117 da Lei nº 14.133/21 e Seção VII e VIII do Decreto nº 28.874/24.
- 40.8.2. Em relação a Estruturação da fiscalização dos Contratos, temos a definição de três figuras quanto a regulamentação das contratações públicas no Estado, seguindo os preceituados dos artigos da Seção VIII do Decreto nº 28.874/24:

a) **Fiscal técnico:** Responsável por acompanhar a execução do contrato sob o aspecto técnico, garantindo que o objeto seja entregue conforme as especificações técnicas e prazos estabelecidos.

b) **Fiscal administrativo:** Encarregado de acompanhar a execução do contrato sob o aspecto administrativo e financeiro, verificando o cumprimento das cláusulas contratuais e a regularidade dos pagamentos.

c) **Fiscal setorial:** Profissional com conhecimento específico da área do objeto contratado, atuando como consultor técnico para os demais fiscais.
- 40.9. Nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da referida Lei.
- 40.10. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 40.11. O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 40.12. A avaliação será considerada pela Contratante para julgar a necessidade de solicitar à Contratada que melhore a qualidade dos serviços, para decidir sobre a conveniência de renovar ou, qualquer tempo, rescindir o Contrato ou, ainda, para fornecer, quando solicitado pela Contratada, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacidade técnica em licitações públicas.
- 40.13. A Contratante, por meios do fiscal e do gestor do contrato realizará mensalmente a avaliação da qualidade dos serviços e dos resultados concretos por meio dos Índice de Medição de Resultados (IMR).

41.

DO PAGAMENTO

- 41.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e depósito em conta bancária informada pela Contratada, conforme disposto no Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024, vejamos:

Art. 190 O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis. (Grifamos).

§ 1º O decurso do prazo previsto para o pagamento, constitui a Administração em mora, devendo automaticamente ser incluído no valor devido ao contratado os encargos financeiros da mora.

§ 2º Em caso de atraso por parte da Administração, caso a soma dos prazos de recebimento ou medição e de pagamento ultrapasse o prazo regular, aplica-se o § 1º deste artigo.

§ 3º O pagamento em atraso de maneira reiterada ou deliberada sujeita o agente público responsável pelo atraso às penalidades previstas na legislação.
- 41.2. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do art. 190 do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024 fluirá a partir da respectiva regularização;
- 41.3. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas e instruídas Conforme disposto no art. 188 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024, a qual citamos a seguir:

Art. 188. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os seguintes documentos:

I - nota fiscal, fatura ou documento equivalente que ateste o cumprimento do objeto, indicando o valor e o período da prestação do serviço ou do fornecimento;

II - certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;

III - certidão de regularidade previdenciária e trabalhista, além dos documentos comprobatórios do cumprimento das respectivas obrigações nos termos do art. 24 deste Decreto, nos casos de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;

IV - comprovante de cumprimento de obrigações previdenciárias, nos casos de contratos de obra;

V - medição realizada pela fiscalização do contrato, nos casos de obra e serviços de engenharia, e de contratos submetidos ao referido regime de pagamento por medição; [...]

§ 3º Em caso de não cumprimento do inciso II, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa.

§ 4º Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.

§ 5º Em caso de não cumprimento dos incisos III e IV, o pagamento deverá ser retido até a regularização, observadas as diretrizes fixadas neste Decreto.
- 41.4. Sem prejuízo dos demais requisitos para efeito de pagamento, observar-se-á o seguinte:
- 41.4.1. Pelo fiel e perfeito execução do serviço constante neste Termo de Referência, a SESDEC/RO realizará o pagamento mediante a entrega da nota fiscal, que corresponderá ao valor do serviço contratado e entregue;
- 41.4.2. Diante da conferência, a Nota Fiscal será atestada pela Comissão e/ou servidor designado, conforme disposto nos artigos 115 e 117 da Lei de Licitações e Contratos Administrativo Nº 14.133/2021, comprovando a execução do serviço contratado;
- 41.4.3. A SESDEC/RO poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Termo de Referência;
- 41.4.4. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta, na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

- 41.4.5. A SESDEC/RO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “*factoring*”;
- 41.4.6. **A Nota Fiscal deverá ser emitida observando-se os dados da CONTRATANTE, tais como Nome e CNPJ da SESDEC/RO;**
- 41.4.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- 41.4.8. O pagamento efetuado à CONTRATADA não a isentará de suas responsabilidades vinculadas, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia do serviço, caso seja necessário a troca;
- 41.5. Acompanhada da Nota Fiscal, a empresa CONTRATADA deverá apresentar as Certidões abaixo elencadas, válidas:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;

c) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

d) Certidão Negativa de Débitos Municipais;

e) Certificado de Regularidade do FGTS;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440/2011).
- 41.6. Todas as Certidões acima referenciadas poderão ser “Certidão Positiva com efeitos de Negativa”. A contratada fica obrigada a cumprir plenamente o previsto no **Art. 121, da Lei de Licitações e Contratos Administrativo Nº 14.133/2021**;
- 41.7. A empresa Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta; em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei de Licitações e Contratos Administrativo Nº 14.133/2021;
- 41.8. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, deverá ser observado o disposto no Art. 190, § 1º, 2º e 3º do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024.
- 41.9. Do valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da Parcela a ser paga I = Índice de compensação financeira, assim apurado:
I = (TX/100)/365 I =
TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

- 41.10. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 41.11. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;
- 41.12. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 41.13. Deverá ser observada a ordem cronológica para pagamento, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024, como segue:

- Art. 191. Os pagamentos deverão observar a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias:
- I - fornecimento de bens;
- II - locações;
- III - prestação de serviços;
- IV - realização de obras.

42.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 42.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 42.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 42.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 42.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 42.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- 42.6. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 42.7. Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 42.8. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
- 42.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 42.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

43.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 43.1. Executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;
- 43.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 43.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;
- 43.4. Manter os canais de comunicação atualizado junto a SESDEC (e-mail, telefone fixo, whatsapp, endereço e outros);
- 43.5. Verificar os e-mails diariamente, tendo em vista que os prazos para as tratativas com a empresa serão contados do envio dos documentos no e-mail oficial da empresa;
- 43.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 43.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 43.8. Zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;
- 43.9. Apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;
- 43.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;
- 43.11. Atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;
- 43.12. Instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;
- 43.13. Instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibidos de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;
- 43.14. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 43.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 43.16. Manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;
- 43.17. Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de Rondônia, conforme legislação vigente;
- 43.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- 43.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
- 43.19.1. Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- 43.19.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- 43.19.3. Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- 43.19.4. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
- 43.19.5. Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- 43.19.6. Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis;
- 43.20. A contratada deverá manter junto à Contratante um preposto para acompanhar as atividades;
- 43.21. A contratada deverá possuir agência de atendimento no município de PORTO VELHO com garagem ou pátio e com funcionamento de segunda-feira a sábado, no horário comercial, assim como, uma central de atendimento com discagem para assistência de 24 (vinte e quatro) horas, devendo ainda informar nome, endereço da agência de atendimento
- 43.22. Dispor de escritório comercial ou preposto para atendimento das viaturas nas cidades de GUAJARÁ- MIRIM, ARIQUEMES, JI-PARANÁ, CACOAL E VILHENA, cuja atribuição é a de se relacionar, resolver problemas locais e no interior, a gestão física da frota e outros pertinentes;
- 43.23. Apresentar a relação inicial de toda a sua rede de assistência técnica credenciada, contendo os endereços das oficinas e contatos dos responsáveis, devendo ainda, encaminhar a CONTRATANTE, qualquer atualização quanto ao credenciamento de novas oficinas;
- 43.24. Apresentar mensalmente, a relação em mídia de todos os sinistros ocorridos com os veículos locados no mês de referência, devendo conter no mínimo a identificação do veículo sinistrado, unidade a qual o veículo pertence e data do sinistro ocorrido
- 43.25. Implantar e manter o sistema de gestão de frota atualizado;
- 43.26. Garantir a integridade e segurança das informações registradas no sistema;
- 43.27. Entregar todos os veículos com os documentos, chaves e equipamentos de segurança ao responsável pela gestão do contrato;
- 43.28. Entregar os veículos em perfeitas condições de funcionamento e uso com documentação atualizada, licenciadas pelo DETRAN;
- 43.29. Responsabilizar-se pelo pagamento das taxas de licenciamento anual compreendendo: SEGURO OBRIGATÓRIO, LICENCIAMENTO ANUAL e TAXAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e também ao 1º EMPLACAMENTO o qual abrange: VISTORIA, EMISSÃO DE CRLV, LACRE DE PLACA E TARJETA e AUTORIZAÇÃO PARA CONFECÇÃO DE PLACAS E TARJETAS, mantendo anualmente todos os veículos regularizados e em dia com o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN na Capital do Estado de Rondônia;

44.

SANÇÕES

44.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155, Inciso I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, da Lei n.º 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

44.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

44.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Termo de Referência e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e no CAGEFIMP - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual.

44.4. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dia úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

44.5. As multas previstas não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

44.6. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

44.7. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

44.8. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do art. 155, da Lei nº. 14.133/2021:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

44.9. Segundo o art. 156, da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos**.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

44.10. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídas graus, com percentuais de multas conforme a tabela formulada pela PGE/RO a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	06	4 % por dia
2	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso, por ocorrência;	06	4 % por dia
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05	3,2% por dia
4	Destruir ou danificar documentos por dolo de seus agentes, por ocorrência;	05	3,2% por dia
5	Recusar-se a executar o serviço determinado pela fiscalização sem motivo justificado, por ocorrência;	04	1,6% por dia
6	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, por ocorrência;	02	0,4 por dia
7	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de materiais, por ocorrência;	02	0,4 por dia
8	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03	0,8% por dia
9	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE, por empregado e por dia.	03	0,8% por dia

*Incidente sobre o valor inadimplido do contrato

44.11. Para os itens a seguir, a multa será atribuída quando a CONTRATADA deixar de

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1	Cumprir prazo previamente estabelecido para execução de serviços, por dia;	02	0,4% por dia
2	Efetuar o pagamento de seguros, encargos, fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência;	05	3,2% por dia
3	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização, por ocorrência;	03	0,8% por dia
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, por ocorrência;	03	0,8% por dia
5	Iniciar os serviços nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato, por serviço e por ocorrência;	02	0,4% por dia
6	Disponibilizar os equipamentos, sistema, estabelecimentos credenciados, em número mínimo, treinamento, suporte e demais necessários à realização dos serviços do escopo do contrato, por ocorrência;	02	0,4% por dia
7	Disponibilizar equipe de profissionais completa conforme determinado para execução do serviço, por dia;	02	0,4% por dia
8	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em veículos, equipamentos, dados etc.;	02	0,4% por dia
9	Realizar os serviços solicitados e de entregar os respectivos produtos, por tipo e por ocorrência;	02	0,4% por dia
10	Manter a documentação de habilitação atualizada, por item e por ocorrência;	01	0,2% por dia
11	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, por ocorrência;	02	0,2% por dia
12	Fornecer suporte técnico à contratante, por ocorrência e por dia;	01	0,2% por dia
13	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do órgão, por funcionário e por dia.	01	0,2% por dia

- 44.12. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;
- 44.13. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua inmação;
- 44.14. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e inmará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de inmação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
- 44.15. Em órgão ou endade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste argo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou endade;
- 44.16. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da inmação;
- 44.17. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impernentes, desnecessárias, protelatórias ou intempesvas;
- 44.18. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:
- I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste argo; ·
 - II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; ·
 - III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrava.

44.19. Deve ser observada a Lei nº 4.007, de 28 de março de 2017, que dispõe sobre a adoção do juízo arbitral para solução de ligio em que o Estado de Rondônia seja parte e dá outras providências." ou eleger Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir os possíveis ligios que decorrerem do presente procedimento licitatório.

45. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

45.1. **Vigência:**

45.1.1. O prazo de validade da ata de registro de preço será de 12 meses, a partir da publicação no Diário Oficial Estadual, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual 28.874/2024;

45.1.2. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços (ARP), atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, conforme o prevê o disposto no Enunciado nº 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal e entendimento firmado pela Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia, constante no Despacho sob o ID 0059908783, proferido no bojo do Processo SEI nº 0010.005101/2024-33. Tal renovação estará condicionada à demonstração da vantajosidade, da necessidade pública e da manutenção das condições originalmente pactuadas.

45.2. **Das Obrigações do Órgão Gerenciador:**

45.2.1. A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços

45.2.2. O gerenciamento da Ata se dará em consonância com os termos do art. 122 do Decreto Estadual nº 28.874/24:

Art. 122.Caberá ao órgão gerenciador, órgão competente para operacionalizar os procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

- I - realizar o procedimento de intenção de registro na forma do art. 124;
 - II - consolidar todas as informações relativas a estimativa individual e total de consumo encaminhadas pelos órgãos participantes para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
 - III - elaborar o projeto básico ou termo de referência do registro de preços fruto da intenção;
 - IV - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório de intenção de registro de preços;
 - V - realizar levantamento de mercado e pesquisa de preço ampla e diversificada para elaboração da estimativa orçamentária, devendo zelar pela maior amplitude possível das fontes pesquisadas;
 - VI - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;
 - VII - realizar todo procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes;
 - VIII - gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes;
 - IX - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;
 - X - analisar as solicitações de adesão formuladas pelos órgãos não participantes;
 - XI - zelar pela observância dos limites individual e global para adesão;
 - XII - divulgar o conteúdo do edital, da ata de registro de preços, os eventuais contratos e termos aditivos, na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- § 1ºA análise das solicitações de adesão deverá ser precedida de levantamento de mercado e pesquisa de preço para aferição do valor do objeto registrado com base no quantitativo resultante da adesão, apresentado por ato próprio da unidade aderente.
- § 2ºA constatação de preço mais vantajoso em decorrência da pesquisa referida no parágrafo anterior, identificada e informada pela unidade de origem, acarretará a necessidade de repactuação do preço registrado.
- § 3ºNão havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador não autorizará a adesão.

45.3. **Das Obrigações do Órgão Detentor:**

45.3.1. Caberá ao Órgão detentor do Registro de Preços, observar as disposições do Art. 123, do Decreto Estadual 28.874/2024, a saber:

- Art. 123. O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua respectiva requisição de objeto, adequada ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:
- I - garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;
 - II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório;
 - III - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório;
 - IV - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter indicação do fornecedor, dos respectivos quantitativos e dos valores a serem praticados, encaminhando posteriormente as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
 - V - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto a valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem quanto a sua utilização;
 - VI - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e
 - VII - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas em edital, firmadas na ata de registro de preços, as divergências relativas à entrega, às características e à origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

45.4. **Do Registro de mais de um Fornecedor**

45.4.1. Conforme previsão expressa na Lei 14.133/2021 e Decreto Estadual 28.874/2024:

- Lei 14.133:
- Art. 82, inciso VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;
- Decreto Estadual 28.874/2024:
- Art. 131 - Após a definição do preço final do licitante vencedor, o agente da contratação deverá verificar com os demais licitantes se aceitam cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, para formação de cadastro de reserva, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

45.4.2. Será permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que ofereçam o objeto no mesmo preço do licitante vencedor. Desta forma, caso existam eventuais problemas no fornecimento pelo primeiro classificado poderão ser supridos pelos fornecedores registrados sequencialmente.

45.5. **Alteração da Ata:**

45.5.1. Conforme previsto na Lei 14.133/2021 e na Subseção VIII, Das Alterações da Ata de Registro de Preço, do Decreto Estadual 28.874/2024, o preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

45.5.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

45.5.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

45.5.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

45.5.5. Conforme Art 135. Decreto Estadual 28.874/2024:

Art 135. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante requerimento devidamente instruído com a comprovação de fato superveniente que tenha ensejado a elevação dos preços que inviabilize o cumprimento das obrigações contidas na ata, desde que observados os seguintes requisitos:

- I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
- II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
- III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

§ 1º A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 2º Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

§ 3º Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

§ 4º Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

§ 5º Como alternativa à atualização prevista no parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade.

§ 6º Liberado o fornecedor na forma do parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado.

§ 7º Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

§ 8º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

45.6. **Do Cancelamento da Ata:**

45.7. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 45.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 45.7.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 45.7.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 133, § 2º, do Decreto nº 78.874, de 2024; ou
- 45.7.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 45.8. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 45.9. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 45.10. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 133, § 2º, do Decreto nº 78.874, de 2024; ou
- 45.11. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

45.12. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

45.13. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

45.14. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

45.15. Nos termo do **Art. 136, do Decreto 28.874/24**, O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

- Art. 136. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:
- I - for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;
 - II - o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;
 - III - o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;
 - IV - estiverem presentes razões de interesse público; e V - restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.
- § 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.
- § 2º O disposto no § 3º do art. 139 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

45.16. **Do Remanejamento das Quantidades Registradas na ata de Registro de Preços**

45.16.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou/e as entidades participantes do registro de preços.

- 45.16.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;
- 45.16.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 45.16.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 45.17. **Das Contratações Futuras**
- 45.17.1. Nas licitações com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras serão realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo.
- 45.17.2. As contratações futuras de(s) item(ns) específico(s) constante(s) de GRUPO DE ITENS, exigirá nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021:

a) prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade
- 45.17.3. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital de Licitação, neste Termo de Referência e seus Anexos.
- 45.18. **Da Adesão a Ata de Registro de Preços**
- 45.19. Não será permitida a Adesão a Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, visto que, a presente demanda foi elaborada para atender às necessidades específicas desta Secretaria, com especificações técnicas e ajustadas à sua realidade , sendo, portanto, inadequada a sua extensão para adesões por outras unidades ou entidades, que podem possuir demandas ou especificações distintas.

46. **DOS ÓRGÃOS PARTÍCIPES**

- 46.1. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - UG 150003
- 46.2. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA - UG 150005
- 46.3. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA - UG 150004
- 46.4. FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - UG 15014
- 46.5. FUNDO ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA - UG 15017
- 46.6. POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - UG 150006

47. **DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE**

- 47.1. A simples entrega do(s) objeto(s), não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo órgão participante e respectivas comissões de recebimento.
- 47.2. Os veículos entregues em desacordo com o edital e seus anexos, serão rejeitados pela CONTRATANTE.

48. **DOS PREÇOS DIFERENTES**

- 48.1. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos Nº 14.133/2021 prevê a possibilidade de preços diferentes nas licitações pelo Sistema de Registro de Preços -SRP, conforme Artigo 82 a seguir:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

b) em razão da forma e do local de acondicionamento;

c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

- 48.2. Considerando que o objeto em epígrafe não se amolda a nenhum dos casos, não será permitida a previsão de preços diferentes.

49. **DA MATRIZ DE RISCO E RESPONSABILIDADE**

- 49.1. A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.
- 49.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos (0061293886) – ANEXO 1 do Termo de Referência.
- 49.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos (0061293886) – ANEXO 1 do Termo de Referência.

50. **DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:**

- 50.1. A Contratada deverá adotar todas medidas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 garantindo a proteção dos dados pessoais por meios digitais da pessoa natural e da pessoa jurídica seja de direito público ou privado, tendo como objetivo principal assegurar os direitos fundamentais de liberdade e da privacidade e o seu livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

51. **DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

- 51.1. A Contratada deve promover:

51.1.1. Práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 economizando energia, gás, água, assim como separar seletivamente os resíduos oriundos da prestação dos serviços;

51.1.2. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

51.1.3. Treinamento relativo à eco condução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

51.1.4. Fornecimento aos seus empregados de equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;
- 51.2. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resoluções CONAMA, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

51.2.1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizam sua

reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06 /2005, e legislação correlata;

51.2.2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

51.2.3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;”

51.3. Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

51.4. A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.”

51.5. Os veículos fornecidos deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02 /1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata, bem como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

51.6. A CONTRATADA deverá observar os critérios de sustentabilidade previstos no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União](#)

52. **DOS CASOS OMISSOS**

52.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

53. **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

53.1. Certifica-se que esta Secretária de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC atende ao princípio da segregação de funções, conforme art. 7º, §1º, da Lei 14133/21 e art. 12 do Decreto 11246/22.

53.2. Conforme a Lei 14.133/24 no art.48 inciso VI, fica vedado a exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

53.3. Conforme parágrafo único do art. 48 da Lei 14.133/24 , durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

54. **DO FORO**

54.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho - RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes à Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme Art. 92, § 1º da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021.

55. **ANEXOS**

55.1. Fazem parte deste Termo de Referencia os seguintes anexos, sendo dele parte integrante:

- 55.1.1. ANEXO 1 - MATRIZ DE RISCO (0061293886)
- 55.1.2. ANEXO 2 - RASTREADOR VEICULAR (0061293957)
- 55.1.3. ANEXO 3 - RÁDIO TRANSCPTOR (0061294022)
- 55.1.4. ANEXO 4 - SINALIZAÇÃO VISUAL E ACÚSTICA (0061294067)
- 55.1.5. ANEXO 5 - CÂMERAS EMBARCADAS (0061294104)
- 55.1.6. ANEXO 6 - COMPARTIMENTO TRANSPORTE CÃES (0061294141)
- 55.1.7. ANEXO 7 - COMPARTIMENTO TRANSPORTE CUSTODIADO (0061294246)
- 55.1.8. ANEXO 8 - COMPARTIMENTO TRANSPORTE DE CADÁVERES (0061294305)
- 55.1.9. ANEXO 9 - OUTROS ACESSÓRIOS (0061294353)
- 55.1.10. ANEXO 10 - GRAFISMO E PLOTAGEM (0061294583)
- 55.1.11. ANEXO 11 - PLANILHAS DE CUSTOS (0059373954)
- 55.1.12. ANEXO 12 INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO -IMR (0061294686)

Porto Velho, data e hora do sistema.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

16/10/2025, 10:51

SEI/RO - 0065333428 - Termo de Referência

Revisão e Validação

RAFAEL MOTA BRITO

Gerente de Compras da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO

Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MOTA BRITO, Gerente**, em 13/10/2025, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 13/10/2025, às 12:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 13/10/2025, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 13/10/2025, às 14:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO, Gerente**, em 13/10/2025, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 13/10/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 13/10/2025, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 13/10/2025, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0065333428** e o código CRC **08856B59**.



Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GRAFISMO E PLOTAGEM

**Polícia Militar do Estado de Rondônia -
PMRO**



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polícia Militar - PM

RESOLUÇÃO N. 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST

Altera o Regulamento de Identidade Visual das Viaturas Operacionais e Administrativas da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, do Decreto nº 23.561, de 18 de janeiro de 2019, que regulamenta a identidade visual das viaturas da Polícia Militar e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Artigo 14 do Regulamento Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia (R-12-PM),

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Regulamento de Identidade Visual das Viaturas Operacionais e Administrativa da Polícia Militar do Estado de Rondônia (RIV/PMRO), de 18 de Janeiro de 2019, passando a vigorar o regulamento anexo a esta resolução, e dar outras providências.

Art. 2º Fica aprovado o regulamento, anexo a esta Resolução, pelo qual se regerá a identificação das viaturas policiais militares.

Art. 3º Fica obrigatória a adequação da identidade visual das viaturas quando da realização dos serviços de manutenção na plotagem ou na renovação da frota.

Art. 4º Determinar que esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, em 25 de dezembro de 2023

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO – CORONEL QOPM
Comandante-Geral da PMRO

RIV/PMRO
REGULAMENTO DE IDENTIDADE VISUAL DAS VIATURAS OPERACIONAIS E
ADMINISTRATIVAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA

CAPÍTULO I
Da Finalidade

Art. 1º. O objetivo do regulamento de Identidade Visual das Viaturas Operacionais e Administrativas da Polícia Militar do Estado de Rondônia - RIV/PMRO é simplificar e adequar a divulgação, compreensão, reconhecimento e retenção dos elementos visuais, juntamente com seus padrões de cores e símbolos uniformizados, que funcionam como indicativos da presença da Corporação em atividades de serviço preventivo e ostensivo. Isso busca promover uma maior conexão entre a Polícia Militar e a comunidade.

CAPÍTULO II
DAS VIATURAS, SÍMBOLOS, PLOTAGEM E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Seção I
Das Viaturas Policiais Militares

Art. 2º. O veículo policial militar é a designação geral para qualquer meio de transporte de pessoas ou carga, de natureza oficial, motorizado e pertencente à Polícia Militar. Esses veículos desempenham um papel crucial na execução de atividades ostensivas, garantindo a mobilidade da Instituição, sendo amplamente empregados em várias operações e especialidades de policiamento.

Seção II
Dos Símbolos

Art. 3º. Nas viaturas, serão aplicados símbolos que destacam a relevância da história da Instituição, cujos significados estão relacionados à identidade policial militar do Estado de Rondônia. Esses elementos, expressos por meio de formas, cores e traçados, evocam o patrimônio histórico e cultural de Rondônia, incluindo a Bandeira do Estado, o Forte Príncipe da Beira, o Estandarte da PMRO, os Brasões de suas Unidades especializadas, o símbolo nacional das Polícias Militares e o distintivo Sillitoe Tartan. Essa iniciativa busca resgatar as cores de nossa brasão, e modernizar a comunicação visual.

Seção III
Da Plotagem

Art. 4º. A plotagem deverá ser realizada em vinil de alta qualidade, com exceção das celas, embarcações e aeronaves, que deverão ser pintadas com tinta automotiva específica de alta qualidade, conforme as especificações constantes do Anexos XIV e XX deste Regulamento, com a garantia mínima de 3 (três) anos, não sendo aceito desbotamentos e deterioração que não estejam vinculados a sinistros decorrentes da atividade policial, podendo ser refletivo ou não refletivo.

Art. 5º. Fica vedada a inserção ou alteração de elemento visual que não esteja previsto no Regulamento, como também qualquer plotagem no para-brisa, vidros de janelas e vidro traseiro que não esteja prevista neste Regulamento, sendo assim o Comandante de Unidade responsável pela manutenção integral deste regulamento.

Parágrafo único. Em casos específicos, os objetos gráficos estabelecidos neste Regulamento poderão ser plotados nos vidros das viaturas, conforme marca e modelo de veículo, desde que não prejudiquem a visão do motorista, mediante autorização expressa do Comandante-Geral, alterando o regulamento.

Art. 6º. Fica vedado o uso de bordas em qualquer objeto gráfico plotado nos veículos operacionais e administrativos, com exceção dos Brasões e Logotipos, os quais possuem especificações de imagem próprias em regulamentação específica do Brasão de cada Unidade.

Art. 7º. Os padrões apresentados não devem ser alterados em suas cores, diagramação ou proporções, nem ser sobrepostas ou subpostas por elementos gráficos, linhas, dentre outros, devendo ser reproduzidos com fidelidade às instruções aqui contidas.

Seção IV
Das Especificações Técnicas das Imagens dos Símbolos

Art. 8º. As especificações de plotagem descritas neste Regulamento, nos modelos dos veículos apresentados serão também seguidos em outros modelos e marcas de veículos a serem utilizados, tanto administrativos quanto operacionais na Polícia Militar do Estado de Rondônia, conforme aquisições ou locações efetuadas pela Instituição.

Art. 9º. O Escudo da Polícia Militar será plotado, posicionado nas laterais traseiras das viaturas, próximo a lanterna, centralizado, medindo 210mm x 250mm, devendo respeitar as características dispostas no Decreto nº 429, de 25 de agosto de 1982.



Parágrafo único. Nas unidades especializadas, o Escudo da Polícia Militar será substituído pelo Escudo da Unidade, plotado conforme especificações no Art. 9º da Seção IV, com exceção do BPTRAN.

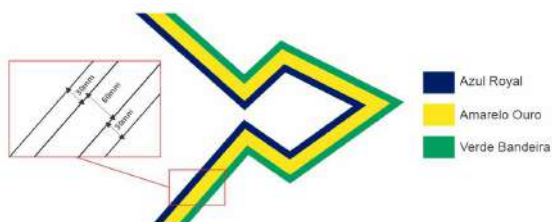
Art. 10. O Brasão de Armas do Estado de Rondônia será aplicado em material refletivo, posicionado em ambos os lados, na parte inferior da porta dianteira da viatura, a uma distância de cerca de 8 a 12 centímetros do Forte Príncipe da Beira. Pode haver variação dessa distância para se adequar ao modelo do veículo, com as medidas de 150 mm x 80 mm. É necessário observar e respeitar as características dispostas na Lei nº 4.158, de 24 de outubro de 2017.



Art. 11. Respeitando as dimensões mínimas poderão ser autorizados redimensionamentos simples a maior do Brasão e Estandarte da Polícia Militar, Brasões, Escudos e Estandartes das Unidades Especializadas e das Equipes Especiais, para adequar às características dos veículos, desde que não interfira na visibilidade do Estandarte, bem como não atrapalhe as dimensões dos outros símbolos a serem inseridos no automóvel, devendo ocorrer somente com autorização fundamentada do Comandante Geral.

Art. 12. O Forte Príncipe da Beira, patrimônio histórico, simboliza a segurança proporcionada pela Polícia Militar do Estado de Rondônia. Sua representação artística será exibida em três cores da bandeira do Estado de Rondônia, posicionada nas laterais, percorrendo desde a porta dianteira até a coluna superior do teto. Em destaque, as cores azul e verde terão uma espessura de 30 mm cada, enquanto a cor amarela terá 60 mm, sem excluir partes que definem sua linguagem, adaptando-se a cada marca e modelo de veículo.

Parágrafo único. O Batalhão de Operações Especiais (BOPE) não seguirá a determinação de cores do artigo anterior, deverá obrigatoriamente seguir com as cores da unidade nas linhas do Forte Príncipe da Beira.

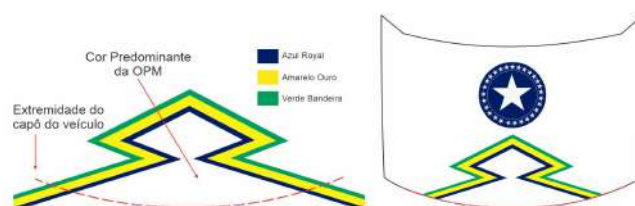


Art. 13. As cores das linhas do Forte Príncipe da Beira serão adequadas para o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), conforme tabela:

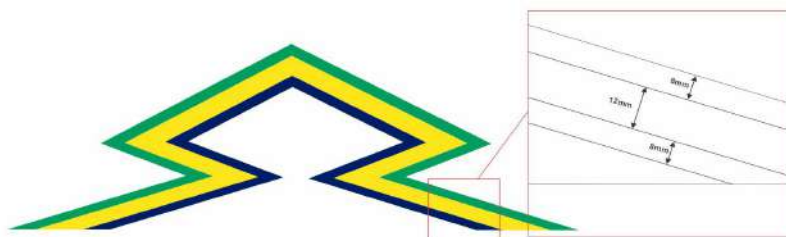


Parágrafo Primeiro. No capô dianteiro e na tampa traseira da viatura, será disposta a ponta do Forte Príncipe da Beira. Sua forma geométrica será triplicada, e as linhas terão as cores inspiradas na Bandeira do Estado de Rondônia, posicionadas centralizadas na extremidade do capô e na tampa traseira próximo ao para-choque.

Capô:

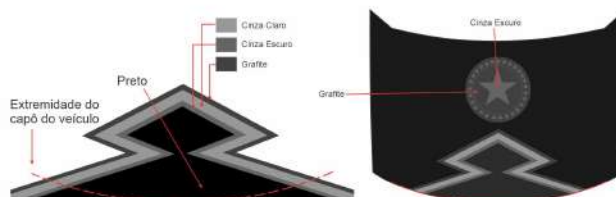


Tampa traseira:

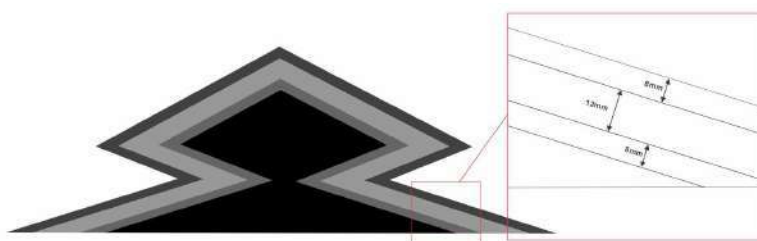


Parágrafo Segundo: No capô dianteiro e na tampa traseira da viatura do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), será disposta a ponta do Forte Príncipe da Beira. Sua forma geométrica será triplicada, e as linhas No capô dianteiro e na tampa traseira da viatura, será disposta a ponta do Forte Príncipe da Beira. Sua forma geométrica será triplicada, e as linhas terão as cores que representa a unidade, posicionadas centralizadas na extremidade do capô e na tampa traseira próximo ao para-choque.

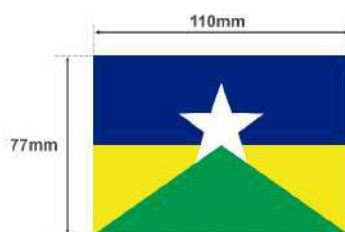
Capô:



Tampa Traseira



Art. 14. A Bandeira do Estado de Rondônia será posicionada a direita na tampa traseira cerca de 8 a 12 centímetros acima do para-choque, medindo 110 mm de base e 77 mm de altura, será plotada em material de alta qualidade, respeitadas as suas cores conforme o disposto no Decreto-Lei nº 007, de 31 de dezembro de 1981.



Art. 15. O Emblema Nacional das Polícias Militares tem a seguinte descrição heráldica: Brasão circular internamente um círculo

em azul (blau) carregado com 26 (vinte e seis) estrelas em prata, representando os Estados da República Federativa do Brasil e em abismo vermelho (goles), representando a justiça, uma estrela de 5 (cinco) pontas gironadas em amarelo ouro (jalne) representa o Distrito Federal, finalizando o conjunto que simboliza a segurança e proteção exercida pelas polícias militares em todas as Unidades Federativas do Brasil.



Art. 16. Para a Polícia Militar do Estado de Rondônia, o emblema terá o traçado original, adotando-se a cor azul, na mesma forma inserida no Brasão da Corporação, simbolizando a farda da PMRO no policiamento ordinário, podendo haver variedade de cores, de acordo com as tonalidades e padrões de cada especialidade da Unidade.



Art. 17. O escudo que representa o símbolo das polícias será plotado com adesivo recortado e a cor branca em material refletivo no capô dianteiro (tampa do motor), nas dimensões de 35 cm x 35 cm, podendo ser dimensionado até a medida de 40 cm x 40 cm em viaturas com capô maior, visando garantir a visibilidade.

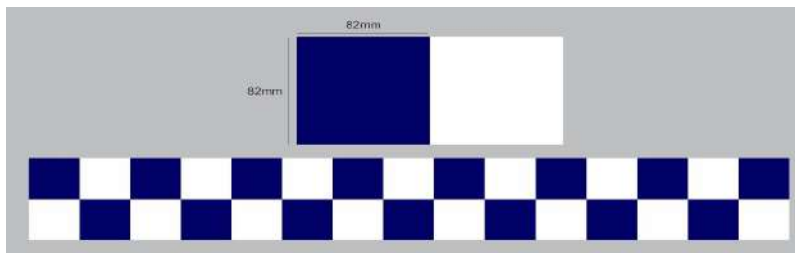
Parágrafo único. Cada viatura será plotada de acordo com a tabela de cores referente à especialidade da Unidade, a qual está vinculada e ao tipo de VTR.



Art. 18. O Sillitoe Tartan (faixa xadrez) é um distintivo internacional xadrez preto e branco, usado como ícone de policiamento em todo o mundo, podendo ser composto de diferentes cores, garantindo a identificação do trabalho ostensivo da Corporação.



Art. 19. Na Polícia Militar do Estado de Rondônia, a faixa xadrez será aplicada exclusivamente nos veículo da unidade do Batalhão de Trânsito (BPTRAN) e na Coordenadoria de Saúde. A faixa será aplicada em duas cores, posicionada entre o eixo traseiro até próximo às linhas do Forte Príncipe da Beira na porta dianteira dos veículos de quatro rodas. O design será adequado e consistirá em um conjunto de dois quadrados de tamanhos iguais (82 mm x 82 mm), totalizando uma faixa com largura de 246 mm. O comprimento da faixa será adaptado a cada marca e modelo específico do veículo.



CAPÍTULO III

DOS PREFIXOS E DÍSTICOS NAS VIATURAS

Seção I

Dos Prefixos

Art. 20. Os prefixos e numerações obedecerão ao disposto nas normas internas sobre administração, cálculo, distribuição e prefixos de veículos da Polícia Militar do Estado de Rondônia e o disposto neste Regulamento.

Art. 21. O prefixo de identificação será plotado nas lateral esquerda, posicionado na parte frontal da viatura, no espaço que compreende o vértice dos para-lamas dianteiros e o limite inicial da porta dianteira, no espaço em que couber a total aplicação de modo a não haver quebra de sua visibilidade, conforme cada modelo de veículo, em fonte arial black com 60 mm de altura.

Art. 22. O teto da viatura será plotado com o prefixo alfanumérico da viatura acima, em vinil recortado em fonte arial black na cor preta, nas dimensões proporcionais ao espaço do teto, com a finalidade de identificação aérea.



Seção II Do Número de Emergência - 190 e Pictograma

Art. 23. O número de chamada de emergência e o pictograma da figura do telefone serão reflexivos, posicionados abaixo do escudo da Polícia Militar, e, nas unidades especializadas, abaixo do respectivo escudo. A fonte utilizada será Arial Black, com 300 mm x 115 mm de altura, na cor branca. O pictograma estará localizado no lado esquerdo do número de emergência, em ambos os lados, também na cor branca.



Seção III Do Dístico Polícia Militar

Art. 24. O dístico POLÍCIA será em adesivo recortado e refletivo, aplicado nas laterais do veículo, na cor correspondente à modalidade de policiamento. Utilizando a fonte arial black, abrangerá toda a porta traseira até o Forte Príncipe da Beira na porta dianteira, com 280 mm de altura por 1200 mm de comprimento, desconsiderando o tamanho do acento na expressão POLÍCIA. O dístico MILITAR será também refletivo, aplicado nas laterais do veículo na cor correspondente à modalidade de policiamento, com 90 mm de altura, posicionado em baixo do dístico POLÍCIA conforme imagem a baixo:



Parágrafo único. As viaturas de radiopatrulha e demais tipos de policiamentos especializados motorizados, empregados na atividade operacional e administrativa, deverão ser plotada a inscrição, conforme o policiamento, nas laterais traseiras, quando branco em adesivo refletivo acima do Escudo da Polícia Militar ou Unidade Especializada, com 60 mm de altura, em fonte arial black, na cor definida de sua modalidade, de acordo com os exemplos:



Seção IV

Do Sítio Digital da PMRO

Art. 25. O sítio digital www.pm.ro.gov.br será plotado em material refletivo, na extremidade alta do vidro traseiro em fonte arial black nas cores branco ou preto, conforme o insulfilm aplicado no vidro.

40mm | **www.pm.ro.gov.br**

Seção V

Do Logotipo de Gestão e Convênios

Art. 26. O logotipo da gestão do Governo de Rondônia e a identificação do convênio de aquisição, quando houver, serão posicionados na parte inferior das 2 (duas) portas laterais dianteiras das viaturas.

Parágrafo único. O logotipo do governo será posicionado à direita do logotipo do convênio,

ambos em vinil impresso não refletivo, no tamanho médio de 8 cm, podendo ser redimensionado a maior, adequando-se ao espaço das portas laterais traseiras, abaixo da Siltoe Tartan, podendo em situações especiais, ser readequada em local visível, desde que não comprometa a plotagem e as características básicas da viatura policial-militar.

CAPÍTULO IV

DAS CORES DAS VIATURAS

Seção I

Das Especificações Gerais

Art. 27. As viaturas operacionais e administrativas terão obrigatoriamente cada uma sua cor predominante conforme sua especialidade.

Art. 28. As viaturas destinadas ao policiamento especializado - Batalhão de Operações Especiais - BOPE, Batalhão de Policiamento de Fronteira - BPFON, Batalhão de Polícia de Choque -BPCHOQUE, Patrulhamento Tático Móvel - PATAMO e Batalhão de Polícia Ambiental - BPA, poderão preferencialmente receber veículos com as seguintes cores reduzindo o envelopamento do veículo:

- I - Batalhão de Operações Especiais - BOPE, veículo na cor preta;
- II - Batalhão de Polícia de Choque - BPCHOQUE, veículo na cor cinza;
- III - Força Tática - veículo na cor cinza
- IV - Batalhão de Policiamento de Fronteira - BPFON, veículo na cor verde;
- V - Patrulhamento Tático Móvel - PATAMO - veículo na cor cinza; e
- V - Batalhão de Polícia Ambiental - BPA - veículo na verde.

Parágrafo único. As viaturas destinadas às organizações policiais militares especificadas neste artigo, receberão a plotagem de camuflagem digitalizada pixelado nas cores específicas, ou conforme cor já estabelecido da unidade, devendo a plotagem ficar na cor fosca, sendo não refletivo.

Seção II

Das Viaturas Administrativas

Art. 29. As viaturas administrativas e escolares terão padrão único na cor branca com detalhes simples, desvinculando-se da imagem ostensiva da Polícia Militar, e poderá ser plotado na porta traseira o nome da organização Policial Militar de locação da viatura.

§ 1º. Os veículos de transporte escolar são enquadrados como veículo administrativo e obedecerão aos parâmetros de nomenclatura como transporte de pessoal e transporte com conformidade especial, na cor branca e nomeada no prefixo como ESP.

Seção III

Das Embarcações, Aviões, Coletivos e Caminhões

Art. 30. Seguirão o modelo das viaturas operacionais, conforme as especificações de cada unidade e modelos anexos.

Parágrafo único. As embarcações e Aviões poderão ser pintadas ou adesivadas com material que atenda os seguintes requisitos:

I - tinta adequada e específica ao material da embarcação;

II - durabilidade superior a 5 (cinco) anos;

III - alta resistência ao envelhecimento e incrustamento;

IV - alta resistência à água e intempéries comuns dos rios; e

V - manutenção do brilho peculiar.

Seção IV

Das Motocicletas, Triciclos e Bicicleta

Art. 31. As motocicletas, triciclos e bicicletas seguirão o padrão estipulado para as viaturas operacionais de cada Unidade, dispondo em suas carenagens os símbolos previstos neste Regulamento, garantindo a visibilidade e identificação imediata.

Seção V

Da Especificação das Cores

Art. 32. As cores das viaturas foram definidas tendo como referências os fardamentos oficiais e as especialidades de policiamento da Polícia Militar do Estado de Rondônia e terão seus tons conforme descrito nesta padronização, sendo vedado qualquer alteração de tom e cor não previstos neste Regulamento.

Art. 33. As cores adotadas para as viaturas da Polícia Militar do Estado de Rondônia serão determinadas conforme os exemplos apresentados no anexo a esta resolução.

Seção VI

Do Material

Art. 34. A plotagem dos veículos deve ser realizada em vinil de alta qualidade, refletivo ou não refletivo nos objetos determinados nesta padronização ou em toda sua totalidade.

Parágrafo único. Com exceção das embarcações e aeronave que deverão receber pintura ou plotagem, esta de alta qualidade, com durabilidade mínima de 5 (cinco) anos.

Art. 35. O vinil ou tinta deverá ser durável e de alta qualidade, com garantia de no mínimo 3 (três) anos, sendo processado e aplicado corretamente, tendo características de resistência a encolhimento, flexibilidade, adesão, remoção de liner, resistência a impacto, envelhecimento, resistência à água, brilho especular e desgaste por intempéries.

CAPÍTULO V

DAS NORMAS GERAIS

Parágrafo único. As descrições técnicas estabelecidas serão executadas a rigor, as definições que não se especificam referem-se ao aproveitamento em diversos tipos de marcas e modelos de diferentes veículos empregados.

Art. 36. As disposições contidas neste Regulamento só poderão ser alteradas por ato do Comandante- Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, fundamentada e regulada através de atualização deste regulamento (RIV).

Art. 37. Os modelos de plotagens, os símbolos das Unidades da Polícia Militar, estabelecidos ou regulados por esta norma são de exclusividade da Polícia Militar do Estado de Rondônia e considerados de uso privativo para as atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, sendo proibido particulares e instituições públicas e privadas de qualquer natureza, o uso de plotagens ou adesivagem iguais ou que se assemelhem aos aqui descritos e que possam provocar confusão na sua identificação.

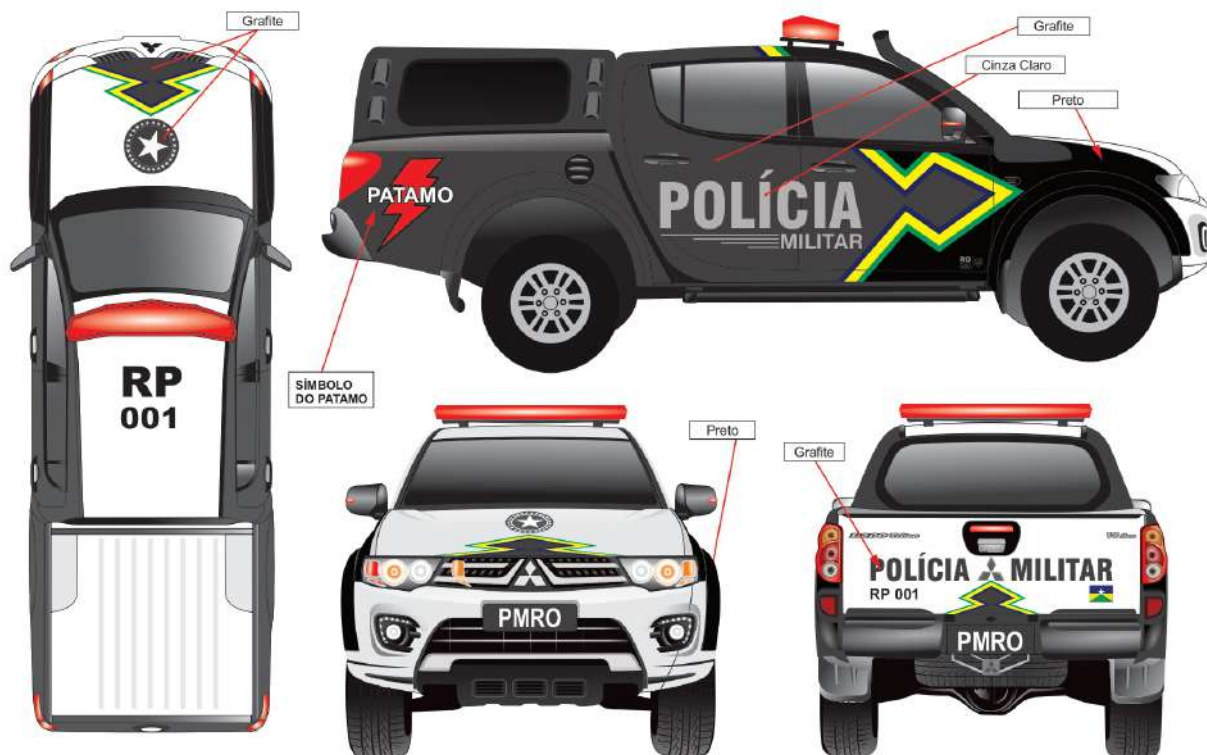
Art. 38. Cumpre aos Oficiais e Praças da Corporação levar ao conhecimento de seus chefes imediatos o uso das plotagens descritas neste Regulamento, ou mesmo semelhantes, por elementos estranhos à Corporação.

Art. 39. O Anexo I - Viatura de Radiopatrulha pick-up; Anexo II - Viatura de Força Tática; Anexo III - Viatura PATAMO; Anexo IV - Viatura Operações Especiais; Anexo V - Viatura do Batalhão de Fronteira; Anexos VI - Viatura do Batalhão Ambiental; Anexo VII

- Viatura Policiamento de Trânsito; Anexo VIII - Viatura do Batalhão de Choque; Anexo IX - Viatura Patrulha Maria da Penha; Anexo X - Viatura Operações Aéreas; Anexo XI - Viatura da Coordenadoria de Saúde; Anexo XII - Viatura Rádiopatrulha porte baixo sedam; Anexo XIII - Viaturas Rádiopatrulha porte baixo hatch; Anexo XIV - Embarcações; Anexo XV - Ônibus; Anexo XVI - Caminhão; Anexo XVII - Quadriciclo; Anexo XVIII Motocicleta; Anexo XIX - Bicicleta; Anexo XX - Avião. São partes integrantes deste Regulamento e dispõem sobre as especificações e medidas adequadas para cada viatura.

Proponentes: Cel QOPM Regis Wellington Braguin Silvério, TC QOPM Renato Acácio Canhoni Suffi, CB QPPM Alfredo Justiniano Paes, SD QPPM Tiago José Ribeiro



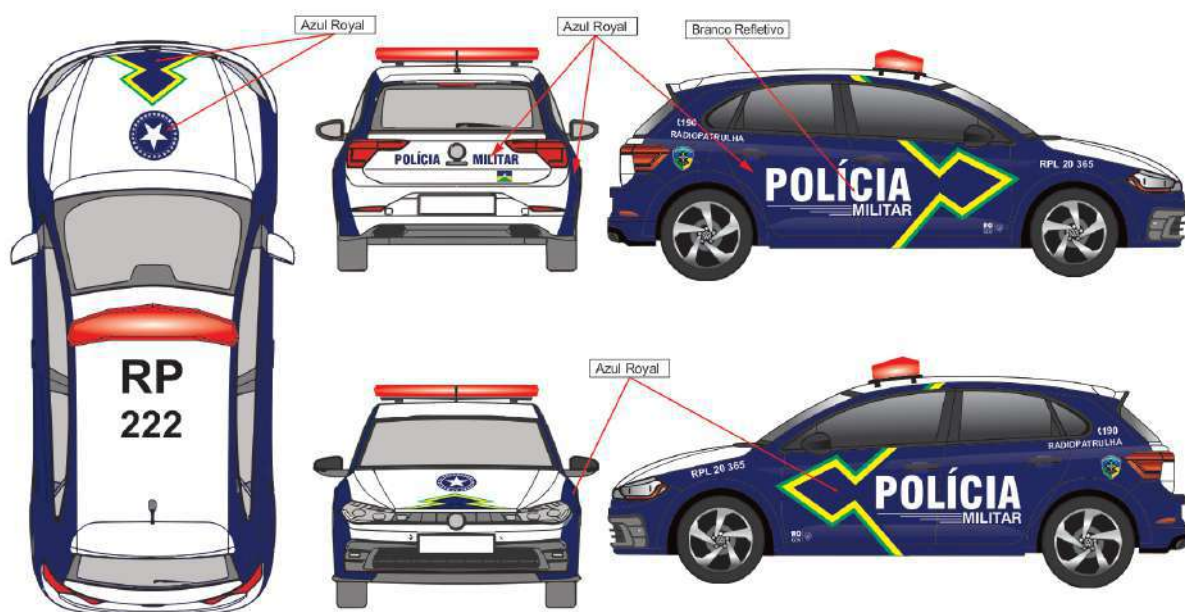
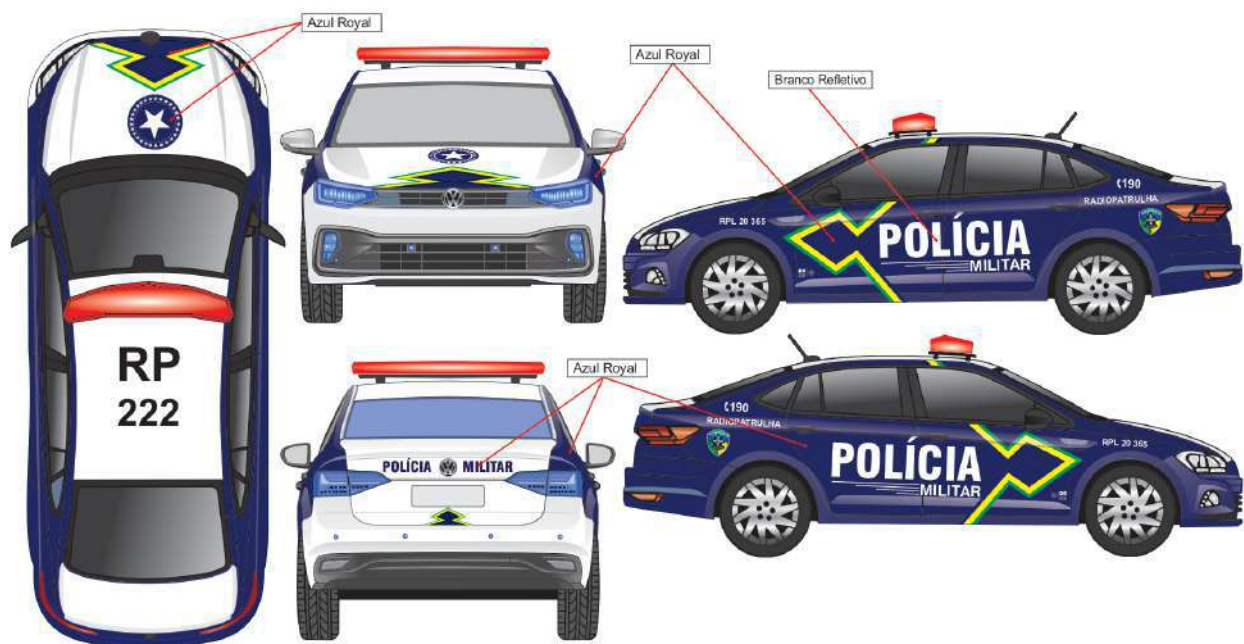


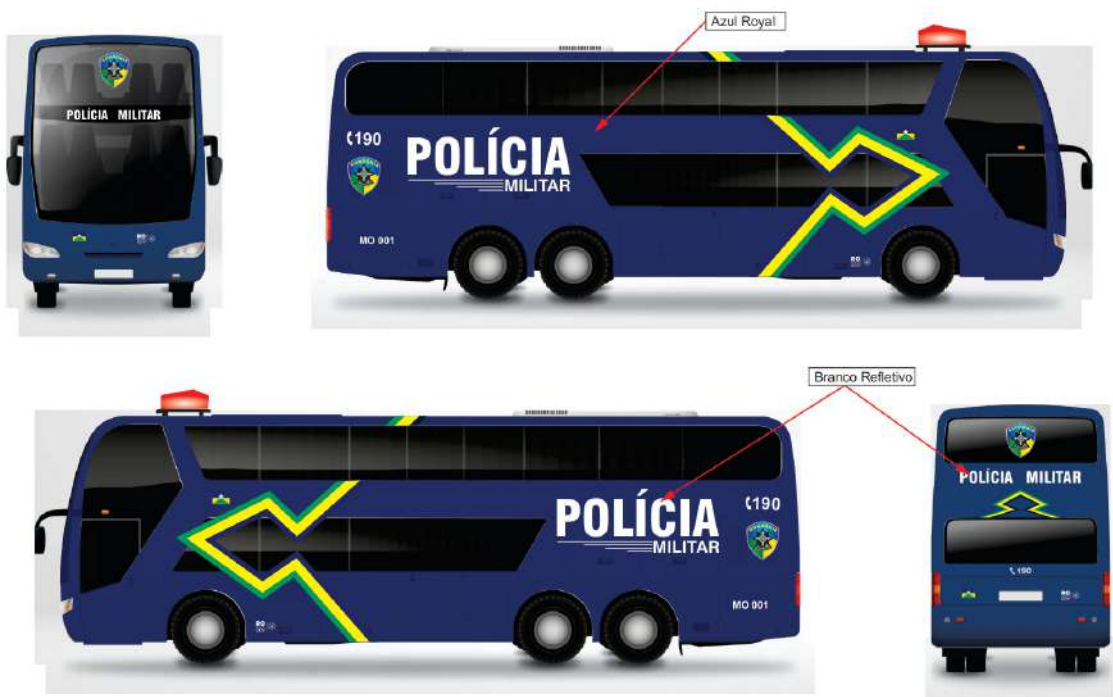


















Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio**, Comandante-Geral da PMRO, em 28/12/2023, às 20:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0044707366** e o código CRC **94059EF8**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polícia Militar - PM

RESOLUÇÃO N. 0300/2024/PM-ASSELEGIS

Aprova a Identidade Visual das viaturas do Batalhão de Policiamento Tático de Ação e Reação - BPTAR e altera a Identidade Visual das viaturas do Patrulhamento Tático Móvel- PATAMO e Força Tática.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere alínea "i" do inciso V, do art. 14, do Regulamento Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, aprovado pelo Decreto nº 26.648, de 17 de dezembro de 2021 (R-12-PM),

Considerando a criação do Batalhão de Policiamento Tático de Ação e Reação - BPTAR, da Polícia Militar do Estado de Rondônia, pelo Decreto Nº 29.136, de 28 de maio de 2024,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica aprovada a Identidade Visual das Viaturas do Batalhão de Policiamento Tático de Ação e Reação-BPTAR, na forma do anexo I desta Resolução.

Art. 2º A Identidade Visual das viaturas do Patrulhamento Tático Móvel- PATAMO e Força Tática passam a vigorar na forma dos Anexos II e III desta Resolução.

Art. 3º Fica obrigatória a adequação da identidade visual das viaturas quando da realização dos serviços de manutenção na plotagem ou na renovação da frota.

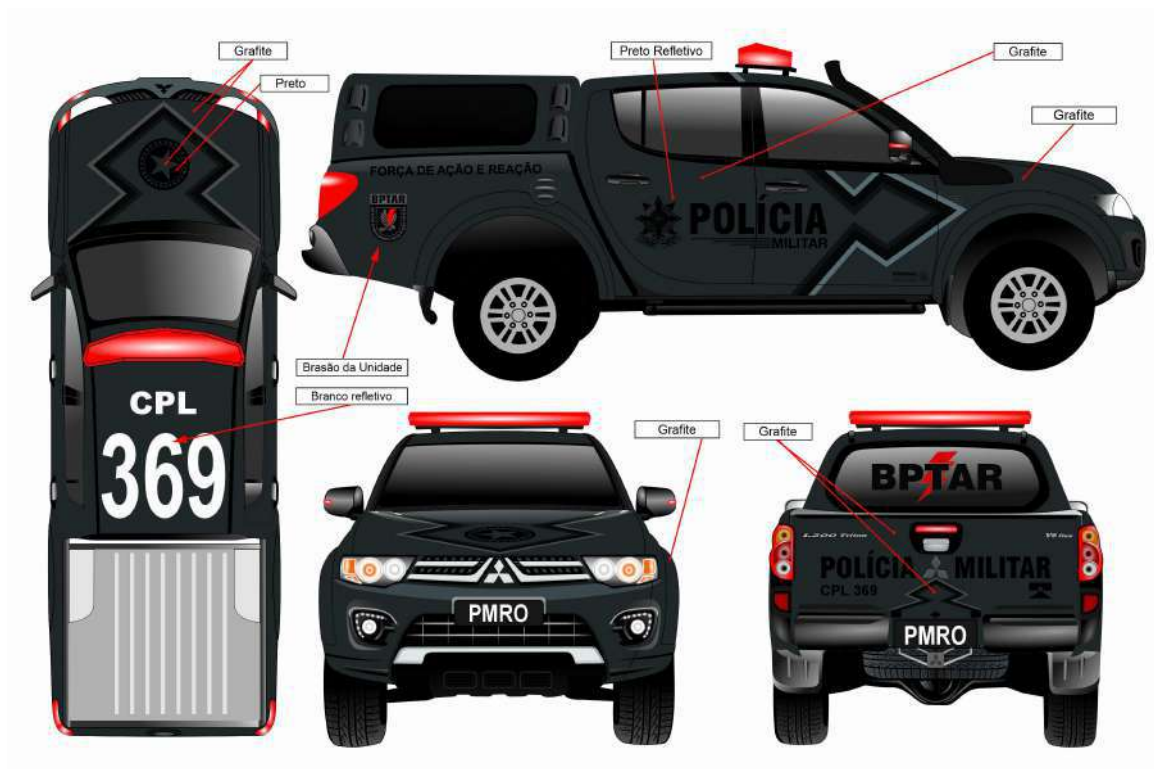
Art. 4º Determinar que esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28 de maio de 2024.

Art. 5º Revoga as disposições em contrário.

Quartel do Comando-Geral da Polícia Militar, na data da assinatura eletrônica.

REGIS WELLINGTON **BRAGUIN SILVERIO** – CEL **QOPM**
Comandante-Geral da PMRO

ANEXO I
POLICIAMENTO TÁTICO DE AÇÃO E REAÇÃO- BPTAR



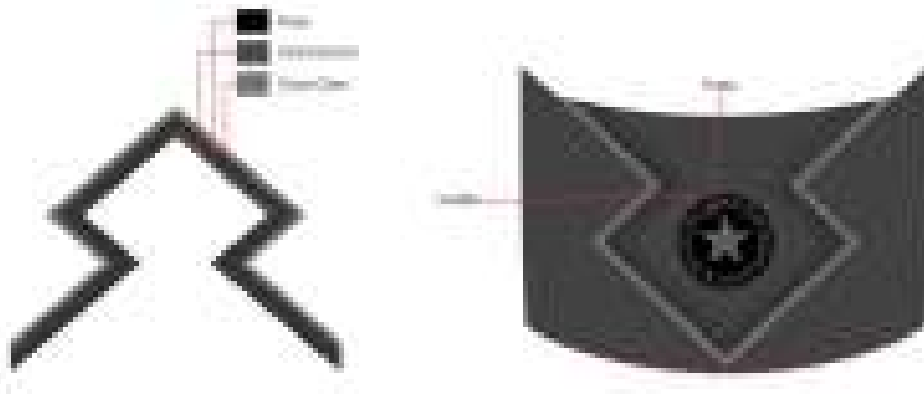
ANEXO II
PATAMO



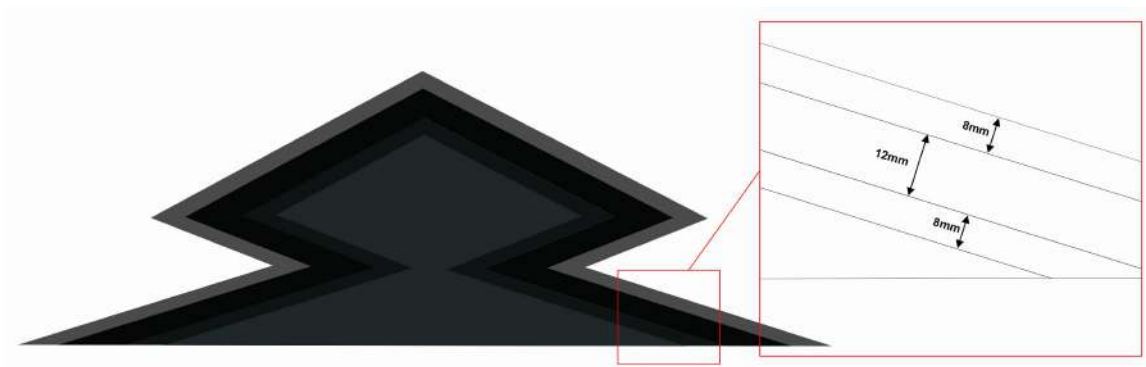
ANEXO III FORÇA TÁTICA



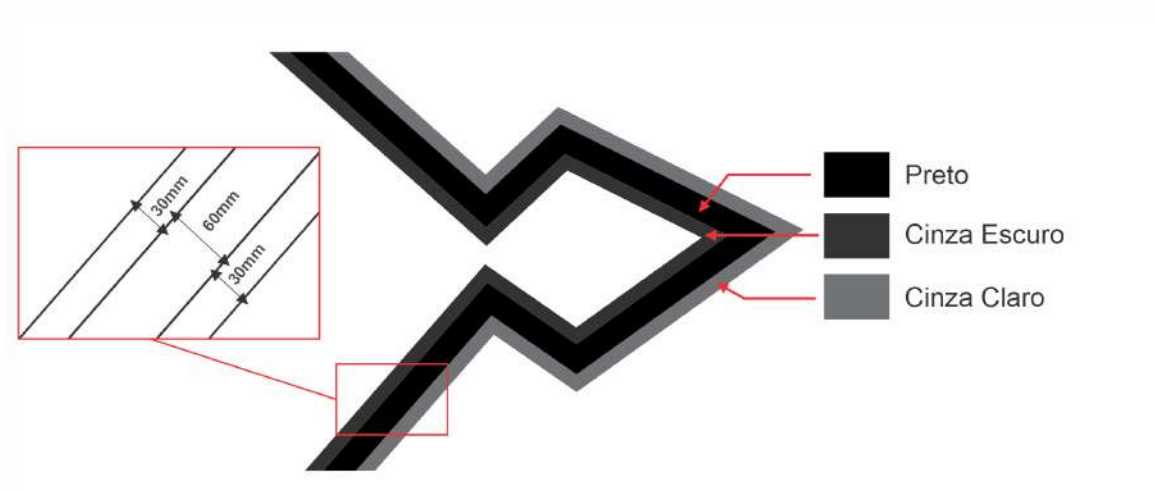
No Capô dianteiro das Viaturas de Patrulhamento Tático será disposta a ponta do Forte Príncipe da Beira, contendo centralizado na ponta do Forte Príncipe da Beira o Emblema Nacional das Polícias Militares. Sua forma geométrica será triplicada, e as linhas terão as cores preta, cinza escuro e cinza claro, centralizadas na extremidade do capô.



Na tampa traseira das Viaturas de Patrulhamento Tático será plotado a ponta do Forte Príncipe da Beira. Sua forma geométrica será triplicada, e as linhas terão as cores preta, cinza escuro e cinza claro, centralizadas na tampa traseira próximo ao para-choque.



Nas laterais das Viaturas de Patrulhamento Tático, nas portas dianteiras, será plotado a ponta do Forte Príncipe da Beira. Sua forma geométrica será triplicada, e as linhas terão as cores preta, cinza escuro e cinza claro.



O teto das Viaturas de Patrulhamento Tático será plotado com o prefixo alfanumérico da viatura, nas dimensões de 95% da extensão do teto do veículo, a sigla CPL nas dimensões de 30%, centralizado, tudo em fonte arial black na cor branca.



Nas portas traseiras das viaturas de patrulhamento tático, será plotado o estandarte da Polícia Militar, alinhado à dística: "POLÍCIA MILITAR" em cor monocromática.



REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVERIO - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMRO



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 15/07/2024, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0050718832** e o código CRC **928A07B9**.

Referência: Caso responda esta Resolução, indicar expressamente o Processo nº 0021.048881/2024-87

SEI nº 0050718832



Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GRAFISMO E PLOTAGEM

**Corpo de Bombeiros Militar do Estado
de Rondônia - CBMRO**



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Corpo de Bombeiros Militar - CBM

Ofício nº 14183/2022/CBM-DCS

Ao Senhor

JOSÉ HÉLIO CYSNEIROS PACHÁ

Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

Palácio Rio Madeira - Av. Farquar, 2986 - Bairro Pedrinhas

CEP: 76.801-470 - Porto Velho/RO

Assunto: Encaminhamento de *Layout* para as viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia.

Senhor Secretário,

Com os nossos cordiais cumprimentos, em atenção ao Ofício nº 10741/2022/SESDEC-GEPLAN (ID 0032694852) que solicita os modelos de *Layout*, em caráter de **URGÊNCIA**, para as viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia, sirvo-me do presente para encaminhar conforme , conforme quadro:

ITENS da SAMS	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO (Modelo)	ID
09	VEÍCULO TIPO HATCH - Especificações mínimas: veículo tipo hatchback; 04 portas laterais; Potência mínima: 1.0; Direção Hidráulica; combustível Gasolina/etano; COR: VERMELHA	0032715052
10	VEÍCULO TIPO SEDAN - Especificações mínimas: Modelo Sedan para 05 passageiros; potência do motor não inferior a 115 cv (com qualquer um dos combustíveis; direção hidráulica ou superior; COR: VERMELHA	0032715119
11	VEÍCULO TIPO SEDAN EXECUTIVO - Especificações: Modelo Sedan para 05 passageiros; potência do motor não inferior a 150 cv (com qualquer um dos combustíveis); direção Elétrica ou hidráulica; COR: VERMELHA	0032715119
28	VEÍCULO TIPO PICK-UP CAMINHONETE - Especificações: tipo "S/10, Hilux, L200, Ranger, Frontier, Amarok e/ou similar", cabine dupla, 4 (quatro) portas; motor movido a óleo Diesel, tração 4x4, turbo, Motor 2.2 ou superior; Direção Elétrica ou hidráulica; COR: VERMELHA	0032715150

Respeitosamente,

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM
Comandante-Geral
Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia
Data e hora da assinatura eletrônica

"VIDAS ALHEIAS, RIQUEZAS SALVAR!"

Quartel Dom Pedro II - Av. Campos Sales, 3254 - Bairro Olaria - CEP: 76.801-246 - Porto Velho/RO

E-mail: gabcmd@cbm.ro.gov.br / Telefone: (69) 3216-8952



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 07/10/2022, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794](#), de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0032707760** e o código CRC **FC1CCCA5**.

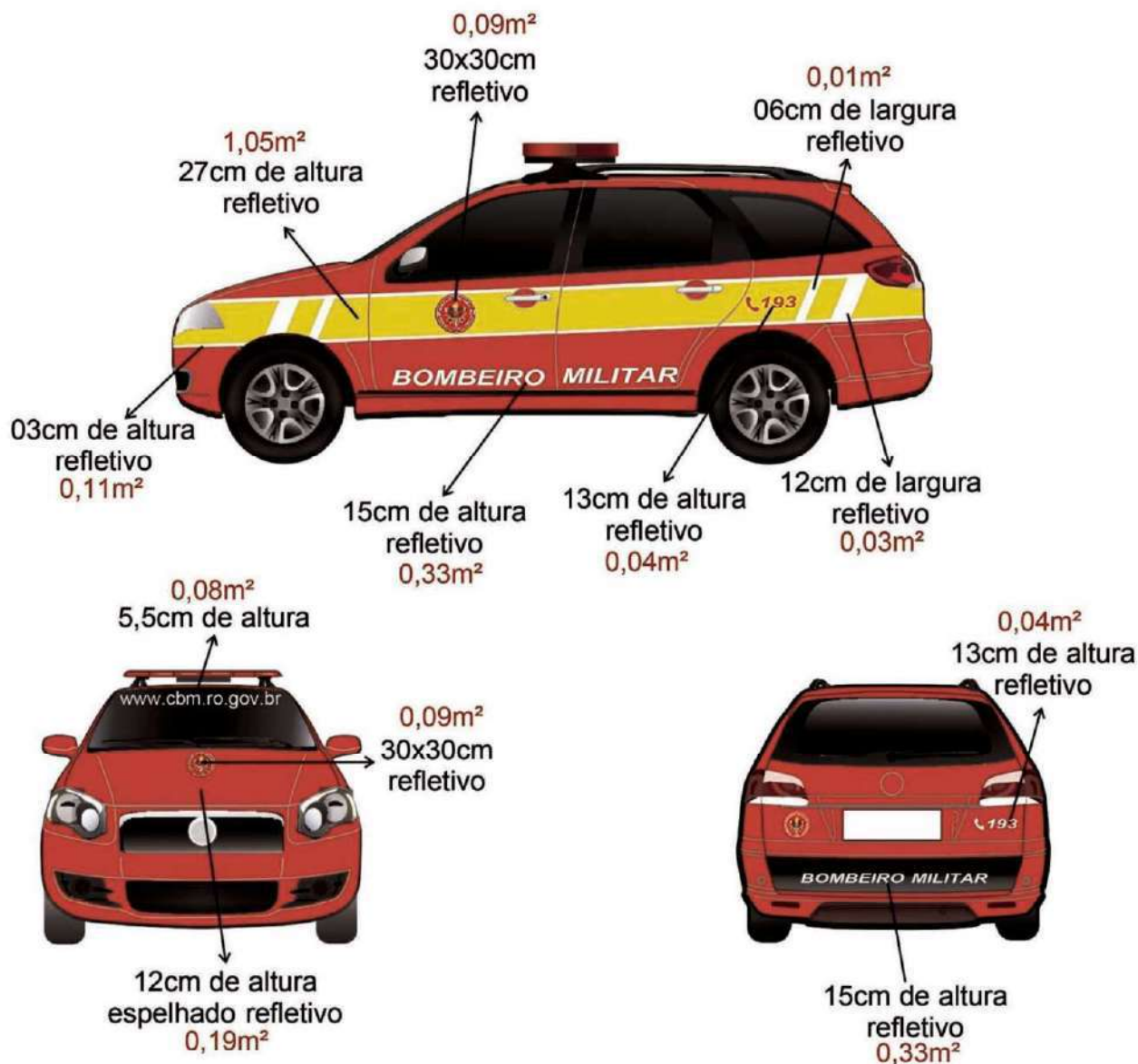


Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

6. VIATURA DE VISTORIA TÉCNICA



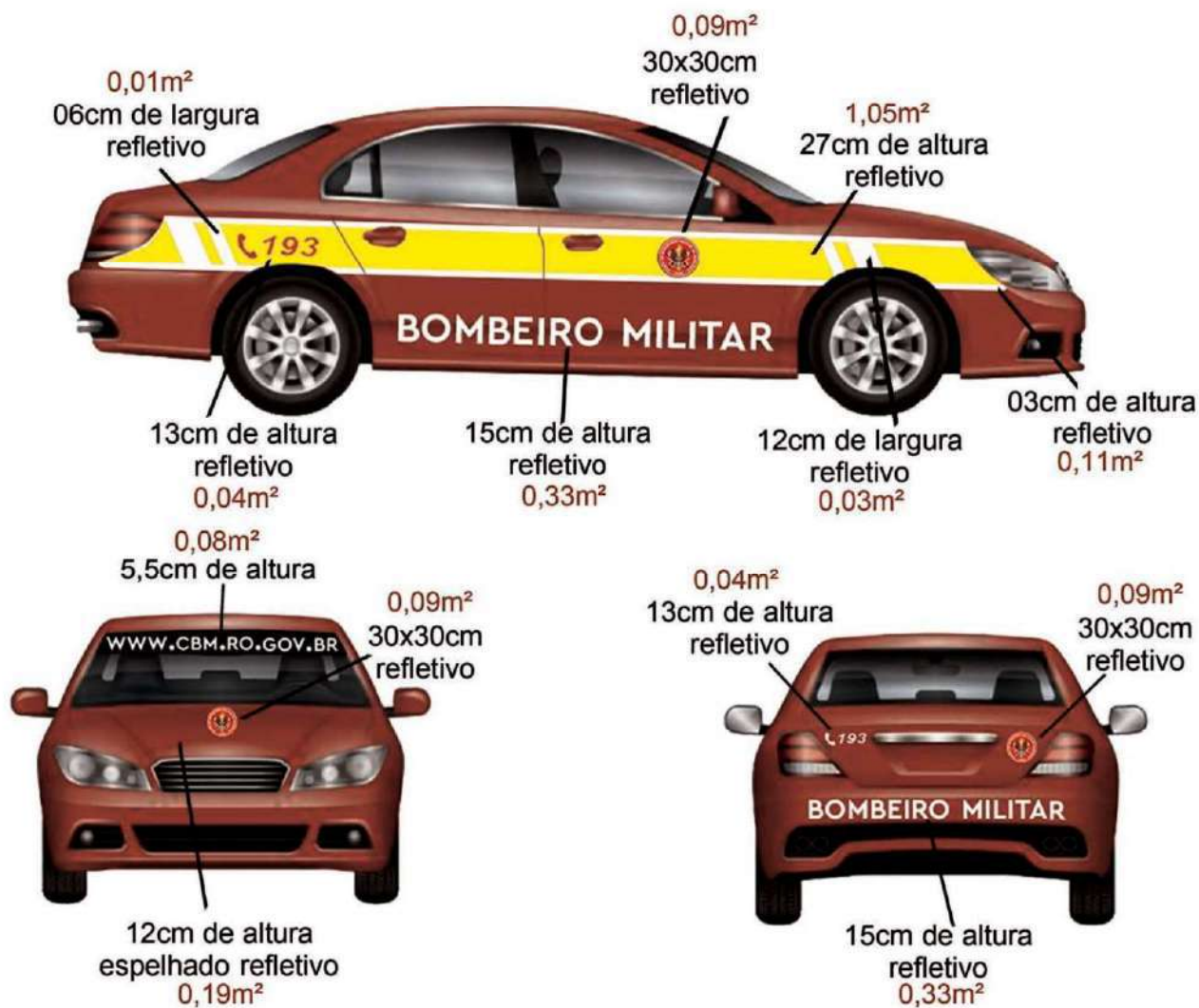


Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

6. VIATURA TIPO SEDAN



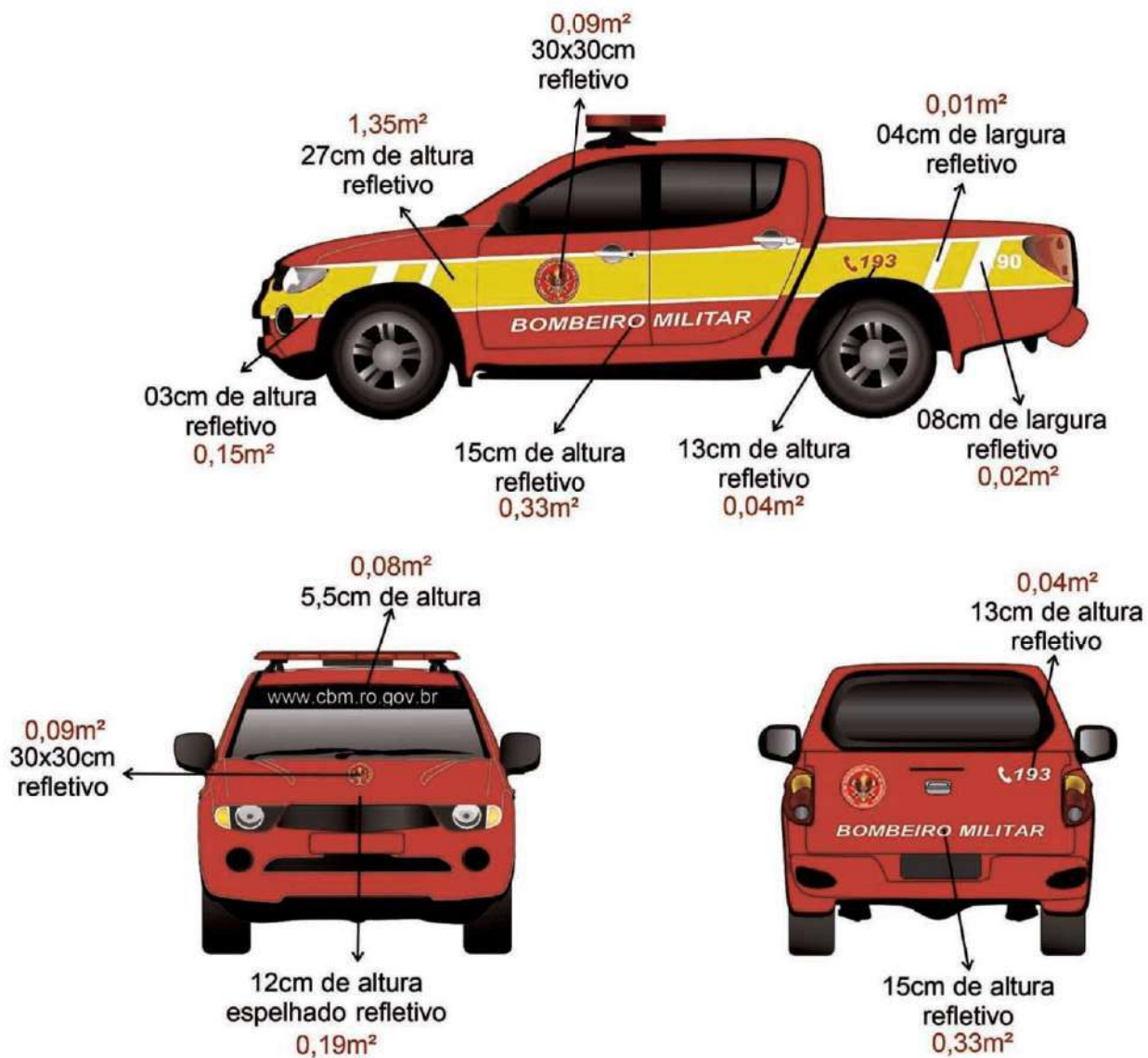


Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

3. CAMINHONETE OPERACIONAL






Governo do Estado de


RONDÔNIA


GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

TABELA DE CORES DAS VIATURAS

			
VERMELHO			
C	M	Y	K
07	100	97	00

			
AMARELO			
C	M	Y	K
09	02	100	00

			
LARANJA			
C	M	Y	K
03	72	100	00

			
BRANCO			
C	M	Y	K
00	00	00	00

			
AZUL			
C	M	Y	K
100	96	04	00



Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GRAFISMO E PLOTAGEM

**Polícia Civil do Estado de Rondônia -
PCRO**



POLÍCIA CIVIL

1. A identidade visual da Polícia Civil, cuja cores oficiais são o preto, o branco e o vermelho, de acordo com as descrições previstas neste anexo conforme segue:

- a)** Brasão Policial;
- b)** Insígnia Policial ou Distintivo e;
- c)** Grafismo de Viaturas.

2. DO BRASÃO POLICIAL

2.1 O Brasão da Polícia Civil, conforme imagem abaixo, é constituído por:

2.1.1 branca, preta e vermelha.

2.1.2 Denominação “POLÍCIA CIVIL” em letras pretas, localizadas na parte superior;

2.1.3 Triângulo isósceles, cor preta, com o lado maior voltado para cima, o vértice oposto localizado exatamente na parte central e a palavra “RONDÔNIA”, em letras arciformes brancas, na parte interna do triângulo, tendo, sob a mesma, uma estrela de 5 (cinco) pontas também em cor branca;

2.1.4 Duas retas paralelas em cor vermelha, tendo a inferior maior espessura, as quais separarão a parte superior do distintivo do triângulo isósceles;

2.1.5 Parte do vértice oposto ao triângulo isósceles e, no prolongamento dos seus lados em diagonais, que vão até a borda do distintivo, 3 (três) ângulos de 90° (noventa graus) cada. O primeiro, à direita, com fundo branco, conterá um par de mão e uma figura humana projetadas em contorno de cor preta, havendo abaixo do desenho a palavra “PROTEÇÃO” em letras pretas. O segundo, à esquerda, com o fundo branco, conterá em cor preta o símbolo da Justiça, projetado em contorno, tendo, abaixo, a palavra “JUSTIÇA”, também em letras pretas; e

2.1.6 O último ângulo, com a abertura para baixo, em fundo vermelho, conterá o desenho de duas mãos que se apertam, tendo, acima, a palavra “PAZ”, ambos, desenho e palavra, em cor branca.



3. DA INSÍGNIA POLICIAL OU DO DISTINTIVO

3.1 A Insígnia Policial ou Distintivo, conforme imagem abaixo, constitui-se por:

3.1.1 Escudo estilizado dourado, contendo uma faixa superior onde se insere a palavra "POLÍCIA" e, na parte inferior, outra faixa, na qual se insere a palavra "CIVIL", ambas palavras em preto na fonte *Arial Black*;

3.1.2 Ao centro, destaca-se o brasão da Polícia Civil; e

3.1.3 Abaixo da faixa inferior, centralizado, a sigla do Estado de Rondônia: RO.





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

4. DO GRAFISMO DE VIATURAS

4.1 O grafismo das viaturas consiste nas especificações e características abaixo relacionadas:

4.1.1 O padrão de grafismo abrangerá as partes laterais, frontal, traseira e superior das viaturas e será composto pela pintura, em cor única, da carroceria e colocação de adesivos;

4.1.2 A pintura da carroceria das viaturas deverá ser na cor preta em tinta tipo PU (esmalte poliuretano) ou poliéster envernizado, em cor sólida;

4.1.3 Os adesivos a serem colocados nas viaturas deverão respeitar os seguintes padrões e cores:

4.1.3.1 Insígnia da Polícia Civil em adesivo vinil com fundo transparente, respeitando as cores e características do símbolo; e

4.1.3.2 Faixas e inscrições na fonte *Arial Black*, em adesivo refletivo, observando as cores branca 680-10;

4.1.4 Para fins de descrição e detalhamento do grafismo, a identificação será realizada por meio do texto "POLÍCIA CIVIL";

4.1.5 O padrão de grafismo observará as seguintes características básicas:

4.1.5.1 Parte frontal: o capô será composto pela Insígnia da Polícia Civil, figuras geométricas e escrita de forma invertida (possibilitando a identificação e a leitura pelo condutor do veículo da frente por meio do retrovisor);



Governo do Estado de
RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA





Governo do Estado de
RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

4.1.5.2 Parte traseira:

4.1.5.2.1 A tampa do porta-malas será composta pela Insignia da Polícia Civil, figuras geométricas e símbolo identificador de telefone e número do telefone direto do Órgão para acionamento por parte do público - 197;

4.1.5.2.2 Identificação principal da Polícia Civil e na parte superior do vidro, de forma centralizada, o endereço da página do Órgão na *internet* (www.pc.ro.gov.br), símbolo identificador das mídias sociais e o endereço das páginas da Polícia Civil; e

4.1.5.2.3 No para-choque, na parte esquerda, o designativo do número do prefixo da viatura;





4.1.5.3 Parte lateral:

4.1.5.3.1 Figuras geométricas compostas por listras horizontal e diagonal na parte central do grafismo, com inclinação de 70° (setenta graus) para a lateral direita e 110° (cento e dez graus) para a lateral esquerda, quando considerada sua leitura da parte frontal para a parte traseira;

4.1.5.3.2 Símbolo identificador de telefone e número do telefone direto do órgão para acionamento do público - 197; símbolo identificador das mídias sociais e endereço das páginas da Polícia Civil; e

4.1.5.3.3 Símbolo representativo;



Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

4.1.5.3.4 Parte superior: número do prefixo da viatura;

4.1.6 O grafismo padrão deverá ser adaptado em suas dimensões aos veículos adquiridos ou recuperados de forma a se estabelecer um conjunto visual harmônico e proporcional, a ser definido pelo Departamento de Transportes - DETRAN, em conjunto com o Delegado-Geral da Polícia Civil;

4.1.7 Fica vedada a inclusão de outros símbolos, sinais ou formas de identificação nas viaturas, bem como a exclusão de elementos de caracterização do grafismo padrão estabelecido neste Anexo e pertinente a cada tipo de transporte;



4.1.8 O presente grafismo não se aplica aos veículos utilizados em serviço reservado de caráter policial;

4.1.9 Aplicam-se também as prescrições estabelecidas a veículos como motocicletas, embarcações, helicóptero, avião, dentre outras possibilidades, respeitadas as características, normas e legislações pertinentes a cada tipo de transporte;

4.1.10 Logomarca Oficial do Governo do Estado de Rondônia, em número de 2 (dois), a serem aplicadas abaixo do adesivo “☎197”, conforme imagem abaixo.





CASA CIVIL - CASA CIVIL

DECRETO N. 23.208, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.

Institui a identidade visual da Polícia Civil do Estado do Rondônia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V da Constituição do Estado,

Considerando a necessidade de padronizar a identidade visual da Polícia Civil do Estado de Rondônia, de forma a atender aos quesitos de modernidade e de uniformidade;

Considerando que, com a padronização da identidade visual, a população terá maior facilidade em identificar os Policiais Cíveis em atividade operacional; e, ainda,

Considerando que a padronização representará redução de custos com a aquisição de materiais para a Polícia Civil,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instituída a identidade visual da Polícia Civil, cujas cores oficiais são o preto, o branco e o vermelho, de acordo com as descrições previstas nos Anexos deste Decreto, conforme segue:

I - Brasão Policial: Anexo I;

II - Insígnia Policial ou Distintivo: Anexo II;

III - Bandeira, Estandarte e Painel Oficial da Polícia Civil: Anexo III;

IV - Fachadas, Placas e Totens Identificadores de Órgãos Policiais: Anexo IV;

V - Grafismo de Viaturas: Anexo V;

VI - Vestimenta Oficial: Anexo VI;

VII - Documentos Oficiais: Anexo VII; e

VIII - Plano de Fundo Institucional: Anexo VIII.

§ 1º. O Conselho Superior de Polícia Civil poderá, mediante Resolução, instituir outras padronizações de veículos, fachadas e vestimentas, que atendam às necessidades excepcionais e especiais da Polícia Civil ou dos Órgãos que a compõem.

§ 2º. Os casos omissos serão dirimidos pelo Conselho Superior de Polícia Civil.

Art. 2º. Fica estabelecido o prazo de 1 (um) ano, a contar da data de publicação deste Decreto, para adequação de todos os Órgãos da Polícia Civil à identidade visual ora instituída.

Art. 3º. Findo o prazo estabelecido no artigo anterior fica vedada a utilização de outros símbolos, sinais ou formas de identificação fora dos padrões estabelecidos.

Art. 4º. Ficam revogados os Decretos nº 3.429 e nº 3.430, ambos de 28 de setembro de 1987.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 24 de setembro de 2018, 130º da República.

DANIEL PEREIRA

Governador

DO BRASÃO POLICIAL

1. O Brasão da Polícia Civil, conforme imagem abaixo, é constituído por:

1.1. Cores branca, preta e vermelha;

1.2. Denominação “POLÍCIA CIVIL” em letras pretas, localizadas na parte superior;

1.3. Triângulo isósceles, cor preta, com o lado maior voltado para cima, o vértice oposto localizado exatamente na parte central e a palavra “RONDÔNIA”, em letras arciformes brancas, na parte interna do triângulo, tendo, sob a mesma, uma estrela de 5 (cinco) pontas também em cor branca;

1.4. Duas retas paralelas em cor vermelha, tendo a inferior maior espessura, as quais separarão a parte superior do distintivo do triângulo isósceles;

1.5. Parte do vértice oposto ao triângulo isósceles e, no prolongamento dos seus lados em diagonais, que vão até a borda do distintivo, 3 (três) ângulos de 90° (noventa graus) cada. O primeiro, à direita, com fundo branco, conterà um par de mão e uma figura humana projetadas em contorno de cor preta, havendo abaixo do desenho a palavra “PROTEÇÃO” em letras pretas. O segundo, à esquerda, com o fundo branco, conterà em cor preta o símbolo da Justiça, projetado em contorno, tendo, abaixo, a palavra “JUSTIÇA”, também em letras pretas; e

1.6. O último ângulo, com a abertura para baixo, em fundo vermelho, conterà o desenho de duas mãos que se apertam, tendo, acima, a palavra “PAZ”, ambos, desenho e palavra, em cor branca.



DA INSÍGNIA POLICIAL OU DO DISTINTIVO

1. A Insígnia Policial ou Distintivo, conforme imagem abaixo, constitui-se por:

1.1. Escudo estilizado dourado, contendo uma faixa superior onde se insere a palavra “POLÍCIA” e, na parte inferior, outra faixa, na qual se insere a palavra “CIVIL”, ambas palavras em preto na fonte *Arial Black*;

1.2. Ao centro, destaca-se o brasão da Polícia Civil; e

1.3. Abaixo da faixa inferior, centralizado, a sigla do Estado de Rondônia: RO.



ANEXO III

DA BANDEIRA, DO ESTANDARTE E DO PAINEL OFICIAL

1. A Bandeira, o Estandarte e o Pannel Oficial da Polícia Civil, símbolos permanentes, contarão com as especificações e características abaixo relacionadas.

DA BANDEIRA

2. A Bandeira da Polícia Civil, confeccionada em 3 (três) cores, terá a forma retangular, com 2 (dois) triângulos escalenos, em cor branca, situados na parte superior esquerda e inferior direita, estando, no meio do quadrilátero, de um ângulo a outro, uma faixa em cores vermelha e preta, entre 2 (duas) retas paralelas das mesmas cores, e no interior do triângulo superior estará o distintivo da Polícia Civil.

2.1. A confecção da Bandeira da Polícia Civil obedecerá às seguintes regras:

2.1.1. A largura será de 14 (quatorze) partes iguais, cada uma será considerada uma medida ou módulo;

2.1.2. O comprimento será de 20 (vinte) módulos;

2.1.3. Os 3 (três) triângulos escalenos brancos ocuparão $\frac{3}{4}$ (três quartos) da bandeira, compreendendo, no sentido longitudinal, 15 (quinze) módulos e, no sentido latitudinal, 10 (dez) módulos e 7 (sete) décimos;

2.1.4. A faixa central iniciará no ângulo reto inferior esquerdo do quadrilátero e seguirá, em sentido transversal, até o ângulo reto superior direito. No sentido longitudinal, a faixa ocupará 3 (três) módulos e meio e, no latitudinal, 2 (dois) módulos e meio, em ambos os lados. A parte vermelha da faixa ficará acima da parte preta;

2.1.5. As retas paralelas estarão ladeando a faixa central, as quais farão a separação desta com os triângulos. A reta superior será em cor vermelha e a inferior em cor preta. Os espaços compreendidos entre as retas e a faixa aparecerão como outras retas, em cor branca;

2.1.6. O Distintivo da Polícia Civil será traçado dentro de um círculo imaginário com o raio de 3 (três) módulos e meio e se posicionará no interior do triângulo superior; e

2.1.7. As 2 (duas) faces do pavilhão deverão ser exatamente iguais.



2.2. A Bandeira conta com os acessórios denominados Roseta e Talabarte, com as especificações e características a seguir relacionadas, observados os desenhos que seguem:

2.2.1. Roseta: circunferência formada por 3 (três) faixas proporcionais, todas de 3,5cm (três vírgula cinco centímetros) de largura, sendo a primeira de cor vermelha, a mediana de cor branca e a interna de cor preta; 2 (duas) fitas integrantes do conjunto, nas dimensões de 11cm (onze centímetros) de largura e 75cm (setenta e cinco centímetros) de comprimento cada uma, que sobressaem da Roseta, sendo que cada fita conterá 2 (duas) faixas de igual tamanho, a da esquerda dividida em 3 (três) faixas - a primeira vermelha com 2cm (dois centímetros), a segunda branca com 2cm (dois centímetros) e a terceira vermelha com 7cm (sete centímetros); a da direita dividida em 3 (três) faixas - a primeira preta com 7cm (sete centímetros), a segunda branca com 2cm (dois centímetros) e a terceira preta com 2cm (dois centímetros); nas extremidades, franjas na cor branca;

ROSETA



2.2.2. Talabarte: faixa de 10cm (dez centímetros) de largura por 1,80m (um vírgula oitenta metros) de comprimento, dividida por 3 (três) partes longitudinais e proporcionais entre si, nas cores branca, preta e vermelha, alternadamente; acompanhado de suporte do mastro da Bandeira, a ser confeccionado em metal. O Talabarte poderá constituir-se acessório do estandarte quando necessário:

TALABARTE



2.3. A Bandeira será hasteada sempre, durante o dia, no frontispício do edifício-sede da Polícia Civil do Estado, bem como em todas as dependências policiais com instalações adequadas, podendo ser, ainda:

2.3.1. Hasteada em mastro ou adriça, nas sedes em que haja representação policial;

2.3.2. Conduzida em formaturas, desfiles ou mesmo individualmente; e

2.3.3. Distendida sobre ataúde, até o momento do sepultamento.

DO ESTANDARTE

3. Estandarte: deverá ser elaborado como um retângulo na vertical com a extremidade inferior terminada por um vértice, com as mesmas disposições de cores e padrões definidos para a Bandeira, sendo a variante do Brasão da Polícia Civil ao centro e, ainda, de cor dourada nas meias-pontas da estrela e na franja das extremidades do vértice e nos cordões que ornamentam as laterais das 2 (duas) bordas superiores; o seu uso será autorizado nas dependências policiais em que não haja instalações adequadas para hasteamento da Bandeira:



DO PAINEL OFICIAL

4. O Pannel Oficial deverá ser confeccionado em lona, medindo 2m (dois metros) de largura X 1,5m (um vírgula cinco metros) de altura, composto por 4 (quatro) células verticais e 5 (cinco) horizontais, divididas em tamanhos iguais alternadamente nas cores preto e branco:

4.1. Cada célula do Pannel Oficial terá 40cm (quarenta centímetros) de largura X 37,5cm (trinta e sete vírgula cinco centímetros) de altura;

4.2. No interior das células de cor preta, deverá constar a inscrição “POLÍCIA CIVIL” em fonte *Arial Black* branca; a palavra “POLÍCIA” deverá estar posicionada 10cm (dez centímetros) abaixo da extremidade superior da célula e com distância de 3,37cm (três vírgula trinta e sete centímetros) de cada extremidade lateral, com 33,24cm (trinta e três vírgula vinte e quatro centímetros) de largura; a palavra “CIVIL” deverá estar posicionada 5,5cm (cinco vírgula cinco centímetros) abaixo da palavra “POLÍCIA” e 10cm (dez centímetros) acima da extremidade inferior da célula, centralizada junto à palavra “CIVIL”, possuindo 21,68 (vinte e um vírgula sessenta e oito centímetros) de largura; e

4.3. No interior da célula branca, deverá haver a insígnia da Polícia Civil, centralizada, com 31cm (trinta e um centímetros) de altura.



DAS FACHADAS, DAS PLACAS E DOS TOTENS IDENTIFICADORES DE ÓRGÃOS POLICIAIS

DAS FACHADAS

1. As fachadas dos prédios que abrigarem Órgãos Policiais deverão ser na cor branco neve, contendo 2 (duas) listras pretas, sendo a primeira listra na cor preta, medindo 0,80cm (zero vírgula oitenta centímetros) de altura por 15cm (quinze centímetros) de comprimento, alternando com uma listra de 5cm (cinco centímetros) na cor branca, e outra listra preta de 15cm (quinze centímetros);

1.1. Não se aplicam as especificações acima às Unidades Integradas de Segurança Pública - UNISPs, visto que possuem especificações próprias.



DAS PLACAS

2. As placas contarão com as especificações e características abaixo relacionadas:

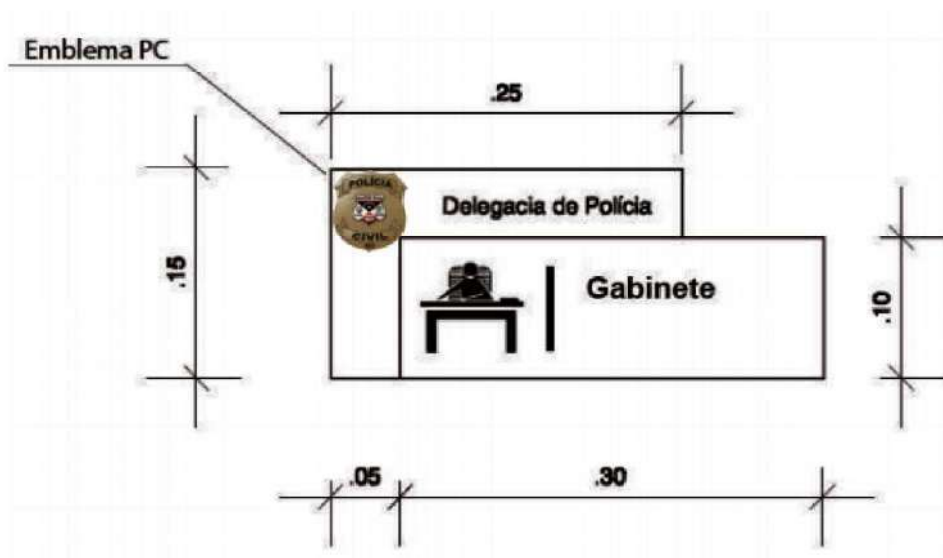
2.1. Placas de Fachada: confeccionadas em chapa de aço inox na cor preta, de espessura 0,5mm (zero vírgula cinco milímetros), em metragem de 2,40m (dois vírgula quarenta metros) de largura por 1,10m (um vírgula dez metros) de comprimento, conterão o Brasão da Polícia Civil em impressão digital, centralizado à esquerda e ocupando 1/3 (um terço) da placa, com texto em recorte vinil adesivado ocupando 2/3 (dois terços) da placa na parte superior, escrito na fonte *Swis 721 BT*, tamanho 12cm (doze centímetros), a expressão "POLÍCIA CIVIL". Abaixo, constará o texto em recorte vinil adesivado, escrito em fonte *Swis 721 BT*, tamanho 10cm (dez centímetros), o nome do Órgão a ser identificado;

IDENTIFICAÇÃO DE FACHADA



2.2. Placas Internas: serão utilizadas para identificar os diversos serviços de um Órgão Policial e serão elaboradas em chapa de alumínio natural fosco medindo 25cm (vinte e cinco centímetros) de largura por 15cm (quinze centímetros) de comprimento, devendo conter 2 (dois) engates de alumínio para fixação de placa removível, medindo 25cm (vinte e cinco centímetros) de comprimento e distantes 10cm (dez centímetros) um do outro, sendo que a chapa de alumínio deverá conter em sua extremidade superior o Brasão da Polícia Civil, seguido do nome do Órgão Policial, na fonte *Swis 721*

BT, tamanho 12mm (doze milímetros), ambos em impressão por imagem; e a placa removível será confeccionada em policloreto de polivinila - PVC, na cor branca, e conterá pictograma indicando o serviço que identifica, seguindo de escrita do nome do serviço na fonte *Swis 721 BT*, tamanho 16mm (dezesesseis milímetros), ambos em adesivagem de cor preta;

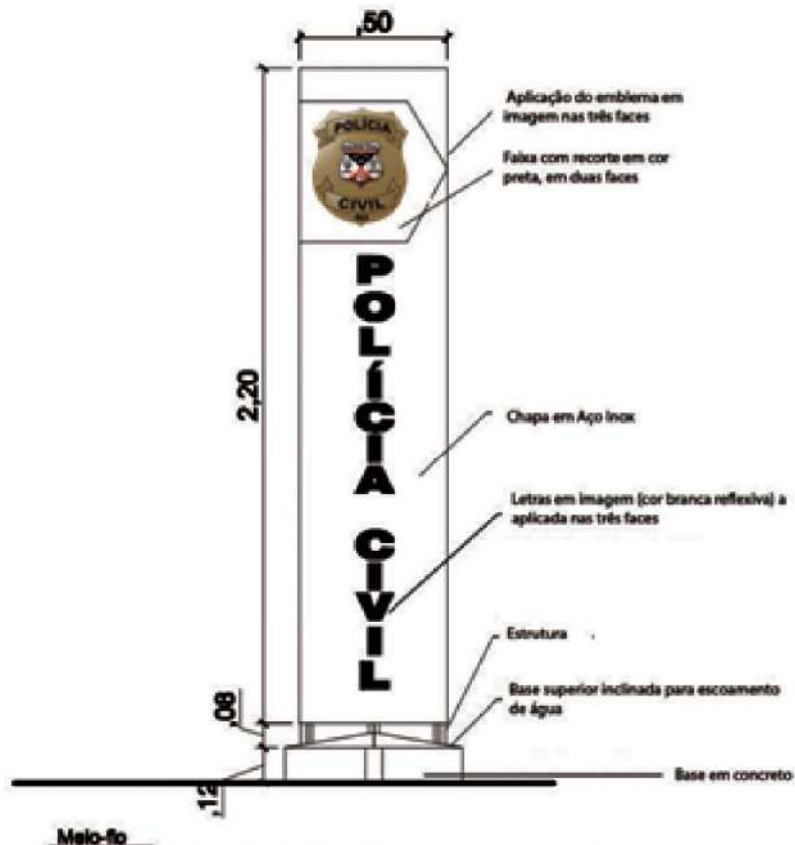


DOS TOTENS IDENTIFICADORES DE ÓRGÃOS POLICIAIS

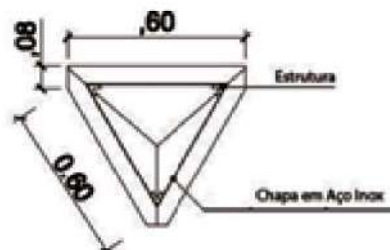
3. Serão construídos Totens Identificadores de Órgãos Policiais observando as descrições, a seguir:

3.1. O totem de calçada, observada a legislação municipal pertinente, será confeccionado em 3 (três) chapas de aço inox iguais, medindo 2,20m (dois vírgula vinte metros) de altura por 0,5m (zero vírgula cinco metros) de largura, que deverão ser unidas em forma triangular, contendo o emblema da Polícia Civil em cada chapa, na parte superior e centralizado, seguido de inscrição na vertical da expressão “Polícia Civil” na fonte *Swis 721 BT*, cor preta, tamanho de 7cm (sete centímetros). O totem de calçada deverá ser fixado em base de concreto levemente inclinada para escoamento de água:

TOTEM DE CALÇADA



VISTA FRONTAL DO TOTEM



VISTA SUPERIOR DO TOTEM

3.2. O totem interno consistirá em tubo de aço inox com diâmetro de 27cm (vinte e sete centímetros), medindo 2,20m (dois vírgula vinte metros) de altura. Na parte superior do tubo, serão fixadas 2 (duas) chapas de aço inox unidas pelas laterais, medindo 1,50m (um vírgula cinquenta metros) de altura e 0,80m (zero vírgula oitenta metros) de largura, sendo inserida, na parte superior das chapas, faixa com recorte na cor preta (vide desenho abaixo), ao tempo em que dentro será fixado o emblema da Polícia Civil e, abaixo, inserido o nome do Órgão Policial a ser identificado com letras e imagem na cor branca reflexiva, fonte *Swis 721 BT*, no tamanho de 7cm (sete centímetros). O totem interno deverá ser fixado em estrutura de ferro, pintado na cor cinza para fixação com bucha;



VISTA LATERAL



VISTA FRONTAL



VISTA SUPERIOR

ANEXO V

DO GRAFISMO DE VIATURAS

1. O grafismo das viaturas consiste nas especificações e características abaixo relacionadas:

1.1. O padrão de grafismo abrangerá as partes laterais, frontal, traseira e superior das viaturas e será composto pela pintura, em cor única, da carroceria e colocação de adesivos;

1.2. A pintura da carroceria das viaturas deverá ser na cor preta em tinta tipo PU (esmalte poliuretano) ou poliéster envernizado, em cor sólida;

1.3. Os adesivos a serem colocados nas viaturas deverão respeitar os seguintes padrões e cores:

1.3.1. Insígnia da Polícia Civil em adesivo vinil com fundo transparente, respeitando as cores e características do símbolo; e

1.3.2. Faixas e inscrições na fonte *Arial Black*, em adesivo refletivo, observando as cores branca 680-10;

1.4. Para fins de descrição e detalhamento do grafismo, a identificação será realizada por meio do texto “POLÍCIA CIVIL”;

1.5. O padrão de grafismo observará as seguintes características básicas:

1.5.1. Parte frontal: o capô será composto pela Insígnia da Polícia Civil, figuras geométricas e escrita de forma invertida (possibilitando a identificação e a leitura pelo condutor do veículo da frente por meio do retrovisor);



1.5.2. Parte traseira:

1.5.2.1. A tampa do porta-malas será composta pela Insígnia da Polícia Civil, figuras geométricas e símbolo identificador de telefone e número do telefone direto do Órgão para acionamento por parte do público - 197;

1.5.2.2. Identificação principal da Polícia Civil e na parte superior do vidro, de forma centralizada, o endereço da página do Órgão na *internet* (www.pc.ro.gov.br), símbolo identificador das mídias sociais e o endereço das páginas da Polícia Civil; e

1.5.2.3. No para-choque, na parte esquerda, o designativo do número do prefixo da viatura;



1.5.3. Parte lateral:

1.5.3.1. Figuras geométricas compostas por listras horizontal e diagonal na parte central do grafismo, com inclinação de 70° (setenta graus) para a lateral direita e 110° (cento e dez graus) para a lateral esquerda, quando considerada sua leitura da parte frontal para a parte traseira;

1.5.3.2. Símbolo identificador de telefone e número do telefone direto do órgão para acionamento do público - 197; símbolo identificador das mídias sociais e endereço das páginas da Polícia Civil; e

1.5.3.3. Símbolo representativo;

1.5.4. Parte superior: número do prefixo da viatura;

1.6. O grafismo padrão deverá ser adaptado em suas dimensões aos veículos adquiridos ou recuperados de forma a se estabelecer um conjunto visual harmônico e proporcional, a ser definido pelo Departamento de Transportes - DETRAN, em conjunto com o Delegado-Geral da Polícia Civil;

1.7. Fica vedada a inclusão de outros símbolos, sinais ou formas de identificação nas viaturas, bem como a exclusão de elementos de caracterização do grafismo padrão estabelecido neste Anexo e pertinente a cada tipo de transporte;





1.8. O presente grafismo não se aplica aos veículos utilizados em serviço reservado de caráter policial;

1.9. Aplicam-se também as prescrições estabelecidas a veículos como motocicletas, embarcações, helicóptero, avião, dentre outras possibilidades, respeitadas as características, normas e legislações pertinentes a cada tipo de transporte, ressalvadas as disposições constantes no item 1.10;

1.10. Nos veículos adquiridos mediante termos, acordos de cooperação ou convênios, adquiridos com verbas oriundas dos cofres da União, mediante o Ministério da Segurança Pública, Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, os adesivos identificadores serão em vinil não refletivo (película), em quantidade e disposição a seguir:

1.10.1. Logomarca Oficial do Governo Federal, em número de 2 (dois), a serem aplicadas nas portas traseiras no canto inferior direito, devendo ser grafada sob o adesivo supracitado o número de convênio/ termo/acordo e o número do processo à qual se refere; e

1.10.2. Logomarca Oficial do Governo do Estado de Rondônia, em número de 2 (dois), a serem aplicadas abaixo do adesivo "197", conforme imagem abaixo.



ANEXO VI

DA VESTIMENTA OFICIAL

1. A vestimenta oficial segue as especificações, características e imagens abaixo relacionadas:

1.1. Camisetas:

1.1.2. Gola circular fechada:

1.1.2.1. Na parte frontal a camiseta, haverá a Insígnia da Polícia Civil bordada no lado esquerdo do peito, com 60,862mm (sessenta vírgula oitocentos e sessenta e dois milímetros) de largura X 80mm (oitenta milímetros) de altura; no lado direito do peito, bordar-se-á a palavra “POLÍCIA” com 77mm (setenta e sete milímetros) de largura e, abaixo, “CIVIL” com 50mm (cinquenta milímetros) de largura, centralizada ao texto anterior, em fonte *Arial Black*; a Bandeira de Rondônia será bordada no braço direito, com 65mm (sessenta e cinco milímetros) de largura X 40 (quarenta milímetros) de altura; no braço esquerdo, deverá haver bordado “POLÍCIA CIVIL” no mesmo modelo constante do lado direito do peito e equidistante com a bandeira;

1.1.2.2. Nas camisetas de manga longa, deverá haver a serigrafia “POLÍCIA CIVIL” na fonte *Arial Black*, disposta de forma vertical, com 20mm (vinte milímetros) de altura cada letra;

1.1.2.3. Na parte dorsal, deverá haver a palavra “POLÍCIA” na fonte *Arial Black*, com 265mm (duzentos e sessenta e cinco milímetros) de largura seguida da palavra “CIVIL”, em outra linha e centralizada junto à palavra anterior, em mesma fonte, com 170mm (cento e setenta milímetros) de largura; e

1.1.2.4. As camisetas poderão ser confeccionadas nas tonalidades preta e branca e as escritas deverão ser em cor preta nas camisetas brancas e em cor branca nas camisetas pretas;

MODELO DA CAMISETA GOLA CIRCULAR FECHADA PRETA



MODELO DA CAMISETA GOLA CIRCULAR FECHADA BRANCA



1.1.3. Gola polo:

1.1.3.1. Na parte frontal, a camiseta conterá a Insígnia da Polícia Civil bordada no lado esquerdo do peito, com 60,862mm (sessenta vírgula oitocentos e sessenta e dois milímetros) de largura X 80mm (oitenta milímetros) de altura; no lado direito do peito, conterá “POLÍCIA” com 77mm (setenta e sete milímetros) de largura e, abaixo, “CIVIL” com 50mm (cinquenta milímetros) de largura, centralizada ao texto anterior, na fonte *Arial Black*; a Bandeira de Rondônia será bordada no braço direito com 65mm (sessenta e cinco milímetros) de largura X 40mm (quarenta milímetros) de altura; no braço esquerdo, deverá haver bordado o termo “POLÍCIA CIVIL” no mesmo modelo constante do lado direito do peito e equidistante com a bandeira;

1.1.3.2. Nas camisetas de manga longa, deverá haver a serigrafia “POLÍCIA CIVIL”, em fonte *Arial Black*, disposta de forma vertical com fonte de 20mm (vinte milímetros) de altura cada letra;

1.1.3.3. Na parte dorsal, deverá haver a serigrafia “POLÍCIA”, na fonte *Arial Black*, com 265mm (duzentos e sessenta e cinco milímetros) de largura, seguida da serigrafia “CIVIL”, em outra linha e centralizada junto à palavra anterior, de igual fonte, com dimensão de 170mm (cento e setenta milímetros) de largura;

1.1.3.4. As ribanas da gola polo e os debrum das mangas curtas possuem 2 (duas) listras: a listra externa terá a largura de 6mm (seis milímetros) com intervalo de 5mm (cinco milímetros); e a listra interna terá 2mm (dois milímetros) de largura. A abertura frontal da camiseta terá 3 (três) botões incolores;

1.1.3.5. As camisetas poderão ser confeccionadas nas tonalidades preta e branca, enquanto as escritas e as listas da gola e debrum deverão ser em cor preta nas camisetas brancas e em cor branca nas camisetas pretas;

MODELO E MEDIDAS DA CAMISETA GOLA POLO, COR PRETA:



MODELO E MEDIDAS DA CAMISETA GOLA POLO, COR BRANCA



1.1.4. Emblemas utilizados na confecção das camisetas:

1.1.4.1. Peito, lado esquerdo - Insignia da Polícia Civil:



1.1.4.2. Manga direita - Bandeira do Estado de Rondônia:



1.1.4.3. Manga esquerda e nas costas - termo “POLÍCIA CIVIL”:

**POLÍCIA
CIVIL**

1.1.5. Da camiseta de manga comprida ou casaco de moletom:

1.1.5.1. A parte frontal da camiseta de manga comprida ou casaco de moletom conterá a Insígnia da Polícia Civil bordada no lado esquerdo do peito, com 60,862mm (sessenta vírgula oitocentos e sessenta e dois milímetros) de largura X 80mm (oitenta milímetros) de altura; no lado direito do peito, será bordado o termo “POLÍCIA” com 77mm (setenta e sete milímetros) de largura e, centralizado com o texto anterior, “CIVIL” com 50mm (cinquenta milímetros) de largura, em linha abaixo, na fonte *Arial Black*;

1.1.5.2. Nas mangas direita e esquerda, deverá haver a serigrafia “POLÍCIA CIVIL” na fonte *Arial Black*, disposta de forma vertical, na fonte de 20mm (vinte milímetros) de altura cada letra, conforme o modelo de casaco de moletom abaixo;

1.1.5.3. Na parte dorsal, deverá haver a serigrafia “POLÍCIA”, em fonte *Arial Black*, com 265mm (duzentos e sessenta e cinco milímetros) de largura, seguida de “CIVIL”, em outra linha e centralizada ao texto anterior na mesma fonte, com 170mm (cento e setenta milímetros) de largura; e

1.1.5.4. As camisetas de manga comprida ou os casacos de moletom poderão ser confeccionados nas tonalidades preta e branca, devendo as escritas ser em cor preta nas camisetas de manga comprida ou nos casacos de moletom brancos e em cor branca nas camisetas de manga comprida ou nos casacos de moletom pretos;

MODELO DA CAMISETA DE MANGA COMPRIDA OU CASACO DE MOLETOM, COR PRETA



MODELO DA CAMISETA DE MANGA COMPRIDA OU CASACO DE MOLETOM, COR BRANCA



1.2. Calça Tática: confeccionada em tecido de tecnologia mais adequada para operações policiais, conforme especificações a serem editadas por Resolução do Conselho Superior de Polícia, com 6 (seis) passadores de cinturão no cós e 6 (seis) bolsos, sendo 2 (dois) frontais, 2 (dois) laterais, na altura das coxas, e 2 (dois) na parte traseira;



1.3. Jaquetas:

1.3.1. A jaqueta policial tática será confeccionada na cor preta e em tecido impermeável, resistente e de tecnologia adequada às operações policiais, conforme especificações a serem editadas por Resolução do Conselho Superior de Polícia. Deverá conter na parte frontal a Insignia da Polícia Civil, bordada no lado esquerdo do peito, com 60,862mm (sessenta vírgula oitocentos e sessenta e dois milímetros) de largura X 80mm (oitenta milímetros) de altura; no lado direito, bordado o termo “POLÍCIA”, com 77mm (setenta e sete milímetros) de largura; centralizado ao texto anterior, “CIVIL”, com 50mm (cinquenta milímetros) de largura, ambos em fonte *Arial Black*; e, nos braços, deverá haver a inscrição “POLÍCIA CIVIL” verticalmente na fonte *Arial Black* com 20mm (vinte milímetros) de altura cada letra; e

1.3.2. Na parte dorsal, deverá ser bordada a palavra “POLÍCIA”, em fonte *Arial Black*, com 265mm (duzentos e sessenta e cinco milímetros) de largura, seguida de “CIVIL”, em outra linha e centralizada ao texto anterior, em mesma fonte, com 170mm (cento e setenta milímetros) de largura;



1.4. Colete balístico:

1.4.1. O colete balístico oficial da Polícia Civil deverá conter em sua parte frontal a inscrição “POLÍCIA”, fonte *Arial Black*, com altura de 30mm (trinta milímetros), seguida de “CIVIL”, em outra linha e centralizada ao texto anterior, na mesma fonte, com altura de 30mm (trinta milímetros); e

1.4.2. No dorso, deverá constar a inscrição “POLÍCIA”, fonte *Arial Black*, com altura de 50mm (cinquenta milímetros), seguida de “CIVIL”, em outra linha e centralizada ao texto anterior, na mesma fonte, com altura de 50mm (cinquenta milímetros);



1.5. Boné: deverá ser preto e conterá a Insígnia da Polícia Civil, nas devidas cores, bordada e centralizada na parte frontal, com 80mm (oitenta milímetros) de largura X 66,966mm (sessenta e seis vírgula novecentos e sessenta e seis milímetros) de altura, sendo que, na parte traseira da cabeça, serão bordados, na cor branca, os termos “POLÍCIA CIVIL”, com altura de 10mm (dez milímetros) em curvatura, acompanhando o espaço da presilha de ajuste;



ANEXO VII


DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

1. Considerando a utilização exclusiva do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, instituído em âmbito Estadual por meio do Decreto nº 21.794, de 5 de abril de 2017, os documentos obedecerão ao disposto naquela ferramenta.

2. Os documentos que não puderem ser confeccionados dentro do SEI deverão conter cabeçalho e rodapé padronizados, seguindo as especificações e características abaixo relacionadas:

2.1. Cabeçalho: deverá conter o Brasão da Polícia Civil em suas devidas cores, centralizado em tamanho 8,977 (oito vírgula novecentos e setenta e sete milímetros) de largura/horizontal X 11,8mm (onze vírgula oito milímetros) de altura/vertical, seguido, na linha abaixo centralizada, da escrita em letra maiúscula “ESTADO DE RONDÔNIA” e, na linha posterior, também centralizada em letra maiúscula a escrita “POLÍCIA CIVIL”, devendo contar, na linha subsequente, igualmente centralizado e em letra maiúscula, o Órgão Policial que emite o documento, com fonte *Arial Black*, tamanho 10; e

2.2. Rodapé: deverão constar o endereço completo do Órgão (rua, número, complemento, bairro, cidade e CEP), o telefone de contato e o e-mail do Órgão Policial na fonte *Arial Black*, tamanho 9.

 ESTADO DE RONDÔNIA POLÍCIA CIVIL ÓRGÃO POLICIAL	
<small>Endereço do Órgão - CEP 76800-000 Telefones: (69) 3232-0000 E-mail: policia civil@pc.rondonia.gov.br</small>	

ANEXO VIII

DO PLANO DE FUNDO INSTITUCIONAL

1. Da área de trabalho dos computadores institucionais: o plano de fundo oficial da área de trabalho dos computadores da Instituição Polícia Civil deverá obedecer ao padrão estabelecido na imagem abaixo e estará disponível na intranet da Polícia Civil no link downloads.



2. Plano de fundo oficial para apresentação digital: o plano de fundo oficial deverá ser usado em toda a apresentação digital realizada por qualquer servidor policial em serviço e estará disponível na intranet da Polícia Civil no link downloads, conforme modelos abaixo:

2.1. Tela inicial de apresentação:



2.2. Plano de fundo oficial:





Documento assinado eletronicamente por **Daniel Pereira, Governador**, em 24/09/2018, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794](#), de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **3091829** e o código CRC **B9D823A0**.

Referência: Caso responda esta Decreto, indicar expressamente o Processo nº 0005.146977/2018-60

SEI nº 3091829



Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GRAFISMO E PLOTAGEM

**Polícia Técnico-Científica do Estado
de Rondônia - POLITEC**



Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

MATRIZ DE RISCOS

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para Contratação de Serviço de Locação de Veículos Operacionais destinados a atender à SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Politec na capital e interior do Estado, conforme especificações, condições gerais de fornecimento e execução contidas no presente Termo de Referência e anexos, pelo período de 60 meses.

Identificação				5. Avaliação			Tratamento ao Risco	
1.Fase	2. Eventos de Risco	3. Causas	4. Consequências	Probabilidade (P)	Impacto (I)	6. Nível de Risco (P) x (I)	7. Resposta ao evento do Risco	8. Responsável
Planejamento	Inadequações ao definir o objeto a ser contratado quando da elaboração do documento de origem da demanda.	Erros ao descrever o objeto no documento de origem da demanda.	Contratação de objeto que não atende as necessidades	2	3	6	Estudos preliminares pormenorizados Análise prévia do gestor e autoridade competente	Contratante
Planejamento	Erros nas estimativas dos valores da prestação de serviços de locação de veículos.	Imprecisão dos quantitativos e elaboração incorreta do orçamento previsto. Flutuação dos preços de mercado.	Super ou subfaturamento de serviços.	2	3	6	Orçamento elaborado pelas áreas técnica e demandante da Secretaria	Contratante
Seleção de Fornecedores	Falta de critérios de habilitação	Empresa inapta para a prestação dos serviços	Descontinuidade ou serviço de baixa qualidade	1	3	3	Planejar a contratação com critérios de participação	Contratante
Seleção de Fornecedores	Licitação deserta	Excesso de condições que fogem da prática de mercado	Atraso na disponibilização do serviço	1	3	3	Planejar a contratação com base em contratações similares e com a prática de mercado	Contratante
Seleção de Fornecedores	Falta de fornecedores	Forma de prestação de serviço fora da realidade de mercado, com condições excessivas e desnecessárias	Atraso na disponibilização do serviço	1	3	3	Planejar a contratação, evitando excesso condições que restrinjam a competição	Contratante
Seleção de Fornecedores	Impugnação da licitação	Definições incorretas e ou imprecisas do objeto e das exigências presentes nos instrumentos convocatórios.	Paralisação do processo licitatório até a regularização. Atraso na contratação do objeto.	2	3	6	Irrestrita observância aos Normativos e Princípios que regem os procedimentos licitatórios.	Contratante
Gestão do Contrato	Incapacidade de execução do contrato	Falta de estrutura física e mão de obra	Execução de serviços com qualidade inferior à exigida	2	4	8	Definição de níveis de serviços com critérios objetivos de avaliação	Contratante
Gestão do Contrato	Acidente veicular grave durante o percurso.	Imprudência e falta de zelo pelos próprios no trânsito. Falta de manutenção veicular devida pela contratada.	Risco de acidentes e perdas de vidas.	1	5	5	Análise regular dos documentos dos veículos a serem utilizados; bem como as dos condutores.	Contratante/Contratada
Gestão do Contrato	Falhas na fiscalização dos serviços previstos em Contrato.	Falta de fiscalização e cobranças da contratante	Prejuízos a contratante. Inadimplemento contratual.	3	4	12	Treinamento e equipe de fiscalização capacitada; processo	Contratante

		junto a contratada decorrente do descumprimento contratual.					específico para fiscalização	
Gestão do Contrato	Apreensão de veículos da contratada por motivo de irregularidades na documentação. Documentos irregulares do condutor.	Falta de observância a legislação vigente quanto aos documentos dos veículos e do condutor	Impossibilidade do cumprimento contratual	1	5	5	Análise da documentação dos veículos a serem utilizados e também a do condutor.	Contratada
Gestão do Contrato	Não manter durante a vigência do contrato; e, numa eventual prorrogação, as condições estabelecidas, exigidas contratualmente.	Desatenção. Problemas financeiros. Imprevistos. Problemas internos de gestão da contratada. Irregularidade perante os órgãos pertinentes: INSS, Receita Federal, órgãos estaduais, entre outros.	Atraso em pagamentos estabelecidos em contrato. Encerramento antecipado do contrato. Aplicação de penalidades contratuais. Não prorrogação contratual.	1	2	2	Desempenhar os serviços com zelo e diligência. Práticas regulares em gestão de pessoas, capacitação, treinamento, qualidade dos serviços prestados e controle operacional.	Contratada
Gestão do Contrato	Indisponibilidade de Veículos na data prevista.	Frota inteiramente alugada. Imprevistos mecânicos, sem alternativa de substituição.	Prejuízo ou não realização das atividades em campo.	2	4	8	Acompanhamento da previsão de disponibilidade da frota e sua devida manutenção	Contratada

1. Definição do risco nas fases de Planejamento da Contratação, Seleção de Fornecedores e Gestão de Contratos.
2. O evento de risco é incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.
3. Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.
4. Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.
5. A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela abaixo:

Escala de Probabilidade (P) – Associada às chances do risco correr		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência.	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	5

Escala de Impacto (I) – Associada às consequências no caso do risco ocorrer		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixa	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixa	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Média	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alta	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alta	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

1.2. Após o resultado do cálculo da probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

Nível de Risco	
1 a 2	Baixo
3 a 6	Médio
8 a 12	Elevado
15 a 25	Extremo

1.3. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para tratamento do risco identificado.

1.4. Identificar o responsável ou responsáveis pela ação proposta, se é o contratado ou a contratante.

Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL
Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO
Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA
Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM
Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM
Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA
Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA
Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL
Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061293886** e o código CRC **B68EF056**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

RASTREADOR AVL E SATELITAL

1.	REGIÕES SEM COBERTURA E INDISPONIBILIDADE DE DADOS MÓVEIS, APLICAR GPS
1.1.	Tecnologia e Cobertura:
1.1.1.	Rastreadores híbridos 4G/Satélite, garantindo cobertura contínua em áreas urbanas e remotas
1.1.2.	GNSS de alta precisão para localização exata dos veículos
1.1.3.	Sensores avançados para monitoramento de ignição, movimento, temperatura (opcional) e outros parâmetros relevantes
1.1.4.	Bateria de backup de longa duração , assegurando funcionamento em caso de falha na bateria do veículo.
1.2.	Plataforma e Acesso:
1.2.1.	Acesso via web com interface intuitiva e personalizável
1.2.2.	Perfis de acesso com níveis hierárquicos , garantindo controle preciso das informações
1.2.3.	Visualização em tempo real da localização dos veículos em mapas detalhados
1.2.4.	Histórico de posições com retenção de dados por, no mínimo, 1 ano
1.2.5.	Ferramentas de geofencing (cercas virtuais) com alertas personalizáveis
1.2.6.	Emissão de relatórios completos em PDF e XML , incluindo histórico de rotas, paradas e velocidades
1.2.7.	Visualização gráfica de rotas percorridas para análise detalhada de trajetos
1.2.8.	Possibilidade de integração com outros sistemas de gestão de frotas
1.3.	Controle e Monitoramento:
1.3.1.	Bloqueio remoto do veículo em caso de furto ou roubo
1.3.2.	Alertas de ignição ligada/desligada para controle de uso
1.3.3.	Monitoramento de velocidade, com alertas para excesso
1.3.4.	Telemetria com dados de desempenho do veículo (opcional)
1.3.5.	Cadastro de cercas virtuais e alertas na plataforma web e aplicativo
1.3.6.	Cadastro de perfis de acesso diferenciados , permitindo apenas consultas ou cadastros
1.4.	Garantia e Operacionalidade:
1.4.1.	Garantia de funcionamento de todos os equipamentos durante a vigência do contrato
1.4.2.	Substituição imediata de veículos em caso de falha no rastreador, sem comprometer a operacionalidade
1.4.3.	Veículos reservas equipados com rastreadores instalados e prontos para uso
1.5.	Características Principais do Equipamento
1.5.1.	Compatível com redes 4G e 3G.
1.5.2.	Localização por GPS e GNSS, com alta precisão.
1.5.3.	Comunicação via rede celular e satelital integrada.
1.5.4.	Possui 4 entradas, 3 saídas e 2 interfaces seriais.
1.5.5.	Entrada para rede CAN.
1.5.6.	Comunicação satelital integrada à rede GLOBALSTAR.
1.5.7.	Sistema de economia de dados do chip (SIM Card).
1.5.8.	Suporte a atualização remota de firmware.
1.5.9.	Função de bloqueio progressivo do veículo.
1.5.10.	Entradas e saídas configuráveis via software.
1.5.11.	Construção resistente à água.
1.5.12.	Suporte a telemetria veicular.
1.5.13.	Alimentação de 9 a 35 VDC.
1.5.14.	Faixa de temperatura operacional de –40°C a +85°C.
1.5.15.	Processador ARM 72 MHz.

- 1.5.16. Memória interna para armazenamento de até 9.000 eventos.
- 1.5.17. Acelerômetro de 3 eixos.
- 1.5.18. Dois sensores do tipo tri-state, dispensando o uso de relés.
- 1.5.19. Watchdog interno, garantindo reinicialização automática em caso de travamento.
- 1.5.20. Suporte a dois SIM Cards, com chaveamento automático.

1.6. **Detalhes Físicos**

- 1.6.1. Dimensões: 75 mm x 30 mm x 16 mm.
- 1.6.2. Peso líquido: 155 g.
- 1.6.3. Peso bruto: 260 g

1.7. **Especificações de Comunicação**

- 1.7.1. Protocolos compatíveis: UDP/TCP.
- 1.7.2. Transmissão de dados via constelação satelital GLOBALSTAR.
- 1.7.3. Suporte a protocolo em ASCII (texto).
- 1.7.4. Criptografia de ponta a ponta nos dados transmitidos.
- 1.7.5. Sistema de repetição de segurança dos dados.
- 1.7.6. Fila de transmissão do tipo FILO (First-In, Last-Out)
- 1.7.7. Suporte a até quatro IPs de destino simultâneos.
- 1.7.8. Suporte a uso de nomes DNS como alternativa ao IP fixo
- 1.7.9. Busca automática de APNs (Access Point Names).
- 1.7.10. Cadastro de APN personalizada.
- 1.7.11. Possibilidade de configuração de senhas da APN.
- 1.7.12. Compatível com redes de comunicação LoRaWAN (opcional).

2. **REGIÕES COM COBERTURA E DISPONIBILIDADE DE DADOS MÓVEIS GPRS/GPS**

2.1. **Plataforma e Acesso**

- 2.1.1. Acesso via web com interface intuitiva e personalizável
- 2.1.2. Perfis de acesso com níveis hierárquicos, garantindo controle preciso das informações
- 2.1.3. Visualização em tempo real da localização dos veículos em mapas detalhados
- 2.1.4. Histórico de posições com retenção de dados por, no mínimo, 1 ano
- 2.1.5. Ferramentas de geofencing (cercas virtuais) com alertas personalizáveis
- 2.1.6. Emissão de relatórios completos em PDF e XML, incluindo histórico de rotas, paradas e velocidades
- 2.1.7. Visualização gráfica de rotas percorridas para análise detalhada de trajetos
- 2.1.8. Possibilidade de integração com outros sistemas de gestão de frotas

2.2. **Controle e Monitoramento**

- 2.2.1. Bloqueio remoto do veículo em caso de furto ou roubo
- 2.2.2. Alertas de ignição ligada/desligada para controle de uso
- 2.2.3. Monitoramento de velocidade, com alertas para excesso
- 2.2.4. Telemetria com dados de desempenho do veículo (opcional)
- 2.2.5. Cadastro de cercas virtuais e alertas na plataforma web e aplicativo
- 2.2.6. Cadastro de perfis de acesso diferenciados, permitindo apenas consultas ou cadastros

2.3. **Garantia e Operacionalidade**

- 2.3.1. Garantia de funcionamento de todos os equipamentos durante a vigência do contrato
- 2.3.2. Substituição imediata de veículos em caso de falha no rastreador, sem comprometer a operacionalidade
- 2.3.3. Veículos reservas equipados com rastreadores instalados e prontos para uso

3. **CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DO EQUIPAMENTO**

- 3.1. Compatível com redes 4G LTE e 3G (UMTS/HSPA) nas bandas utilizadas pelas operadoras nacionais.
- 3.2. Localização via GPS e GNSS (GLONASS, Galileo, etc.), com alta precisão.
- 3.3. Comunicação de dados via redes móveis 3G e 4G, com fallback automático para redes de menor capacidade (quando suportado).
- 3.4. Possui 4 entradas digitais (ex: ignição, portas, sensores).
- 3.5. Possui 2 saídas digitais, para controle remoto de atuadores (ex: bloqueio, sirene).
- 3.6. Duas interfaces seriais RS232/RS485, para comunicação com periféricos externos.
- 3.7. Compatível com leitura de dados via rede CAN (opcional ou via adaptador).
- 3.8. Suporte a atualização remota de firmware (FOTA).
- 3.9. Função de bloqueio remoto e progressivo do veículo via saída digital.
- 3.10. Entradas e saídas configuráveis por software via plataforma de rastreamento.
- 3.11. Carcaça resistente a poeira e respingos d’água (IP64 ou superior).
- 3.12. Compatível com recursos de telemetria veicular (velocidade, aceleração, consumo, falhas, etc.).

- 3.13. Alimentação: 9 a 36 VDC, com proteção contra curto e inversão de polaridade.
- 3.14. Temperatura operacional: –20°C a +70°C.
- 3.15. Processador ARM de 32 bits, com baixo consumo e alta estabilidade.
- 3.16. Memória interna para armazenamento de até 10.000 eventos com timestamp.
- 3.17. Acelerômetro de 3 eixos interno, para detecção de impacto, frenagem brusca e curva acentuada.
- 3.18. Detecção de movimento/estacionamento por sensor inercial.
- 3.19. Watchdog interno com reinicialização automática em caso de travamento.
- 3.20. Suporte a um ou dois SIM Cards, com chaveamento automático em caso de falha de rede.
- 3.21. Identificação de motorista via iButton, RFID ou Bluetooth (opcional)
- 3.22. **Detalhes Físicos**
- 3.22.1. Dimensões médias: 90 mm x 65 mm x 25 mm.
- 3.22.2. Peso líquido: 120 g.
- 3.22.3. Peso bruto (com acessórios): 220 g.
- 3.22.4. Conectores tipo bornier ou Molex, com fixação segura e fácil instalação
- 3.23. **Especificações de Comunicação**
- 3.23.1. Transmissão de dados via redes 3G e 4G LTE.
- 3.23.2. Protocolos compatíveis: UDP e TCP/IP.
- 3.23.3. Criptografia de dados AES 128 bits ou superior.
- 3.23.4. Fila de transmissão FIFO (First-In, First-Out).
- 3.23.5. Suporte a até 2 IPs de destino simultâneos (principal e backup).
- 3.23.6. Suporte a nomes DNS, eliminando a necessidade de IP fixo.
- 3.23.7. Reconexão automática em caso de perda de sinal ou oscilação de rede.
- 3.23.8. Busca automática de APNs (Access Point Names), com possibilidade de cadastro manual.
- 3.23.9. Suporte a autenticação da APN com usuário e senha.
- 3.23.10. Permite envio de alertas via SMS em caso de perda de rede celular ou eventos críticos (fallback por SMS).
- 3.23.11. Suporte a comandos e configurações remotas via software e localmente via cabo serial USB ou RS232.

4. **SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO PARA O SISTEMA**

- 4.1. **Suporte Técnico:**
- 4.1.1. **Atendimento especializado 24/7**, garantindo a disponibilidade contínua do sistema
- 4.1.2. **Canal exclusivo de suporte** via telefone, e-mail e chat online
- 4.1.3. **Diagnóstico remoto e soluções rápidas** para falhas no sistema
- 4.1.4. **Atualizações de software e firmware** sem interrupção das operações
- 4.2. **Treinamento:**
- 4.2.1. **Capacitação completa para equipes de monitoramento e usuários do sistema**
- 4.2.2. **Treinamento prático e teórico**, abrangendo todas as funcionalidades da plataforma
- 4.2.3. **Simulações de cenários reais** para otimizar o uso do rastreamento veicular
- 4.3. **Material de Apoio**
- 4.3.1. **Documentação técnica detalhada**, incluindo manuais e guias de uso
- 4.3.2. **Acesso a vídeos instrutivos e tutoriais interativos**
- 4.3.3. **Material atualizado conforme novas implementações e melhorias no sistema**

Porto Velho, data e hora do sistema.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061293957** e o código CRC **25BB4B9B**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

RÁDIO TRANSECTOR

Esta especificação técnica tem o objetivo de fixar os parâmetros para aquisição de transceptores móveis digitais com cabeça e controle integrado ao corpo do radio (DASH), conforme as normas do padrão P25 (APCO Project 25) Fase 1 FDMA e Fase 2 TDMA, com modulação analógica e digital, encriptados, compatíveis com as redes convencionais e troncalizadas de radiocomunicação digital, para emprego na CONTRATANTE, totalmente compatíveis com todas as funcionalidades atualmente utilizadas nas redes de radiocomunicação do governo de Rondônia.

A CONTRATADA dos serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS deverá entregar os veículos locados com os RÁDIOS TRANSECTORES MÓVEIS já instalados (**local a ser definido pela CONTRATANTE**) e deverá fornecer as senhas e o CD de programação para que a SESDEC faça as configurações dos canais dos rádios. Ainda, não será permitido em hipótese alguma, que a Contratada faça as configurações dos rádios sob penalização.

1. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS E GERAIS DO TRANSECTOR DASH:

- 1.1. Os transceptores móveis digitais a serem adquiridos deverão permitir operação nos modos analógicos, P25 Fase 1 e P25 Fase 2 em conformidade com o padrão APCO 25 e customizados conforme as necessidades dos Sistemas de Radiocomunicação já em operação em Rondônia.
- 1.2. Os transceptores móveis digitais deverão ser fornecidos devidamente homologados pela ANATEL, devem ser de fácil manuseio e operação e possibilitar a realização das seguintes funções, disponibilizando os seguintes recursos:
- 1.3. Operar em modo dual, analógico e digital conforme normas do padrão P25 Fase 1 FDMA e P25 Fase 2 TDMA, no mesmo rádio, programados por canal sem ônus para a CONTRATANTE;
- 1.4. Operar nos modos, convencional analógico, convencional digital e também em modo troncalizado digital.
- 1.5. Ser compatível operacionalmente com os transceptores analógicos em uso nas redes de radiocomunicação da CONTRATANTE, quando operando no modo analógico.
- 1.6. Os transceptores móveis digitais deverão atender aos parâmetros eletrônicos de modulação digital e sinalização definidos na Interface Aérea Comum do padrão aberto do Projeto APCO-25 da Associação de Oficiais de Comunicação de Segurança Pública (APCO – Association of Public Safety Communications Officials) e publicado na norma TSB-102 da TIA/EIA,
- 1.7. Os transceptores móveis digitais deverão ser entregues já instalados (em local a ser definido) com software que atenda ao padrão P25 Fase 2 e deverão atender aos parâmetros de compatibilidade com o padrão P25 Fase 2 TDMA definidos nos seguintes documentos:
 - 1.7.1. Project 25 Phase 2 Two-Slot Time Division Multiple Access Physical Layer Protocol Specification Standard (TIA-102.BBAB);
 - 1.7.2. Project 25 Phase 2 Two-Slot Time Division Multiple Access Media Access Control Layer Protocol Specification (TIA-102.BBAC-Trunked Voice Services);
 - 1.7.3. Project 25 Phase 2 TDMA Control Channel Updates (TIA-102.AABC-C – Trunking Control Channel Messages);
 - 1.7.4. Project 25 Phase 2 TDMA Encryption Updates (TIA-102. AAAD-A Block Encryption Protocol);
 - 1.7.5. Half Rate Vocoder Annex (TIA-102.BABA-1);
 - 1.7.6. Todas as normas TIA aplicáveis ao P25, ainda que não listadas neste anexo, deverão ser atendidas e atualizadas nos transceptores a serem entregues pela CONTRATADA, conforme as especificações do transceptor, tanto na Fase 1 quanto na Fase 2 e de acordo com as necessidades dos sistemas digitais da CONTRATANTE já instalados.
- 1.8. O transceptor móvel digital não deverá receber qualquer tipo de interferência de modulação em frequência analógica quando estiver operando no modo digital, programado por canal.
- 1.9. Deverá permitir programação (via software), para operação em modo convencional e em modo de controle inteligente (troncalizado), na faixa de VHF (136MHz a 174 MHz), devendo ser compatível com os padrões eletrônicos de sinalização do padrão P25 Fase 1 FDMA e P25 Fase 2 TDMA.
- 1.10. Deverá permitir a realização de “chamada de emergência”, garantindo ao grupo em emergência prioridade de acesso à rede em caso de canais ocupados.
- 1.11. Deverá ser capaz de responder “chamada geral” (multigrupo).
- 1.12. Deverá receber e realizar “chamadas privativas”, sendo a conversação limitada às duas unidades de rádio (origem - destinatária), no padrão P25 Fase 1 FDMA e P25 Fase 2 TDMA.
- 1.13. Quando não estiver vinculada em uma sequência de mensagens, deverá monitorar o canal de controle do sistema que a oriente quanto ao “status” do sistema (conceito de sinalização por canal de controle dedicado).
- 1.14. Deverá iniciar uma chamada pelo modo “aperte para falar” (PTT), por meio da solicitação de um canal de conversação (voz), via canal de controle.
- 1.15. No caso de sistema ocupado, deverá tentar o re-acesso automático até que o mesmo seja concluído sem que o usuário necessite pressionar o botão de PTT novamente.
- 1.16. Possuir recurso de recepção de sinalização, por meio de indicação sonora, que a mesma se encontra em fila de espera “aguardando liberação de canal”.
- 1.17. Utilizar o Canal de Comunicação a ser designado pelo Sistema durante a conversação.

- 1.18. Decodificar as instruções transmitidas pelo canal de controle ao endereço de grupo de conversação ao qual esteja engajada e direcioná-la ao canal de comunicação designado pela sinalização do sistema.
- 1.19. Deverá permitir sua desabilitação completa, tanto da transmissão quanto da recepção de chamadas, por meio de comando (remoto) enviado pelo controlador central.
- 1.20. Deverá permitir sua reabilitação completa, tanto da transmissão quanto da recepção de chamadas, por meio de comando (remoto) enviado pelo controlador central.
- 1.21. Deverá estabelecer comunicação convencional, ponto a ponto, dentro ou fora da área de cobertura do sistema em modo analógico e em modo digital.
- 1.22. Possuir a capacidade de operação rádio a rádio (ponto a ponto), sem a utilização de infraestrutura nos modos digital e analógico.
- 1.23. Permitir a programação de no mínimo 500 grupos de conversação (modo de controle inteligente) ou 500 canais de RF (modo convencional), indicados por mostrador digital alfanumérico no painel frontal do transceptor móvel.
 - 1.23.1. Permitir a programação de grupos e canais dos seguintes tipos: canal convencional analógico VHF, canal convencional digital VHF, grupo de conversação troncalizado P25 Fase 1 FDMA e grupo de conversação troncalizado P25 Fase 2 TDMA.
 - 1.23.2. Permitir a visualização dos canais de RF ou grupos de conversação selecionados por meio de visor frontal incorporado ao transceptor.
 - 1.23.3. Realizar varredura de canais de radiofrequência, monitorando vários canais de uma lista programável de forma a participar de uma chamada assim que detectar atividade em qualquer um deles.
 - 1.23.4. Possibilitar a varredura de canais digitais e analógicos simultaneamente dentro de todas as bandas de frequência disponíveis no rádio.
 - 1.23.5. Deverá decodificar “chamadas de alerta” indicando no visor a identificação da unidade chamadora.
 - 1.23.6. Possuir receptor de que poderá ser montado em conjunto com o transceptor, ou por meio de conector de acessórios, com no mínimo 12 canais, possibilitando o envio das coordenadas geográficas através da rede de radiocomunicação por pacote P25 modo convencional e troncalizado. A funcionalidade do GPS deverá estar habilitada com todas as licenças para o pleno funcionamento, permitindo que a posição do usuário seja informada no display do transceptor do usuário e também enviada seguramente, via interface aérea, para as aplicações de geolocalização da CONTRATANTE.
 - 1.23.7. O terminal de rádio deverá realizar o envio de coordenadas de geoposicionamento no Sistema de Radiocomunicação Digital: Convencional APCO25, Troncalizado APCO25 Fase 2, com o envio de localização GPS durante a transmissão e recepção de chamadas de voz em grupos troncalizados APCO25 Fase 2.
 - 1.23.8. Deverá permitir o envio e o recebimento de mensagens curtas de texto.
 - 1.23.9. Deverá permitir a troca das chaves de criptografia, via sistema OTAR por meio de comando da central de controle eletrônico do sistema de controle inteligente via radiofrequência do estado de Rondônia.
 - 1.23.10. O transceptor móvel deverá permitir a programação de pastas (zonas) mistas, ou seja, permitir canais analógicos, canais convencionais digitais, canais troncalizado em uma mesma pasta. Estas pastas deverão permitir ser identificadas por nomes através do display.
 - 1.23.11. Os rádios transceptores operando nos modos P25 Fase 1 e P25 Fase 2 já deverão estar homologados pela ANATEL com comprovação no dia da realização do certame licitatório, a fim de que os transceptores possam entrar em operação.
 - 1.23.12. Os rádios transceptores devem possuir licença habilitada para programação, via sistema OTAP, por meio de comando da central de controle eletrônico do sistema de controle inteligente via radiofrequência do estado de Rondônia.
 - 1.23.13. Os rádios transceptores devem suportar programação dos terminais por interface aérea padrão por rede Wi-Fi padrão IEEE 802.11, suportando a atualização remota de firmware, resultando assim em maior eficiência na logística de gestão dos terminais com redução do dispêndio público, bem como melhor estabilidade na operação do equipamento dentro do sistema de radiocomunicação;
 - 1.23.14. Os rádios deverão enviar através do sistema de rádio comunicação (RF) para o centro de operações (consoles de despacho): alerta de colisão do veículo, sendo possível menor tempo resposta nas ações de salvamento dos policiais que tiverem colisões/capotamentos de veículos nas atividades militares.
 - 1.23.15. Os rádios transceptores devem possuir função Bluetooth.

2. CONTROLES:

- 2.1. Deverá possuir no mínimo os seguintes controles:
 - 2.1.1. Chave rotatória ou tecla de seleção do grupo/canal de conversação;
 - 2.1.2. Botão ou tecla de controle de volume;
 - 2.1.3. 01 (um) botão de emergência;
 - 2.1.4. Botão de ligar e desligar o transceptor;
 - 2.1.5. Teclado alfanumérico incorporado no painel frontal ou no microfone de mão e teclas direcionais para navegação nos menus e itens do visor colorido;
 - 2.1.6. Tecla de transmissão (PTT) no microfone de mão;
 - 2.1.7. Led’s ou indicadores visuais no display sinalizando transmissão e recepção do transceptor;

3. DISPLAY:

- 3.1. Deverá possuir visor de LCD (display) colorido, com idioma em português com no mínimo 3 linhas, permitindo visualizar pelo menos:
 - 3.1.1. 01 (uma) linha de ícones indicativos de recursos ativos ou status do rádio;
 - 3.1.2. 02 (duas) linhas de texto com pelo menos 8 caracteres alfanumérico;

4. RECURSOS FUNCIONAIS EM MODO DIGITAL:

- 4.1. Além dos recursos já mencionados, o equipamento deverá possuir a capacidade de operar em modo seguro, com encriptação digital do sinal, mediante inserção de chave e programação eletrônica.
- 4.2. O equipamento deverá suportar o algoritmo de criptografia “P25 DES-OFB e AES”, devendo permitir a programação por canal ou grupo de conversação.
- 4.3. Deverá possuir a capacidade de receber no mínimo 32 (trinta e duas) chaves de encriptação AES.
- 4.4. Deverá possuir a capacidade de troca de chaves de encriptação via OTAR, por meio de ondas de radiofrequência e fisicamente por dispositivo encriptador, a fim de alteração das chaves de criptografia.

- 4.5. Deverá possuir função de roaming através de sua própria localização, possibilitando ao terminal a capacidade de definir através de localidades pré-definidas a troca de canais automática entre sites de repetição convencionais, e entre sites de repetição convencionais e troncalizados P25 Fase 2.
- 4.6. Deverá possuir modulação C4FM e H-CPM.
- 4.7. Deverá possuir vocodificador digital AMBE.

5. **RECURSOS FUNCIONAIS EM MODO ANALÓGICO:**

- 5.1. Abertura do silenciador do receptor controlada por portadora, subtom analógico e subtom digital, selecionável por meio de programação prévia para cada canal via computador PC (silenciador programável por portadora subtom CTCSS (PL) e DCS (DPL) por canal).
- 5.2. Deverá suportar sinalização analógica MDC-1200 (protocol atualmente utilizado na CONTRATANTE) com licença habilitada e com no mínimo os seguintes recursos:
 - 5.2.1. Identificação da unidade chamadora (ID) – Codificação/decodificação MDC1200; Chamada Seletiva;
 - 5.2.2. Modulação em FM.

6. **CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS BÁSICAS:**

- 6.1. Faixa de frequência: 136 MHz a 174 MHz.
- 6.2. Largura do canal de RF: 12,5 kHz / 25 kHz com programação dentro das faixas de operação acima.
- 6.3. Espaçamento entre canais (TX e RX) de acordo com a norma em vigor.
- 6.4. Alimentação 13,8 VCC e com polaridade negativa no chassi permitindo variação elétrica de ± 15 a ± 20 %.
- 6.5. Saída para alto falante externo.
- 6.6. Tecnologia baseada em microprocessador.
- 6.7. Geração e controle de frequência por meio de sintetizador.
- 6.8. Abertura do silenciador para cada canal do receptor através de portadora e subtom digital devendo ser selecionável e programável, mediante acesso externo, via computador PC.
- 6.9. A identificação eletrônica do transceptor no modo digital deverá ser fornecida pelo circuito eletrônico original do próprio equipamento, não se admitindo inclusão de circuitos (internos ou externos), placas adicionais ou complementares ao equipamento.
- 6.10. Deverá possuir proteção contra:
 - 6.10.1. Sobretensão de alimentação acima da variação permitida;
 - 6.10.2. Inversão de polaridade;
 - 6.10.3. Variação de impedância de RF por descasamento de antena;
 - 6.10.4. Potência do transmissor acima do limite nominal do modelo;
 - 6.10.5. Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento, com aviso sonoro ao usuário de “tempo esgotado” (TOT programável).
 - 6.10.6. Deverá permitir a programação das frequências de operação, grupos de conversação e recursos operacionais por meio de aplicativo eletrônico (software) de acesso externo via computador tipo PC ou notebook.
- 6.11. Temperatura de operação: -30°C a $+60^{\circ}\text{C}$.

7. **CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS DO TRANSMISSOR:**

- 7.1. Faixa de frequência: 136 MHz a 174 MHz.
- 7.2. Espaçamento de canal: 25/12,5 kHz.
- 7.3. Separação máxima de frequência: toda a banda de transmissão.
- 7.4. Emissões irradiadas e conduzidas: - 80 dBc, ou melhor.
- 7.5. Estabilidade de frequência (-30°C a $+60^{\circ}\text{C}$): ± 1 ppm ou melhor.
- 7.6. Desvio de Modulação: ± 5 kHz a 25 kHz (medição em modo analógico de acordo com TIA/EIA 603) e $\pm 2,5$ kHz a 12,5 kHz.
- 7.7. Potência de saída de RF: Programável de 10 Watts ou menos, até 50 Watts.
- 7.8. Resposta de áudio: +1, -3 dB (TIA /EIA 603).
- 7.9. Distorção de audio: $\leq 1.5\%$.
- 7.10. Impedância de saída: 50 Ω .
- 7.11. Temporizador de transmissão (TOT) reciclável em cada acionamento, programável via software.

8. **CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS DO RECEPTOR:**

- 8.1. Faixa de frequência: 136 MHz a 174 MHz.
- 8.2. Espaçamento de canal: 25/12,5 kHz.
- 8.3. Separação máxima de frequências: toda a banda de recepção.
- 8.4. Estabilidade de frequência (-30°C a $+60^{\circ}\text{C}$): ± 1 ppm, ou melhor.
- 8.5. Sensibilidade em modo digital (taxa de erro BER de 5%): $\leq 0,25$ μV .
- 8.6. Sensibilidade em modo analógico (12 dB SINAD): $\leq 0,25$ μV .
- 8.7. Seletividade (rejeição do canal adjacente) em modo analógico (25 kHz, TIA 603 e 603 B): 73 dB, ou melhor.
- 8.8. Seletividade (rejeição do canal adjacente) em modo digital (12,5 kHz, TIA 102): 60 dB, ou melhor.
- 8.9. Rejeição a espúrios: 80 dB, ou melhor.
- 8.10. Rejeição a intermodulação: 75 dB, ou melhor.
- 8.11. Potência de saída de áudio, mínima de 3 Watts, com até 5% de distorção.
- 8.12. Distorção de áudio: $\leq 3\%$.

8.13. Impedância de entrada: 50Ω.

9. **CARACTERÍSTICAS DO GPS:**

9.1. Canais: 12.

9.2. Sensibilidade de rastreamento: -153 dBm, ou melhor;

9.3. Precisão (com mais de 5 satélites visíveis com intensidade de sinal nominal de -130 dBm): < 10 metros (95%).

9.4. Partida a frio: < 60 segundos (95%).

9.5. Modo de funcionamento: GPS autônomo (não assistido).

10. **CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E MECÂNICAS:**

10.1. Equipamento rádio transmissor-receptor com GPS montado em conjunto com o transceptor, do tipo frontal, com proteção contra poeira e respingos de água de acordo com padrão IP54, ou melhor.

10.2. Deverá possuir gabinete à prova de umidade, corrosão, quedas e vibrações mecânicas, atendendo as Normas Militares MIL-STD-810C, D, E, F e G.

10.3. Deverá possuir estrutura sem cantos vivos ou cortes de chapa de modo que não ofereçam perigo aos ocupantes do veículo em caso de acidente.

10.4. Deverá permitir facilidade de visualização e acesso aos controles do painel.

10.5. Deverá possuir boa resposta de áudio do alto-falante.

10.6. O número de série do transceptor móvel deverá ser gravado em seu chassi ou em etiqueta do produto afixada em seu chassi e selo da Anatel afixado.

10.7. Deverá possuir dissipação térmica compatível com o calor gerado dentro do regime intermitente da operação na base 20% TX e 80% RX.

10.8. Os terminais móveis digitais deverão ser fornecidos com suportes, acessórios e cabos em tamanho e quantidade compatíveis para serem instalados nos veículos em utilização da CONTRATANTE.

11. **COMPOSIÇÃO DE CADA TRANSCCEPTOR MÓVEL DIGITAL:**

11.1. 01 (um) equipamento rádio (transmissor-receptor) com GPS.

11.2. 01 (um) microfone de mão com tecla de transmissão (PTT), cordão espiralado e suporte de fixação. Caso o transceptor não possua teclado alfanumérico incorporado no painel frontal, o microfone deverá possuir teclado alfanumérico.

11.3. 01 (uma) antena original do rádio, ou aprovada pelo fabricante mediante comprovação, tipo monopolo vertical, de ¼ (um quarto) de onda, ganho mínimo unitário de 0 dB, com base apropriada para fixação em teto veicular mediante furação, incluindo conectores e cabo coaxial para sua correta instalação.

11.4. 01 (uma) antena de GPS com conectores e cabo apropriado com base fixável ao teto do veículo, para instalação no transceptor.

11.5. 01 (um) cabo de alimentação CC (corrente contínua) completo (com terminais para as conexões, porta fusível e fusível).

11.6. Conjunto de suporte de fixação do transceptor ao veículo, acompanhado das presilhas e parafusos de fixação.

11.7. A CONTRATADA deverá fornecer sem ônus adicional para a CONTRATANTE:

11.7.1. 01 (um) conjunto completos de softwares originais do fabricante referentes à Fase 1 FDMA do P25 e Fase 2 TDMA do P25, necessários para programação, reprogramação, alinhamento e ajustes do transceptor móvel ofertado para operar em computador PC ou notebook, com sistema operacional Windows 7 ou superior;

11.7.2. 01 (um) conjunto de interfaces (cabos de programação - hardwares) originais do fabricante referentes a analógico, Fase 1 FDMA do P25 e Fase 2 TDMA do P25, dispositivos e cabos necessários para programação, reprogramação, alinhamento e ajustes do transceptor móvel ofertado;

11.7.3. 01 (um) equipamento encriptador móvel para carregamento das chaves variáveis de criptografia do padrão “APCO 25 - AES”, através de processo eletrônico nos terminais de rádio digitais com cabos, software, adaptador e outros itens necessários ao carregamento das chaves de criptografia. O encriptador deverá:

11.7.3.1. Possuir tela sensível ao toque (touchscreen);

11.7.3.2. Possuir teclado físico alfanumérico ou teclado na tela touchscreen;

11.7.3.3. Possuir caneta touchscreen;

11.7.3.4. Gerar automaticamente chaves aleatórias para o algoritmo AES;

11.7.3.5. Possuir bateria interna de Lítio-Íon de alta capacidade, original do fabricante;

11.7.3.6. Possuir carregador para a bateria interna do encriptador. O carregador deverá ser bivolt 110/220 Volts CA, do tipo recarga rápida, original do fabricante. O plugue de alimentação do carregador de baterias deverá ser do modelo brasileiro conforme norma NBR 14136 e Resolução nº08 de 31/08/2009 do CONMETRO;

11.7.3.7. Possuir no mínimo proteção IP54 (poeira e jato de água);

11.7.3.8. Deverá ser fornecido 1 (um) cabo de programação para transceptor de rádio digital por encriptador;

12. **INSTALAÇÃO**

12.1. As adaptações deverão integrar-se perfeitamente ao desenho interno do veículo, primar pela ergonomia e facilidade no manuseio dos equipamentos, não se admitindo cantos vivos ou pontos cortantes que possam causar lesões aos ocupantes;

12.2. As peças deverão receber fixação adequada, a fim de que não se verifiquem movimentos, trincas ou ruídos;

12.3. Os suportes metálicos a serem fornecidos deverão ser resistentes às trepidações (vibrações) decorrentes da utilização do veículo, em qualquer tipo de terreno, bem como deverão ser adequadamente fixados, a fim de suportarem o peso dos equipamentos a serem instalados, especialmente durante as manobras realizadas pelo veículo em situação de emergência. Para tanto deverão ser utilizado coxins de borrachas ou outro material compatível, a fim de amortecer os impactos;

12.4. Os contornos e as furações das peças a serem instaladas deverão ser recobertos com borracha, ou outro material similar, a fim de evitar acidentes aos instaladores e usuários e ainda danos aos cabos de energia, de dados e da antena;

12.5. As furações necessárias não deverão comprometer à alimentação elétrica e demais conexões essenciais ao perfeito funcionamento dos equipamentos;

- 12.6. A tonalidade (cor) das peças deverá acompanhar o acabamento interior do veículo;
- 12.7. As Forças Institucionais realizarão os testes em um protótipo apresentado pela empresa (CONTRATADA), onde será aferido todos os itens que compõe o sistema de rádio comunicação móvel, sendo eles, sistema irradiante (vareta, bobina, cabo, conectores), aferição de ajuste de potência e refletida para o rádio transceptor, conforme critérios adotados pela SESDEC;
- 12.8. Os equipamentos deverão ser instalados em locais protegidos, que impeçam o acesso de pessoas não autorizadas a efetuar trocas e manutenção dos seus componentes. Devem ser fixados firmemente e protegidos de intempéries. A instalação dos equipamentos deverá ser realizada de maneira a não possibilitar o desligamento dos cabos por parte dos usuários;
- 12.9. A fiação elétrica deverá ser protegida por meio de chicotes e conduítes, não devendo permitir a entrada de fluídos para dentro do habitáculo do veículo;
- 12.10. É vedada a colocação dos equipamentos sob os carpetes e/ou sob os isolamentos térmicos acústicos dos veículos, de maneira que impeça a refrigeração dos equipamentos;
- 12.11. A CONTRATADA dos serviços de locação deverá apresentar juntamente com a proposta o documento comprobatório do registro do equipamento de rádio junto ao órgão competente do Ministério das Comunicações.

13. **GARANTIA:**

- 13.1. A garantia deverá cobrir todo e qualquer defeito de fabricação, devendo os equipamentos serem reparados no prazo e condições previstas neste termo de referência.
- 13.2. A licitante será responsável pelo recolhimento, manutenção e devolução dos equipamentos em garantia, no prazo estabelecido no certame.
- 13.3. Os equipamentos em garantia, quando necessitarem de manutenção, deverão ser recolhidos na sede do CONTRATANTE, em até 03 (três) dias úteis pela CONTRATADA. Em até 30 (trinta) dias corridos, a CONTRATADA deverá devolvê-los mantidos ou, se necessário, trocados em definitivo por equipamentos novos, mediante laudo técnico. Ambos os prazos devem ser considerados a partir do acionamento da CONTRATADA pela CONTRATANTE. Este acionamento poderá ser via email, telefone, ou aplicativo disponibilizado pela CONTRATADA.
- 13.4. Os custos de transporte, recolhimento e entrega dos produtos deverão correr por conta da CONTRATADA.
- 13.5. A garantia técnica será considerada a partir da data de recebimento definitivo do equipamento, sendo composta de serviços de reparo ou reposição de peças e componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos, de todo equipamento e seus acessórios, salvo se constatada e comprovada a indevida utilização do equipamento pela CONTRATANTE, situação em que a CONTRATADA arcará com os custos para emissão de laudos técnicos e demais despesas relacionadas à constatação e comprovação da utilização indevida pela CONTRATANTE.
- 13.6. Os equipamentos que apresentarem problemas técnicos antes do recebimento definitivo deverão ser substituídos por outro equipamento novo em até 30 (trinta) dias corridos, não entrando na situação de garantia;
- 13.7. As despesas relativas à movimentação de componentes ou placas com defeitos de fabricação dentro do país, ou do Brasil para o país de origem e do país de origem para o Brasil, incluindo, mas não se limitando a fretes, tributos, seguros, “handling”, taxas, bem como aqueles referentes ao envio das mesmas peças defeituosas para execução da garantia, durante o período de 36 (trinta e seis) meses, são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061294022** e o código CRC **E81DFA69**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

SINALIZAÇÃO VISUAL

1. CONDIÇÕES GERAIS
- 1.1.

O sinalizador deverá atender integralmente às normas:
- 1.1.1.

SAE J575_202104 (ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão e deformação)
- 1.1.2.

SAE J595_202108 (fotometria)
- 1.1.3.

SAE J845_202108
- 1.1.4.

SAE J578_202004 (cores)
- 1.2.

O sistema deverá conter:
- 1.2.1.

Barra de sinalização linear ou elíptica, com LEDs nas cores vermelho rubi e azul
- 1.2.2.

Sistema acústico com unidade sonofletora instalada no cofre do motor
- 1.2.3.

A comprovação do atendimento às normas se dará por laudo técnico emitido por laboratório acreditado pela AMECA (Automotive Manufacturers Equipment Compliance Agency, Inc)
- 1.2.4.

Não serão aceitos laudos emitidos por laboratórios não acreditados ou em revisões anteriores às especificadas, salvo revisões posteriores e atualizadas
2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS
- 2.1.

Sinalizador Luminoso (Barra de Luzes)
- 2.2.

Tipo: Barra linear com múltiplas lentes e módulos
- 2.3.

Cobertura: Deve ocupar mais de 90% da largura do teto do veículo, sem ultrapassar suas dimensões laterais
- 2.4.

Dimensões permitidas:
- 2.4.1.

Comprimento: mínimo 1000 mm, máximo 1500 mm
- 2.4.2.

Largura: mínimo 250 mm, máximo 350 mm
- 2.4.3.

Altura: mínimo 50 mm, máximo 70 mm
- 2.5.

Materiais
- 2.5.1.

Base: policarbonato transparente de alta resistência, com proteção UV
- 2.5.2.

Módulos: individuais, com chassi em perfil de alumínio extrudado
- 2.5.3.

Cúpulas injetadas em policarbonato, fixadas com parafusos de aço inox (vedada a utilização de presilhas)
- 2.6.

Cores da cúpula:
- 2.6.1.

50% vermelho rubi e 50% azul
- 2.6.2.

Caso haja cúpula central não divisível, esta deverá ser na cor fumê
- 2.7.

Luzes de Beco (Laterais)
- 2.7.1.

Devem ser integradas à barra de sinalização
- 2.7.2.

Compostas por módulo de LEDs brancos em cada lateral da barra
- 2.7.3.

Os LEDs brancos devem possuir mesma quantidade e potência dos LEDs presentes nos módulos rubi e azul

IMAGEM ILUSTRATIVA



3. PROTEÇÃO E INSTALAÇÃO
- 3.1.

A proteção contra raios ultravioleta (UV) deverá ser integrada à matéria-prima da cúpula do sinalizador.
- 3.2.

É vedado o uso de vernizes ou qualquer outro tipo de revestimento superficial para este fim.

- 3.3. O sinalizador deverá possuir **cobertura luminosa de 360 graus**, sem zonas de sombra.
- 3.4. Para viaturas com **bagageiro de teto (barras longitudinais)**, a **fixação será obrigatória nestas barras**, utilizando **suportes ajustáveis**.
- 3.5. Para viaturas **sem bagageiro**, será permitida a instalação diretamente **no teto da viatura**, desde que atendidas todas as demais exigências técnicas.

4.

COMPOSIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS MÓDULOS LUMINOSOS

- 4.1. O sistema de sinalização deverá ser composto por **no mínimo 20 (vinte) módulos** distribuídos entre dianteira, traseira e laterais.
- 4.2. **Módulos Dianteiros (maiores):**
- 4.2.1. Mínimo de:
- 4.2.1.1. 3 LEDs vermelhos de potência ≥ 3W cada
- 4.2.1.2. 3 LEDs azuis de potência ≥ 3W cada
- 4.2.1.3. 12 LEDs brancos de potência ≥ 1W cada
- 4.2.2. Total por módulo: Mínimo de 18 LEDs
- 4.3. **Módulos Traseiros (maiores):**
- 4.3.1. Mínimo de
- 4.3.2. 3 LEDs vermelhos de potência ≥ 3W cada
- 4.3.3. 3 LEDs azuis de potência ≥ 3W cada
- 4.3.3.1. Total por módulo: Mínimo de 6 LEDs
- 4.4. **Módulos Laterais:**
- 4.4.1. **Opção 1 - Módulos Maiores (6 unidades – 3 por lateral):**
- 4.4.1.1. Cada módulo com:
- 4.4.1.1.1. 3 LEDs vermelhos de potência ≥ 3W cada
- 4.4.1.1.2. 3 LEDs azuis de potência ≥ 3W cada
- 4.4.1.1.3. 12 LEDs brancos de potência ≥ 1W cada
- 4.4.1.2. Total por módulo: **18 LEDs**
- 4.5. **Opção 2- Módulos Menores (10 unidades – 5 por lateral):**
- 4.5.1. 08 módulos (4 por lateral):
- 4.5.1.1. 3 LEDs vermelhos de potência ≥ 3W cada
- 4.5.1.2. 3 LEDs azuis de potência ≥ 3W cada
- 4.5.1.3. Total por módulo: 6 LEDs
- 4.5.2. **02 módulos (1 por lateral):**
- 4.5.2.1. **3 LEDs brancos de potência ≥ 3W cada**
- 4.5.2.2. Total por módulo: **3 LEDs**

5.

ILUMINAÇÃO E EFICIÊNCIA ÓPTICA

- 5.1. Todas as luzes brancas devem possuir também a **função de luz de serviço**.
- 5.2. Sistema deverá ser **dotado de refletores parabólicos**, promovendo máxima dispersão da luz.
- 5.3. Alimentação: **12 VCC nominal**
- 5.4. O conjunto da barra deverá conter no mínimo **14 módulos, distribuídos equitativamente** por toda sua extensão, garantindo **visualização integral** e evitando **pontos cegos**, conforme o design da viatura permitir.

6.

ESPECIFICAÇÕES DOS LEDS

COR	COMPRIMENTO DE ONDA	INTENSIDADE LUMINOSA MINIMA	VIDA ÚTIL MÍNIMA	CATEGORIA
Vermelho	610 a 630 nm	90 lúmens	30.000 horas	AlInGaP
Azul	465 a 485 nm	60 lúmens	30.000 horas	InGaN
Branco	4500K a 6500K	120 lúmens	30.000 horas	InGaN

7.

FUNÇÃO DIRECIONAL (TRÂNSITO)

- 7.1. O sistema de iluminação deverá permitir o acionamento de **efeitos direcionais**, com setas luminosas dinâmicas da esquerda para a direita e da direita para a esquerda, para uso em **operações de trânsito e sinalização de pista**.

8.

CONTROLE E EFICIÊNCIA DO SISTEMA SINALIZADOR

- 8.1. **Controle Central Integrado:** Todo o conjunto sinalizador, incluindo os sistemas **visual, auxiliar, luzes de beco e sirene**, deverá ser operado por um **controle central único**, com capacidade para acionar e operar **cada sistema de forma independente**, garantindo flexibilidade operacional e organização funcional.
- 8.2. **Tecnologia de Controle:** O sinalizador visual deverá ser dotado de **microprocessador ou microcontrolador**, com capacidade para gerar **lampejos luminosos de altíssima frequência**.
- 8.3. **Gerenciamento Eletrônico:** O circuito eletrônico deve controlar a **corrente elétrica aplicada aos LEDs** por meio de **PWM (Pulse Width Modulator)**, garantindo:
- 8.3.1. **Intensidade luminosa constante**, independentemente do estado de funcionamento do motor da viatura (inclusive quando desligado ou em baixa rotação);
- 8.3.2. **Maior eficiência energética;**
- 8.3.3. **Prolongamento da vida útil dos LEDs.**

8.4. **Consumo Elétrico:** O consumo **máximo da barra nas funções de LEDs** não deverá ultrapassar **10 amperes (10A)**, assegurando compatibilidade com o sistema elétrico das viaturas e evitando sobrecargas.

9. **ESTROBO**

9.1. **VIATURAS CARACTERIZADAS**

9.1.1. **Quantidade e Localização:**

9.1.1.1. Cinco unidades instaladas na grade externa frontal do veículo

9.1.1.2. Duas unidades instaladas na parte traseira

9.1.2. **Características Técnicas:**

9.1.2.1. Luzes brancas de alta intensidade

9.1.2.2. Intensidade mínima: 350 lúmens ANSI por sinalizador

9.1.2.3. Instalação sem cortes ou perfurações na carroceria

9.2. **VIATURAS DESCARACTERIZADAS**

9.2.1. **Instalação preferencial:**

9.2.1.1. Luzes brancas de alta intensidade instaladas dentro dos faróis dianteiros, conforme marca/tipo/modelo do veículo

9.2.1.2. Sincronização face a face, garantindo visibilidade e uniformidade no padrão de lampejos

9.2.1.3. Intensidade mínima: 350 lúmens ANSI por sinalizador

9.2.2. **Alternativa para modelos de veículos não compatíveis:**

9.2.2.1. Lâmpadas estroboscópicas próximas aos faróis, desde que os efeitos e qualidade sejam compatíveis

9.2.2.2. Instalação no ponto mais afastado possível dentro do desenho do veículo

9.2.2.3. Localização exata definida na aprovação do protótipo

9.3. **Observações Gerais**

9.3.1. Cada módulo deverá ser composto por, no mínimo 12 LEDs de 3W cada, sendo 06 (seis) LEDs

9.3.2. Os strobos devem ser de alta durabilidade, garantindo resistência a vibração, poeira, umidade e variações climáticas

9.3.3. O sistema deve permitir sincronização para evitar falhas e garantir padronização do efeito luminoso

9.3.4. A instalação deve seguir normas técnicas, evitando interferência em outros componentes elétricos do veículo

9.3.5. Aprovação final da instalação dependerá de testes práticos para garantir eficiência e segurança operacional

SINALIZAÇÃO ACÚSTICA (SIRENE)

10. **CARACTERÍSTCAS GERAIS**

10.1. Conjunto sonofletor acusticamente sintonizado, confeccionado em nylon ou material similar, com diafragma de alta resistência mecânica e totalmente à prova d'água.

10.2. Sistema eletrônico com potência mínima de saída de **100W RMS a 11 ohms**, com unidade sonofletora única de 100W.

10.3. A corneta deverá possuir pontos específicos para fixação diretamente no corpo da unidade sonofletora, sendo **vedada a utilização da rosca principal da saída de áudio para fixação**.

10.4. Pressão sonora mínima de **110 dB**, medida a 1 metro de distância com aparelho aferido por entidade acreditada pelo **INMETRO**, sendo essa medição parte do processo de aprovação de protótipo.

10.5. Consumo máximo de **10 Ah** de todo o sistema.

10.6. Geração de **cinco tons distintos: Wail, Yelp, Pierce, Horn e Pial (temporário)**.

10.7. **Resposta de frequência:** 400 a 3000 Hz.

10.8. Deverá possuir **sistema de megafone** com amplificador de no mínimo **30W RMS de saída**, com acoplamento para instalação de rádio transceptor, de modo a permitir a **transmissão do áudio do rádio pelo megafone** da sirene, possibilitando o acompanhamento das comunicações pelo policial fora da viatura.

10.9. O **sinalizador acústico deverá ser instalado na parte frontal do veículo (vão do motor)**, sendo **vedada sua instalação abaixo do sinalizador visual**.

10.10.

MÓDULO DE CONTROLE – SINALIZADOR ACÚSTICO E VISUAL

10.11. **Controle Remoto Integrado (Mike):** O módulo de controle do sinalizador acústico deverá contar com **cabeça de controle remota integrada ao microfone ("mike")**, com design **compacto e ergonômico**, permitindo o manuseio e acionamento com **uma única mão**.

10.12. **Cabo Espiralado:** Deve possuir **comprimento suficiente para alcançar as portas laterais pelo lado externo** da viatura.

10.13. **Fixação Magnética:** A **presilha magnética deve estar fixada na parte traseira do "mike"**, e **não no painel**, possibilitando a fixação sobre qualquer **superfície metálica da lataria** do veículo.

10.14. **Botões de Comando: Material:** Silicone translúcido, com **iluminação de fundo**.

10.15. **Botão "EMERGÊNCIA":**

10.15.1. Cor do botão: **vermelha**

10.15.2. Iluminação de fundo: **vermelha**

10.15.3. **Alto-relevo de 3 mm**

10.16. **Demais Botões**

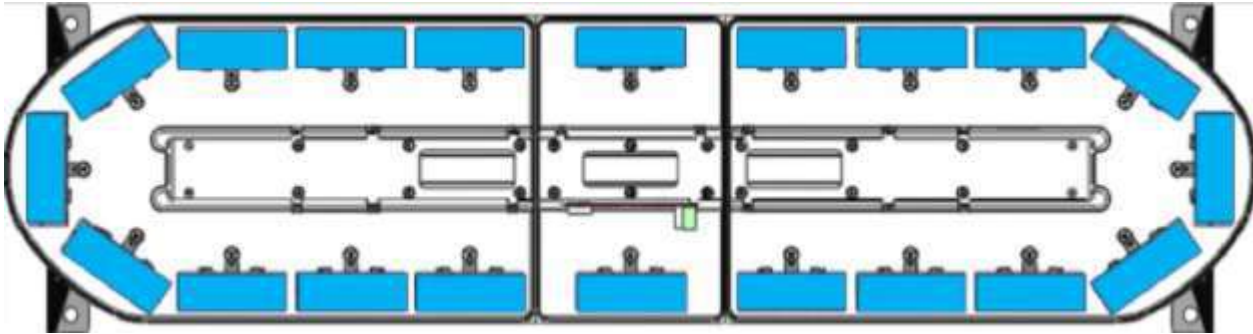
10.16.1. Alto-relevo de **1,5 mm**

- 10.16.2. Impressão do texto **em português**, em **cor preta e de forma indelével**
- 10.16.3. Proibido o uso de siglas, símbolos ou ícones (ex.: "F1", "F2", "F3", desenhos)
- 10.17. **Proteções e Segurança do Sistema:**
- 10.17.1. Proteção contra **inversão de inversão de polaridade**
- 10.17.2. Proteção contra **variações elevadas de tensão e transientes**
- 10.17.3. **Desligamento preventivo automático** em caso de tensão fora da faixa segura
- 10.18. **Gerenciamento de Carga da Bateria (com LEDs Indicadores no Painel):**
- 10.18.1. **Verde piscante:** tensão alta (acima de 15V)
- 10.18.2. **Verde contínuo:** tensão normal (12,2V a 15V)
- 10.18.3. **Âmbar piscante:** tensão média (11,6V a 12,2V)
- 10.18.4. **Vermelho piscante:** tensão baixa (abaixo de 11,6V)
- 10.19. O sistema deverá **interromper automaticamente o funcionamento do sinalizador** antes que a carga da bateria atinja um nível que comprometa a partida do veículo.

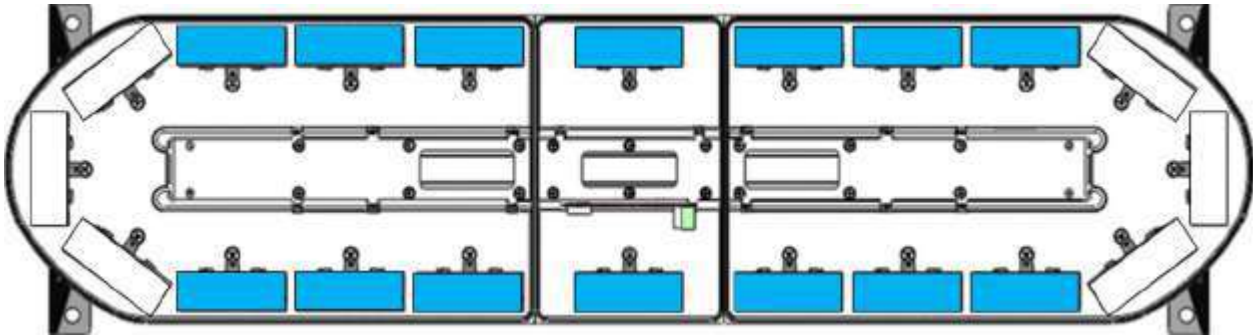
IMAGEM ILUSTRATIVA



11. **COBERTURA LUMINOSA**
- 11.1. O sinalizador deverá possuir **cobertura luminosa em 360 graus**, garantindo visibilidade total ao redor do veículo.
12. **ACIONAMENTO DAS TECLAS E FUNÇÕES**
- 12.1. O módulo de controle deverá permitir a geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo conforme o padrão operacional da Forças Institucionais de Rondônia, devendo contemplar as seguintes condições:
- 12.2. O controlador deverá dispor de **11 (onze) botões**, cada um destinado a funções específicas, devidamente identificados com legendas em português e iluminação de fundo.
13. **FUNÇÃO PATRULHA**
- 13.1. Acionamento da barra de sinalização do teto com **todos os módulos operando na cor azul**, em frequência normal, caracterizando ostensividade de nível médio.
- 13.2. Acionamento automático dos strobos dianteiros e traseiros.
- 13.3. A sirene não deverá ser acionada nesta função.
- 13.4. O acionamento e desligamento da função deverá ocorrer com **um toque curto** no botão correspondente.
- 13.5.
- 13.6.

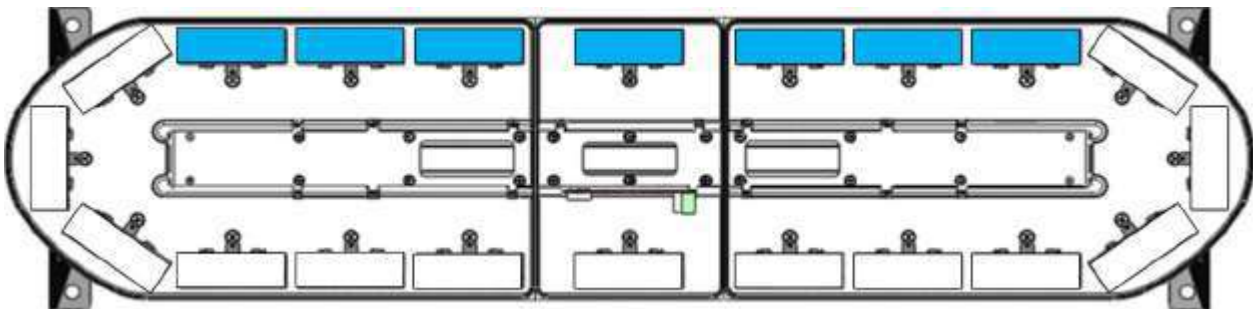


14. **FUNÇÃO COMBOIO**
- 14.1. No primeiro acionamento, o sinalizador deverá **piscar os módulos frontais e traseiros na cor azul**, com **frequência lenta**, caracterizando ostensividade de nível baixo.
- 14.2. O padrão de acionamento deverá ser de **300 milissegundos aceso** seguidos de **300 milissegundos apagado**, de forma intermitente e contínua.



14.3. No segundo acionamento, deve cortar os módulos traseiros, mantendo a parte frontal.

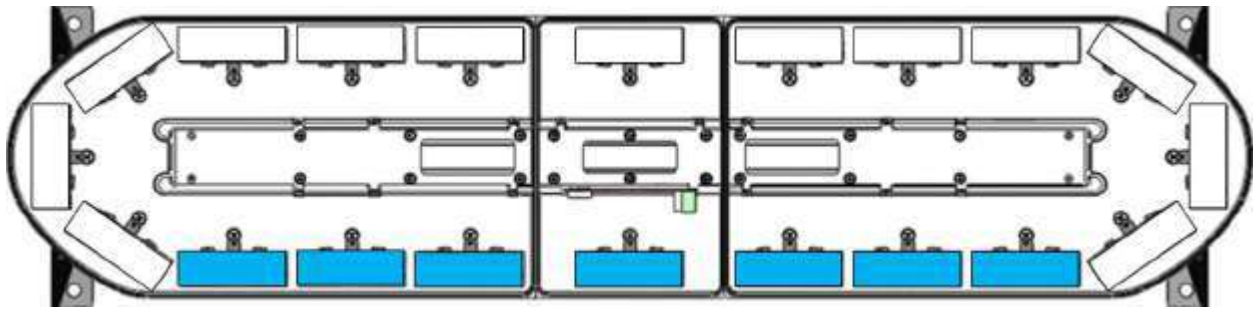
14.4.



14.5. No terceiro acionamento, deve cortar os módulos frontais, mantendo a parte traseira.

14.6.

14.7.



14.8. No quarto acionamento, deve desligar a função.

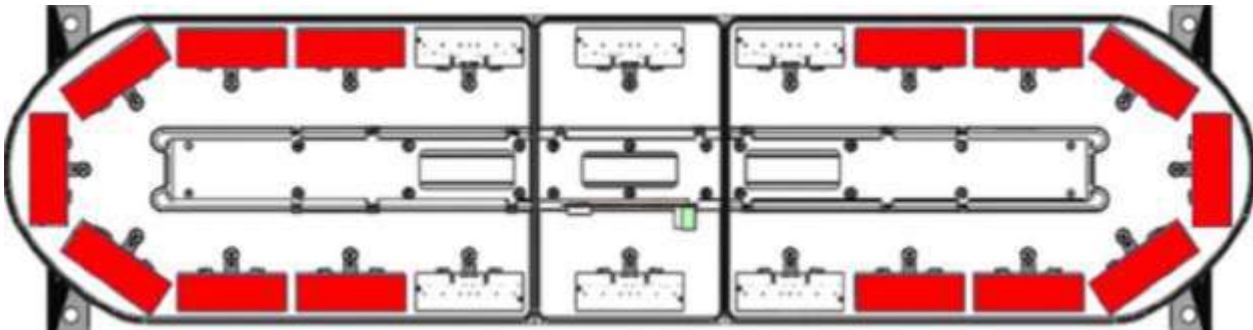
15. **FUNÇÃO EMERGÊNCIA**

15.1. O sinalizador deverá operar com **pisca alternado entre os módulos vermelhos e azuis**, com **frequência rápida**, caracterizando ostensividade elevada.

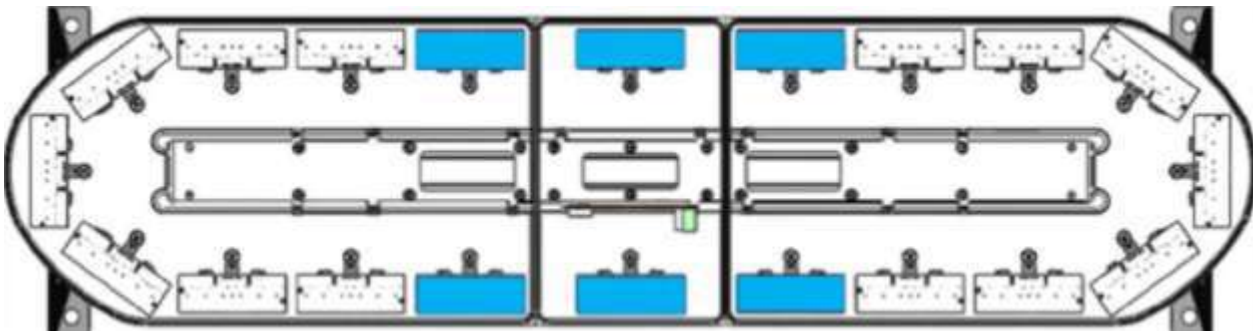
15.2. Os pulsos deverão ser de **100 milissegundos**, sem intervalos apagados entre as alternâncias.

15.3. Os **strokes deverão ser acionados de forma alternada**, juntamente com o conjunto **secundário vermelho**, **sem acionamento da sirene**.

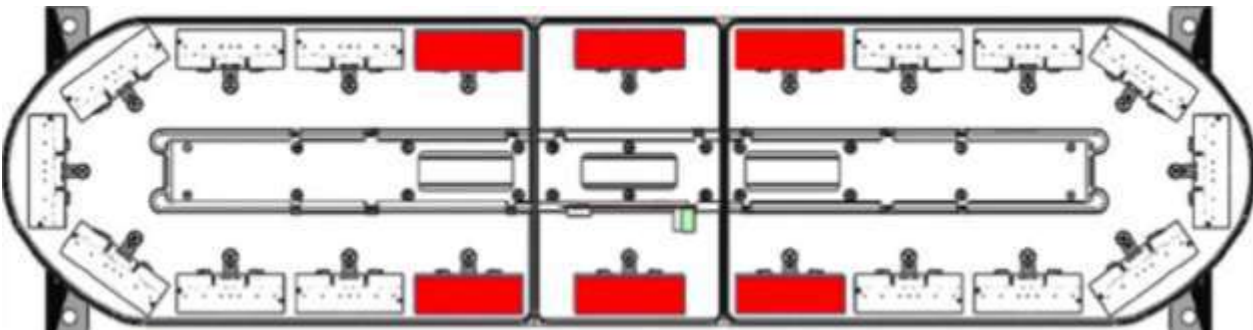
15.4. A sequência luminosa deverá seguir os seguintes tempos e padrões:



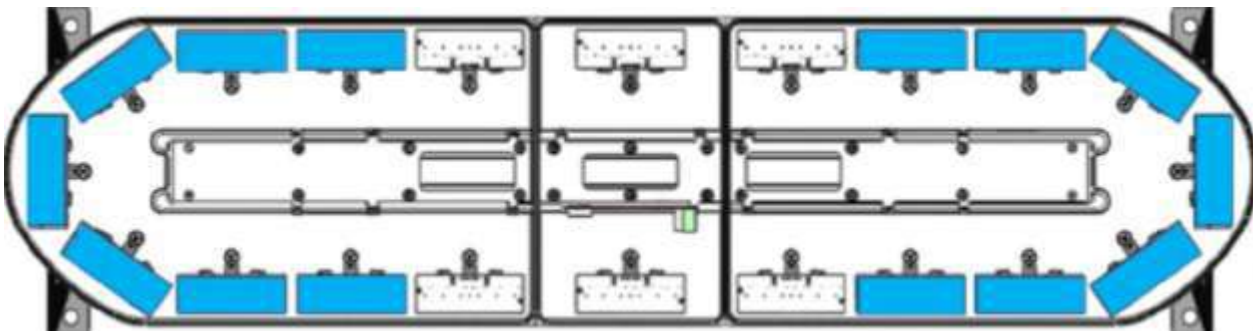
15.5. No segundo acionamento: Pisca azul no módulo central, módulos laterais apagados.



15.6. No terceiro acionamento: Pisca vermelho no módulo central, módulos laterais apagados.



15.7. No quarto acionamento: Pisca azul nos módulos laterais, módulo central apagado.



16. **FUNÇÕES DO MÓDULO DE CONTROLE DO SINALIZADOR**

- 16.1.

Sirenada: Acionamento sem retenção para o tom *Pierce*, tipo “toque rápido”.
- 16.2.

Strobo: Liga e desliga os conjuntos auxiliares de luz branca de forma independente da sinalização de teto. Ação com um toque curto.
- 16.3.

Sirene: Alterna entre os tons *Wail*, *Yelp* e *Pierce* a cada toque. Ao pressionar por 3 segundos, a sirene é desligada.
- 16.4.

Horn e Pial: Acionamento temporário dos respectivos sons (*Horn* e *Pial*).
- 16.5.

Setas direcionais (esquerda e direita): Permite o uso direcional para fins de trânsito (direita para esquerda e esquerda para direita).
- 16.6.

Luzes de Beco: Aciona sequencialmente as luzes brancas do sinalizador:
- 16.6.1.

Primeiro acionamento: Todas as luzes acesas (frontal, lateral esquerda e lateral direita).
- 16.6.2.

Segundo acionamento: Somente luz de beco esquerda.
- 16.6.3.

Terceiro acionamento: Somente luz de beco direita.
- 16.6.4.

Quarto acionamento: Somente luz frontal (*abordagem*).
- 16.6.5.

Quinto acionamento: Desliga a função.
17.

OBSERVAÇÕES GERAIS
- 17.1.

A instalação e os materiais devem respeitar padrões de segurança, ergonomia e integridade física dos policiais
- 17.2.

A barra deverá ser projetada para não interferir no embarque e desembarque dos ocupantes
- 17.3.

Todos os componentes devem ser resistentes a impactos, intempéries e variações climáticas
- 17.4.

Documentação e laudos técnicos deverão ser apresentados obrigatoriamente na avaliação do protótipo

Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061294067** e o código CRC **6E06E210**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

CÂMERAS FIXAS EMBARCADAS

A presente contratação tem por objeto o fornecimento de sistema de gravação veicular para viaturas policiais operacionais, composto por DVR veicular com 2 canais, microcâmera IR com áudio embutido e software ou sistema web de monitoramento e rastreamento, incluindo fornecimento, manutenção e suporte técnico integral da solução, conforme especificações técnicas mínimas descritas neste termo.

1.

DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS
- 1.1.

CENTRAL MULTIFUNCIONAL DE VÍDEO EMBARCADO (DVR VEICULAR)
- 1.1.1.

Quantidade: 01 (uma) unidade por viatura;
- 1.1.2.

Gravação de vídeo e áudio em qualidade Full HD (1920x1080), com resistência a vibrações e impactos mecânicos;
- 1.1.3.

Permitir ativação/desativação individual do áudio por câmera, bem como monitoramento remoto de áudio e vídeo em tempo real via redes móveis (3G/4G LTE/Edge/GPRS) e Wi-Fi;
- 1.1.4.

Capacidade de suportar aplicações simultâneas de vídeo, áudio e dados em tempo real, sem comprometimento de desempenho;
- 1.1.5.

Suporte simultâneo ao uso de 01 (um) SSD e 01 (um) cartão SD (SD Card);
- 1.1.6.

Armazenamento em SSD (Solid State Drive), interface NVMe ou SATA, com capacidade mínima de 1TB, formato 2,5" e cartão SD com capacidade mínima de 128 GB. Não serão aceitos discos rígidos tradicionais (HDD);
- 1.1.7.

Mínimo de 02 (duas) entradas de vídeo analógico ou digital, sendo no mínimo 01 (uma) entrada com suporte para câmera IP;
- 1.1.8.

Mínimo de 02 (duas) entrada e 01 (uma) saída de áudio;
- 1.1.9.

Possuir aplicativo unificado para dispositivos móveis Android e iOS para acesso remoto;
- 1.1.10.

Interface Wi-Fi 802.11g/n (mínimo 128 Mbps);
- 1.1.11.

Interface de rede LAN 10/100/1000 Mbps;
- 1.1.12.

Slot para SIM Card (com suporte opcional as redes GPRS/Edge e obrigatório as redes 3G/4G LTE);
- 1.1.13.

Função watchdog;
- 1.1.14.

Gerenciamento automático do espaço em disco, com opção de exclusão automática de gravações mais antigas ao atingir a capacidade máxima, priorizando a exclusão do evento com menor prioridade e data mais antiga;
- 1.1.15.

Monitoramento contínuo do áudio captado e armazenamento sincronizado com o vídeo, com possibilidade de consulta em tempo real ou posterior via central de operações;
- 1.1.16.

Formatos de vídeo de entrada compatíveis: NTSC/PAL;
- 1.1.17.

Sistema operacional embarcado (firmware dedicado);
- 1.1.18.

Gravação em até 02 (dois) canais de vídeo simultaneamente, com taxa de até 30 fps por canal (60 fps no total);
- 1.1.19.

Transmissão adaptável de vídeo, com qualidade ajustável dinamicamente para conexão de baixa largura de banda, sem afetar a qualidade da gravação local;
- 1.1.20.

Possibilidade de configurar fluxos (streams) independentes de gravação e transmissão, mantendo a gravação em qualidade Full HD (1920x1080) e transmissão em qualidade ajustável conforme necessidade;
- 1.1.21.

Modos de gravação: contínuo, manual ou por detecção de movimento, possuindo detecção inteligente de movimento, com configuração personalizada das áreas de detecção;
- 1.1.22.

Possibilidade de seleção de resoluções de gravação, contendo obrigatoriamente a resolução FullHD (1920x1080);
- 1.1.23.

Visualização local com definição de mosaico personalizável pela Central de Monitoramento;
- 1.1.24.

Sensor de movimento via software;
- 1.1.25.

Exibição de data/hora da gravação sobreposta à imagem;
- 1.1.26.

Inserção de coordenadas GPS (latitude e longitude), velocidade do veículo e prefixo na gravação e na visualização remota;
- 1.1.27.

Suporte a múltiplos perfis de usuário com níveis de acesso diferenciados;
- 1.1.28.

Interfaces mínimas: 01 (uma) USB, 01 (uma) RS-485, 02 (duas) RS-232;
- 1.1.29.

GPS embarcado;
- 1.1.30.

Possuir, no mínimo, 01 (uma) saída de vídeo VGA;
- 1.1.31.

Suportar funcionalidades OSD (On Screen Display), incluindo:

a) título da câmera;

b) horário;

- c) perda de sinal de vídeo;
 - d) travamento da câmera;
 - e) detecção de movimento;
 - f) indicação de gravação ativa;
- 1.1.32. Suportar gravação de áudio no formato G.711a;
- 1.1.33. Suportar os seguintes protocolos de rede: TCP/IP, UDP, DHCP, DDNS, FTP e Email;
- 1.1.34. Informar o estado atual do SSD e apresentar estatísticas de streaming por canal.

1.2. **MICROCÂMERA IR AUTOMOTIVA COM CAPTAÇÃO DE ÁUDIO**

- 1.3. Quantidade: 01 (uma) unidade instalada no compartimento de custódia;
- 1.4. Microfone embutido na câmera para captação de áudio interno da cela;
- 1.4.1. Sensibilidade mínima: 0,5 lux;
- 1.4.2. Lente de 2,8 mm;
- 1.4.3. Saída de vídeo: 1.0Vp-p;
- 1.4.4. Compatível com os sistemas PAL e NTSC;
- 1.4.5. Resolução mínima de imagem: 1920 x 1080 pixels (Full HD);
- 1.4.6. Capacidade de transmissão de vídeo em 1920 x 1080 a 30 fps (quadros por segundo);
- 1.4.7. Controle de ganho automático (AGC);
- 1.4.8. Grau de proteção IP66 (à prova de poeira e jatos fortes de água) ou superior;
- 1.4.9. Baixo consumo de energia: inferior ou igual a 50 mA a 12VDC;
- 1.4.10. Lentes coloridas adequadas ao uso embarcado em veículos;
- 1.4.11. Ângulo de visão amplo: mínimo de 110°;
- 1.4.12. Obturador eletrônico com tempo variável entre 1/50 e 1/100.000 segundos;
- 1.4.13. Visão noturna por infravermelho com alcance mínimo de 5 metros;
- 1.4.14. Balanceamento de branco automático;
- 1.4.15. Sensor de imagem em estado sólido de 1/2.7” ou superior, com varredura progressiva (progressive scan);
- 1.4.16. Redução de ruído digital;
- 1.4.17. Resistência a impacto com grau de proteção mínimo IK10;
- 1.4.18. Possuir certificações ECE, FCC e UL.

1.5. **REQUISITOS ADICIONAIS**

- 1.5.1. Fornecimento, manutenção e atualização do software ou sistemas web incluídos na proposta, sem custos adicionais ou taxas de licenciamento durante a vigência do contrato.
- 1.5.2. Acompanhamento simultâneo georreferenciado das viaturas em mapa (Google Maps ou equivalente), por meio de software ou sistema web fornecido para monitoramento e controle em tempo real;
- 1.5.3. Configuração de cercas virtuais com alertas por e-mail ao entrar ou sair de perímetros definidos;
- 1.5.4. Sistema de rastreamento GPS com painel visual integrando vídeo, localização, velocidade, status de conexão e status do veículo (motor ligado/desligado, em movimento/parado);
- 1.5.5. Gerar e fornecer relatórios de ocorrências com base nas informações captadas via GPS.

2. **DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E INSTALAÇÃO**

- 2.1. A contratada deverá realizar a entrega e instalação dos equipamentos nas viaturas indicadas pela Administração conforme características e quantidades presentes no termo de referência, incluindo todos os acessórios necessários, cabeamentos, conectores, suporte técnico e ajustes para pleno funcionamento.
- 2.2. A instalação deverá ocorrer antes da entrega definitiva do veículo para uso.

3. **A GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO**

- 3.1. A contratada deverá fornecer garantia de funcionamento e assistência técnica local ou remota com SLA de atendimento em até 48 horas, sem custos adicionais, durante a vigência do contrato.

4. **DO FORNECIMENTO DO SOFTWARE**

- 4.1. A solução deverá incluir sistema completo de visualização, gerenciamento e rastreamento de imagens e veículos, com as seguintes condições:
- 4.1.1. Plataforma web com interface gráfica compatível com navegadores atualizados;
- 4.1.2. Aplicativo móvel compatível com Android e iOS;
- 4.1.3. Sem necessidade de pagamento de licenças, renovações ou taxas adicionais durante a vigência do contrato;
- 4.1.4. Acesso simultâneo a múltiplos veículos no painel de controle;
- 4.1.5. Possibilidade de gravação remota de vídeos diretamente na central.

Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061294104** e o código CRC **8B4FC948**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CÃES

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

- 1.1. A fim de permitir o transporte de 2 (dois) cães, com a segurança, o compartimento traseiro do veículo destinado ao transporte de bagagens deverá ser adaptado seguindo os seguintes critérios:
- 1.1.1. O interior do compartimento traseiro, destinado ao transporte dos dois cães, deverá sofrer as adaptações necessárias a fim de não permitir que cães tenham acesso a qualquer um dos equipamentos obrigatório (ferramentas, estepe etc.) ou outras peças/partes existentes nesse compartimento.
- 1.1.2. O habitáculo deverá ter saídas de ar-condicionado para refrigeração do compartimento de cães, podendo ser adaptado um sistema de ar-condicionado independente desde que por empresa homologada pela montadora;
- 1.1.3. A tonalidade (cor) das peças deverá ser escura (preferencialmente cinza).
- 1.1.4. A adaptadora deverá instalar uma divisória de proteção, confeccionada em fibra de vidro ou ABS na parte inferior e policarbonato na parte superior, a ser instalada transversalmente atrás do banco traseiro.
- 1.1.5. A divisória será formada por uma parte opaca (inferior), confeccionada em chapa de fibra de vidro ou ABS (Acrilonitrila Butadieno Estireno) com espessura não inferior a 3,5 mm, prolongando-se da base do piso do compartimento de traseiro até o alinhamento superior do banco traseiro, desconsiderando-se o encosto de cabeça, uma parte transparente (superior), confeccionada em chapa de policarbonato com espessura não inferior a 3,5 mm, prolongando-se do alinhamento superior do banco traseiro até o teto.
- 1.1.6. A divisória deverá possuir sistema que permita a circulação suficiente de ar em todo o interior do veículo e estar, adequadamente fixada, por meio de uma estrutura tubular de aço com, no mínimo, 1 polegada de diâmetro e 2mm de espessura, parafusada à carroçaria do veículo em, no mínimo, 6 pontos distintos.
- 1.1.7. O revestimento do piso do habitáculo traseiro deverá ser confeccionado em material emborrachado e antiderrapante, atualizado, garantindo segurança e estabilidade aos animais, em uma única peça, com espessura não inferior a 3,5 mm, a ser moldada e aplicada em toda a extensão da base do compartimento traseiro, prolongando-se nas laterais e na parte anterior, até o alinhamento dos vidros, integrando-se perfeitamente ao veículo e às demais adaptações.
- 1.1.8. Deverá haver uma divisória longitudinal para divisão do habitáculo traseiro em duas metades iguais, para que comporte 2 (dois) cães, não podendo haver “cantos vivos” que possam causar ferimentos nos animais, confeccionada em chapa de fibra de vidro ou ABS (Acrilonitrila Butadieno Estireno) com espessura não inferior a 3,5mm, prolongando-se da base do piso do compartimento de traseiro até o alinhamento superior do banco traseiro, desconsiderando-se o encosto de cabeça, uma parte transparente (superior), confeccionada em chapa de policarbonato com espessura não inferior a 3,5mm, prolongando-se do alinhamento superior do banco traseiro até o teto;
- 1.1.9. As duas gaiolas deverão ter, preferencialmente, duto de ventilação uma com a outra, com pelo menos 50mm;
- 1.1.10. A porta vertical dupla para o habitáculo deverá construída em barras de aço maciças de no mínimo 10mm de diâmetro, com distância entre uma e outra de no máximo 50mm, 01 (um) ferrolho de fácil acionamento e com trava de segurança;
- 1.1.11. Deverá possuir, no mínimo, 2 pontos de drenagem com tampa, sendo 1 dreno em cada gaiola.
- 1.1.12. Caso o estepe original seja alojado dentro do compartimento do porta-malas, este deverá ser reposicionado ou o revestimento do piso deverá possuir sistema de abertura para facilitar o acesso à peça.

IMAGEM ILUSTRATIVA



Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL
Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO
Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA
Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM
Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM
Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA
Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA
Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL
Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061294141** e o código CRC **9F5E0B78**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0037.007245/2024-26

SEI nº 0061294141



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO (CELA)

1.	ADAPTAÇÃO NOS VEÍCULOS TIPO PICK-UP
1.1.	Compartimento de carga deverá ser coberto por capota, em material reforçado, com alinhamentos externos na altura e largura da cabine original do veículo e comprimento não maior que o da caçamba, dividido em dois ambientes isolados com divisória entre ambos constituída de revestimento em chapa de aço lisa, sendo o primeiro ambiente, contíguo à cabine, destinado para transporte de equipamentos, que deverá ocupar 1/3 do espaço total da caçamba e o outro para transporte de detidos que deverá ocupar 2/3 do espaço da caçamba, ambos adaptados ao espaço total da caçamba.
1.2.	O ambiente para transporte de equipamentos deverá possuir internamente em sua face posterior superior suporte e ganchos para encaixe de, no mínimo, 4 capacetes e 4 tonfas, e em sua face anterior medial fita com trava metálica para fixação de, no mínimo, 4 escudos, conforme configuração a ser apresentada; deverá também possuir duas portas, sendo uma em cada lateral, com abertura basculante para cima para acesso ao compartimento de carga, cada uma deverá possuir 2 dobradiças em material resistente e ser sustentada por dois amortecedores articulados, além de trava externa que impeça sua abertura de forma involuntária e permita o trancamento com chave. Tal fechamento deverá impedir a entrada de água durante o deslocamento com chuva. O ambiente deverá possuir sistema de iluminação com proteção metálica que permitam acionamento por mecanismo instalado no painel do veículo e no interior do compartimento. Deverá possuir internamente, duas barras de aço revestidas com material emborrachado, implantadas lateralmente paralelas às paredes laterais da caçamba ligando ambas as faces internas metálicas para melhor sustentação da estrutura de forma que não prejudique a colocação do material.
1.3.	Especificações Técnicas para Adaptação de Compartimento de Acondicionamento Provisório de Detidos
1.3.1.	Dimensões e Estrutura
1.3.1.1.	Dimensões mínimas por detento: 800 mm de altura, 400 mm de largura e 650 mm de profundidade
1.3.1.2.	Capacidade mínima do compartimento: 410 litros
1.3.1.3.	Estrutura resistente a impactos e à prova d'água
1.3.2.	Revestimento e Proteção
1.3.2.1.	Material interno: Gradil para isolamento das partes envidraçadas e da chaparia
1.3.2.2.	Proteção interna: Chapa perfurada em aço de mínimo 1,2 mm de espessura
1.3.2.3.	Divisória: Do piso ao teto, separando o banco traseiro do compartimento, confeccionada em chapa de aço lisa na parte inferior e perfurada na superior, com ventilação adequada
1.3.2.4.	Estrutura da divisória: Tubos quadrados de 20 mm de lado e 1,2 mm de espessura
1.3.2.5.	Fixação e junção: Rebites em aço
1.3.3.	Higienização e Escoamento
1.3.3.1.	Revestimento do assoalho da cela: Fibra de vidro ou ABS, resistente à água e impactos
1.3.3.2.	Extensão do revestimento: Se estende pelas laterais para facilitar limpeza
1.3.3.3.	Drenagem: Dois drenos instalados nas extremidades traseiras da cela, com tampa rosqueada à prova de transposição de áreas alagadas
1.3.4.	Acesso e Segurança
1.3.4.1.	Porta de aço acoplada ao revestimento interno, estruturada com tubos quadrados de 20 mm de lado e 1,2 mm de espessura
1.3.4.2.	Trava de segurança: Ferrolho chato, com dobradiças reforçadas e pino ponteadado com solda
1.3.4.3.	Cinto de Segurança: Mínimo de dois pontos de ancoramento, com encaixe tipo macho inacessível ao detido.
1.3.4.4.	Bloqueio de acesso a fechaduras/trincos para evitar manipulação pelos ocupantes
1.3.4.5.	Reorganização de ferramentas e acessórios para evitar acesso a objetos potencialmente perigosos
1.3.5.	Monitoramento e Comunicação
1.3.5.1.	Sistema de vídeo e áudio integrado, permitindo comunicação entre os condutores e os detidos
1.3.6.	Saída de Emergência
1.3.6.1.	Tampa de emergência: Localizada na parte posterior do banco traseiro
1.3.6.2.	Fixação: Porcas tipo borboleta, permitindo fácil remoção ao rebater o encosto do banco traseiro

IMAGEM ILUSTRATIVA



2. ADAPTAÇÃO NOS VEÍCULOS TIPO SUV

- 2.1. Cella adaptada no compartimento traseiro de bagagem, dotada de iluminação natural, mantendo os vidros das laterais e o traseiro originais, com proteção interna de chapa perfurada em aço de, no mínimo 1,2 mm de espessura, adaptado no compartimento de bagagem (porta-malas), cujo volume mínimo deverá ser de 450 (quatrocentos e cinquenta) litros
- 2.2. Nos locais de fixação e junção deverão ser utilizados rebites em aço.
- 2.3. Divisória do piso ao teto (separação do banco traseiro com o bagageiro), confeccionada em chapa de aço lisa, na parte inferior chapa inteira e perfurada na superior, possibilitando a ventilação, devendo essa ser estruturada por tubos quadrados com 20 mm de lado e no mínimo 1,2 mm de espessura, resistente a água e impactos;
- 2.4. Revestimento do assoalho da cela em fibra de vidro ou ABS, resistente a água e impactos se estendendo pelas suas laterais de forma permitir uma melhor lavagem/limpeza do compartimento, com escoamento dos líquidos para fora do veículo, através dos dois drenos, instalados nas extremidades traseiras da cela;
- 2.5. Porta de aço acoplada ao revestimento interno, estruturada por tubos quadrados com 20 mm de lado e no mínimo 1,2 mm de espessura, com tranca do tipo ferrolho chato e com pino das dobradiças ponteados com solda, para proteção da quinta porta traseira, com abertura pela lateral, da esquerda para direita;
- 2.6. Todo e qualquer acesso que possa existir pelo compartimento de detidos ao sistema de fecho/trinco da porta traseira deve ser devidamente bloqueado e caso existam ferramentas ou acessórios localizados na mala, estes deverão ser reposicionados fora dela. Ou, o interior do compartimento traseiro deverá sofrer as adaptações necessárias a fim de não permitir que seus eventuais ocupantes tenham acesso a qualquer um dos equipamentos obrigatórios (ferramentas, estepe, etc.), ou outras partes do veículo existentes nesse compartimento, que possam colocar em risco a integridade física dos policiais ou ainda de qualquer cidadão;
- 2.7. O compartimento deverá ser dotado com tampa para saída em casos de emergência, voltada para parte posterior do banco traseiro, a porta emergencial deverá ser fixada com porcas tipo borboleta com facilidade de acesso ao se rebater o encosto do banco traseiro.
- 2.8. Toda cela deverá ser pintada na cor cinza claro.

IMAGEM ILUSTRATIVA



2.9.

3. ADAPTAÇÃO NOS VEÍCULOS TIPO FURGÃO

- 3.1. Os veículos deverão estar equipados com rádio transceptor digital, sinalizador acústico, sinalizador visual fixo e estrobos conforme descrição técnica dos equipamentos.
- 3.2. O compartimento cela deverá ter altura mínima de 1.550 mm, ser localizado na parte traseira do veículo, com acesso pelas portas traseiras.
- 3.3. Deverá possuir divisória longitudinal em aço, separando compartimento em dois cômodos para o transporte dos presos e conter barra cilíndrica em aço para contenção com uso de algemas, com assoalho e bancos em um conjunto único, revestidos em chapa lavrada no caso do piso e chapa

- lisa no caso dos bancos, ambos de duralumínio com espessura mínima de 2,0 mm, ou outro material comprovadamente superior. Deverá existir um pequeno orifício para escoamento de líquido (um em cada cela). Revestimento frontal, lateral e teto em chapa de aço.
- 3.4. Deverá possuir coifas captadoras de ar na parte lateral do veículo, com no mínimo de seis em cada lateral, direcionadas para captação de ar quando do veículo em movimento, permitindo maior ventilação dentro do compartimento, construído de tal forma que não ocorram vazamentos ou infiltrações.
- 3.5. Deverá ter 02 (dois) mecanismos elétricos de ventilação e exaustão forçada, instalados no teto dos compartimentos de cada cela (um de ventilação e um de exaustão), com tela de proteção e controlados da cabine do motorista.
- 3.6. Divisória transversal em aço, entre o compartimento dos agentes prisionais e presos, com visores tipo janelas para inspeção com mecanismo de abertura/fechamento de controle da visualização
- 3.7. Deverá ter 02 (duas) luminárias vigias (uma em cada compartimento) com tela de proteção controlada da cabine do motorista. Duas portas tipo grade traseira, trancadas mediante sistema de trava dupla (uma em cada extremidade das portas) com furo para utilização de cadeado. Com dois cadeados com fechamento tetra e duas chaves, medindo no mínimo 50 mm, com haste curta e fabricação em aço.
- 3.8. O compartimento dos agentes prisionais deverá possuir capacidade para no mínimo 05 (cinco) pessoas ocupantes incluindo o motorista, que se dará pela adaptação de mais três bancos atrás do banco original, todos deverão ter encosto de cabeça e cintos de segurança.
- 3.9. O veículo deverá vir com película automotiva nos vidros laterais em nível máximo permitido (mais escuro) em conformidade com normas de trânsito vigentes.
- 3.10. Console específico para instalação de equipamento de radiocomunicação, e suporte central para armas longas, devidamente instalado entre os bancos dianteiros e traseiros, não obstruindo a movimentação dos ocupantes.
- 3.11. Deverá possuir farol localizador móvel, com lâmpada de no mínimo 55w, com cabo (fio) liso de 10 metros com plug para ligação na tomada do acendedor de cigarro.
- 3.12. Sistema de monitoramento por câmeras conforme descrição técnica dos equipamentos.

Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061294246** e o código CRC **69EC2B0D**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES - RABECÃO

1.	ESPECIFICAÇÕES DO COMPARTIMENTO
1.1.	Os veículos deverão possuir carroceria tipo baú de alumínio acoplado sobre o chassi, adaptada para o transporte de quatro urnas.
1.2.	Baú (Pick Up)
1.2.1.	A altura do baú deverá ficar no mesmo nível da cabine do veículo, podendo ultrapassar no máximo 30 cm (trinta centímetros). A largura do baú deve ser a mesma da cabine. O piso do baú deve ser o mais baixo possível, tendo como limite a altura mínima de 75 cm (setenta e cinco centímetros) em relação ao solo.
1.3.	Suporte das Urnas:
1.3.1.	O gradil deve ser produzido com material de alta resistência para o suporte das urnas, com 4 (quatro) compartimentos individuais para acondicionamento das urnas, dispostos em 2 (duas) divisões inferiores e 2 (duas) superiores. Os compartimentos devem possuir roletes cilíndricos produzidos com material resistentes a corrosão e deformação mecânica. Os compartimentos devem possuir travas individuais para impedir a movimentação da urna, devendo ser fixada na altura que fique abaixo da alça da urna.
1.4.	Medida da Urna
1.4.1.	Deverão fazer parte dos acessórios do veículo quatro urnas na cor branca ou clara construída em material resistente como a fibra de vidro ou similar e que tenha o peso máximo de 20 (vinte) quilos cada urna. A altura da urna não deve ser superior a 25 (vinte e cinco) centímetros. A largura deve ter 60 (sessenta) centímetros e 2 (dois) metros de comprimento. Deve possuir 8 (oito) alças resistentes e articuladas, distribuídas nas extremidades (pés e cabeça da vítima) e 3 (três) nas laterais de cada lado. As urnas devem possuir tampas com algum sistema de travamento.
1.5.	Área Externa
1.5.1.	Deverão ser instalados: No teto do baú de carga, quatro exaustores elétricos. Na parte superior traseira um farol de milha com acendimento individual. Na traseira, entre as portas e o teto do baú, um Sinalizador visual para advertência, conjunto de 6 (seis) Strobos em LED, de no mínimo 2w cada, na cor vermelho rubi. Nas laterais do baú devem ser fixadas faixas reflexivas.
1.6.	Área Interna
1.6.1.	O piso deve ser revestido com material impermeável, resistente e facilmente lavável, na cor branca ou clara. Deve possuir iluminação com luz branca e com acendimento individual.
1.6.2.	Deverá ser acoplado ao baú um reservatório de água para higienização dos materiais e das mãos dos servidores.
1.7.	Os veículos deverão conter Para-Choque de Impulsão Dianteiro com Guincho Elétrico.
1.8.	Para-choque de impulsão (quebra-mato), pintura de proteção epóxi, dotado de proteção telada para os faróis e estrutura que suporte a instalação de um guincho. A peça deverá receber pintura eletrostática na cor preta e tratamento antioxidante com secagem em estufa;
1.9.	Guincho elétrico integrado de capacidade mínima de tração 4000 kgf, controle remoto de 03 (três) pólos com cabo de acionamento com no mínimo 3,5 metros de comprimento, cabo de aço com comprimento mínimo de 27m e espessura de 5/16”.

Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL
Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO
Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA
Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061294305** e o código CRC **92DE5A13**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

OUTROS ACESSÓRIOS

1.	DO SUPORTE DE ARMAMENTO
1.1.	CARACTERÍSTICAS GERAIS
1.1.1.	Material: Aço extrudado ou material de qualidade superior, na cor preta
1.1.2.	Capacidade mínima: Acondicionamento seguro de 3 armas longas
1.1.3.	Compatível com carabinas, fuzis e/ou espingardas
1.1.4.	Encaixe para coronha na base, garantindo estabilidade e segurança
1.2.	FIXAÇÃO E RESISTÊNCIA
1.2.1.	Fixação no assoalho do veículo, garantindo resistência à trepidação e impactos
1.2.2.	Estrutura robusta, capaz de suportar movimento constante de encaixe e retirada do armamento sem comprometer sua integridade
1.3.	SEGURANÇA E ESTABILIDADE
1.3.1.	Sistema de retenção firme, evitando deslocamentos acidentais durante deslocamento do veículo
1.3.2.	Projetado para rápido acesso ao armamento em situações de necessidade operacional
1.4.	OBSERVAÇÕES GERAIS
1.4.1.	A instalação deverá ser realizada por profissionais qualificados , garantindo fixação segura e sem interferências na estrutura do veículo
1.4.2.	O suporte deverá ser testado após a instalação , assegurando sua resistência e funcionalidade em condições reais de uso
2.	GUINCHO ELÉTRICO
2.1.	CARACTERÍSTICAS GERAIS
2.1.1.	Tipo: Guincho elétrico frontal
2.1.2.	Capacidade mínima: 9.500 lbs (4.309 kg)
2.1.3.	Controle remoto:
2.1.4.	Com fio, comprimento mínimo de 3,5 metros
2.1.5.	Manual de operação em língua portuguesa
2.2.	CABO DE AÇO
2.2.1.	Comprimento mínimo: 24 metros
2.2.2.	Material: Aço de alta resistência
2.3.	OBSERVAÇÕES GERAIS
2.3.1.	O equipamento deve ser resistente a impactos, vibrações e intempéries
2.3.2.	Deve permitir operação segura e eficiente em ambientes adversos
2.3.3.	A instalação deve ser realizada por profissionais qualificados, garantindo funcionamento adequado e fixação segura no veículo
3.	DO ENGATE TRASEIRO
3.1.	CARACTERÍSTICAS GERAIS
3.1.1.	Tipo: Engate traseiro modelo bola
3.1.2.	Homologação: Conforme normas do CONTRAN
3.2.	REQUISITOS TÉCNICOS
3.2.1.	Material: Aço carbono ou liga de alta resistência, com acabamento anticorrosivo
3.2.2.	Fixação: Padrão original do veículo, garantindo instalação segura e resistente
3.2.3.	Capacidade: Compatível com a carga de reboque especificada pelo fabricante do veículo
3.2.4.	Pintura e proteção: Revestimento anticorrosivo para maior durabilidade
3.3.	INSTALAÇÃO E SEGURANÇA
3.3.1.	Deve ser realizada por profissionais qualificados , seguindo normas do CONTRAN e especificações do fabricante
3.3.2.	O engate não pode interferir nos sensores do veículo ou em outros equipamentos de segurança
3.3.3.	Deve possuir suporte para fixação da fiação elétrica do reboque, conforme exigências normativas

- 3.4.
- OBSERVAÇÕES GERAIS
- 3.4.1.
- Aprovação final sujeita à verificação da conformidade com a legislação vigente
- 3.4.2.
- Deve acompanhar certificado de homologação e documentação técnica para fiscalização

4.

DAS PELÍCULAS PROTETORAS

- 4.1.
- Nos **veículos descaracterizados e caracterizados**, a CONTRATADA deverá providenciar a instalação de películas protetoras (insulfilmes), com proteção solar e antivandalismo mantendo - se o mínimo de transparência permitida pelos órgão de trânsito.

Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL
Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO
Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA
Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM
Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM
Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA
Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA
Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL
Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061294353** e o código CRC **AD8A4ACF**.

**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

1. Os níveis de serviços apresentados neste IMR têm como função incluir critério de desempenho na prestação do serviço de fornecimento e gerenciamento do serviço contratado, seguindo as melhores práticas aplicadas na Administração Pública.
2. O Índice de Medição de Resultados (IMR) apresenta os critérios de medição de resultado, identificando rotinas, grau do descumprimento, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
3. O IMR será apurado mensalmente. O instrumento de aferição consiste na “Relação de descumprimentos”, devendo ser atestada pelo fiscal titular ou substituto e pelo gestor do contrato.
4. Os serviços objeto do Termo de Referência serão constantemente avaliados pelos representantes da Contratante, que deverão apontar as ocorrências na “Relação de descumprimentos”, conforme modelo abaixo.
5. A tabela constante deste IMR será a referência quanto ao percentual a ser aplicado sobre o valor líquido (valor apurado após o desconto contratual, se houver) da nota fiscal/fatura apresentada pela Contratada.
6. Os descontos apurados por meio do IMR poderão ensejar, ainda, a aplicação das demais penalidades contratuais.
7. O relatório dos descumprimentos deverá ser levado ao conhecimento da Contratada via e-mail.
8. A Contratada terá o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contadas do envio do e-mail para apresentar justificativas, cuja avaliação compete aos fiscais e ao gestor.
9. Caso a Contratante não acolha as justificativas, as apurações do IMR acarretarão no desconto proporcional do valor da fatura.
10. O modelo de relação de descumprimentos a ser utilizado como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação dos serviços consta nas tabelas abaixo.

GRAU	PERCENTUAL
1	0,1% incidente sobre o valor dos créditos
2	0,2% incidente sobre o valor dos créditos
3	0,3% incidente sobre o valor dos créditos

4	1% incidente sobre o valor dos créditos
5	2% incidente sobre o valor dos créditos

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Fornecer em modo de reserva, veículo diferente das características do veículo retirado. Por dia.	2
02	Deixar de disponibilizar veículo substituto no momento da remoção do veículo em utilização nos casos em que o veículo deva ser substituído por outro. Por dia de atraso	4
03	Não realizar a manutenção preventiva e/ou corretiva do veículo. Por veículo e mês de atraso.	5
04	Suspender ou interromper os serviços contratuais, salvo em situações de caso fortuito e força maior.	5
05	Não manter a documentação atualizada dos veículos	4
06	Não atendimento das solicitações da fiscalização do contrato no prazo estipulado no Termo de Referência. Por dia de atraso não justificado.	3
07	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente. Por ocorrência.	3
08	Atraso em qualquer prazo definido neste Termo de Referência, que não esteja previsto nos itens anteriores. Por ocorrência.	1
09	Atraso na entrega inicial dos veículos. Por veículo e dia de atraso.	4
10	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de descumprimentos. Por ocorrência.	2
11	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de descumprimentos, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização. Por ocorrência.	4
12	Deixar de comunicar provimento de recurso de multa de trânsito impetrado pelo condutor de veículo da Contratante. Por ocorrência.	5

Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061294686** e o código CRC **FF1595C7**.

Referência: Caso responda este(a) Adendo, indicar expressamente o Processo nº 0037.007245/2024-26

SEI nº 0061294686



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Seção de Recursos Humanos - SUPEL-RH

Portaria nº 200 de 12 de agosto de 2025

Altera a Portaria nº 59, de 23 de abril de 2025, que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão Especial de Licitações, e revoga a Portaria nº 178 de 09 de julho de 2025, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A **SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948 de 01 de março de 2023, e do art. 43 da Lei Complementar n. 965 de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria nº 47, de 23 de abril de 2025 (0059482721) que institui a Comissão Especial de Licitações, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os incisos do art. 1.º da Portaria nº 59 de 23 de abril de 2025 id. (0059486459), que reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão Especial de Licitações, passando a vigorar com a seguinte composição:

I – Presidente/Pregoeira:

a) Luciana Pereira de Souza, matrícula nº *****520.

II – Membros:

a) Gabriel Alves da Silva Gama, matrícula n.º *****238;

b) Hiago Maciel Morato, matrícula n.º *****202;

c) Julia Nunes Martins, matrícula n.º *****838;

d) Ezequiel Rodrigues da Silva, matrícula n.º *****728.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea "a)", atuará como **pregoeira**, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designado como **pregoeiro substituto** o servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, que desempenhará as atividades inerentes à pregoeira em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 178 de 09 de julho de 2025.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. As demais disposições em contrário ficam revogadas.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO

Superintendente Estadual de Compras e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO**, **Superintendente**, em 12/08/2025, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0063193825** e o código CRC **1C1DBE0B**.

Referência: Caso responda esta Portaria, indicar expressamente o Processo nº 0043.000017/2025-27

SEI nº 0063193825



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Especial de Licitações - SUPEL-COESP

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90245/2025/LEI N.º 14.133/2021

Para os TODOS OS LOTES, aplica-se a AMPLA PARTICIPAÇÃO sem a reserva de cota de até 25% para as ME/EPP

RESUMO DOS DADOS

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 20/10/2025, às 09h (horário de Brasília), no site https://www.gov.br/compras/pt-br	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 14/10/2025
--	---

OBJETO: Registro de preços para Contratação de Serviço de Locação de Veículos Operacionais destinados a atender à SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Politec na capital e interior do Estado, conforme especificações, condições gerais de fornecimento e execução contidas no presente Termo de Referência e anexos, pelo período de 60 meses.		
FUNDAMENTO: Lei federal n.º 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº28.874, de 25 de Janeiro de 2024. dentre outros.		
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0037.007245/2024-26		
UASG: 925373 ENDEREÇO ELETRÔNICO : https://www.gov.br/compras/pt-br		
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		
ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 733.164.502,80 (Setecentos e trinta e três milhões, cento e sessenta e quatro mil, quinhentos e dois reais e oitenta centavos.)	
VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	
Sim	Ata de Registro de Preços	
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		
Requisitos Básicos: 1. Habilitação jurídica: Conforme estabelecido no item 31.1. e subitens do Termo de Referência. 2. Qualificação econômico e financeira: Conforme estabelecido no item 31.12. e subitens do Termo de Referência. 3. Regularidade fiscal, social e trabalhista: Conforme estabelecido no item 31.3, 31.5 e subitens do Termo de Referência. 4. Qualificação técnica: Conforme estabelecido no item 31.6 e subitens do Termo de Referência.		Requisitos Específicos:
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERVA COTA ME/EPP?	EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?
Não	Não	Sim
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	REGISTRO DE PREÇO
Menor Preço por Lote	Aberto	Sim
TELEFONES PARA CONTATO		E-MAIL PARA CONTATO:
TELEFONE: (69) 3212-9243		coesp.supel@gmail.com
OBSERVAÇÕES GERAIS: 1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual de Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470. 2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (EX.: 90001/2024)		

SUMÁRIO

1. PREÂMBULO;
2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO;
3. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS;
4. DO OBJETO;
5. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA;
6. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES;
7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
10. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
11. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
12. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
13. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
14. DO RECURSO;

- 15. DA HOMOLOGAÇÃO;
- 16. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
- 17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE;
- 18. DA RESCISÃO CONTRATUAL;
- 19. DO REAJUSTE E SUPRESSÃO CONTRATUAL;
- 20. DO PAGAMENTO;
- 21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
- 22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA;
- 23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE;
- 24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
- 25. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO;
- 26. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS;
- 27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
- 28. DOS ANEXOS.

1. DO PREÂMBULO

1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio da por meio da Portaria n.º 200 de 13 de agosto de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o n.º 90245/2025/SUPEL/RO, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, com o Método de Disputa: ABERTO, em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133, de 2021, Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Complementar nº 123/06, e o Decreto Estadual 21.675/2017 e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado(a): Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC.

- 1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.
- 1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.
- 1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do Processo Administrativo n.º 0037.007245/2024-26, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

2.2. O processo acima mencionado poderá ser consultado por meio do Sistema Eletrônico de Informações-SEI (<https://www.sei.ro.gov.br/sobre>).

3. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. São participantes deste Sistema de Registro de Preços os seguintes órgãos e/ou entidades:

- POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - UG 150003
- POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA - UG 150005
- CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA - UG 150004
- FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - UG 15014
- FUNDO ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA - UG 15017
- POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - UG 150006

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da presente licitação é Registro de preços para Contratação de Serviço de Locação de Veículos Operacionais destinados a atender à SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Politec na capital e interior do Estado, conforme especificações, condições gerais de fornecimento e execução contidas no presente Termo de Referência e anexos, pelo período de 60 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

4.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

4.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto: Ficam aquelas estabelecidas nos itens 7. e 8. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente conforme transcrevemos:

(...)

7. DO QUANTITATIVO DO OBJETO

LOTE 1 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS					
PICK-UPS CARACTERIZADAS					
ITEM	ACESSÓRIOS	CORES	QUANTIDADE A SER REGISTRADA	QUANTIDADE A SER SOLICITADA INICIALMENTE	INSTITUIÇÃO
01	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - SUPORTE DE ARMAMENTO - ENGATE	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	03	01	POLÍCIA CIVIL
02	PICK UP CARACTERIZADA (CABINE SIMPLES) PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES	PRETO	05	03	POLÍCIA CIVIL
03	PICK UP CARACTERIZADA COM SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - SUPORTE TRANSPORTE DE ESCADA	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	01	01	POLÍCIA CIVIL
04	PICK UP CARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - CAPOTA DE FIBRA E TRANSPORTE DE ESCADA	VERMELHO	36	01	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
05	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - SUPORTE DE ARMAMENTO - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - ENGATE	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	15	05	POLÍCIA MILITAR
06	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	75	05	POLÍCIA MILITAR
07	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL)	BRANCO	10	05	POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
08	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE OU VERMELHA (a ser definido na ordem de fornecimento)	200	05	SESDEC
SUVS CARACTERIZADAS					
09	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CÃES	VERMELHO	02	01	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
10	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CÃES	PRETO	01	01	POLÍCIA CIVIL
11	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - SUPORTE DE ARMAMENTO - ENGATE - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CÃES	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	10	01	POLÍCIA MILITAR
12	SUV CARACTERIZADO - RASTREADOR - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO (SINALIZADOR VISUAL)	VERMELHO	34	01	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
13	SUV CARACTERIZADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL)	BRANCO	11	01	POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
TOTAL DE VEÍCULOS LOTE 1 = 403 VEÍCULOS					

LOTE 2 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS COM CÂMERAS EMBARCADAS					
PICK-UPS CARACTERIZADAS					
14	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - SUPORTE DE ARMAMENTO - ENGATE - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	20	05	POLÍCIA CIVIL
15	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	175	15	POLÍCIA MILITAR
16	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - SUPORTE DE ARMAMENTO - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - ENGATE - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	15	02	POLÍCIA MILITAR
SUVS CARACTERIZADAS					
17	SUV CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	19	01	POLÍCIA MILITAR
18	SUV CARACTERIZADO 4X4 COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - SUPORTE DE ARMAMENTO - ESTROBO - ENGATE - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	30	01	POLÍCIA MILITAR
FURGÃO CARACTERIZADO					
19	FURGÃO CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - CÂMERAS EMBARCADAS (2 UNIDADES NAS CELAS E 4 UNIDADES EXTERNAS) - SUPORTE DE ARMAMENTO - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - SENSOR DE ESTACIONAMENTO - SENSOR DE ABERTURA DE PORTA TRASEIRA	PRETO	02	01	POLÍCIA CIVIL
TOTAL DE VEÍCULOS LOTE 2 = 261 VEÍCULOS					

LOTE 3 - VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS					
PICK-UPS DESCARACTERIZADAS					
20	PICK UP DESCARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	74	02	POLÍCIA CIVIL
21	PICK UP DESCARACTERIZADA - RASTREADOR - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	10	02	SESDEC
22	PICK UP DESCARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	05	02	SESDEC
23	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	PRETO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	02	01	SESDEC
24	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	PRETO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	01	01	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
25	PICK UP DESCARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO VELADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	35	02	POLÍCIA MILITAR
SUVS DESCARACTERIZADAS					
26	SUV DESCARACTERIZADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO VELADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	15	01	POLÍCIA MILITAR
27	SUV DESCARACTERIZADO 4X4 - RASTREADOR - RÁDIO	PRETO, CINZA, PRATA OU BRANCO	10	01	POLÍCIA MILITAR
28	SUV DESCARACTERIZADO 4X4 - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO VELADO	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	10	01	POLÍCIA CIVIL
29	SUV DESCARACTERIZADO - RÁDIO	PRETO	04	01	SESDEC

	- GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)				
FURGÃO DESCARACTERIZADO					
30	FURGÃO DESCARACTERIZADO - RASTREADOR - RÁDIO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	05	01	POLÍCIA MILITAR
TOTAL DE VEÍCULOS LOTE 3 = 171 VEÍCULOS					

TOTAL DE VEÍCULOS LOTE 1, 2 E 3 = 835 VEÍCULOS

- 7.1. Todas as especificações técnicas dos acessórios a serem adaptados estão descritos nos anexos deste Termo de Referência, devendo ser obedecidas criteriosamente.
- 7.2. As adaptações deverão integrar-se perfeitamente ao desenho interno do veículo, primar pela ergonomia e facilidade no manuseio dos equipamentos;
- 7.3. Não serão admitidos cantos vivos ou pontos cortantes que possam causar lesões aos ocupantes do veículo ou custodiados;
- 7.4. As peças deverão receber fixação adequada, a fim de que não se verifiquem movimentos, trincas ou ruídos;
- 7.5. Os contornos e as furações das peças a serem instaladas deverão ser recobertos com borracha, ou outro material similar, a fim de evitar acidentes aos instaladores e usuários e ainda danos aos cabos de energia, de dados e da antena;
- 7.6 As furações necessárias não deverão comprometer à alimentação elétrica e demais conexões essenciais ao perfeito funcionamento dos equipamentos.
- (...)

4.4. da garantia do objeto: Ficam aquelas estabelecidas nos **12, e 37, e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente conforme transcrevemos:

- (...)
- 12. MANUTENÇÃO PREVENTIVAS E CORRETIVAS**
- 12.1. A Contratada deverá disponibilizar oficinas cadastradas para manutenções preventivas e/ou corretivas no interior do Estado, abrangendo um raio de 100 (cem) quilômetros da cidade em que o veículo estiver lotado.
- 12.2. A contratada responsabilizar-se-á por realizar a imediata e tempestiva Manutenção Preventiva e Corretiva dos veículos disponibilizados, mantendo os mesmo em perfeito estado para a prestação dos serviços contratados, observando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para as manutenções dos veículos lotados nos municípios do interior do Estado e de 12 (doze) horas na capital, contadas a partir da notificação formal, feita por um dos representantes da comissão de gestão do contrato, à contratada.
- 12.3. A contratada responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva, entendendo-se preventiva aquela constante no plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorram de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas e quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto.
- 12.4. Ainda, serão consideradas, como manutenção preventiva, as trocas de: óleo do motor, óleo do câmbio, fluido de freio, fluido de aditivo do radiador, pastilha de freio, lona de freio, correia do alternador, correia de distribuição, filtro de lubrificação de óleo, filtro de combustível, filtro de ar, amortecedor da suspensão dianteira, amortecedor da suspensão traseira.
- 12.5. No mesmo sentiro, a CONTRATADA deverá arcar com pequenos reparos, tais como: pequenos arranhões na lataria do veículo, pequenos amassados no para lamas e portas, quando as faixas retietivas estiverem descascadas por menor que seja, arranhões no parabrisas, falta de equipamentos obrigatórios, reposição de protetor do Carter e do cambio amassado, presilhas de para choque, amassamentos em rodas, cortes e furos em pneus pela utilização normal, retrovisores, lanternas e faróis trincados, maçanetas e partes plásticas danificadas pelo tempo de uso, troca de lâmpadas, substituição de correia do alternador, complemento do nível de óleo do motor e outros de curta duração ou aqueles que representem as mesmas proporções destes exemplos serão executados em concessionária do fabricante do veículo e/ou oficinas a serviços da **CONTRATADA**.
- 12.6. Responsabilizar-se-á integralmente pelo conserto, substituição e assistência técnica dos equipamentos de rádio transceptor móvel, sinalizador acústico e visual e demais reparos técnicos e substituições nas estruturas e equipamentos que foram adaptados ou fornecidos junto com o veículo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da comunicação formal.
- 12.7. Deverá verificar o balanceamento do conjunto: roda/pneus, e conferência do alinhamento da direção, os pneus deverão ser substituídos quando forem danificados, apresentarem riscos ou quando, a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próximo de 3 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela TWI (Thread WearIndicators). Após a comunicação formal de solicitação de substituição de pneus a empresa terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas fixado para substituições nos municípios do interior e de 12 (doze) horas na capital, vencida este prazo e não tendo a empresa realizada a substituição do pneu, o gestor do contrato providenciará a glosa na medição da prestação do serviço, conforme item manutenção preventiva e corretiva da composição de custo.
- 12.8. A contratada deverá realizar os serviços de manutenção preventiva ou corretiva dos veículos, bem como sua substituição, quando notificada formalmente por um dos representantes da comissão de gestão do contrato ou quando da necessidade.
- 12.9. Todos os custos relativos às manutenções são de responsabilidade integral da CONTRATADA, independente de eventuais apurações de responsabilidades, e deverão compor o preço ofertado pela CONTRATADA.
- 37. VEÍCULOS RESERVAS**
- 37.1. A contratada deverá ter no mínimo 10% (dez por cento) de veículos reservas, com as mesmas características técnicas contidas neste instrumento, em número suficiente para comportar eventuais substituições por indisponibilidade (incluídas as movimentações para manutenções e revisões), de modo a garantir a continuidade do serviço, respeitado, todavia, o prazo de 24 (vinte e quatro) horas fixado para substituições nos municípios do interior e de 12 (doze) horas na capital, contadas a partir da comunicação formal.
- 37.2. Os veículos reservas substitutos deverão vir já com os equipamentos novos de rastreamento e, a depender do item, os rádios e comunicação já instalados, obedecendo todos os critérios descritos neste Termo de Referência bem como em seus anexos.
- 37.3. Considera-se parte integrante da viatura o conjunto de sinalização sonoro e luminoso, rádio e rastreador, sendo assim, em caso de defeito ou dano dos referidos equipamentos, será considerado um defeito na viatura, devendo ser igualmente substituída dentro dos prazos previstos no subitem 37.1.
- 37.4. Caso não sejam cumpridos os prazos estabelecidos, o gestor do contrato providenciará a glosa na medição da prestação do serviço.
- (...)

4.4. garantia contratual: Ficam aquelas estabelecidas nos **itens 32., 33., e 53.3. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

- (...)
- 32. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**
- 32.1. A vigência será de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, prorrogáveis até o limite previsto no art. 107, da Lei n. 14.133/2021 e alterações.
- 32.2. A Contratada deverá assinar o presente CONTRATO cujas cláusulas acham-se neste definidas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da ciência da convocação, sobre a possibilidade de caracterizar descumprimento total da obrigação assumida;
- 32.3. O prazo concedido para assinatura deste CONTRATO poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da SESDEC/RO;
- 32.4. A recusa injustificada da adjudicatória em assinar o CONTRATO, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração da SESDEC/RO, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades, constantes neste CONTRATO;
- 33. DA GARANTIA DO CONTRATO**
- 33.1. O adjudicatário, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará **garantia no valor correspondente a 5% do valor anual do Contrato**, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Termo, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- 33.2. Caso seja exigida **garantia de execução contratual** e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 33.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
- 33.3. A inobservância do prazo contido no item 33.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até 30º dia de atraso.
- 33.4. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.
- 33.5. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 33.6. A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.
- 33.7. Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, esta não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.
- 33.8. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.
- 33.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 33.10. Havendo acréscimo no valor contratual, o contratado deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente
- 33.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (dias) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 33.12. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 33.14. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).
- 53.3** Conforme parágrafo único do art. 48 da Lei 14.133/24 , durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação
- (...)

4.5. Do reajuste e rescisão contratual: Ficam aquelas estabelecidas no **item 34 e 35, e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente conforme transcrevemos:

- (...)
- 34. DO REAJUSTE**
- 34.1. Com fundamento no Art. 154, § 2º d o Decreto Estadual 28.874/24, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como índice de reajustamento, com intervalo mínimo de 1 (um) ano a contar da data da apresentação da proposta. Essa medida visa à preservação da previsibilidade financeira, tanto para a Administração quanto para o contratado, a fim de evitar a necessidade de revisão contínua do orçamento, proporcionando estabilidade financeira ao contrato, o qual preserva o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes e reduz o risco de ajustes desnecessários e complexos no primeiro reajuste contratual."
- 34.2. A data base para o reajuste de preços será a apresentação da proposta, devido o preço ser definido pela contratada, observando a realidade de mercado no momento em que a proposta é elaborada.

- 34.3. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo, referente ao reajustamento de preços, sempre que este ocorrer, devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:
- I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e
 - II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.
- Art. 154 - § 8º É nula qualquer espulsão de reajuste com periodicidade inferior a um ano.
- Art. 156. A escolha do índice de reajuste observar-se-á o critério da especialidade e da setorialidade, analisando se para o objeto contratual há índice específico de reajuste.
- 34.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;
- 34.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substuto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- 34.6. Caso haja a prorrogação do contrato, o contratado deverá ressaltar expressamente sua pretensão ao reajustamento de preços previamente à prorrogação do contrato ou em termo aditivo, sob pena de preclusão, conforme art. 154 §3º do Decreto Estadual 28.874/24;
- 34.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

35. RESCISÃO CONTRATUAL

- 35.1. A Contratante poderá por ato unilateral, reduzida o termo e rescindir o contrato conforme os casos enumerados do Art. 137 da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021:
- Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
 - I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
 - II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
 - III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
 - IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
 - V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
 - VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
 - VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
 - VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
 - IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitada da Previdência Social ou para aprendiz.
- 35.2. O Decreto Estadual Nº 28.874/2024 regulamenta a previsão da rescisão contratual em seu § 4º do Artigo 146, expressa o seguinte:
- [...]
- § 4º Caso a Pasta responsável pelo contrato opte por rescindir o contrato, na forma do art. 106, III e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a decisão deverá ser embasada em análise que leve em consideração eventuais prejuízos a serem ressarcidos ao particular
- 35.3. A Contratada poderá pedir a extinção do contrato nas hipóteses elencadas no Art. 137, § 2º da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021:
- § 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);
 - II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
 - III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
 - IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
 - V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
- 35.4. A extinção do contrato seguirá os ditames expresso no Artigo 138 da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021, a seguir:
- Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:
- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- § 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- § 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- I - devolução da garantia;
 - II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
 - III - pagamento do custo da desmobilização.
- 35.5. O Decreto Estadual Nº 28.874/2024 regulamenta a previsão de extinção do contrato pelo contratado em seu § 3º do Artigo 164, que expressa o seguinte:
- [...]
- § 3º O contratado deverá formular seu pedido de revisão previamente à prorrogação ou à extinção do contrato**, sob pena de preclusão, na forma do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021
- 35.6. Os demais casos omissos que surgirem serão avaliados pela Contratante que decidirá motivadamente na forma da lei, resguardando o direito de contraditório e ampla defesa da contratada.
- [...]

4.6. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no **item 40. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente conforme transcrevemos:

[...]

40. DO ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DO CONTRATO

- 40.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 40.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 40.3. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 40.4. A ausência de comunicação por parte da Contratante referente à irregularidades ou falhas, ou qualquer omissão total ou parcial da Comissão ou fiscalização do contrato não eximirá a Contratada de sua plena responsabilidade pela execução do objeto contratado, nas condições previstas neste Termo de 40.1 Referência, determinadas no Contrato.
- 40.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico (Lei nº 14.133/2021, art. 12, VI).
- 40.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 40.7. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 40.8. Do procedimento(s) de fiscalização:**
- 40.8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art. 117 da Lei nº 14.133/21 e Seção VII e VIII do Decreto nº 28.874/24.
- 40.8.2. Em relação a Estruturação da fiscalização dos Contratos, temos a definição de três figuras quanto a regulamentação das contratações públicas no Estado, seguindo os preceituados dos artigos da Seção VIII do Decreto nº 28.874/24:
- a) Fiscal técnico:** Responsável por acompanhar a execução do contrato sob o aspecto técnico, garantindo que o objeto seja entregue conforme as especificações técnicas e prazos estabelecidos.
 - b) Fiscal administrativo:** Encarregado de acompanhar a execução do contrato sob o aspecto administrativo e financeiro, verificando o cumprimento das cláusulas contratuais e a regularidade dos pagamentos.
 - c) Fiscal setorial:** Profissional com conhecimento específico da área do objeto contratado, atuando como consultor técnico para os demais fiscais.
- 40.9. Nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da referida Lei.
- 40.10. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 40.11. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 40.12. A avaliação será considerada pela Contratante para julgar a necessidade de solicitar à Contratada que melhore a qualidade dos serviços, para decidir sobre a conveniência de renovar ou, qualquer tempo, rescindir o Contrato ou, ainda, para fornecer, quando solicitado pela Contratada, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacidade técnica em licitações públicas.
- 40.13. A Contratante, por meios do fiscal e do gestor do contrato realizará mensalmente a avaliação da qualidade dos serviços e dos resultados concretos por meio dos Índice de Medição de Resultados (IMR).
- [...]

4.7. Da entrega/recebimento: Ficam aquelas estabelecidas nos **itens 36., 37., 38. e 39. e subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente conforme transcrevemos:

[...]

36. DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

36.1. LOCAL E FORMA DE ENTREGA

- 36.1.1. Após o recebimento da Ordem de Fornecimento, a entrega total dos veículos será realizada pela CONTRATADA na capital (PORTO VELHO), no prazo de até 120 (cento e vinte) dias corridos, para fins de Recebimento Provisório e Definitivo. Posteriormente distribuídos na Capital e regionais do interior do Estado (GUAJARA-MIRIM, ARIQUEMES, JI-PARANÁ, CACAOAL E VILHENA), nos endereços definidos nos escritórios com Garagem ou Pátios da empresa da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 36.1.2. Os veículos, após o recebimento definitivo, serão distribuídos entre a SESDEC, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar e a POLITEC, na capital e no interior do Estado, sendo cada instituição responsável para a retirada dos veículos nos Escritórios com Garagem ou Pátios da empresa da CONTRATADA, até as Unidades de Segurança, destino final dos veículos contratados.

36.2. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 36.2.1. O recebimento dos veículos, ficará sob a responsabilidade de uma COMISSÃO DE RECEBIMENTO, nomeada pelas unidades requisitantes: SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiro Militar e POLITEC, para fins de aprovação dos protótipos, Recebimento Provisório e Definitivo;
- 36.2.2. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, com a antecedência mínima de 72 horas, o local, horário e o(s) responsável(is) pela entrega dos veículos à Comissão de Recebimento;

36.3. DOS PROTÓTIPOS

- 36.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar 01 (um) protótipo do **item 10** e 01 (um) protótipo do **item 16** para efeito da verificação de conformidade, às exigências técnicas estabelecidas neste Termo e seus anexos, dos veículos a serem locados, em relação à qualidade, durabilidade, desempenho e funcionalidade dos veículos;
- 36.3.2. O prazo para apresentação será de 15 (quinze) dias corridos, contados da publicação do contrato, prorrogáveis por igual período, mediante apresentação de justificativa;
- 36.3.3. O local para entrega dos protótipos será na cidade de Porto Velho (capital) no endereço e horário a serem definidos, sendo que os custos e a responsabilidade para entregar os protótipos serão da empresa CONTRATADA;
- 36.3.4. A comissão emitirá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar data da vistoria, o RELATÓRIO DE APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO DOS PROTÓTIPOS;
- 36.3.5. Caso não seja aceita a apresentação dos protótipos, a comissão indicará no RELATÓRIO as alterações a serem sanadas pela CONTRATADA,
- 36.3.6. Havendo inadequações a serem corrigidas, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para a correção dos apontamentos;
- 36.3.7. Transcorrido o prazo de que trata o subitem anterior, a comissão fará nova vistoria para averiguação das alterações emitindo novo Relatório Final;
- 36.3.8. Os protótipos aprovados poderão ser considerados como unidades para futuras entregas que serão formalizados no Termo de Recebimento Definitivo. Nesse caso, a Contratada deverá retirar os protótipos aprovados para seu Escritório com Garagem ou Pátio;

36.4. RECEBIMENTO PROVISÓRIO

- 36.4.1. Os veículos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos;
- 36.4.2. Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 36.4.3. Observadas as inadequações, a comissão emitirá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar data da vistoria, listando todas as inadequações a serem corrigidas.
- 36.4.4. Após transcorrido o prazo de que se trata o subitem 36.4.2, a comissão fará nova vistoria para averiguação das alterações realizadas e terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para emissão do Termo de Recebimento Provisório;

36.5. RECEBIMENTO DEFINITIVO

- 36.5.1. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da emissão do Termo de Recebimento Provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado dos veículos.
- 36.5.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

36.6. DO CRONOGRAMA DE PRAZO:

ESPECIFICAÇÃO	PRAZOS
Apresentação Protótipos dos Itens solicitados na Ordem de Fornecimento.	Até 30 (trinta) dias corridos, prorrogado por até igual período, contados a período recebimento da Ordem de Fornecimento formalizada pela Coordenadoria de Administração e Finanças da SESDEC, após a assinatura do contrato
Elaboração do Termo de Recebimento Provisório dos Protótipos	02 (dois) dias úteis a contar da data da vistoria dos protótipos
Correção dos Protótipo	Até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data do Termo de Recebimento Provisório dos Protótipos
Elaboração do Termo de Recebimento Definitivo dos Protótipos	05 (cinco) dias úteis contados da data da vistoria
Elaboração do Termo de Recebimento Definitivo	02 (dois) dias úteis contados da data da vistoria de cada item da Ordem de Fornecimento.
Recebimento Definitivo dos Veículos.	120 (cento e vinte) dias corridos , a partir da aprovação do protótipo, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias corridos devidamente justificado e com o envio da solicitação de prorrogação com antecedência mínima de 20 (vinte) dias antes do encerramento do prazo

37. VEÍCULOS RESERVAS

- 37.1. A contratada deverá ter no mínimo 10% (dez por cento) de veículos reservas, com as mesmas características técnicas contidas neste instrumento, em número suficiente para comportar eventuais substituições por indisponibilidade (incluindo as movimentações para manutenções e revisões), de modo a garantir a continuidade do serviço, respeitado, todavia, o prazo de 24 (vinte e quatro) horas fixado para substituições nos municípios do interior e de 12 (doze) horas na capital, contadas a partir da comunicação formal.
- 37.2. Os veículos reservas substitutos deverão vir já com os equipamentos novos de rastreamento e, a depender do item, os rádios e comunicação já instalados, obedecendo todos os critérios descritos neste Termo de Referência bem como em seus anexos.
- 37.3. Considera-se parte integrante da viatura o conjunto de sinalização sonora e luminoso, rádio e rastreador, sendo assim, em caso de defeito ou dano dos referidos equipamentos, será considerado um defeito na viatura, devendo ser igualmente substituída dentro dos prazos previstos no subitem 37.1.
- 37.4. Caso não sejam cumpridos os prazos estabelecidos, o gestor do contrato providenciará a glosa na medição da prestação do serviço

38. DEVOLUÇÃO DAS VIATURAS NO FIM DO CONTRATO

- 38.1. Imediatamente após o término de vigência do Instrumento Contratual, a SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiro Militar e POLITEC, deverão interromper o uso dos veículos locados em razão da presente avença, que deve coincidir com o dia imediato após a data limite de vigência contratual.
- 38.2. O prazo para devolução dos veículos locados para a contratada será **em até 30 dias úteis**, a contar do término da vigência contratual, sem ônus para a CONTRATANTE.
- 38.3. Caberá às unidades vinculadas, nomear em suas regionais (GUAJARÁ-MIRIM, ARIQUEMES, JI-PARANÁ, CACAOAL E VILHENA), **sub-comissões**, com no mínimo 03 (três) servidores, que ficarão encarregados do recolhimento, conferência e devolução das viaturas à CONTRATADA, em seus respectivos Escritórios, Garagens ou Pátios das regionais, emitindo **Checklist de devolução** que seguirá devidamente assinado pelas referidas **sub-comissões** e pelo representante da CONTRATADA (recebedor).
- 38.4. A CONTRATANTE, no ato da devolução do veículo à CONTRATADA, deverá fazê-lo com os reservatórios (principal e auxiliar) abastecidos com, no mínimo, ¼ (um quarto) de sua capacidade máxima e com o mesmo tipo de combustível que recebeu da CONTRATADA
- 38.5. No dia da devolução dos veículos não será cobrado o valor da diária.

39. RENOVAÇÃO DA FROTA

- 39.1. Os veículos deverão ser obrigatoriamente substituídos por outros VEÍCULOS NOVOS (0 KM) após 30 (trinta) meses, ou quando completados 150.000 (cento e cinquenta mil) quilômetros rodados, o que ocorrer primeiro. A contagem do prazo inicia-se da entrega definitiva dos veículos.
- 39.2. A contratada terá o prazo de 90 (noventa) dias para a substituição total dos veículos:
- a) contados do dia que completar o 30º (trigésimo) mês, conforme assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.
- b) ou, contados a partir da notificação à empresa, pelo Fiscal/Gestor de Contrato, quando atingida a quilometragem de 150.000 (cento e cinquenta mil) rodados.
- 39.3. Vencido os 90 (noventa) dias para realização da substituição da frota, caso a empresa não tenha realizado, será descontado 0,5% (meio por cento) do valor mensal da locação, ao dia por cada veículo que não for substituído.
- 39.4. Os itens de sinalização, comunicação, rastreamento e ceta poderão ser transferidos para os novos veículos desde que sejam revitalizados.
- (...)

4.8. Do pagamento: Ficam aquelas estabelecidas no **item 41**, e **subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente conforme transcrevemos:

(...)

41. DO PAGAMENTO

- 41.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e depósito em conta bancária informada pela Contratada, conforme disposto no Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024, vejamos:
- Art. 190** pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis. (Grifamos).
- § 1º O decurso do prazo previsto para o pagamento, constitui a Administração em mora, devendo automaticamente ser incluído no valor devido ao contratado os encargos financeiros da mora.
- § 2º Em caso de atraso por parte da Administração, caso a soma dos prazos de recebimento ou medição e de pagamento ultrapasse o prazo regular, aplica-se o § 1º deste artigo.
- § 3º O pagamento em atraso de maneira reiterada ou deliberada sujeita o agente público responsável pelo atraso às penalidades previstas na legislação.
- 41.2. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do art. 190 do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024 fluirá a partir da respectiva regularização;
- 41.3. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas e instruídas Conforme disposto no art. 188 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024, a qual citamos a seguir:
- Art. 188.** As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os seguintes documentos:
- I - nota fiscal, fatura ou documento equivalente que ateste o cumprimento do objeto, indicando o valor e o período da prestação do serviço ou do fornecimento;
- II - certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;
- III - certidão de regularidade previdenciária e trabalhista, além dos documentos comprobatórios do cumprimento das respectivas obrigações nos termos do art. 24 deste Decreto, nos casos de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;
- IV - comprovante de cumprimento de obrigações previdenciárias, nos casos de contratos de obra;
- V - medição realizada pela fiscalização do contrato, nos casos de obra e serviços de engenharia, e de contratos submetidos ao referido regime de pagamento por medição; [...]
- § 3º Em caso de não cumprimento do inciso II, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa.
- § 4º Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.
- § 5º Em caso de não cumprimento dos incisos III e IV, o pagamento deverá ser retido até a regularização, observadas as diretrizes fixadas neste Decreto.
- 41.4. Sem prejuízo dos demais requisitos para efeito de pagamento, observar-se-á o seguinte:
- 41.4.1. Pelo fiel e perfeito execução do serviço constante neste Termo de Referência, a SESDEC/RO realizará o pagamento mediante a entrega da nota fiscal, que corresponderá ao valor do serviço contratado e entregue;
- 41.4.2. Diante da conferência, a Nota Fiscal será atestada pela Comissão e/ou servidor designado, conforme disposto nos artigos 115 e 117 da Lei de Licitações e Contratos Administrativo Nº 14.133/2021, comprovando a execução do serviço contratado;
- 41.4.3. A SESDEC/RO poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Termo de Referência;
- 41.4.4. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta, na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
- 41.4.5. A SESDEC/RO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;
- 41.4.6. A Nota Fiscal deverá ser emitida observando-se os dados da CONTRATANTE, tais como Nome e CNPJ da SESDEC/RO;
- 41.4.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- 41.4.8. O pagamento efetuado à CONTRATADA não é isentará de suas responsabilidades vinculadas, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia do serviço, caso seja necessário a troca;
- 41.5. Acompanhada da Nota Fiscal, a empresa CONTRATADA deverá apresentar as Certidões abaixo elencadas, válidas:
- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- c) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipais;

- e) Certificado de Regularidade do FGTS;
f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440/2011).

41.6. Todas as Certidões acima referenciadas poderão ser “Certidão Positiva com efeitos de Negativa”. A contratada fica obrigada a cumprir plenamente o previsto no Art. 121, da Lei de Licitação e Contratos Administrativo Nº 14.133/2021;
41.7. A empresa Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta; em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei de Licitação e Contratos Administrativo Nº 14.133/2021;
41.8. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, deverá ser observado o disposto no Art. 190, § 1º, 2º e 3º do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024.
41.9. Do valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} &EM = N \times VP \times I, \text{ sendo:} \\ &EM = \text{Encargos moratórios;} \\ &N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;} \\ &VP = \text{Valor da Parcela a ser paga} \quad I = \text{Índice de compensação financeira, assim apurado:} \\ &I = (TX/100)/365 \quad I = \dots\dots\dots \\ &TX = \text{Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA} \end{aligned}$$

41.10. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
41.11. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;
41.12. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
41.13. Deverá ser observada a ordem cronológica para pagamento, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024, como segue:
Art. 191. Os pagamentos deverão observar a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias:
I - fornecimento de bens;
II - locações;
III - prestação de serviços;
IV - realização de obras.

(...)

4.9. Da obrigações da contratada: Ficam aquelas estabelecidas no **item 43. e subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente conforme transcrevemos:

(...)

43. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

43.1. Executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;
43.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
43.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;
43.4. Manter os canais de comunicação atualizado junto a SESEDEC (e-mail, telefone fixo, whatsapp, endereço e outros);
43.5. Verificar os e-mails diariamente, tendo em vista que os prazos para as tratativas com a empresa serão contados do envio dos documentos no e-mail oficial da empresa;
43.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;
43.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
43.8. Zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;
43.9. Apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;
43.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;
43.11. Atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;
43.12. Instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;
43.13. Instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibidos de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;
43.14. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
43.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
43.16. Manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;
43.17. Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de Rondônia, conforme legislação vigente;
43.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
43.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
43.19.1. Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
43.19.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
43.19.3. Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
43.19.4. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
43.19.5. Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
43.19.6. Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis;
43.20. A contratada deverá manter junto à Contratante um preposto para acompanhar as atividades;
43.21. A contratada deverá possuir agência de atendimento no município de PORTO VELHO com garagem ou pátio e com funcionamento de segunda-feira a sábado, no horário comercial, assim como, uma central de atendimento com discagem para assistência de 24 (vinte e quatro) horas, devendo ainda informar nome, endereço da agência de atendimento
43.22. Dispor de escritório comercial ou preposto para atendimento das viaturas nas cidades de GUAJARÁ- MIRIM, ARIQUEMES, JI-PARANÁ, CACOAL E VILHENA, cuja atribuição é a de se relacionar, resolver problemas locais e no interior, a gestão física da frota e outros pertinentes;
43.23. Apresentar a relação inicial de toda a sua rede de assistência técnica credenciada, contendo os endereços das oficinas e contatos dos responsáveis, devendo ainda, encaminhar a CONTRATANTE, qualquer atualização quanto ao credenciamento de novas oficinas;
43.24. Apresentar mensalmente, a relação em mídia de todos os sinistros ocorridos com os veículos locados no mês de referência, devendo conter no mínimo a identificação do veículo sinistrado, unidade a qual o veículo pertence e data do sinistro ocorrido
43.25. Implantar e manter o sistema de gestão de frota atualizado;
43.26. Garantir a integridade e segurança das informações registradas no sistema;
43.27. Entregar todos os veículos com os documentos, chaves e equipamentos de segurança ao responsável pela gestão do contrato;
43.28. Entregar os veículos em perfeitas condições de funcionamento e uso com documentação atualizada, licenciadas pelo DETRAN;
43.29. Responsabilizar-se pelo pagamento das taxas de licenciamento anual compreendendo: SEGURO OBRIGATÓRIO, LICENCIAMENTO ANUAL e TAXAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e também ao 1º EMPLOCAMENTO o qual abrange: VISTORIA, EMISSÃO DE CRLV, LACRE DE PLACA E TARJETA e AUTORIZAÇÃO PARA CONFECÇÃO DE PLACAS E TARJETAS, mantendo anualmente todos os veículos regularizados e em dia com o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN na Capital do Estado de Rondônia;

(...)

4.10. Da obrigações da contratante: Ficam aquelas estabelecidas no **item 42. e subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente conforme transcrevemos:

(...)

42. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

42.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
42.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
42.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
42.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
42.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
42.6. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
42.7. Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
42.8. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
42.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
42.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

(...)

4.11 Dos critérios de sustentabilidade: Ficam aquelas estabelecidas no **item 51, e subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente conforme transcrevemos:

(...)

51. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

51.1. A Contratada deve promover:

51.1.1. Práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 economizando energia, gás, água, assim como separar seletivamente os resíduos oriundos da prestação dos serviços;

51.1.2. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

51.1.3. Treinamento relativo à eco condução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

51.1.4. Fornecimento aos seus empregados de equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

51.2. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resoluções CONAMA, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

51.2.1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

51.2.2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

51.2.3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;”

51.3. Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

51.4. A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.”

51.5. Os veículos fornecidos deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata, bem como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

51.6. A CONTRATADA deverá observar os critérios de sustentabilidade previstos no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União](#)

(...)

5. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA

5.1. Será permitida a cotação de quantidades parciais, inferiores à demanda desta licitação, conforme **Tabela 7 da Nota Técnica 12** Id. (0064072243).

6. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES

6.1. **NÃO SERÁ** admitida a previsão de preços diferentes, conforme **item 48, e subitens do Anexo I – Termo de Referência conforme transcrevemos:**

(...)

48. DOS PREÇOS DIFERENTES

48.1. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos Nº 14.133/2021 prevê a possibilidade de preços diferentes nas licitações pelo Sistema de Registro de Preços -SRP, conforme Artigo 82 a seguir:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

b) em razão da forma e do local de acondicionamento;

c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

48.2 Considerando que o objeto em epígrafe não se amolda a nenhum dos casos, não será permitida a previsão de preços diferentes.

(...)

6.2. Na hipótese de o preço contratado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item contratado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço contratado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas, será facultado ao fornecedor requerer à Contratante a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.4. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço contratado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.5. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço contratado, o pedido será indeferido pela Contratante e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5 e no item 5.4 , a Contratante atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, mediante Termo Aditivo.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1. De acordo com o Art. 164, da Lei n.º 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

7.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: coesp.supel@gmail.com;

7.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

7.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

7.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

7.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

7.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

8.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

8.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

8.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

8.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

8.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

8.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

8.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

8.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

8.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

8.6.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

8.6.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n.º 14.133, de 2021 e disposição constante no **item 22, do Anexo I - Termo de Referência**, conforme transcrevemos:

(...)

22. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

22.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, tendo em vista que serviço a ser contratado não ser de alta complexidade e existir um grande número de potenciais prestadores do serviço no mercado, não havendo prejuízo à competitividade do certame.

(...)

8.6.7 **Da subcontratação:** Ficam aquelas estabelecidas no **item 25, e subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente conforme transcrevemos.

(...)

25. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

25.1. Fica vedada a subcontratação do objeto licitatório nos termos do § 2º, art. 122 da Lei n. 14.133/21.

25.2. Além disso, a vedação da subcontratação assegura a responsabilidade direta da empresa contratada, facilitando o monitoramento e a cobrança de resultados, e evitando a diluição da responsabilidade entre diversas partes.

25.3. Portanto, é vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo, nos termos do § 2º, art. 122 da Lei n. 14.133/21.

(...)

8.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão de seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

8.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **desclassificação** ou inabilitação.

9. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Ficam aquelas estabelecidas no **item 24.** e subitens do Anexo I – **Termo de Referência**, conforme transcrevemos:

(...)

24. DECRETO ESTADUAL Nº 21.675/2017 (DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP)

24.1. Por se tratar de uma Aquisição de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos caracterizadas como viatura, não poderá ser aplicado o art. 8º do Decreto Estadual nº 21.675/2017, conforme art. 10, inciso II:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos artigos 6º ao 8º quando:

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

24.2. Previsto também no inciso III, art. 49 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

24.3. Visto que, sua divisão resultaria na perda da integridade, na falta de economia de escala e poderia levar a uma excessiva fragmentação de contratos, além de poder gerar a falta de interesse por parte dos fornecedores em fazer negócios com a administração, uma vez que a quantidade seria insuficiente, podendo ser impraticável tanto para a empresa contratada quanto para a administração.

(...)

9.2. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

9.3. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

9.3.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus **arts. 42 a 49**, observado o disposto nos **§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021**;

9.3.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.3.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

9.4. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

9.5. Nos itens/lotes destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas aplica-se o Decreto Estadual n.º 21.675/2017, no que couber.

10. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

10.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, quando convocado, a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

10.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, observando os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

10.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

10.3. Nos valores propostos estarão incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

10.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

10.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

10.7. A planilha de custos e formação de preços exigida no ANEXO I.XI do EDITAL deverá ser apresentada após a fase de lances, conforme convocação, observando a **ordem de classificação do sistema COMPRAS.GOV.BR**.

10.8. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o **item 30. do Anexo I deste edital - Termo de Referência**, que somente será pública após a fase de lances, conforme transcrevemos:

(...)

30. DA APRESENTAÇÃO DAS PLANILHAS E PROPOSTA DE PREÇOS

30.1. A planilha exigida no ANEXO 11 do Termo de Referência deverá ser apresentada após a fase de lances, juntamente com a proposta de preços ajustada, conforme convocação do pregoeiro.

30.2. Planilha de custos e formação de preços: Após a fase de lances às empresas pela ordem de classificação do sistema, serão convocadas a apresentar proposta de preços ajustadas ao último lance ofertado, bem como às planilhas, conforme, modelo em ANEXO 11 do termo de Referência

30.3. A planilha de custos e formação de preços será analisada pelo setor competente da SUPEL, ou da Secretaria/Autorquia de Origem a fim de subsidiar a decisão do Pregoeiro de aceite ou recusa da proposta de preços do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar ou remanescentes;

30.4. Em atendimento aos princípios da eficiência e razoabilidade, bem como, as decisões relativas a retificação de planilhas de custos e formação de preços no transcurso da fase de aceitação da proposta de preços, será possibilitado a licitante convocada (vencedora na Fase de lances ou empresa remanescente) até o limite de 03 (três) oportunidades para retificação de sua planilha de formação de custos, a contar após à fase de lances, sendo que o (a) Pregoeiro (a) concederá o prazo de 24 (vinte e quatro horas), para que a licitante encaminhe os documentos via sistema (anexo).

30.5. Após às 03 (três) oportunidades de retificação, às planilhas que apresentarem erros (de qualquer natureza), serão desclassificadas pelo (a) pregoeiro (a).

30.6. As licitantes que deixarem de encaminhar suas Planilhas de custos e formação de preços, quando convocadas, serão desclassificadas.

30.7. As propostas serão submetidas à SESDEC, para verificação da conformidade do produto ofertado com as especificações constantes nesse Termo de Referência e parecer sobre a aceitabilidade das mesmas;

30.8. No documento de apresentação de proposta deverá constar declaração de que o concorrente tomou conhecimento integral do Termo de Referência, das legislações e regulamentos que regem o certame e de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do certame

30.9. As propostas apresentadas a dispensa eletrônica deverão ter prazo de validade mínimo de 90 (noventa) dias a partir da data de apresentação da proposta.

30.10. Nas propostas deverão constar o preço unitário e total para cada item, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas diretas e indiretas relacionados ao seu efetivo fornecimento, considerando custos com materiais, ferramentas, mão de obra, impostos, taxas, seguro, frete, transporte, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

30.11. As propostas devem considerar integralmente as especificações técnicas comuns de cada item contido no termo de referência e Solicitação de aquisição de materiais e serviços - SAMS, não cabendo às proponentes quaisquer tipo de adaptação que promovam alterações nas especificações técnicas dos objetos

30.12. A proposta deverá ser apresentada em conjunto com a planilha de custos que deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão-de-obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro, participação percentual em relação ao preço final, dentre outros, conforme modelo constante no ANEXO 11.

30.13. A proposta será firme e precisa, sem alternativas de preços, sendo vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou subjetivo que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes ou induzir o julgamento a ter mais de um resultado;

30.14. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerado pleito de acréscimos, a esse ou a qualquer título;

30.15. Marca e modelo (se houver) serão informados obrigatoriamente na proposta de preços encaminhada, sob pena de desclassificação;

30.16. A proposta deverá ser apresentada acompanhada em anexo de PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS ORIGINAIS DO FRABRICANTE EM PORTUGUÊS OU LINKS OFICIAIS QUE O DISPONIBILIZEM, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens.

30.17. Não serão válidos para análise cópia integral ípsis litteris das especificações técnicas do item 7 , objeto deste termo de referência, em papel timbrado da empresa, uma vez que tal prática não permite a consistente avaliação dos itens ofertados.

30.18. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem o disposto no respectivo Termo de Referência.

30.19. Será solicitada a apresentação do catálogo ou prospecto apenas do licitante provisoriamente colocado em primeiro lugar (Acórdãos 1598/2006 e 529/2013 do TCU).

(...)

11. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

11.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

11.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

11.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

11.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **Aberto**, conforme **item 29. do Anexo I deste edital - Termo de Referência** conforme transcrevemos:

(...)

29. DO MODO DE DISPUTA

29.1. Para o presente procedimento, com base no art. 42 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, especificamente no inciso XIII, bem como no art. 56 da Lei 14.133/21, o modo de disputa será o **ABERTO**, conforme as disposições do inciso I do referido artigo.

29.2. A escolha pelo modo de disputa aberto proporciona maior competitividade durante a fase de lances, permitindo que todos os licitantes acompanhem as ofertas apresentadas e possam apresentar lances sucessivos para redução dos preços. Isso fomenta a disputa direta entre os participantes, contribuindo para a obtenção do menor preço possível e para a melhor alocação dos recursos públicos.

(...)

11.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

11.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei n.º 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.10. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.

11.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.12. Nos itens/lotes destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual n.º 21.675/2017:

a) aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que poderá ser adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no Decreto Estadual n.º 21.675/2017, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência.

12. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e no item 7 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

12.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

12.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

12.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

12.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

12.3.2. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, [sob pena de desclassificação](#).

12.3.3. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante.

12.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

12.5. Quando houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

12.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

12.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no [Item 30, do Anexo I deste Edital - Termo de Referência](#), sob pena de não aceitação da proposta.

12.8. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o [item 30, do Anexo I - Termo de Referência](#), conforme transcrevemos:

(...)

30. DA APRESENTAÇÃO DAS PLANILHAS E PROPOSTA DE PREÇOS

30.1. A planilha exigida no ANEXO 11 do Termo de Referência deverá ser apresentada após a fase de lances, juntamente com a proposta de preços ajustada, conforme convocação do pregoeiro.

30.2. Planilha de custos e formação de preços: Após a fase de lances às empresas pela ordem de classificação do sistema, serão convocadas a apresentar proposta de preços ajustadas ao último lance ofertado, bem como às planilhas, conforme, modelo em ANEXO 11 do termo de Referência

30.3. A planilha de custos e formação de preços será analisada pelo setor competente da SUPEL, ou da Secretaria/Autorquia de Origem a fim de subsidiar a decisão do Pregoeiro de aceite ou recusa da proposta de preços do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar ou remanescentes;

30.4. Em atendimento aos princípios da eficiência e razoabilidade, bem como, as decisões relativas a retificação de planilhas de custos e formação de preços no transcurso da fase de aceitação da proposta de preços, será possibilitado a licitante convocada (vencedora na Fase de lances ou empresa remanescente) até o limite de 03 (três) oportunidades para retificação de sua planilha de formação de custos, a contar após à fase de lances, sendo que o (a) Pregoeiro (a) concederá o prazo de 24 (vinte e quatro horas), para que a licitante encaminhe os documentos via sistema (anexo).

30.5. Após às 03 (três) oportunidades de retificação, às planilhas que apresentarem erros (de qualquer natureza), serão desclassificadas pelo (a) pregoeiro (a).

30.6. As licitantes que deixarem de encaminhar suas Planilhas de custos e formação de preços, quando convocadas, serão desclassificadas.

30.7. As propostas serão submetidas à SESEDEC, para verificação da conformidade do produto ofertado com as especificações constantes nesse Termo de Referência e parecer sobre a aceitabilidade das mesmas;

30.8. No documento de apresentação de proposta deverá constar declaração de que o concorrente tomou conhecimento integral do Termo de Referência, das legislações e regulamentos que regem o certame e de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do certame

30.9. As propostas apresentadas a dispensa eletrônica deverão ter prazo de validade mínimo de 90 (noventa) dias a partir da data de apresentação da proposta.

30.10. Nas propostas deverão constar o preço unitário e total para cada item, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas diretas e indiretas relacionados ao seu efetivo fornecimento, considerando custos com materiais, ferramentas, mão de obra, impostos, taxas, seguro, frete, transporte, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

30.11. As propostas devem considerar integralmente as especificações técnicas comuns de cada item contido no termo de referência e Solicitação de aquisição de materiais e serviços - SAMS, não cabendo às proponentes quaisquer tipo de adaptação que promovam alterações nas especificações técnicas dos objetos

30.12. A proposta deverá ser apresentada em conjunto com a planilha de custos que deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão-de-obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro, participação percentual em relação ao preço final, dentre outros, conforme modelo constante no ANEXO 11.

30.13. A proposta será firme e precisa, sem alternativas de preços, sendo vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou subjetivo que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes ou induzir o julgamento a ter mais de um resultado;

30.14. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerado pleito de acréscimos, a esse ou a qualquer título;

30.15. Marca e modelo (se houver) serão informados obrigatoriamente na proposta de preços encaminhada, sob pena de desclassificação;

30.16. A proposta deverá ser apresentada acompanhada em anexo de PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS ORIGINAIS DO FRABRICANTE EM PORTUGUÊS OU LINKS OFICIAIS QUE O DISPONIBILIZEM, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens.

30.17. Não serão válidos para análise cópia integral ipsis litteris das especificações técnicas do item 7, objeto deste termo de referência, em papel timbrado da empresa, uma vez que tal prática não permite a consistente avaliação dos itens ofertados.

30.18. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem o disposto no respectivo Termo de Referência.

30.19. Será solicitada a apresentação do catálogo ou prospecto apenas do licitante provisoriamente colocado em primeiro lugar (Acórdãos 1598/2006 e 529/2013 do TCU).

(...)

12.9. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

12.9.1 A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a 10 (dez) dias, após declarada habilitada, que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

12.9.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 12.9.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

12.9.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

12.9.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

12.9.4. O procedimento mencionado no item 12.9.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

12.10. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante na proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no Termo para fins de homologação.

12.11. Nas licitações relativas a prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, cujo valor estimado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar pelo sistema, após fase de lances será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta de preços, sob pena de não aceitação da proposta em conjunto com a planilha.

12.12. A planilha de custos e formação de preços será analisada pelo setor Técnico de Análise de Planilha de Custos e Formação de Preços, em atendimento à Portaria nº 12, de 07 de fevereiro de 2023 – DIOF nº 26 de 08/02/2023, a fim de subsidiar a decisão do Pregoeiro de aceite ou recusa da proposta de preços do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar ou remanescentes;

12.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, até o limite de 03 (três) oportunidades, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

12.14. Será possibilitado a licitante classificada após fase de lances, até o limite de 03 (três) oportunidades para retificação de sua planilha de formação de custos, sendo contado a partir do primeiro ajuste, após à fase de lances, sendo que o (a) Pregoeiro (a) concederá o prazo de 24 (vinte e quatro horas), a contar da convocação, para que a licitante encaminhe os documentos via sistema (anexo).

12.15. As licitantes que deixarem de encaminhar suas Planilhas de formação de custos, quando convocadas, serão desclassificadas.

12.16. Antecipando diligência permitida por lei, ao ser convocado para o envio de planilha e proposta ajustada, as empresas deverão encaminhar:

a) FAPWEB - Fator Acidentário de Prevenção com vigência atualizado. (Vigente no mês anterior a abertura do certame)

b) Relatório da GFIP com protocolo de envio da conectividade social atualizado. (Vigente no mês anterior a abertura do certame)

c) Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCT, bem como Declaração Integrada de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, devidamente acompanhada do protocolo de envio da Receita Federal. (Vigente no mês anterior a abertura do certame).

d) As empresas tributadas pelo Regime do Lucro Real, para efeito de verificação/análise dos percentuais dos tributos PIS e CONFINS, a empresa DEVERÁ apresentar a Escrituração Fiscal Digital (EFD-Contribuições) referentes aos 12 meses anteriores à data da proposta, Registros Fiscais - Consolidação das Operações por Código da Situação Tributária, recibo de entrega de Escrituração Fiscal Digital - Contribuições, juntamente com a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF MENSAL), contendo a relação de débitos apurados e créditos vinculados, todos referentes aos 12 meses antecedentes da proposta.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitat e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual n.º 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal n.º 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

13.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

13.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

13.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

13.5. O não atendimento às exigências desta fase, sem justificativa aceita pela Administração, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no item 24 e subitens. – Das Penalidades deste Edital conforme transcrevemos:

(...)

24.DECRETO ESTADUAL Nº 21.675/2017 (DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP)

24.1. Por se tratar de uma Aquisição de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos caracterizadas como viatura, não poderá ser aplicado o art. 8º do Decreto Estadual n.º 21.675/2017, conforme art. 10, inciso II:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos artigos 6º ao 8º quando:

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

24.2. Previsto também no inciso III, art. 49 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

24.3. Visto que, sua divisão resultaria na perda da integridade, na falta de economia de escala e poderia levar a uma excessiva fragmentação de contratos, além de poder gerar a falta de interesse por parte dos fornecedores em fazer negócios com a administração, uma vez que a quantidade seria insuficiente, podendo ser impraticável tanto para a empresa contratada quanto para a administração.

(...)

13.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

13.7 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.8. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

13.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

13.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n.º 123, de 2006 e alterações.

13.12. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

13.12.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem 13.11. poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.12.2. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 13.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.13. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

13.13.1. Os critérios de regularidade fiscal, social e trabalhista a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 31.3 e subitens do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

31.3. REGULARIDADE FISCAL

31.3.1. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

31.3.2. **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

31.3.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto. O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

31.3.3. **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

31.4. **Certidão de Regularidade do FGTS**, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento

31.4.1. **Prova de inscrição** no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

31.4.2. **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver, relava ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

31.4.3. **Certidão de Regularidade de Débito - CND**, relava às Contribuições Sociais fornecida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Seguridade Social, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

31.4.4. **Declaração de que atende o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, ou seja, de que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Será aceita declaração eletrônica, realizada no sistema de compras utilizado pelo Estado de Rondônia.

31.5. REGULARIDADE TRABALHISTA

31.5.1. **Certidão de Regularidade de Débito Trabalhista – CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativo", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

(...)

13.14. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.14.1. Os critérios de habilitação jurídica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 31. e subitens do Anexo I deste Edital – Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

31. DA HABILITAÇÃO

31.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

31.1.1. I - Cópia de RG e CPF do representante legal da empresa e do procurador, quando houver;

31.1.2. II - Cópia da Procuração, quando houver;

31.1.3. III - Registro comercial, no caso de empresa individual;

- 31.1.4. IV - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual sejam expressos os poderes dos titulares para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa;
- 31.1.5. V - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 31.1.6. VI - Decreto de autorização, em se tratando de empresa estrangeira.
- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.
- g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 31.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.
- (...)

13.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

13.15.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no **item 31.12. e subitens do Anexo I deste edital - Termo de Referência**, conforme transcrevemos:

(...)

31.12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 31.12.1. Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias, caso não conste o prazo de validade.
- 31.12.2. As empresas que estejam em recuperação judicial ou em recuperação extrajudicial deverão apresentar certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.
- 31.12.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).
- 31.12.4. Os documentos referidos neste tópico limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 31.12.5. Os documentos referidos neste tópico deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 31.12.6. Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) valor total estimado da contratação.
- 31.12.7. No caso de o licitante ser classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referenciais;
- 31.12.8. No caso de ser constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento à regra acima disposta;
- 31.12.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 31.12.10. As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21, sendo necessárias para garantir que a(s) vencedora(s) detenha(m) condições de garantir capacidade econômico-financeira para executar o futuro contrato.
- (...)

13.16. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.16.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no **item 31.6 e subitens do Anexo I deste Edital – Termo de Referência**, conforme transcrevemos:

(...)

31.6. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

31.6.1. A qualificação técnica será exigida em conformidade o Art. 67 da Lei nº 14.133/21

Art. 67. A documentação relata à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

§ 4º Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora. § 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

31.7. Para fins de aferimento da qualificação técnica, os licitantes interessados em participar do certame deverão apresentar comprovação de aptidão para fornecimento de bens similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

31.8. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os Atestados de Capacidade Técnica deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

31.9. Compatibilidade em características: o(s) atestado(s) deve(m) contemplar, individualmente ou em soma, a entrega de materiais/produtos condizentes com o objeto desta licitação, ou seja, locação de veículos tipo viaturas, conforme quadro do item 7 deste Termo de Referência.

O atestado deverá indicar os dados da entidade emissora (razão social, CNPJ), endereço, telefone, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade ou valor.

31.11. Além de:

I - Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 Lei 14.133/2021;

III - Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

31.11.1. Na documentação de que trata relativo a qualificação técnica, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

31.11.2. Em conformidade com inc. XXI do art. 37 da CF, fica ressalvado os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

31.11.3. A qualificação técnica será exigida em conformidade nos termos do (Art. 67 da Lei nº 14.133/21, art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/21; art. 37, inciso XXI da Constituição Federal), o licitante deverá apresentar Atestado(s) ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica, emitido por um terceiro em seu favor, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, comprovando sua aptidão de desempenho de atividade condizente com o objeto da respectiva licitação, considerando de no mínimo:

31.11.4. Para o lote 1: Parcela de maior relevância será sobre o item 8

31.11.4.1. Será admitida a exigência de atestados com compatibilidade de características e quantidades mínimas de até 20% (dez por cento) da parcela de maior relevância

31.11.5. Para o lote 2: Parcela de maior relevância será sobre o item 15

31.11.5.1. Será admitida a exigência de atestados com compatibilidade de características e quantidades mínimas de até 30% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância

31.11.6. Para o lote 3: Parcela de maior relevância será sobre o item 20

31.11.6.1. Será admitida a exigência de atestados com compatibilidade de características e quantidades mínimas de até 20% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância

(...)

13.17. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.17.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no **Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016**, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.18. DAS DECLARAÇÕES:

13.18.1. As licitantes deverão dispor as seguintes declarações:

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação;

b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitada da Previdência Social;

c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas;

- d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- e) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#);
- f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- g) Outras declarações eventualmente exigidas no [Anexo I deste edital - Termo de Referência](#).

13.19. Não será necessária a juntada as documentações exigidas em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov, com os demais documentos de habilitação/proposta.

13.20. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

14. DO RECURSO

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de Julgamento e Habilitação, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

14.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

14.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

14.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.4. Será assegurado ao licitante todos os elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15. DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei n.º 14.133, de 2021.

16. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

16.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

16.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

16.3 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

16.4 Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Ficam aquelas estabelecidas nos [Itens 32,, 33,, 38,, 45,, e 53.3 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

32. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

32.1. A vigência será de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, prorrogáveis até o limite previsto no art. 107, da Lei n. 14.133/2021 e alterações.

32.2. A Contratada deverá assinar o presente CONTRATO cujas cláusulas acham-se neste definidas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da ciência da convocação, sobre a possibilidade de caracterizar descumprimento total da obrigação assumida;

32.3. O prazo concedido para assinatura deste CONTRATO poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da SESDEC/RO;

32.4. A recusa injustificada da adjudicatória em assinar o CONTRATO, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração da SESDEC/RO, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades, constantes neste CONTRATO;

33. DA GARANTIA DO CONTRATO

33.1. O adjudicatário, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará **garantia no valor correspondente a 5% do valor anual do Contrato**, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Termo, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

33.2. Caso seja exigida **garantia de execução contratual** e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 33.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

33.3. A inobservância do prazo contido no item 33.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até 30º dia de atraso.

33.4. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.

33.5. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

33.6. A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

33.7. Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, esta não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

33.8. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.

33.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

33.10. Havendo acréscimo no valor contratual, o contratado deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente

33.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (dias) dias úteis, contados da data em que for notificada.

33.12. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

33.13. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

(...)

38. DEVOLUÇÃO DAS VIATURAS NO FIM DO CONTRATO

38.1 Imediatamente após o término de vigência do Instrumento Contratual, a SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiro Militar e POLITEC, deverão interromper o uso dos veículos locados em razão da presente avença, que deve coincidir com o dia imediato após a data limite de vigência contratual.

38.2. O prazo para devolução dos veículos locados para a contratada será em até 30 dias úteis, a contar do término da vigência contratual, sem ônus para a CONTRATANTE.

38.3. Caberá às unidades vinculadas, nomear em suas regionais (GUAJARÁ-MIRIM, ARIQUEMES, JI-PARANÁ, CACOAL E VILHENA), sub-comissões, com no mínimo 03 (três) servidores, que ficarão encarregados do recolhimento, conferência e devolução das viaturas à CONTRATADA, em seus respectivos Escritórios, Garagens ou Pátios das regionais, emitindo Checklist de devolução que seguirá devidamente assinado pelas referidas sub-comissões e pelo representante da Termo de Referência VÁLIDO (0064075724) SEI 0037.007245/2024-26 / pg. 31 CONTRATADA (recebedor).

38.4. A CONTRATANTE, no ato da devolução do veículo à CONTRATADA, deverá fazê-lo com os reservatórios (principal e auxiliar) abastecidos com, no mínimo, ¼ (um quarto) de sua capacidade máxima e com o mesmo tipo de combustível que recebeu da CONTRATADA

38.5. No dia da devolução dos veículos não será cobrado o valor da diária.

45. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

45.1. Vigência:

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Vigência: O prazo de validade da ata de registro de preço será de 12 meses, a partir da publicação no Diário Oficial Estadual, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual 28.874/2024;

45.1.2. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços (ARP), atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, conforme o prevê o disposto no Enunciado nº 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal e entendimento firmado pela Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia, constante no Despacho sob o ID 0059908783, proferido no bojo do Processo SEI nº 0010.005101/2024-33. Tal renovação estará condicionada à demonstração da vantajosidade, da necessidade pública e da manutenção das condições originalmente pactuadas.

45.2. Das Obrigações do órgão gerenciador :

Das Obrigações do Órgão Gerenciador:

45.2.1. A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços

45.2.2. O gerenciamento da Ata se dará em consonância com os termos do art. 122 do Decreto Estadual nº 28.874/24: Art. 122.Caberá ao órgão gerenciador, órgão competente para operacionalizar os procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - realizar o procedimento de intenção de registro na forma do art. 124;

II - consolidar todas as informações relativas a estimativa individual e total de consumo encaminhadas pelos órgãos participantes para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - elaborar o projeto básico ou termo de referência do registro de preços fruto da intenção;

IV - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório de intenção de registro de preços;

V - realizar levantamento de mercado e pesquisa de preço ampla e diversificada para elaboração da estimativa orçamentária, devendo zelar pela maior amplitude possível das fontes pesquisadas;

VI - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VII - realizar todo procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes;

VIII - gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes;

IX - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços; X - analisar as solicitações de adesão formuladas pelos órgãos não participantes;

XI - zelar pela observância dos limites individual e global para adesão; XII - divulgar o conteúdo do edital, da ata de registro de preços, os eventuais contratos e termos aditivos, na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º A análise das solicitações de adesão deverá ser precedida de levantamento de mercado e pesquisa de preço para aferição do valor do objeto registrado com base no quantitativo resultante da adesão, apresentado por ato próprio da unidade aderente.

§ 2º A constatação de preço mais vantajoso em decorrência da pesquisa referida no parágrafo anterior, identificada e informada pela unidade de origem, acarretará a necessidade de repactuação do preço registrado.

§ 3º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador não autorizará a adesão.

45.3. Das obrigações do órgão Detentor:

45.3.1. Das Obrigações do Órgão Detentor: Caberá ao Órgão detentor do Registro de Preços, observar as disposições do Art. 123, do Decreto Estadual 28.874/2024, a saber: Art. 123. O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua respectiva requisição de objeto, adequada ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório;

III - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório;

IV - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter indicação do fornecedor, dos respectivos quantitativos e dos valores a serem praticados, encaminhando posteriormente as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

V - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto a valores praticados, informando ao órgão gerenciador Termo de Referência VÁLIDO (0064075724) SEI 0037.007245/2024-26 / pg. 42 eventual desvantagem quanto a sua utilização;

VI - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

VII - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas em edital, firmadas na ata de registro de preços, as divergências relativas à entrega, às características e à origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

45.4. Do Registro de mais de um Fornecedor

45.4.1. Conforme previsão expressa na Lei 14.133/2021 e Decreto Estadual 28.874/2024:

Lei 14.133: Art. 82, inciso VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação; Decreto Estadual 28.874/2024:

Art. 131 - Após a definição do preço final do licitante vencedor, o agente da contratação deverá verificar com os demais licitantes se aceitam cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, para formação de cadastro de reserva, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

45.4.2. Será permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que ofereçam o objeto no mesmo preço do licitante vencedor. Desta forma, caso existam eventuais problemas no fornecimento pelo primeiro classificado poderão ser supridos pelos fornecedores registrados sequencialmente.

45.5. Alteração da Ata:

45.5.1. Conforme previsto na Lei 14.133/2021 e na Subseção VIII, Das Alterações da Ata de Registro de Preço, do Decreto Estadual 28.874/2024, o preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

45.5.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

45.5.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

45.5.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

42.5.5. Conforme Art 135. Decreto Estadual 28.874/2024:

Art 135. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante requerimento devidamente instruído com a comprovação de fato superveniente que tenha ensejado a elevação dos preços que inviabilize o cumprimento das obrigações contidas na ata, desde que observados os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

§ 1º A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 2º Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

§ 3º Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

§ 4º Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

§ 5º Como alternativa à atualização prevista no parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade.

§ 6º Liberado o fornecedor na forma do parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado.

§ 7º Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

§ 8º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

45.6. Do Cancelamento da Ata:

45.7. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

45.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

45.7.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

45.7.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 133, § 2º, do Decreto nº 78.874, de 2024; ou

45.7.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

45.8. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

45.9. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

45.10. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 133, § 2º, do Decreto nº 78.874, de 2024; ou 45.11. 45.12. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poder, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

45.13. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

45.14. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

45.15. Nos termos do Art. 136, do Decreto 28.874/24, O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

Art. 136. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando: Termo de Referência VÁLIDO (0064075724) SEI 0037.007245/2024-26 / pg. 44

I - for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

II - o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

III - o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

IV - estiverem presentes razões de interesse público; e V - restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

§ 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

§ 2º O disposto no § 3º do art. 139 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

45.16. Do Remanejamento das Quantidades Registradas na ata de Registro de Preços

45.16.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou/e as entidades participantes do registro de preços.

45.16.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

45.16.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

45.16.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados

45.17. Das Contratações Futuras

45.17.1. Nas licitações com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras serão realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo.

45.17.2. As contratações futuras de(s) item(ns) específico(s) constante(s) de GRUPO DE ITENS, exigirá nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021:

a) prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade

45.17.3. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital de Licitação, neste Termo de Referência e seus Anexos.

45.18. Da Adesão a Ata de Registro de Preços

45.19. Não será permitida a Adesão a Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, visto que, a presente demanda foi elaborada para atender às necessidades específicas desta Secretaria, com especificações técnicas e ajustadas à sua realidade, sendo, portanto, inadequada a sua extensão para adesões por outras unidades ou entidades, que podem possuir demandas ou especificações distintas.

(...)

53.3. Conforme parágrafo único do art. 48 da Lei 14.133/24, durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

18. DA RESCISÃO CONTRATUAL

18.1. Ficam aquelas estabelecidas no **item 35. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

35. RESCISÃO CONTRATUAL

35.1. A Contratante poderá por ato unilateral, reduzida o termo e rescindir o contrato conforme os casos enumerados do Art. 137 da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

35.2. O Decreto Estadual Nº 28.874/2024 regulamenta a previsão da rescisão contratual em seu § 4º do Artigo 146, expressa o seguinte:

[...]

§ 4º Caso a Pasta responsável pelo contrato opte por rescindir o contrato, na forma do art. 106, III e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a decisão deverá ser embasada em análise que leve em consideração eventuais prejuízos a serem ressarcidos ao particular

35.3. A Contratada poderá pedir a extinção do contrato nas hipóteses elencadas no Art. 137, § 2º da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021:

§ 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);
- II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

35.4. A extinção do contrato seguirá os ditames expresso no Artigo 138 da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021, a seguir:

Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

35.5. O Decreto Estadual Nº 28.874/2024 regulamenta a previsão de extinção do contrato pelo contratado em seu § 3º do Artigo 164, que expressa o seguinte:

[...]

§ 3º O contratado deverá formular seu pedido de revisão previamente à prorrogação ou à extinção do contrato, sob pena de preclusão, na forma do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021

35.6. Os demais casos omissos que surgirem serão avaliados pela Contratante que decidirá motivadamente na forma da lei, resguardando o direito de contraditório e ampla defesa da contratada.

(...)

19. DO REAJUSTE E SUPRESSÃO CONTRATUAL

19.1. Ficam aquelas estabelecidas no **item 34. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente, conforme transcrevemos:

(...)

34. DO REAJUSTE

34.1. Com fundamento no Art. 154, § 2º d do Decreto Estadual 28.874/24, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como índice de reajustamento, com intervalo mínimo de 1 (um) ano a contar da data da apresentação da proposta. Essa medida visa à preservação da previsibilidade financeira, tanto para a Administração quanto para o contratado, a fim de evitar a necessidade de revisão contínua do orçamento, proporcionando estabilidade financeira ao contrato, o qual preserva o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes e reduz o risco de ajustes desnecessários e complexos no primeiro reajuste contratual."

34.2. A data base para o reajuste de preços será a apresentação da proposta, devido o preço ser definido pela contratada, observando a realidade de mercado no momento em que a proposta é elaborada.

34.3. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo, referente ao reajustamento de preços, sempre que este ocorrer, devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

- I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e
- II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

Art. 154 - § 8º É nula qualquer espulsão de reajuste com periodicidade inferior a um ano.

Art. 156. A escolha do índice de reajuste observar-se-á o critério da especialidade e da setorialidade, analisando se para o objeto contratual há índice específico de reajuste.

34.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

34.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substuto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

34.6. Caso haja a prorrogação do contrato, o contratado deverá ressalvar expressamente sua pretensão ao reajustamento de preços previamente à prorrogação do contrato ou em termo aditivo, sob pena de preclusão, conforme art. 154 §3º do Decreto Estadual 28.874/24;

34.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

(...)

20. DO PAGAMENTO

20.1. Conforme estabelecido no **item 41. e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência**, conforme transcrevemos:

(...)

41. DO PAGAMENTO

41.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e depósito em conta bancária informada pela Contratada, conforme disposto no Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024, vejamos:

Art. 190 O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis. (Grifamos).

§ 1º O decurso do prazo previsto para o pagamento, constitui a Administração em mora, devendo automaticamente ser incluído no valor devido ao contratado os encargos financeiros da mora.

§ 2º Em caso de atraso por parte da Administração, caso a soma dos prazos de recebimento ou medição e de pagamento ultrapasse o prazo regular, aplica-se o § 1º deste artigo.

§ 3º O pagamento em atraso de maneira reiterada ou deliberada sujeita o agente público responsável pelo atraso às penalidades previstas na legislação.

41.2. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do art. 190 do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de Janeiro de 2024 fluirá a partir da respectiva regularização;

41.3. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas e instruídas Conforme disposto no art. 188 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024, a qual citamos a seguir:

Art. 188. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os seguintes documentos:

- I - nota fiscal, fatura ou documento equivalente que ateste o cumprimento do objeto, indicando o valor e o período da prestação do serviço ou do fornecimento;
- II - certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;
- III - certidão de regularidade previdenciária e trabalhista, além dos documentos comprobatórios do cumprimento das respectivas obrigações nos termos do art. 24 deste Decreto, nos casos de contrato Termo de Referência VÁLIDO (0064075724) SEI 0037.007245/2024-26 / pg. 33 de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;
- IV - comprovante de cumprimento de obrigações previdenciárias, nos casos de contratos de obra;
- V - medição realizada pela fiscalização do contrato, nos casos de obra e serviços de engenharia, e de contratos submetidos ao referido regime de pagamento por medição;
- § 3º Em caso de não cumprimento do inciso II, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa.
- § 4º Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.
- § 5º Em caso de não cumprimento dos incisos III e IV, o pagamento deverá ser retido até a regularização, observadas as diretrizes fixadas neste Decreto. 41.4. 41.4.1. Sem prejuízo dos demais requisitos para efeito de pagamento, observar-se-á o seguinte:
Pelo fiel e perfeito execução do serviço constante neste Termo de Referência, a SESDEC/RO realizará o pagamento mediante a entrega da nota fiscal, que corresponderá ao valor do serviço contratado e entregue;

41.4.2. Diante da conferência, a Nota Fiscal será atestada pela Comissão e/ou servidor designado, conforme disposto nos artigos 115 e 117 da Lei de Licitações e Contratos Administrativo Nº 14.133/2021, comprovando a execução do serviço contratado;

41.4.3. A SESDEC/RO poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Termo de Referência;

41.4.4. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta, na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;

- 41.4.5. A SESDEC/RO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;
- 41.4.6. A Nota Fiscal deverá ser emitida observando-se os dados da CONTRATANTE, tais como Nome e CNPJ da SESDEC/RO;
- 41.4.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- 41.4.8. O pagamento efetuado à CONTRATADA não a isentará de suas responsabilidades vinculadas, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia do serviço, caso seja necessário a troca;
- 41.5. Acompanhada da Nota Fiscal, a empresa CONTRATADA deverá apresentar as Certidões abaixo elencadas, válidas:
- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - b) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
 - c) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
 - d) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
 - e) Certificado de Regularidade do FGTS; 41.6.
 - f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440/2011). Todas as Certidões acima referenciadas poderão ser “Certidão Positiva com efeitos de Negativa”. A contratada fica obrigada a cumprir plenamente o previsto no Art. 121, da Lei de Licitações e Contratos Administrativo Nº 14.133/2021;
- 41.7. A empresa Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta; em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei de Termo de Referência VÁLIDO (0064075724) SEI 0037.007245/2024-26 / pg. 34 Licitações e Contratos Administrativo Nº 14.133/2021;
- 41.8. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, deverá ser observado o disposto no Art. 190, § 1º, 2º e 3º do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024.
- 41.9. Do valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da Parcela a ser paga I = Índice de compensação financeira, assim apurado:
I = (TX/100)/365 I =
TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

- 41.10. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 41.11. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;
- 41.12. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 41.13. Deverá ser observada a ordem cronológica para pagamento, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024, como segue:
- Art. 191. Os pagamentos deverão observar a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias:
- I - fornecimento de bens;
 - II - locações;
 - III - prestação de serviços;
 - IV - realização de obras.

(...)

21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções** previstas no [item 44. e subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência](#), conforme transcrevemos:

(...)

44. SANÇÕES

- 44.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155, Inciso I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, da Lei n.º 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.
- 44.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
- 44.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Termo de Referência e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e no CAGEFIMP- Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual.
- 44.4. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dia úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa.
- 44.5. As multas previstas não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.
- 44.6. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.
- 44.7. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.
- 44.8. 14.133/2021: São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do art. 155, da Lei nº. Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III - dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; Termo de Referência VÁLIDO (0064075724) SEI 0037.007245/2024-26 / pg. 38
 - VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

44.9. Segundo o art. 156, da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. § 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. § 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras: I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade; II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento. § 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento Termo de Referência VÁLIDO (0064075724) SEI 0037.007245/2024-26 / pg. 39 eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

44.10. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídas graus, com percentuais de multas conforme a tabela formulada pela PGE/RO a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	06	4 % por dia
2	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso, por ocorrência;	06	4 % por dia
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05	3,2% por dia
4	Destruir ou danificar documentos por dolo de seus agentes, por ocorrência;	05	3,2% por dia

5	Recusar-se a executar o serviço determinado pela fiscalização sem motivo justificado, por ocorrência;	04	1,6% por dia
6	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, por ocorrência;	02	0,4 por dia
7	Fornecer informação pérdida de serviço ou substituição de materiais, por ocorrência;	02	0,4 por dia
8	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03	0,8% por dia
9	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE, por empregado e por dia.	03	0,8% por dia

*Incidente sobre o valor inadimplido do contrato

44.11. Para os itens a seguir, a multa será atribuída quando a CONTRATADA deixar de

TEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1	Cumprir prazo previamente estabelecido para execução de serviços, por dia;	02	0,4% por dia
2	Efetuar o pagamento de seguros, encargos, fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência;	05	3,2% por dia
3	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização, por ocorrência;	03	0,8% por dia
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, por ocorrência;	03	0,8% por dia
5	Iniciar os serviços nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato, por serviço e por ocorrência;	02	0,4% por dia
6	Disponibilizar os equipamentos, sistema, estabelecimentos credenciados, em número mínimo, treinamento, suporte e demais necessários � realização dos serviços do escopo do contrato, por ocorrência;	02	0,4% por dia
7	Disponibilizar equipe de profissionais completa conforme determinado para execução do serviço, por dia;	02	0,4% por dia
8	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em veículos, equipamentos, dados etc.;	02	0,4% por dia
9	Realizar os serviços solicitados e de entregar os respectivos produtos, por tipo e por ocorrência;	02	0,4% por dia
10	Manter a documentação de habilitação atualizada, por item e por ocorrência;	01	0,2% por dia
11	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, por ocorrência;	02	0,2% por dia
12	Fornecer suporte técnico � contratante, por ocorrência e por dia;	01	0,2% por dia
13	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do órgão, por funcionário e por dia.	01	0,2% por dia

44.12. 01 0,2% por dia 0,2% por dia 0,2% por dia As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicat ria ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punivel venha causar   Administração;

44.13. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei n  14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua imina  o; 44.14. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e iminar  o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de imina  o, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

44.15. Em  rg o ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou endade;

44.16. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da imina  o;

44.17. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impemntes, desnecessárias, protel t rias ou intempestivas;

44.18. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei n  12.846, de 1  de agosto de 2013;

III - suspensa por decisão judicial que inabilize a conclusão da apuração administrativa.

44.19. Deve ser observada a Lei n  4.007, de 28 de março de 2017, que dispõe sobre a adoção do juízo arbitral para solução de l gio em que o Estado de Rondônia seja parte e dá outras providências." ou eleger Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir os possíveis l gios que decorrerem do presente procedimento licit t rio.

(...)

21.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

45.

45.1. Vigência:

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Vigência: O prazo de validade da ata de registro de preço será de 12 meses, a partir da publicação no Diário Oficial Estadual, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual 28.874/2024;

45.1.2. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços (ARP), atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei Federal n  14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, conforme o prevê o disposto no Enunciado n  42 do 2  S mpo s de Licitações e Contratos da Justiça Federal e entendimento firmado pela Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia, constante no Despacho sob o ID 0059908783, proferido no bojo do Processo SEI n  0010.005101/2024-33. Tal renovação estará condicionada   demonstração da vantajosidade, da necessidade pública e da manutenção das condições originalmente pactuadas.

45.2. Das Obrigações do órgão gerenciador :

Das Obrigações do  rg o Gerenciador:

45.2.1. A Superint nd ncia Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços

45.2.2. O gerenciamento da Ata se dará em consonância com os termos do art. 122 do Decreto Estadual n  28.874/24: Art. 122.Caberá ao órgão gerenciador, órgão competente para operacionalizar os procedimentos licit t rios no âmbito da Administração Pública, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

I - realizar o procedimento de intenção de registro na forma do art. 124;

II - consolidar todas as informações relativas a estimativa individual e total de consumo encaminhadas pelos órgãos participantes para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - elaborar o projeto básico ou termo de referência do registro de preços fruto da intenção;

IV - promover todos os atos necessários   instrução processual para a realização do procedimento licit t rio de intenção de registro de preços;

V - realizar levantamento de mercado e pesquisa de preço ampla e diversificada para elaboração da estimativa orçamentária, devendo zelar pela maior amplitude possível das fontes pesquisadas;

VI - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

VII - realizar todo procedimento licit t rio, bem como os atos dele decorrentes;

VIII - gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes;

IX - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços; X - analisar as solicitações de adesão formuladas pelos órgãos não participantes;

XI - zelar pela observância dos limites individual e global para adesão; XII - divulgar o conteúdo do edital, da ata de registro de preços, os eventuais contratos e termos aditivos, na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme as diretrizes da Lei Federal n  14.133, de 2021.

  1 a análise das solicitações de adesão deverá ser precedida de levantamento de mercado e pesquisa de preço para aferi o do valor do objeto registrado com base no quantitativo resultante da adesão, apresentado por ato próprio da unidade aderente.

  2 a constatação de preço mais vantajoso em decorrência da pesquisa referida no parágrafo anterior, identificada e informada pela unidade de origem, acarretará a necessidade de repactuação do preço registrado.

  3 a não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador não autorizará a adesão.

45.3. Das obrigações do  rg o Detentor:

45.3.1. Das Obrigações do  rg o Detentor: Caberá ao órgão detentor do Registro de Preços, observar as disposições do Art. 123, do Decreto Estadual 28.874/2024, a saber: Art. 123. O  rg o participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua respectiva requis  o de objeto, adequada ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que todos os atos inerentes ao procedimento na registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licit t rio;

III - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licit t rio;

IV - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter indicação do fornecedor, dos respectivos quantitativos e dos valores a serem praticados, encaminhando posteriormente as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

V - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto a valores praticados, informando ao órgão gerenciador Termo de Referência VÁLIDO (0064075724) SEI 0037.007245/2024-26 / pg. 42 eventual desvantagem quanto a sua utilização;

VI - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratualmente assumidas e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais; e

VII - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas em edital, firmadas na ata de registro de preços, as divergências relativas à entrega, às características e   origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

22.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1. Conforme estabelecido no **item 43**, e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, conforme transcrevemos:

(...)

43. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

43.1. Executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade l  especificadas;

43.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

43.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

43.4. Manter os canais de comunicação atualizado junto a SESEDEC (e-mail, telefone fixo, whatsapp, endereço e outros);

43.5. Verificar os e-mails diariamente, tendo em vista que os prazos para as tratativas com a empresa serão contados do envío dos documentos no e-mail oficial da empresa;

43.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n  8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

43.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

- 43.8. Zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;
- 43.9. Apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;
- 43.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;
- 43.11. Atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;
- 43.12. Instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;
- 43.13. Instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibidos de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;
- 43.14. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 43.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 43.16. Manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;
- 43.17. Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de Rondônia, conforme legislação vigente;
- 43.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- 43.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
- 43.19.1. Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- 43.19.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- 43.19.3. Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- 43.19.4. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
- 43.19.5. Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- 43.19.6. Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis;
- 43.20. A contratada deverá manter junto à Contratante um preposto para acompanhar as atividades;
- 43.21. A contratada deverá possuir agência de atendimento no município de PORTO VELHO com garagem ou pátio e com funcionamento de segunda-feira a sábado, no horário comercial, assim como, uma central de atendimento com discagem para assistência de 24 (vinte e quatro) horas, devendo ainda informar nome, endereço da agência de atendimento
- 43.22. Dispor de escritório comercial ou preposto para atendimento das viaturas nas cidades de GUAJARÁ- MIRIM, ARIQUEMES, JI-PARANÁ, CACOAL E VILHENA, cuja atribuição é a de se relacionar, resolver problemas locais e no interior, a gestão física da frota e outros pertinentes;
- 43.23. Apresentar a relação inicial de toda a sua rede de assistência técnica credenciada, contendo os endereços das oficinas e contatos dos responsáveis, devendo ainda, encaminhar a CONTRATANTE, qualquer atualização quanto ao credenciamento de novas oficinas;
- 43.24. Apresentar mensalmente, a relação em mídia de todos os sinistros ocorridos com os veículos locados no mês de referência, devendo conter no mínimo a identificação do veículo sinistrado, unidade a qual o veículo pertence e data do sinistro ocorrido
- 43.25. Implantar e manter o sistema de gestão de frota atualizado;
- 43.26. Garantir a integridade e segurança das informações registradas no sistema;
- 43.27. Entregar todos os veículos com os documentos, chaves e equipamentos de segurança ao responsável pela gestão do contrato;
- 43.28. Entregar os veículos em perfeitas condições de funcionamento e uso com documentação atualizada, licenciadas pelo DETRAN;
- 43.29. Responsabilizar-se pelo pagamento das taxas de licenciamento anual compreendendo: SEGURO OBRIGATÓRIO, LICENCIAMENTO ANUAL e TAXAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e também ao 1º EMPLACAMENTO o qual abrange: VISTORIA, EMISSÃO DE CRV, LACRE DE PLACA E TARJETA e AUTORIZAÇÃO PARA CONFECÇÃO DE PLACAS E TARJETAS, mantendo anualmente todos os veículos regularizados e em dia com o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN na Capital do Estado de Rondônia.
- (...)

23. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

23.1. Conforme estabelecido no **item 42, e seus subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência**, conforme transcrevemos:

- (...)
- 42. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 42.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 42.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 42.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 42.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 42.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- 42.6. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 42.7. Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 42.8. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
- 42.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.
- 42.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- (...)

24. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

24.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da **Unidade Gestora: Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESEDEC, Polícia Civil do Estado de Rondônia - PCRO, Polícia Militar do Estado de Rondônia - PMRO, Corpo de Bombeiros Militar - CBMRO, Superintendência de Polícia Técnico-Científica - POLITEC/RO, Fundo Estadual da Segurança Pública**, conforme estabelecido no **item 27, do Anexo I deste Edital - Termo de Referência**, conforme transcrevemos:

- (...)
- 27. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 27.1. Os recursos orçamentários para atender a contratação estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA 2025 (LEI n.º 5.982 de janeiro de 2025), referente ao exercício 2025. Possui Adequação de Indicação Orçamentária, conforme informações a seguir:
- 27.2. SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA**
- 27.2.1. Unidade Gestora: 150001;
- 27.2.2. Programa de Atividade: 2154
- 27.2.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.2.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001
- 27.3. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA**
- 27.3.1. Unidade Gestora: **150003**;
- 27.3.2. Programa de Atividade: 2087
- 27.3.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.3.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001
- 27.4. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA**
- 27.4.1. Unidade Gestora: 150005;
- 27.4.2. Programa de Atividade: 4122
- 27.4.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.4.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001
- 27.4.5. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA**
- 27.5.1. Unidade Gestora: 15014 FUNESBOM
- 27.5.2. Programa de Atividade: 2087
- 27.5.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.5.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001
- 27.6. FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**
- 27.6.1. Unidade Gestora: 150004 CBM
- 27.6.2. Programa de Atividade: 2087
- 27.6.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.6.4. Fonte: 1.759.0.08026 / 2.759.0.08026 / 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001
- 27.7. POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DO ESTADO DE RONDÔNIA**
- 27.7.1. Unidade Gestora: 150006;
- 27.7.2. Programa de Atividade: 2154
- 27.7.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.7.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001

27.8. FUNDO ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA

27.8.1. Programa de Atividade: 06.181.2166.2269

27.8.2. Elemento de Despesa: 33.90.39.13

27.9. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 1.713.0.00001 / 2.713.0.00001

(...)

25. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

25.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

25.2. O limites global e individual para adesões a este Sistema de Registro de Preços não se aplica, uma vez que não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços.

25.3. O quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento a ser exarada pelos órgão gerenciador, participantes e não participantes não poderá ser definido, visto que cada Unidade de Segurança tem sua demanda específica e em situações emergenciais surgem necessidades atípicas, como exemplo no ano de 2024 que o Estado de Rondônia registrou aumento significativo dos incêndios florestais e queimadas não autorizadas e, consequentemente, houve necessidade de disponibilização de viaturas extras, conforme ID (0053219677).

25.4. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

25.5. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

25.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

25.7. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão o Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Federal nº 14.133/2021, e as demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

25.8. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

25.9. Nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

25.10. - É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

25.11. Por ocasião da publicação da ata de registro de preços, será verificado no SICAF e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

25.12. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

25.12.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

25.12.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

25.12.2.1. Aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação; e

25.12.2.2. Mantiverem sua proposta original.

25.13. Para o cadastro reserva disposto no item **18.12.2** o (a) Pregoeiro (a) realizará as convocações no chat de mensagens durante o transcurso da sessão pública.

25.14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

25.15. O registro a que se refere o item **18.12.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo detentor da ata.

25.16. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

25.17. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

25.17.1. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

25.18. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

25.18.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

25.18.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

25.18.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

26. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

26.1. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

26.1.1. For atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

26.1.2. O contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

26.1.3. O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

26.1.4. Estiverem presentes razões de interesse público; e

26.1.5. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

26.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

26.3. O disposto no § 1º do art. 136 do Decreto 28.874/2024 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

27.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel>.

27.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

27.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

27.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

27.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

27.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> <https://www.gov.br/compras/pt-br>

27.12. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

27.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

27.14. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

28. DOS ANEXOS

28.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA Id. (0064922005);

ANEXO I.I - MATRIZ DE RISCO Id. (0061293886);

ANEXO I.II - RASTREADOR VEICULAR Id. (0061293957);

ANEXO I.III - RÁDIO TRANSCÉPTOR Id. (0061294022);

ANEXO I.IV - SINALIZAÇÃO VISUAL E ACÚSTICA Id. (0061294067);

ANEXO I.V - CÂMERAS EMBARCADAS Id. (0061294104);

ANEXO I.VI - COMPARTIMENTO TRANSPORTE CÃES Id. (0061294141);
ANEXO I.VII - COMPARTIMENTO TRANSPORTE CUSTODIADO Id. (0061294246);
ANEXO I.VIII - COMPARTIMENTO TRANSPORTE DE CADÁVERES Id. (0061294305);
ANEXO I.IX - OUTROS ACESSÓRIOS Id. (0061294353);
ANEXO I.X - GRAFISMO E PLOTAGEM Id. (0061294583);
ANEXO I.XI - PLANILHAS DE CUSTOS Id. (0059373954);
ANEXO I.XII - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO -IMR Id. (0061294686).
ANEXO II - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Id. (0064922068);
ANEXO III - MODELO DE MINUTA DE CONTRATO Id. (0061135932);
ANEXO IV - SAMS Id. (0063874565);
ANEXO V – NOTA TÉCNICA 12 DE PESQUISA DE PREÇOS Id. (0064072243);
ANEXO VII - RELATÓRIO DE CONFORMIDADE - SUPEL-CPEAP Id. (0064822316)
ANEXO VI - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA ADESAO À ATA Id. (0061916400).

Porto Velho-RO, data e horário do sistema.

LUCIANA PEREIRA DE SOUZA
Pregoeira da Comissão Especial de Licitações – COESP/SUPEL
Portaria n.º 200 de 12 de agosto de 2025

Elaborado por:
Gabriel Alves da Silva Gama
Membro da Comissão Especial de Licitações COESP - SUPEL/RO
Portaria n.º 200 de 12 de agosto de 2025

Revisado por:
Ezequiel Rodrigues da Silva
Membro da Comissão Especial de Licitações COESP - SUPEL/RO
Portaria n.º 200 de 12 de agosto de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Pereira de Souza, Pregoeiro(a)**, em 01/10/2025, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Alves Da Silva Gama, Membro**, em 01/10/2025, às 15:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **EZEQUIEL RODRIGUES DA SILVA, Membro**, em 01/10/2025, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0064996708** e o código CRC **972C4D63**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **IDENTIFICAÇÃO:**

- 1.1. Unidade Requisitantes:
 - 1.1.1. Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC/RO
 - 1.1.2. Polícia Militar do Estado de Rondônia - PMRO
 - 1.1.3. Polícia Civil do Estado de Rondônia - PCRO
 - 1.1.4. Corpo de Bombeiros Militar - CBMRO
 - 1.1.5. Superintendência de Polícia Técnico-Científica - POLITEC/RO

2. **BASE LEGAL**

- 2.1. Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos);
- 2.2. Decreto Estadual nº. 28.874, de 25 de janeiro de 2024 (Regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia);
- 2.3. Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021; (Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral);
- 2.4. Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; (Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal).
- 2.5. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

3. **OBJETO**

- 3.1. Registro de preços para Contratação de Serviço de Locação de Veículos Operacionais destinados a atender à SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Politec na capital e interior do Estado, conforme especificações, condições gerais de fornecimento e execução contidas no presente Termo de Referência e anexos, pelo período de 60 meses.
- 3.2. CATSER: 4014 - Locação de Veículos Leves/Pesados

4. **DA JUSTIFICATIVA**

4.1. **Da Justificativa da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania**

4.1.1. A Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC através de suas Unidades Subordinadas, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e POLITEC desempenha um papel primordial para a Segurança Pública do Estado de Rondônia. Assim sendo, diante do dever constitucional, a SESDEC, se depara com a imperiosa necessidade de dispor, para utilização contínua e imediata, de uma frota de veículos que esteja em condições de atuar nas mais diversas circunstâncias peculiares das atividades pertinentes. Neste contexto, os veículos em questão são de grande importância para os andamentos dos serviços pertinentes à polícia. Ocorre no entanto, que, para cumprir o seu dever, atualmente a SESDEC e cada unidade subordinada contam com uma quantidade deficiente de veículos próprios, onde ocorrem baixas rotineiras sofrendo reduções consideráveis em seu quantitativo e uma quantidade razoável de veículos locados.

4.1.2. As viaturas usadas nos serviços operacionais da segurança pública, realizam suas atividades em regime **diuturno e ininterrupto**, e de escalas de serviço, com turnos de 12 horas, ou seja, 1º turno e 2º turno diários, o que implica na necessidade de **2 (duas) viaturas** para cada setor de ação, acrescido de pelo menos mais **1 (um) veículo reserva**, de forma a permitir o rodízio entre elas, e a permanência de uma viatura em descanso e/ou em manutenção preventiva ou corretiva, quando necessário, assim como, os trabalhos de investigação e inteligência policial que não possuem limitação de horários para acontecerem, atuando de forma ininterrupta.

4.1.3. Os veículos operacionais em questão, destinados ao serviço da Segurança Pública, são empregados ininterruptamente nas atividades de policiamento investigativo e de inteligência, com **uso exclusivo em serviços operacionais**, conforme descritos abaixo.

- a) Apoio ao policiamento aéreo e fluvial;
- b) Investigações;
- c) Inteligência;
- d) Busca e captura;
- e) Cumprimento de mandado de prisão entre outras atividades.

4.1.4. Dessa forma, devido ao **uso contínuo** e ao nível alto de depreciação, a vida útil de um veículo policial próprio é de aproximadamente **30 (trinta) meses**, haja vista, que passando esse período, ou até mesmo antes, os veículos começam a apresentar problemas mais complexos que acarretam em maior custo de manutenção, tornando-se antieconômico para o Estado manter viaturas como frota própria.

4.2. **Da Justificativa dos Bombeiros**

4.2.1. O CBMRO é a instituição permanente do estado que presta os serviços de busca, resgate, salvamento, combate a incêndio urbano e florestal bem como ações de Defesa Civil, tais atribuições legais exigem que a Administração Pública tenha à sua disposição materiais e equipamentos especiais para garantir não só a segurança dos seus militares, mas também que garantam a eficiência e o atendimento da população com qualidade.

4.2.2. O interesse público está relacionado às missões constitucionais e legais previstas no §3º do Art. 148 da Constituição do Estado de Rondônia e no Art. 2º da Lei nº 2.204/2009, cujas atribuições legais só podem ser alcançadas com a disponibilidade de equipamentos que permitam ao CBMRO realizar as buscas, resgates, combates e salvamentos que a legislação impõem.

4.2.3. Diante da necessidade de fortalecer as ações de prevenção e combate no Estado de Rondônia, especialmente em face do aumento expressivo das ocorrências, o Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO, busca garantir a pronta resposta a tais eventos, o que exige atenção e recursos específicos. A capacidade operacional do CBMRO, porém, é limitada pela disponibilidade de veículos adequados e equipados.

4.2.4. Surge então a necessidade de reforçar a frota do CBMRO, considerando a necessidade de otimizar recursos e garantir a eficiência no atendimentos das ocorrências. Nesse contexto, **a locação de veículos automotores** se mostra uma excelente opção.

4.3. **Da Justificativa da Polícia Civil**

4.3.1. A Polícia Civil é a instituição responsável pela repressão da criminalidade, da violência e pela preservação dos direitos constitucionais do cidadão e da sociedade civil organizada.

4.3.2. Assim sendo, diante desse mister constitucional se depara com a imperiosa necessidade de dispor, para utilização contínua e imediata, de uma frota de veículos que estejam em condições de atuar nas mais diversas circunstâncias adversas e peculiares das atividades de investigação policial.

4.3.3. Os veículos em questão destinados aos serviços da Polícia Civil, são empregados ininterruptamente nas atividades de policiamento investigatório e de inteligência.

4.3.4. Fica evidenciado dessa forma, que os veículos em questão não se tratam de meros automóveis comuns pertencentes a frota do Estado, pois devem ser diferenciados para uso exclusivo da Polícia Civil, sendo através destes que esta Instituição Policial cumprirá com o seu dever constitucional do artigo 144 da Constituição Federal.

4.3.5. Ademais, Polícia Civil realizou um concurso público, sendo que os novos policiais ingressaram no Quadro desta Instituição no mês de JULHO-2024, aumentando seu efetivo nas mais diversas Delegacias de Polícias da Capital e Interior do Estado, o que demanda um maior número de viaturas para serem utilizadas nos serviços de investigações.

4.3.6. No mesmo sentido, a ampliação das viaturas locadas de pequeno e médio porte da Polícia Civil, se justifica em razão da criação de diversas **Delegacias de Polícias de Crimes Contra a Vida e Delegacias de Crimes Contra o Patrimônio, nos municípios de ARIQUEMES, JI-PARANÁ, CACOAL E VILHENA, além da criação do NÚCLEO DE COMBATE A ENTORPECENTES no município de ARIQUEMES-RO.**

4.3.7. Tendo em vista a peculiaridade das atividades policiais de investigação, ora fazendo acompanhamentos de alvos, ora tendo que se deslocar por áreas rurais de difícil acesso, devendo ser levado em consideração a realidade precária das vias rurais principalmente em épocas de chuvas intensas, em que pese no interior do Estado seja esta nossa realidade, se faz necessário que seja adquirido alguns veículos que possam atender essa demanda.

4.4. **Da Justificativa da Polícia Técnico Científica**

4.4.1. Atualmente, a superintendência de Polícia Técnico-Científica de Rondônia - POLITEC, órgão de perícia oficial do estado de Rondônia, utiliza para atendimento aos locais de crime, viaturas locadas.

4.4.2. Sua estrutura conta com oito unidades regionais no interior, e três institutos na capital, além da sede administrativa.

4.4.3. Para o atendimento à locais de crime, é necessário a utilização de diversos equipamentos e acessórios, tais como: drones, maletas de locais de crime, maletas de coleta de vestígios genéticos e papiloscópicos. detectores de metais, video boroscópios, drones, os quais demandam acondicionamento seguro, necessitando de viaturas que comportem tais acessórios, com segurança, e resistente à intempéries.

4.4.4. Nas unidades descentralizadas, cada unidade possui ao menos uma equipe plantonista, disponível 24h/dia para atendimento imediato. Além da equipe plantonista, há perícias internas, que demandam deslocamentos, e perícias de Meio Ambiente, as quais devem ser fortalecidas com veículos adaptados para estradas carroçais. Ademais um regional de criminalística atende aso municípios e distritos em seu entorno, percorrendo longas distâncias

4.4.5. Já na capital, o Instituto de Criminalística possui 3 equipes plantonistas, para atendimento imediato, sendo sua área de atuação abrangendo Nova Califórnia à Triunfo, além das linhas viscinais. Além das equipes plantonistas, há necessidade de viatura específica para o Meio Ambiente, sendo esta viatura devidamente adaptada para estradas carroçais, além da necessidade administrativa, de viatura para a seção de custódia de vestígios, a qual pode ser compartilhada com os demais Institutos, a fim de gerar economicidade para o estado.

4.5. **Da Justificativa da Polícia Militar**

4.5.1. A **Polícia Militar de Rondônia (PMRO)**, como instituição responsável pela **manutenção da ordem pública, prevenção da criminalidade e garantia dos direitos fundamentais** previstos no **art. 144 da Constituição Federal**, desempenha um papel fundamental para assegurar a segurança e a tranquilidade da população rondoniense. Suas atividades se desenvolvem de maneira **contínua e ininterrupta**, abrangendo desde o policiamento ostensivo em áreas urbanas e rurais, até ações especializadas e de inteligência em situações de maior complexidade.

4.5.2. O vasto território do Estado de Rondônia, marcado por suas **características geográficas diversificadas**, incluindo regiões urbanas densamente povoadas, áreas rurais de difícil acesso e um clima com períodos intensos de chuvas, exige da PMRO uma **frota de viaturas diversificada, moderna e adaptada** às demandas operacionais específicas de cada unidade. Além disso, a ampliação e a descentralização dos serviços de manutenção e distribuição de viaturas são imperativas para garantir o **pleno funcionamento das operações policiais** e a efetiva cobertura de todo o território estadual.

4.5.3. Atualmente, a PMRO conta com diversas unidades administrativas e operacionais que desempenham funções específicas de policiamento ostensivo, ações preventivas e combate ao crime organizado. Essas unidades estão distribuídas em **Comandos Regionais de Policiamento (CRP), Comando de Policiamento Especializado (CPE)** e outras coordenadorias, diretorias e batalhões.

4.5.4. Essa distribuição operacional assegura maior capilaridade e presença efetiva da PMRO em todos os municípios do Estado. Porém, para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, torna-se necessário implementar **melhorias estruturais e estratégicas** no que se refere à frota de viaturas.

4.5.5. Portanto, o objetivo da presente demanda é justificar a necessidade de contratação de serviços de locação de viaturas automotoras, bem como apresentar as justificativas técnicas e operacionais que evidenciam sua **importância estratégica** para a atuação da PMRO, assegurando o cumprimento de sua missão constitucional em todo o Estado de Rondônia.

4.5.6. Assim, quanto à necessidade de ampliação e modernização da frota, a atuação da **Polícia Militar de Rondônia (PMRO)** exige o uso de **viaturas modernas e adaptadas** para o cumprimento de suas diversas atribuições constitucionais. A frota atual, em virtude do **uso contínuo e das condições adversas** enfrentadas no dia a dia, apresenta limitações que comprometem a eficiência e a agilidade operacional. Dessa forma, torna-se imprescindível a ampliação e a renovação da frota para assegurar o pleno funcionamento das atividades policiais.

4.5.7. A **locação de veículos novos e devidamente equipados** é a solução mais eficiente e econômica para atender a esta demanda. A proposta considera as particularidades operacionais das diversas unidades da PMRO, garantindo que os veículos contratados atendam às **especificidades das missões desempenhadas**.

5. **DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

5.1. Segundo o Tribunal de Contas da União, “Uma solução é o conjunto de todos os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que gerou a contratação”.

5.2. Verifica-se que a solução do objeto de forma geral, inclui a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de tal forma que o Contratante sempre terá disponível veículos em condições de dirigibilidade segura. Dessa forma o serviço prestado estende-se ao fornecimento de veículos bem como suas manutenções e substituições caso necessário.

5.3. Caberá ao Contratante o pagamento apenas dos valores referente ao consumo de combustível e a locação mensal propriamente.

5.4. Pelas características próprias de uma contratação através de locação, estarão isentos aos cofres públicos os gastos com impostos como o IPVA.

5.5. Diante o exposto, a contratação pretendida, solucionará as atribuições operacionais das Forças Institucionais da Segurança Pública.

6. **DO PARCELAMENTO**

6.1. O objetivo do parcelamento é ampliar a competição com vistas à economicidade, devendo ser realizado desde que seja tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

6.2. A expectativa é possibilitar a participação de maior número de licitantes que não teriam capacidade ou condições de atender aos requisitos de habilitação para disputar a totalidade do objeto, mas que podem fazê-lo com relação a frações da prestação.

6.3. Neste sentido, considerando viabilizar a competição das empresas locais, que possivelmente poderiam atender parcelas da contratação, e com isso diminuir os custos de logística que o objeto exige, entendemos pertinente e justificado o presente parcelamento em lotes, quais sejam:

6.3.1. **LOTE 1 – VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS**

6.3.1.1. Contempla as viaturas que necessitam de adaptações específicas e utilizadas com a caracterização da instituição (grafismo/plotagem). Tais adaptações são essenciais para o pleno funcionamento operacional das viaturas em atividades que requerem rápida identificação e comunicação, garantindo a segurança e a eficiência dos serviços.

6.3.2. **LOTE 2 – VEÍCULOS CARACTERIZADOS COM CÂMERAS EMBARCADAS**

6.3.2.1. São as viaturas mais ostensivas, que possuem camburões para transporte de custodiado que por esta razão devem estar equipadas com sistemas de câmeras embarcadas, que atendam a requisitos técnicos rigorosos de qualidade, armazenamento e segurança da informação. Esta exigência visa garantir a integridade das imagens para fiscalização, monitoramento e eventuais ações judiciais, ampliando a segurança institucional e dos próprios operadores.

6.3.2.2. Esta Consulente optou por acrescentar este lote, por razões de segurança, visto que, as configurações das Câmeras Embarcadas geraram um fracasso licitatório anterior em virtude de não atenderem ao solicitado no certame e, conseqüentemente, não serem aceitas sob risco de violação ao princípio do instrumento convocatório, entre outros.

6.3.2.3. Desta maneira, dada complexidade técnica das câmeras, optou-se por isolar este lote, permitindo uma avaliação técnica mais criteriosa, evitando impactos no certame geral caso as especificações não sejam plenamente atendidas.

6.3.3. **LOTE 3 – VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS**

6.3.3.1. As viaturas deste lote, são viaturas sem identificação visual da instituição, voltadas a operações que demandam discrição e flexibilidade de uso. Essas viaturas podem ser atendidas por concessionárias ou fornecedores especializados em locação de veículos padrão, o que amplia a competitividade e possibilita melhores condições comerciais para a administração pública.

7. **DO QUANTITATIVO DO OBJETO**

LOTE 1 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS					
PICK-UPS CARACTERIZADAS					
ITEM	ACESSÓRIOS	CORES	QUANTIDADE A SER REGISTRADA	QUANTIDADE A SER SOLICITADA INICIALMENTE	INSTITUIÇÃO
01	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - SUPORTE DE ARMAMENTO - ENGATE	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	03	01	POLÍCIA CIVIL
02	PICK UP CARACTERIZADA (CABINE SIMPLES) PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES	PRETO	05	03	POLÍCIA CIVIL
03	PICK UP CARACTERIZADA COM SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - SUPORTE TRANSPORTE DE ESCADA	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	01	01	POLÍCIA CIVIL
04	PICK UP CARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - CAPORTA DE FIBRA E TRANSPORTE DE ESCADA	VERMELHO	36	01	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
05	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - SUPORTE DE ARMAMENTO - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - ENGATE	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	15	05	POLÍCIA MILITAR
06	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	75	05	POLÍCIA MILITAR
07	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL)	BRANCO	10	05	POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
08	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE OU VERMELHA (a ser definido na ordem de fornecimento)	200	05	SESDEC
SUVS CARACTERIZADAS					
09	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CÃES	VERMELHO	02	01	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
10	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CÃES	PRETO	01	01	POLÍCIA CIVIL
11	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - SUPORTE DE ARMAMENTO - ENGATE	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	10	01	POLÍCIA MILITAR

	- COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CÃES				
12	SUV CARACTERIZADO - RASTREADOR - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO (SINALIZADOR VISUAL)	VERMELHO	34	01	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
13	SUV CARACTERIZADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL)	BRANCO	11	01	POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
TOTAL DE VEÍCULOS LOTE 1 = 403 VEÍCULOS					

LOTE 2 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS <u>COM</u> CÂMERAS EMBARCADAS					
PICK-UPS CARACTERIZADAS					
14	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO -RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - SUPORTE DE ARMAMENTO - ENGATE - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	20	05	POLÍCIA CIVIL
15	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	175	15	POLÍCIA MILITAR
16	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - SUPORTE DE ARMAMENTO - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - ENGATE - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	15	02	POLÍCIA MILITAR
SUVS CARACTERIZADAS					
17	SUV CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	19	01	POLÍCIA MILITAR
18	SUV CARACTERIZADO 4X4 COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - SUPORTE DE ARMAMENTO - ESTROBO - ENGATE - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	30	01	POLÍCIA MILITAR
FURGÃO CARACTERIZADO					
19	FURGÃO CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO -RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - CÂMERAS EMBARCADAS (2 UNIDADES NAS CELAS E 4 UNIDADES EXTERNAS) - SUPORTE DE ARMAMENTO - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - SENSOR DE ESTACIONAMENTO - SENSOR DE ABERTURA DE PORTA TRASEIRA	PRETO	02	01	POLÍCIA CIVIL
TOTAL DE VEÍCULOS LOTE 2 = 261 VEÍCULOS					

LOTE 3 - VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS					
PICK-UPS DESCARACTERIZADAS					
20	PICK UP DESCARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	74	02	POLÍCIA CIVIL

	- ENGATE				
21	PICK UP DESCARACTERIZADA - RASTREADOR - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	10	02	SESDEC
22	PICK UP DESCARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	05	02	SESDEC
23	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	PRETO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	02	01	SESDEC
24	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	PRETO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	01	01	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
25	PICK UP DESCARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO VELADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	35	02	POLÍCIA MILITAR
SUVS DESCARACTERIZADAS					
26	SUV DESCARACTERIZADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO VELADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	15	01	POLÍCIA MILITAR
27	SUV DESCARACTERIZADO 4X4 - RASTREADOR - RÁDIO	PRETO, CINZA, PRATA OU BRANCO	10	01	POLÍCIA MILITAR
28	SUV DESCARACTERIZADO 4X4 - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO VELADO	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	10	01	POLÍCIA CIVIL
29	SUV DESCARACTERIZADO - RÁDIO - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	PRETO	04	01	SESDEC
FURGÃO DESCARACTERIZADO					
30	FURGÃO DESCARACTERIZADO - RASTREADOR - RÁDIO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	05	01	POLÍCIA MILITAR
TOTAL DE VEÍCULOS LOTE 3 = 171 VEÍCULOS					

TOTAL DE VEÍCULOS LOTE 1, 2 E 3 = 835 VEÍCULOS
--

- 7.1. Todas as especificações técnicas dos acessórios a serem adaptados estão descritos nos anexos deste Termo de Referência, devendo ser obedecidas criteriosamente.
- 7.2. As adaptações deverão integrar-se perfeitamente ao desenho interno do veículo, primar pela ergonomia e facilidade no manuseio dos equipamentos;
- 7.3. Não serão admitidos cantos vivos ou pontos cortantes que possam causar lesões aos ocupantes do veículo ou custodiados;
- 7.4. As peças deverão receber fixação adequada, a fim de que não se verifiquem movimentos, trincas ou ruídos;
- 7.5. Os contornos e as furações das peças a serem instaladas deverão ser recobertos com borracha, ou outro material similar, a fim de evitar acidentes aos instaladores e usuários e ainda danos aos cabos de energia, de dados e da antena;
- 7.6. As furações necessárias não deverão comprometer à alimentação elétrica e demais conexões essenciais ao perfeito funcionamento dos equipamentos.
8. DAS QUANTIDADES
- 8.1. A estimativa está de acordo com o quantitativo apresentando nos Documentos de Formalização de Demanda enviados pelas Instituições, conforme compilado no Documento de Oficialização de Demanda (PC. PM, CBM, POLITEC e SESDEC), com as alterações do Estudo Técnico Preliminar 68 (0063163648).
- 8.2. Breve Memória de Cálculo

CONTRATO Nº 173-2020 (0037.118033/2020-40)						CONTRATO Nº 241-2021 (0037.062132/2021-41)
Início do Contrato	1º TAC	2º TAC	3º TAC	4º TAC	5º TAC	Início do Contrato

Solicitado 301 Viaturas	Sem efeito	Supressão de 1 Viatura	Sem acréscimo	Sem acréscimo ou supressão	Acréscimo de 10 Viaturas	Solicitado 86 Viaturas
		Acréscimo 12 Viaturas				
322 Viaturas						86 Viaturas

8.2.1. No Processo nº 0004.011173/2024-07 - o Corpo de Bombeiros Militar solicitou 24 Viaturas para Operação Verde Rondônia dutante a execução dos contratos acima.

9. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

9.1. **DAS PICKUPS 4X4 COMUNS**

Motorização e Desempenho	Tipo: 2.2 ou superior Ano e modelo não inferiores ao ano da contratação, zero quilômetro. Potência mínima: 170 cv Transmissão: Automática, mínimo de 6 velocidades. Tração: 4WD com três modos de operação.
Conforto e Acabamento	Ar-condicionado automático. Bancos em couro ou similar.
Tecnologia e Multimídia	Sistema de áudio com tela sensível ao toque. Conectividade Bluetooth e USB. Película térmica: Aplicada nos vidros laterais e traseiros, respeitados os limites permitidos Câmera de ré. Sensores de estacionamento traseiros.

9.2. **DAS PICKUPS 4X4 (CABINE SIMPLES) - RABECÃO**

Motorização e Desempenho	Tipo: 2.2 ou superior Ano e modelo não inferiores ao ano da contratação, zero quilômetro. Potência mínima: 170 cv Transmissão: Automática, mínimo de 6 velocidades. Tração: 4WD com três modos de operação.
Conforto e Acabamento	Ar-condicionado automático. Bancos em couro ou similar.
Tecnologia e Multimídia	Sistema de áudio com tela sensível ao toque. Conectividade Bluetooth e USB. Película térmica: Aplicada nos vidros laterais e traseiros, respeitados os limites permitidos Câmera de ré. Sensores de estacionamento traseiros.

9.3. **DAS SUVS COMUNS**

Motorização	Tipo: Mínimo de 1.6 Flex Ano e modelo não inferiores ao ano da contratação, zero quilômetro. Potência Mínima: 120 cv Transmissão: Manual ou Superior
Segurança	Airbags: Frontais e laterais Freios: ABS com EBD. Assistências: Controle de tração e estabilidade.
Conforto e Tecnologia	Ar-condicionado. Direção elétrica. Central multimídia: Tela sensível ao toque. Conectividade com smartphones. Bluetooth. Entrada USB ou similar. Sensores de estacionamento Câmera de ré. Faróis de neblina. Película térmica: Aplicada nos vidros laterais e traseiros, respeitados os limites permitidos Rodas: mínimo 16 polegadas

9.4. **DAS SUV 4X4**

Características Gerais	Veículo automotor, tipo SUV, 4 portas, com capacidade para 7 passageiros. Tração 4x4, Ano e modelo não inferiores ao ano da contratação, zero quilômetro.
Motorização	Motor: 2.8 Diesel Potência mínima: 200 cv
Transmissão e Tração	Tipo: Automática de 6 marchas com opção de trocas manuais. Tração: Integral (4x4) com seletor eletrônico e reduzida.
Segurança	Airbags: Frontais e laterais para motorista e passageiro. Sensores de estacionamento: Traseiros e frontais. Câmera de ré. Vidros e travamento elétricos: Nas portas dianteiras e traseiras.
Conforto e Equipamentos	Ar-condicionado: Automático digital de duas zonas, com saídas traseiras. Rodas: Padrão R17 ou R18.
Proteção e Acessórios	Grade protetora do motor/cárter, devidamente fixada na parte inferior externa do motor, sem interferência no sistema de absorção de impactos do conjunto motor/transmissão. Película térmica: Aplicada nos vidros laterais e traseiros, respeitados os limites permitidos Bancos em couro ou similar Protetores de cárter e paralamas reforçados. Demais equipamentos e acessórios exigidos conforme a regulamentação do CONTRAN.

9.5. **DAS SUVS 4X4 PARA TRANSPORTE DE CÃES**

Características Gerais	Veículo automotor, tipo SUV, 4 portas, com capacidade para 7 passageiros. Tração 4x4,
------------------------	--

	Ano e modelo não inferiores ao ano da contratação, zero quilômetro. Capacidade de carga: Aproximadamente 600 kg.
Motorização	Motor: 2.8 Diesel Potência mínima: 200 cv
Transmissão e Tração	Tipo: Automática de 6 marchas com opção de trocas manuais. Tração: Integral (4x4) com seletor eletrônico e reduzida.
Segurança	Airbags: Frontais e laterais para motorista e passageiro. Sensores de estacionamento: Traseiros e frontais. Câmera de ré. Vidros e travamento elétricos: Nas portas dianteiras e traseiras.
Conforto e Equipamentos	Ar-condicionado: Automático digital de duas zonas, com saídas traseiras. Central multimídia: Tela sensível ao toque. Conectividade com smartphones. Bluetooth. Entrada USB ou similar. Rodas: Padrão R17 ou R18.
Proteção e Acessórios	Grade protetora do motor/cárter , devidamente fixada na parte inferior externa do motor, sem interferência no sistema de absorção de impactos do conjunto motor/transmissão. Película térmica: Aplicada nos vidros laterais e traseiros, respeitados os limites permitidos Bancos em couro ou similar Protetores de cárter e paralamas reforçados. Demais equipamentos e acessórios exigidos conforme a regulamentação do CONTRAN.

9.6. DOS FURGÕES

Motorização e Desempenho	Motor: Mínimo de 2.0 diesel Ano e modelo não inferiores ao ano da contratação, zero quilômetro. Potência mínima: 140 cv Transmissão: Manual de 6 marchas
Capacidade e Dimensões	Contendo 4 (quatro) portas, sendo duas dianteiras, (01) uma lateral corrediça do lado direito e uma traseira dupla com abertura para os lados em no mínimo 180º Comprimento: Entre 5.930 mm a 7.370 mm Largura: 1.993 mm (sem retrovisores) Altura: Até 2.750 mm (dependendo da versão e do tipo de teto) Rodas: Mínimo aro 16 polegadas
Equipamentos e Tecnologia	Sistema multimídia: Tela mínima de 10,25 polegadas com integração para smartphones Sensores de estacionamento Câmera de ré.
Segurança	Airbags: Mínimo de 6 (frontais, laterais) Freios: Sistema antibloqueio (ABS) e controle eletrônico de estabilidade (ESP) Sensores de estacionamento Assistente de manutenção de faixa O pneu estepe não deverá ser acondicionado no ambiente interno da cela.
Conforto	Bancos em couro ou similar Ar-condicionado Película térmica: Aplicada nos vidros laterais e traseiros, respeitados os limites permitidos Estribo sob as portas, para facilitar a entrada de passageiros.

10. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

10.1. As quantidades estimadas foram definidas com base nos Documentos de Formalização de Demanda de cada Força de Segurança, enviados à esta Secretaria, inserido nos autos do processo 0037.007514/2024-54. Esses quantitativos foram consolidados por esta Secretaria, conforme registrado na Nota Técnica 12 (0064072243).

10.2. Com base na **Planilha 25 - Tabela dos Valores Máximos**, estimou-se os seguintes valores para a presente Contratação:

10.2.1. **Lote 1:** Valor Estimado - **R\$ 316.759.256,40 (trezentos e dezesseis milhões, setecentos e cinquenta e nove mil duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)**

10.2.2. **Lote 2:** Valor Estimado - **R\$ 218.969.564,40 (duzentos e dezoito milhões, novecentos e sessenta e nove mil quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos)**

10.2.3. **Lote 3:** Valor Estimado - **R\$ 197.435.682,00 (cento e noventa e sete milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil seiscentos e oitenta e dois reais)**

11. DA VANTAJOSIDADE DA CONTRATAÇÃO PELO PERÍODO DE 60 MESES

11.1. A vigência será de 60 (sessenta) meses, conforme previsibilidade do art. 106 da Lei 14.133:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2. As viaturas são instrumentos essenciais para a execução das atividades-fim das instituições de Segurança Pública. São empregadas no patrulhamento ostensivo, atendimento de ocorrências emergenciais, combate a incêndios, salvamentos, entre outras operações estratégicas e táticas.

11.2.1. A contratação por 60 meses assegura a continuidade dos serviços, evitando interrupções que comprometam a capacidade de resposta imediata das forças policiais e do Corpo de Bombeiros à população.

11.3. Eficiência Operacional e Logística

11.3.1. A locação de viaturas permite:

11.3.1.1. Disponibilização de frota padronizada, moderna e constantemente renovada, compatível com as demandas operacionais das corporações;

11.3.1.2. Redução de indisponibilidade por falhas mecânicas, pois os contratos incluem manutenção preventiva e corretiva, com prazos máximos de substituição;

11.3.1.3. Maior flexibilidade na alocação de recursos logísticos, otimizando o planejamento estratégico das forças estaduais de segurança.

11.4. **Vantagem Econômica do Prazo Estendido**

11.4.1. Contratos com prazo mais longo permitem à Administração obter redução nos custos mensais unitários, já que o período de 60 meses dilui investimentos iniciais das empresas (como customização, emplacamento, instalação de equipamentos, etc.);

11.4.1.1. Evita constantes processos licitatórios;

11.4.1.2. Reduzir significativamente os custos com aquisição, depreciação e manutenção de frota própria.

11.5. **Segurança Jurídica e Planejamento de Longo Prazo**

11.5.1. A celebração do contrato com vigência de 60 meses proporciona maior segurança jurídica e estabilidade contratual;

11.5.1.1. Melhora a **previsibilidade orçamentária**, facilitando o planejamento financeiro e garantindo o cumprimento das metas institucionais da área de segurança pública.

12. **MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS**

12.1. A Contratada deverá disponibilizar oficinas cadastradas para manutenções preventivas e/ou corretivas no interior do Estado, abrangendo um raio de 100 (cem) quilômetros da cidade em que o veículo estiver lotado.

12.2. A contratada responsabilizar-se-á por realizar a imediata e tempestiva Manutenção Preventiva e Corretiva dos veículos disponibilizados, mantendo os mesmo em perfeito estado para a prestação dos serviços contratados, observando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para as manutenções dos veículos lotados nos municípios do interior do Estado e de 12 (doze) horas na capital, contadas a partir da notificação formal, feita por um dos representantes da comissão de gestão do contrato, à contratada.

12.3. A contratada responsabilizar-se-á pela manutenção preventiva e corretiva, entendendo-se preventiva aquela constante no plano de manutenção do fabricante (descrita no manual do veículo) e corretiva aquela destinada ao reparo de defeitos que ocorram de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas e quaisquer outras despesas que, direta ou indiretamente, incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto.

12.4. Ainda, serão consideradas, como manutenção preventiva, as trocas de: óleo do motor, óleo do câmbio, fluido de freio, fluido de aditivo do radiador, pastilha de freio, lona de freio, correia do alternador, correia de distribuição, filtro de lubrificação de óleo, filtro de combustível, filtro de ar, amortecedor da suspensão dianteira, amortecedor da suspensão traseira.

12.5. No mesmo sentiro, a CONTRATADA deverá arcar com pequenos reparos, tais como: pequenos arranhões na lataria do veículo, pequenos amassados no para lamas e portas, quando as faixas retietivas estiverem descascadas por menor que seja, arranhões no parabrisas, falta de equipamentos obrigatórios, reposição de protetor do Carter e do cambio amassado, presilhas de para choque, amassamentos em rodas, cortes e furos em pneus pela utilização normal, retrovisores, lanternas e faróis trincados, maçanetas e partes plásticas danificadas pelo tempo de uso, troca de lâmpadas, substituição de correia do alternador, complemento do nível de óleo do motor e outros de curta duração ou aqueles que representem as mesmas proporções destes exemplos serão executados em concessionária do fabricante do veículo e/ou oficinas a serviços da **CONTRATADA**.

12.6. Responsabilizar-se-á integralmente pelo conserto, substituição e assistência técnica dos equipamentos de rádio transceptor móvel, sinalizador acústico e visual e demais reparos técnicos e substituições nas estruturas e equipamentos que foram adaptados ou fornecidos junto com o veículo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir da comunicação formal.

12.7. Deverá verificar o balanceamento do conjunto: roda/pneus, e conferência do alinhamento da direção, os pneus deverão ser substituídos quando forem danificados, apresentarem riscos ou quando, a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próximo de 3 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela TWI (Thread WearIndicators). Após a comunicação formal de solicitação de substituição de pneus a empresa terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas fixado para substituições nos municípios do interior e de 12 (doze) horas na capital, vencida este prazo e não tendo a empresa realizada a substituição do pneu, o gestor do contrato providenciará a glosa na medição da prestação do serviço, conforme item manutenção preventiva e corretiva da composição de custo.

12.8. A contratada deverá realizar os serviços de manutenção preventiva ou corretiva dos veículos, bem como sua substituição, quando notificada formalmente por um dos representantes da comissão de gestão do contrato ou quando da necessidade.

12.9. Todos os custos relativos às manutenções são de responsabilidade integral da CONTRATADA, independente de eventuais apurações de responsabilidades, e deverão compor o preço ofertado pela CONTRATADA.

13. **GESTÃO DE FROTA**

13.1. A contratada deverá disponibilizar e manter um sistema de gestão de frota com, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

13.1.1. Controle de quilometragem;

13.1.2. Registro de manutenções preventivas e corretivas realizadas nos veículos;

13.1.3. Gestão de documentos dos veículos (licenciamento, IPVA etc.);

13.1.4. Relatórios periódicos (mensais) com dados consolidados sobre uso da frota, ocorrências, multas, entre outros;

13.1.5. Gestão de infrações de trânsito, com notificação imediata e suporte na identificação dos condutores;

13.1.6. Emitir relatórios em formatos editáveis (preferencialmente Excel e PDF);

13.1.7. Disponibilizar acesso ao sistema de Gestão de Frota, à equipe da contratante;

13.1.8. Fornecer suporte técnico e treinamentos necessários à equipe da contratante.

13.2. A contratada será responsável por quaisquer omissões ou falhas nos dados fornecidos que prejudiquem a operação ou o controle da frota.

14. **DO SEGURO**

14.1. A contratada deverá apresentar **Apólice de Seguro** ou **declaração oficial de autogestão** no ato da entrega dos veículos a serem locados, e posteriormente, deverá entregar à contratante, anualmente, o referido documento.

14.2. A contratada se responsabilizará por seguro, sem qualquer ônus à Contratante, referentes às seguintes coberturas

I - Seguro com cobertura por condutor e passageiros do veículo locado por danos pessoais, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil Reais) para cada um;

II - Seguro com cobertura total do veículo locado

III - Seguro com cobertura no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil Reais) para danos pessoais causados a terceiros, passageiros ou ocupantes, os quais deverão cobrir especificamente os casos de morte, invalidez permanente e despesas

médico-hospitalares decorrentes de acidentes com o veículo locado;

IV - Seguro com cobertura no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil), para danos materiais causados a terceiros

14.3. Ressaltamos que em ambas as opções do item 14.1, todos os custos relativos ao seguro e as possíveis indenizações, independente de eventuais apurações de responsabilidades, deverão compor o preço ofertado pela CONTRATADA.

14.4. Em caso de acidente com ou sem vítima, o condutor deverá oficializar o Gestor do Contrato e a Contratada, juntando o Registro da ocorrência policial e eventual documentação pertinente.

15. **DAS MULTAS DE TRÂNSITO**

15.1. A contratada deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos locados e solicitar o reembolso dos valores junto à contratante.

15.2. A(s) Nota(s) Fiscais/ Fatura(s) serão emitidas mensalmente e encaminhadas ao gestor do contrato para ateste em até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da(s) Nota(s) Fiscais/ Fatura(s), sendo que o pagamento do reembolso será efetuado em até 30 (trinta) dias, após ateste da Nota(s) Fiscal/ Fatura(s) pelo Gestor do Contrato ou responsável

15.3. Antes de realizar o pagamento, a Contratada aguardará conclusão dos processos de apuração da responsabilidade pela pontuação relativa às infrações de trânsito e o julgamento dos recursos protocolados junto aos órgãos atuadores.

15.4. A Contratada deverá encaminhar ao gestor do contrato, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, as notificações emitidas pelos órgãos de trânsito, de modo a resguardar o direito, por parte dos condutores, de interpor recursos, o mesmo vale para as notificações de penalidades.

15.5. Nos casos de multas, cujo(s) infrator(es) não seja(m) identificado(s) pelo agente de trânsito, a CONTRATANTE terá o mesmo prazo da apresentação para defesa prévia junto ao órgão autuador, para proceder a real indicação do condutor.

15.6. Nos casos em que a Contratante não receber dentro do prazo supracitado as notificações e penalidades referentes às infrações de trânsito, a Contratada se responsabilizará integralmente pelo pagamento das importâncias referentes a multas, taxas e/ou despesas, inclusive com guincho e estadias, decorrentes das infrações.

16. **GUINCHO E BORRACHARIA**

16.1. A contratada responsabilizar-se-á pelo socorro mecânico com guincho e conserto de pneus (borracharia) 24h, na Capital Porto Velho e nas regionais do interior do Estado (Guajará-Mirim, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena).

16.2. Caso ocorra danos aos pneus fora das cidades acima citada, que seja possibilitado o ressarcimento do valor, mediante apresentação de Nota Fiscal em nome da Contratada. Tal situação poderá ser utilizada para realização de pequenos consertos, desde que ajustado com o Gestor e Fiscal do Contrato

16.3. A contratada deverá disponibilizar, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados, serviço de socorro mecânico com guincho para transporte e deslocamento do veículo e equipe abordo nos casos de defeitos e/ou acidentes, de modo a proporcionar atendimento imediato.

17. **ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL**

17.1. A contratação encontra-se em consonância com o Plano Anual de Contratações 2025 (0055962699):

4.1.3. Contratação de Serviços		
SERVIÇO	Contratação de empresa de locação de veículos para emprego no serviço operacional e administrativo da SESDEC e das corporações subordinadas.	3.3.90.39

18. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS**

18.1. Os bens descritos neste Termo de Referência, nos termos da Lei 14.133/21, enquadram-se na classificação de serviços comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade segundo especificações usuais no mercado, adequando-se, assim, à modalidade Pregão Eletrônico, através dos procedimentos auxiliares previstos no [art. 78 desta Lei](#) 14.133/21, na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP);

18.2. Possui natureza continuada tal como definida na Instrução Normativa 05/2017, em razão de seu caráter de essencialidade, já que visa "atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas dos órgãos, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público e/ou cumprimento da missão institucional".

19. **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO POR LOTES**

19.1. O objetivo do parcelamento é ampliar a competição com vistas à economicidade, devendo ser realizado desde que seja tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

19.2. A expectativa é possibilitar a participação de maior número de licitantes que não teriam capacidade ou condições de atender aos requisitos de habilitação para disputar a totalidade do objeto, mas que podem fazê-lo com relação a frações da prestação.

19.3. Neste sentido, considerando viabilizar a competição das empresas locais, que possivelmente poderiam atender parcelas da contratação, e com isso diminuir os custos de logística que o objeto exige, ainda, considerando que o acessório “Câmeras Embarcadas” já motivou o fracasso da licitação anterior para o objeto similar, entendemos pertinente e justificado o presente parcelamento em lotes, quais sejam:

19.3.1. **LOTE 1 – VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS**

19.3.2. **LOTE 2 – VEÍCULOS CARACTERIZADOS COM CÂMERAS EMBARCADAS**

19.3.3. **LOTE 3 – VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS**

20. **DO REGISTRO DE PREÇOS**

20.1. A adoção do registro de preços, em conformidade com o artigo 116 do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, se justifica pela natureza das aquisições de viaturas, que demandam substituições frequentes ao longo do exercício. A necessidade de substituir veículos fora de serviço devido a acidentes, avarias ou obsolescência é uma realidade operacional constante.

20.2. A definição precisa das quantidades a serem adquiridas é uma tarefa complexa, e aguardar que a demanda se concretize antes de iniciar o processo de compra pode resultar em prejuízos para o serviço policial, com a consequente diminuição das guarnições em policiamento nas ruas.

20.3. Portanto, o registro de preços oferece agilidade e flexibilidade necessárias para garantir a prontidão e eficácia das operações policiais, ao mesmo tempo em que proporciona economia e eficiência na gestão dos recursos públicos.

Art. 116.Será adotado, preferencialmente, o SRP nas seguintes hipóteses:
I - quando, pelas características do objeto, **houver a necessidade de contratações sucessivas;**
II - **quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços a serem**

remunerados por unidade de medida ou por meio de regime de tarefa;
III - quando for conveniente a contratação de determinado objeto para atendimento a mais de um órgão ou entidade;
IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração Estadual.

20.4. Assim, verifica-se a vantajosidade em se utilizar o Sistema de Registro de Preços. De início, independe de previsão orçamentária, posto que a aquisição é futura e eventual, não havendo obrigatoriedade na contratação, razão porque a existência do recurso deve ser demonstrada apenas no momento da efevação da compra ou contratação.

20.5. A vantajosidade para a Administração Pública se verifica, também, na guarda e conservação dos materiais, sendo desnecessária a manutenção de grande quantitavo em estoque, já que a aquisição somente ocorrerá quando houver a demanda.

20.6. Por fim, evita-se, ainda, o fracionamento de despesa, pois, o Registro de Preços exige que a Administração realize um planejamento para o período de vigência da respectiva Ata, proporcionando, assim, considerável redução do número de licitações, uma vez que as aquisições ocorrerão de forma eficientemente rápida, pois a licitação já estará realizada, as condições de fornecimento estarão ajustadas, além de os preços e os respectivos fornecedores já estarem definidos, restando apenas ao fornecedor, entregar os produtos conforme as condições anteriormente ajustadas.

20.7. Sendo assim, diante dos fatos apresentados, a Secretaria de Estado de Segurança opta pela aquisição por meio de registro de preços.

21. **DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS**

21.1. Considerando que a presente licitação possui características específicas para as Forças de Segurança Pública, conforme detalhamento dos quais citamos:

- a) Grafismo especializado com a identificação das Forças de Segurança;
- b) Equipamentos como rádios e sinalizadores acústicos e visuais de uso restrito;
- c) Outros acessórios específicos para a atividade fim de cada Instituição..

21.2. Portanto, em conformidade com o [artigo 117, § 2º, incisos I e II, do Decreto Estadual nº 28.874/2024](#), dada a singularidade do objeto, resta dispensada a publicação da intenção de registro de preços.

22. **DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

22.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, tendo em vista que serviço a ser contratado não ser de alta complexidade e existir um grande número de potenciais prestadores do serviço no mercado, não havendo prejuízo a competitividade do certame.

23. **DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE COOPERATIVA**

23.1. Será vedado a parcipação sob forma de cooperativa, em caso de não observação das regras estabelecidas na legislação aplicável:

Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

24. **DECRETO ESTADUAL Nº 21.675/2017 (DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP)**

24.1. Por se tratar de uma Aquisição de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos caracterizadas como viatura, não poderá ser aplicado o art. 8ºdo Decreto Estadual nº 21.675/2017, conforme art. 10, inciso II:

Art. 10. Não se aplica o disposto nos argos 6º ao 8º quando:

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, jusficadamente;

24.2. Previsto também no inciso III, art. 49 da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

24.3. Visto que, sua divisão resultaria na perda da integridade, na falta de economia de escala e poderia levar a uma excessiva fragmentação de contratos, além de poder gerar a falta de interesse por parte dos fornecedores em fazer negócios com a administração, uma vez que a quantidade seria insuficiente, podendo ser impraticável tanto para a empresa contratada quanto para a administração.

25. **DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

- 25.1. Fica vedada a subcontratação do objeto licitatório nos termos do § 2º, art. 122 da Lei n. 14.133/21.
- 25.2. Além disso, a vedação da subcontratação assegura a responsabilidade direta da empresa contratada, facilitando o monitoramento e a cobrança de resultados, e evitando a diluição da responsabilidade entre diversas partes.
- 25.3. Portanto, é vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo, nos termos do § 2º, art. 122 da Lei n. 14.133/21.

26. **DA JUSTIFICATIVA PARA EXCLUSÃO DE PESSOAS FÍSICAS**

26.1. Em atenção ao art. 34, inciso XIV do Decreto Estadual nº 28.874/2024, justifica-se a exclusão de participação de pessoas físicas no presente processo, considerando que a Administração Pública tem a obrigação de garantir a segurança e a qualidade dos serviços que contrata. Em razão disso, é importante que os contratados tenham a capacidade técnica e a estrutura necessária para prestar o serviço de forma adequada. Desta forma, as pessoas físicas, em geral, não possuem a mesma capacidade técnica e estrutura que empresas especializadas, por isso, a participação de pessoas físicas na contratação pretendida pode colocar em risco a segurança e a qualidade dos serviços a serem prestados.

27. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

27.1. Os recursos orçamentários para atender a contratação estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA 2025 (LEI n.º5.982 de janeiro de 2025), referente ao exercício 2025. Possui Adequação de Indicação Orçamentária, conforme informações a seguir:

27.2. **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA**

- 27.2.1. Unidade Gestora: 150001;
- 27.2.2. Programa de Atividade: 2154
- 27.2.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.2.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001
- 27.3. **POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA**
- 27.3.1. Unidade Gestora: **150003**;
- 27.3.2. Programa de Atividade: 2087
- 27.3.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.3.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001
- 27.4. **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA**
- 27.4.1. Unidade Gestora: 150005;
- 27.4.2. Programa de Atividade: 4122
- 27.4.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.4.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001
- 27.5. **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA**
- 27.5.1. Unidade Gestora: 15014 FUNESBOM
- 27.5.2. Programa de Atividade: 2087
- 27.5.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.5.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001
- 27.6. **FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**
- 27.6.1. Unidade Gestora: 150004 CBM
- 27.6.2. Programa de Atividade: 2087
- 27.6.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.6.4. Fonte: 1.759.0.08026 / 2.759.0.08026 / 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001
- 27.7. **POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DO ESTADO DE RONDÔNIA**
- 27.7.1. Unidade Gestora: 150006;
- 27.7.2. Programa de Atividade: 2154
- 27.7.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 27.7.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.500.0.00001 / 2.501.0.00001
- 27.8. **FUNDO ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA**
- 27.8.1. Programa de Atividade: 06.181.2166.2269
- 27.8.2. Elemento de Despesa: 33.90.39.13
- 27.9. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 1.713.0.00001 / 2.713.0.00001
- 28. **DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO**

28.1. A contratação do objeto deste Termo de Referência será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, pelo critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, visando registro de preços, em sessão pública, e observará os preceitos de direito público, além dos dispositivos legais pertinentes, notadamente as normas e procedimentos administrativos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, da Lei Complementar nº 123/06 atualizada pela Lei Complementar 147/14, Decreto Federal nº 11.462/2023 e suas alterações.

28.2. A adoção do critério menor preço por lote busca o aproveitamento da escala econômica na contratação, facilitar a gestão e operacionalização contratual e promover maior uniformidade na prestação do serviço. Além disso, amplia-se a competitividade, permitindo aos licitantes optar por disputar apenas os lotes que tem maior capacidade de execução, evitando assim a exclusão de possíveis concorrentes que não conseguiriam fornecer todos os itens do objeto licitado.

29. **DO MODO DE DISPUTA**

29.1. Para o presente procedimento, com base no art. 42 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, especificamente no inciso XIII, bem como no art. 56 da Lei 14.133/21, o modo de disputa será o **ABERTO**, conforme as disposições do inciso I do referido artigo.

29.2. A escolha pelo modo de disputa aberto proporciona maior competitividade durante a fase de lances, permitindo que todos os licitantes acompanhem as ofertas apresentadas e possam apresentar lances sucessivos para redução dos preços. Isso fomenta a disputa direta entre os participantes, contribuindo para a obtenção do menor preço possível e para a melhor alocação dos recursos públicos.

30. **DA APRESENTAÇÃO DAS PLANILHAS E PROPOSTA DE PREÇOS**

30.1. A planilha exigida no ANEXO 11 do Termo de Referência deverá ser apresentada após a fase de lances, juntamente com a proposta de preços ajustada, conforme convocação do pregoeiro.

30.2. Planilha de custos e formação de preços: Após a fase de lances às empresas pela ordem de classificação do sistema, serão convocadas a apresentar proposta de preços ajustadas ao último lance ofertado, bem como às planilhas, conforme, modelo em ANEXO 11 do termo de Referência

30.3. A planilha de custos e formação de preços será analisada pelo setor competente da SUPEL, ou da Secretaria/Autarquia de Origem a fim de subsidiar a decisão do Pregoeiro de aceite ou recusa da proposta de preços do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar ou remanescentes;

30.4. Em atendimento aos princípios da eficiência e razoabilidade, bem como, as decisões relativas a retificação de planilhas de custos e formação de preços no transcurso da fase de aceitação da proposta de preços, será possibilitado a licitante convocada (vencedora na Fase de lances ou empresa remanescente) até o limite de 03 (três) oportunidades para retificação de sua planilha de formação de custos, a contar após à fase de lances, sendo que o (a) Pregoeiro (a) concederá o prazo de 24 (vinte e quatro horas), para que a licitante encaminhe os documentos via sistema (anexo).

- 30.5. Após às 03 (três) oportunidades de retificação, às planilhas que apresentarem erros (de qualquer natureza), serão desclassificadas pelo (a) pregoeiro (a).
- 30.6. As licitantes que deixarem de encaminhar suas Planilhas de custos e formação de preços, quando convocadas, serão desclassificadas.
- 30.7. As propostas serão submetidas à SESDEC, para verificação da conformidade do produto ofertado com as especificações constantes nesse Termo de Referência e parecer sobre a aceitabilidade das mesmas;
- 30.8. No documento de apresentação de proposta deverá constar declaração de que o concorrente tomou conhecimento integral do Termo de Referência, das legislações e regulamentos que regem o certame e de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do certame
- 30.9. As propostas apresentadas a dispensa eletrônica deverão ter prazo de validade mínimo de 90 (noventa) dias a partir da data de apresentação da proposta.
- 30.10. Nas propostas deverão constar o preço unitário e total para cada item, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas diretas e indiretas relacionados ao seu efetivo fornecimento, considerando custos com materiais, ferramentas, mão de obra, impostos, taxas, seguro, frete, transporte, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.
- 30.11. As propostas devem considerar integralmente as especificações técnicas comuns de cada item contido no termo de referência e Solicitação de aquisição de materiais e serviços - SAMS, não cabendo às proponentes quaisquer tipo de adaptação que promovam alterações nas especificações técnicas dos objetos
- 30.12. A proposta deverá ser apresentada em conjunto com a planilha de custos que deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão-de-obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro, participação percentual em relação ao preço final, dentre outros, conforme modelo constante no ANEXO 11.
- 30.13. A proposta será firme e precisa, sem alternativas de preços, sendo vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso ou subjetivo que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os licitantes ou induzir o julgamento a ter mais de um resultado;
- 30.14. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerado pleito de acréscimos, a esse ou a qualquer título;
- 30.15. Marca e modelo (se houver) serão informados obrigatoriamente na proposta de preços encaminhada, sob pena de desclassificação;
- 30.16. A proposta deverá ser apresentada acompanhada em anexo de PROSPECTO/FOLDER/CATÁLOGO/ENCARTES/FOLHETOS TÉCNICOS ORIGINAIS DO FRABRICANTE EM PORTUGUÊS OU LINKS OFICIAIS QUE O DISPONIBILIZEM, onde constem as especificações técnicas e a caracterização dos mesmos, permitindo a consistente avaliação dos itens.
- 30.17. Não serão válidos para análise cópia integral ipsis litteris das especificações técnicas do item 7 , objeto deste termo de referência, em papel timbrado da empresa, uma vez que tal prática não permite a consistente avaliação dos itens ofertados.
- 30.18. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem o disposto no respectivo Termo de Referência.
- 30.19. Será solicitada a apresentação do catálogo ou prospecto apenas do licitante provisoriamente colocado em primeiro lugar (Acórdãos 1598/2006 e 529/2013 do TCU).

31. **DA HABILITAÇÃO**

31.1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- 31.1.1. I - Cópia de RG e CPF do representante legal da empresa e do procurador, quando houver;
- 31.1.2. II - Cópia da Procuração, quando houver;
- 31.1.3. III - Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 31.1.4. IV - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual sejam expressos os poderes dos titulares para exercer direitos e assumir obrigações em nome da empresa;
- 31.1.5. V - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 31.1.6. VI - Decreto de autorização, em se tratando de empresa estrangeira.
- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.
- g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

31.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

31.3. **REGULARIDADE FISCAL**

31.3.1. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

31.3.2. **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

31.3.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto. O licitante deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

31.3.3. **Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

31.4. **Certidão de Regularidade do FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento

31.4.1. **Prova de inscrição** no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

31.4.2. **Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver, relava ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

31.4.3. **Certidão de Regularidade de Débito - CND**, relava às Contribuições Sociais fornecida pelo INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Seguridade Social, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

31.4.4. **Declaração de que atende o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, ou seja, de que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Será aceita declaração eletrônica, realizada no sistema de compras utilizado pelo Estado de Rondônia.

31.5. **REGULARIDADE TRABALHISTA**

31.5.1. **Certidão de Regularidade de Débito Trabalhista – CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

31.6. **RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

31.6.1. A qualificação técnica será exigida em conformidade o Art. 67 da Lei nº 14.133/21

Art. 67. A documentação relava à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

§ 4º Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora. § 5º Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos.

31.7. Para fins de aferimento da qualificação técnica, os licitantes interessados em participar do certame deverão apresentar comprovação de aptidão para fornecimento de bens similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emiidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

31.8. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os Atestados de Capacidade Técnica deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

31.9. Compatibilidade em características: o(s) atestado(s) deve(m) contemplar, individualmente ou em soma, a entrega de materiais/produtos condizentes com o objeto desta licitação, ou seja, locação de veículos tipo viaturas, conforme quadro do item 7 deste Termo de Referência.

31.10. O atestado deverá indicar os dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade ou valor.

31.11. Além de:

I - Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - Certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 Lei 14.133/2021;

III - Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - Registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

31.11.1. Na documentação de que trata relativo a qualificação técnica, não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

31.11.2. Em conformidade com inc. XXI do art. 37 da CF, fica ressalvado os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

31.11.3. A qualificação técnica será exigida em conformidade nos termos do (Art. 67 da Lei nº 14.133/21, art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/21; art. 37, inciso XXI da Constituição Federal), o licitante deverá apresentar Atestado(s) ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica, emitido por um terceiro em seu favor, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, comprovando sua aptidão de desempenho de atividade condizente com o objeto da respectiva licitação, considerando de no mínimo:

31.11.4. Para o lote 1: Parcela de maior relevância será sobre o item 8

31.11.4.1. Será admitida a exigência de atestados com compatibilidade de características e quantidades mínimas de até 20% (dez por cento) da parcela de maior relevância

31.11.5. Para o lote 2: Parcela de maior relevância será sobre o item 15

31.11.5.1. Será admitida a exigência de atestados com compatibilidade de características e quantidades mínimas de até 30% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância

31.11.6. Para o lote 3: Parcela de maior relevância será sobre o item 20

31.11.6.1. Será admitida a exigência de atestados com compatibilidade de características e quantidades mínimas de até 20% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância

31.12. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

31.12.1. Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos 90 (noventa) dias, caso não conste o prazo de validade.

31.12.2. As empresas que estejam em recuperação judicial ou em recuperação extrajudicial deverão apresentar certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

31.12.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando índices de Liquidez geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

31.12.4. Os documentos referidos neste tópico limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

31.12.5. Os documentos referidos neste tópico deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

31.12.6. Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) valor total estimado da contratação.

31.12.7. No caso de o licitante ser classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referenciais;

31.12.8. No caso de ser constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens em que o licitante esver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento à regra acima disposta;

31.12.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

31.12.10. As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21, sendo necessárias para garantir que a(s) vencedora(s) detenha(m) condições de garanr capacidade econômico-financeira para executar o futuro contrato.

31.13. **OUTRAS DECLARAÇÕES**

31.13.1. Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme inciso IV do artigo 63 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos Nº 14.133/2021;

31.13.2. Apresentar a Declaração de Ciência do Edital;

32. **DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

32.1. A vigência será de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura, prorrogáveis até o limite previsto no art. 107, da Lei n. 14.133/2021 e alterações.

32.2. A Contratada deverá assinar o presente CONTRATO cujas cláusulas acham-se neste definidas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da ciência da convocação, sobre a possibilidade de caracterizar descumprimento total da obrigação assumida;

32.3. O prazo concedido para assinatura deste CONTRATO poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da SESDEC/RO;

32.4. A recusa injustificada da adjudicatória em assinar o CONTRATO, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração da SESDEC/RO, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades, constantes neste CONTRATO;

33. **DA GARANTIA DO CONTRATO**

33.1. O adjudicatário, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará **garantia no valor correspondente a 5% do valor anual do Contrato**, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Termo, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

33.2. Caso seja exigida **garantia de execução contratual** e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 33.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

33.3. A inobservância do prazo contido no item 33.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até 30º dia de atraso.

33.4. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.

33.5. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

33.6. A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.

33.7. Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, esta não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

33.8. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.

33.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

33.10. Havendo acréscimo no valor contratual, o contratado deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente

33.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (dias) dias úteis, contados da data em que for notificada.

33.12. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

33.13. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

34. **DO REAJUSTE**

34.1. Com fundamento no Art. 154, § 2º d o Decreto Estadual 28.874/24, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como índice de reajustamento, com intervalo mínimo de 1 (um) ano a contar da data da apresentação da proposta. Essa medida visa à preservação da previsibilidade financeira, tanto para a Administração quanto para o contratado, a fim de evitar a necessidade de revisão contínua do orçamento, proporcionando estabilidade financeira ao contrato, o qual preserva o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes e reduz o risco de ajustes desnecessários e complexos no primeiro reajuste contratual."

34.2. A data base para o reajuste de preços será a apresentação da proposta, devido o preço ser definido pela contratada, observando a realidade de mercado no momento em que a proposta é elaborada.

34.3. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo, referente ao reajustamento de preços, sempre que este ocorrer, devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

- I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e
- II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

Art. 154 - § 8º É nula qualquer espulação de reajuste com periodicidade inferior a um ano.

Art. 156. A escolha do índice de reajuste observar-se-á o critério da especialidade e da setorialidade, analisando se para o objeto contratual há índice específico de reajuste.

34.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

34.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substuto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

34.6. Caso haja a prorrogação do contrato, o contratado deverá ressaltar expressamente sua pretensão ao reajustamento de preços previamente à prorrogação do contrato ou em termo aditivo, sob pena de preclusão, conforme art. 154 §3º do Decreto Estadual 28.874/24;

34.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

35. **RESCISÃO CONTRATUAL**

35.1. A Contratante poderá por ato unilateral, reduzida o termo e rescindir o contrato conforme os casos enumerados do Art. 137 da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021:

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

35.2. O Decreto Estadual Nº 28.874/2024 regulamenta a previsão da rescisão contratual em seu § 4º do Artigo 146, expressa o seguinte:

- [...]
- § 4º Caso a Pasta responsável pelo contrato opte por rescindir o contrato, na forma do art. 106, III e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a decisão deverá ser embasada em análise que leve em consideração eventuais prejuízos a serem ressarcidos ao particular

35.3. A Contratada poderá pedir a extinção do contrato nas hipóteses elencadas no Art. 137, § 2º da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021:

- § 2º O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);
- II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

- III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

35.4. A extinção do contrato seguirá os ditames expresso no Artigo 138 da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021, a seguir:

- Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:
- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
 - III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- § 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- § 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- I - devolução da garantia;
 - II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
 - III - pagamento do custo da desmobilização.

35.5. O Decreto Estadual Nº 28.874/2024 regulamenta a previsão de extinção do contrato pelo contratado em seu § 3º do Artigo 164, que expressa o seguinte:

- [...]
- § 3º O contratado deverá formular seu pedido de revisão previamente à prorrogação ou à extinção do contrato**, sob pena de preclusão, na forma do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021

35.6. Os demais casos omissos que surgirem serão avaliados pela Contratante que decidirá motivadamente na forma da lei, resguardando o direito de contraditório e ampla defesa da contratada.

36. **DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**

36.1. **LOCAL E FORMA DE ENTREGA**

36.1.1. Após o recebimento da Ordem de Fornecimento, a entrega total dos veículos será realizada pela CONTRATADA na capital (PORTO VELHO), no prazo de até 120 (cento e vinte) dias corridos, para fins de Recebimento Provisório e Definitivo. Posteriormente distribuídos na Capital e regionais do interior do Estado (GUAJARÁ-MIRIM, ARIQUEMES, JI-PARANÁ, CACOAL E VILHENA), nos endereços definidos nos escritórios com Garagem ou Pátios da empresa da CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

36.1.2. Os veículos, após o recebimento definitivo, serão distribuídos entre a SESDEC, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros Militar e a POLITEC, na capital e no interior do Estado, sendo cada instituição responsável para a retirada dos veículos nos Escritórios com Garagem ou Pátios da empresa da CONTRATADA, até as Unidades de Segurança, destino final dos veículos contratados.

36.2. **DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

36.2.1. O recebimento dos veículos, ficará sob a responsabilidade de uma COMISSÃO DE RECEBIMENTO, nomeada pelas unidades requisitantes: SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiro Militar e POLITEC, para fins de aprovação dos protótipos, Recebimento Provisório e Definitivo;

36.2.2. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, com a antecedência mínima de 72 horas, o local, horário e o(s) responsável(eis) pela entrega dos veículos à Comissão de Recebimento;

36.3. **DOS PROTÓTIPOS**

36.3.1. A CONTRATADA deverá apresentar 01 (um) protótipo do **item 10** e 01 (um) protótipo do **item 16** para efeito da verificação de conformidade, às exigências técnicas estabelecidas neste Termo e seus anexos, dos veículos a serem locados, em relação à qualidade, durabilidade, desempenho e funcionalidade dos veículos;

36.3.2. O prazo para apresentação será de 15 (quinze) dias corridos, contados da publicação do contrato, prorrogáveis por igual período, mediante apresentação de justificativa;

36.3.3. O local para entrega dos protótipos será na cidade de Porto Velho (capital) no endereço e horário a serem definidos, sendo que os custos e a responsabilidade para entregar os protótipos serão da empresa CONTRATADA;

36.3.4. A comissão emitirá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar data da vistoria, o RELATÓRIO DE APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO DOS PROTÓTIPOS;

36.3.5. Caso não seja aceita a apresentação dos protótipos, a comissão indicará no RELATÓRIO as alterações a serem sanadas pela CONTRATADA,

36.3.6. Havendo inadequações a serem corrigidas, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias corridos para a correção dos apontamentos;

36.3.7. Transcorrido o prazo de que trata o subitem anterior, a comissão fará nova vistoria para averiguação das alterações emitindo novo Relatório Final;

36.3.8. Os protótipos aprovados poderão ser considerados como unidades para futuras entregas que serão formalizados no Termo de Recebimento Definitivo. Nesse caso, a Contratada deverá retirar os protótipos aprovados para seu Escritório com Garagem ou Pátio;

36.4. **RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

36.4.1. Os veículos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos;

36.4.2. Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

36.4.3. Observadas as inadequações, a comissão emitirá no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar data da vistoria, listando todas as inadequações a serem corrigidas.

36.4.4. Após transcorrido o prazo de que se trata do subitem 36.4.2, a comissão fará nova vistoria para averiguação das alterações realizadas e terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para emissão do Termo de Recebimento Provisório;

36.5. RECEBIMENTO DEFINITIVO

36.5.1. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da emissão do Termo de Recebimento Provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo detalhado dos veículos.

36.5.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

36.6. DO CRONOGRAMA DE PRAZO:

ESPECIFICAÇÃO	PRAZOS
Apresentação Protótipos dos Itens solicitados na Ordem de Fornecimento.	Até 30 (trinta) dias corridos, prorrogado por até igual período, contados a período recebimento da Ordem de Fornecimento formalizada pela Coordenadoria de Administração e Finanças da SESDEC, após a assinatura do contrato
Elaboração do Termo de Recebimento Provisório dos Protótipos	02 (dois) dias úteis a contar da data da vistoria dos protótipos
Correção dos Protótipo	Até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data do Termo de Recebimento Provisório dos Protótipos
Elaboração do Termo de Recebimento Definitivo dos Protótipos	05 (cinco) dias úteis contados da data da vistoria
Elaboração do Termo de Recebimento Definitivo	02 (dois) dias úteis contados da data da vistoria de cada item da Ordem de Fornecimento.
Recebimento Definitivo dos Veículos.	120 (cento e vinte) dias corridos , a partir da aprovação do protótipo, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias corridos devidamente justificado e com o envio da solicitação de prorrogação com antecedência mínima de 20 (vinte) dias antes do encerramento do prazo

37. VEÍCULOS RESERVAS

37.1. A contratada deverá ter no mínimo 10% (dez por cento) de veículos reservas, com as mesmas características técnicas contidas neste instrumento, em número suficiente para comportar eventuais substituições por indisponibilidade (incluídas as movimentações para manutenções e revisões), de modo a garantir a continuidade do serviço, respeitado, todavia, o prazo de 24 (vinte e quatro) horas fixado para substituições nos municípios do interior e de 12 (doze) horas na capital, contadas a partir da comunicação formal.

37.2. Os veículos reservas substitutos deverão vir já com os equipamentos novos de rastreamento e, a depender do item, os rádios e comunicação já instalados, obedecendo todos os critérios descritos neste Termo de Referência bem como em seus anexos.

37.3. Considera-se parte integrante da viatura o conjunto de sinalização sonoro e luminoso, rádio e rastreador, sendo assim, em caso de defeito ou dano dos referidos equipamentos, será considerado um defeito na viatura, devendo ser igualmente substituída dentro dos prazos previstos no subitem 37.1.

37.4. Caso não sejam cumpridos os prazos estabelecidos, o gestor do contrato providenciará a glosa na medição da prestação do serviço

38. DEVOLUÇÃO DAS VIATURAS NO FIM DO CONTRATO

38.1. Imediatamente após o término de vigência do Instrumento Contratual, a SESDEC, Policia Militar, Policia Civil, Corpo de Bombeiro Militar e POLITEC, deverão interromper o uso dos veículos locados em razão da presente avença, que deve coincidir com o dia imediato após a data limite de vigência contratual.

38.2. O prazo para devolução dos veículos locados para a contratada será **em até 30 dias úteis**, a contar do término da vigência contratual, sem ônus para a CONTRATANTE.

38.3. Caberá às unidades vinculadas, nomear em suas regionais (**GUAJARÁ-MIRIM, ARIQUEMES, JI-PARANÁ, CACOAL E VILHENA**), **sub-comissões**, com no mínimo 03 (três) servidores, que ficarão encarregados do recolhimento, conferência e devolução das viaturas à CONTRATADA, em seus respectivos Escritórios, Garagens ou Pátios das regionais, emitindo **Checklist de devolução** que seguirá devidamente assinado pelas referidas **sub-comissões** e pelo representante da CONTRATADA (recebedor).

38.4. A CONTRATANTE, no ato da devolução do veículo à CONTRATADA, deverá fazê-lo com os reservatórios (principal e auxiliar) abastecidos com, no mínimo, ¼ (um quarto) de sua capacidade máxima e com o mesmo tipo de combustível que recebeu da CONTRATADA

38.5. No dia da devolução dos veículos não será cobrado o valor da diária.

39. RENOVAÇÃO DA FROTA

39.1. Os veículos deverão ser obrigatoriamente substituídos por outros VEÍCULOS NOVOS (0 KM) após 30 (trinta) meses, ou quando completados 150.000 (cento e cinquenta mil) quilômetros rodados, o que ocorrer primeiro. A contagem do prazo inicia-se da entrega definitiva dos veículos.

39.2. A contratada terá o prazo de 90 (noventa) dias para a substituição total dos veículos:

a) contados do dia que completar o 30º (trigésimo) mês, conforme assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

b) ou, contados a partir da notificação à empresa, pelo Fiscal/Gestor de Contrato, quando atingida a quilometragem de 150.000 (cento e cinquenta mil) rodados.

39.3. Vencido os 90 (noventa) dias para realização da substituição da frota, caso a empresa não tenha realizado, será descontado 0,5% (meio por cento) do valor mensal da locação, ao dia por cada veículo que não for substituído.

39.4. Os itens de sinalização, comunicação, rastreamento e cela poderão ser transferidos para os novos veículos desde que sejam revitalizados.

40. DO ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DO CONTRATO

40.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

40.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

40.3. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

40.4. A ausência de comunicação por parte da Contratante referente à irregularidades ou falhas, ou qualquer omissão total ou parcial da Comissão ou fiscalização do contrato não eximirá a Contratada de sua plena responsabilidade pela execução do objeto contratado, nas condições previstas neste Termo de Referência, determinadas no Contrato.

40.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico (Lei nº 14.133/2021, art. 12, VI).

40.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

40.7. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

40.8. **Do procedimento(s) de fiscalização:**

40.8.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos art. 117 da Lei nº 14.133/21 e Seção VII e VIII do Decreto nº 28.874/24.

40.8.2. Em relação a Estruturação da fiscalização dos Contratos, temos a definição de três figuras quanto a regulamentação das contratações públicas no Estado, seguindo os preceituados dos artigos da Seção VIII do Decreto nº 28.874/24:

a) **Fiscal técnico:** Responsável por acompanhar a execução do contrato sob o aspecto técnico, garantindo que o objeto seja entregue conforme as especificações técnicas e prazos estabelecidos.

b) **Fiscal administrativo:** Encarregado de acompanhar a execução do contrato sob o aspecto administrativo e financeiro, verificando o cumprimento das cláusulas contratuais e a regularidade dos pagamentos.

c) **Fiscal setorial:** Profissional com conhecimento específico da área do objeto contratado, atuando como consultor técnico para os demais fiscais.

40.9. Nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da referida Lei.

40.10. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

40.11. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

40.12. A avaliação será considerada pela Contratante para julgar a necessidade de solicitar à Contratada que melhore a qualidade dos serviços, para decidir sobre a conveniência de renovar ou, qualquer tempo, rescindir o Contrato ou, ainda, para fornecer, quando solicitado pela Contratada, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacidade técnica em licitações públicas.

40.13. A Contratante, por meios do fiscal e do gestor do contrato realizará mensalmente a avaliação da qualidade dos serviços e dos resultados concretos por meio dos Índice de Medição de Resultados (IMR).

41. **DO PAGAMENTO**

41.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária e depósito em conta bancária informada pela Contratada, conforme disposto no Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024, vejamos:

Art. 190 O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis. (Grifamos).

§ 1º O decurso do prazo previsto para o pagamento, constitui a Administração em mora, devendo automaticamente ser incluído no valor devido ao contratado os encargos financeiros da mora.

§ 2º Em caso de atraso por parte da Administração, caso a soma dos prazos de recebimento ou medição e de pagamento ultrapasse o prazo regular, aplica-se o § 1º deste artigo.

§ 3º O pagamento em atraso de maneira reiterada ou deliberada sujeita o agente público responsável pelo atraso às penalidades previstas na legislação.

41.2. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do art. 190 do Decreto Estadual nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024 fluirá a partir da respectiva regularização;

41.3. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas e instruídas Conforme disposto no art. 188 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024, a qual citamos a seguir:

Art. 188. As solicitações de pagamento deverão ser formalizadas pelo contratado por meio de pedido subscrito pelo seu representante legal, indicando o número do contrato administrativo e os dados para pagamento, instruído com os seguintes documentos:

I - nota fiscal, fatura ou documento equivalente que ateste o cumprimento do objeto, indicando o valor e o período da prestação do serviço ou do fornecimento;

II - certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;

III - certidão de regularidade previdenciária e trabalhista, além dos documentos comprobatórios do cumprimento das respectivas obrigações nos termos do art. 24 deste Decreto, nos casos de contrato de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva (ou predominante) de mão de obra;

IV - comprovante de cumprimento de obrigações previdenciárias, nos casos de contratos de obra;

V - medição realizada pela fiscalização do contrato, nos casos de obra e serviços de engenharia, e de contratos submetidos ao referido regime de pagamento por medição; [...]

§ 3º Em caso de não cumprimento do inciso II, o contratado deverá ser instado a se manifestar sobre a possibilidade de compensação do crédito com o débito existente, caso em que os autos deverão ser remetidos ao órgão fazendário para as providências cabíveis, com prévia oitiva da Procuradoria - Geral do Estado em caso de débito inscrito em dívida ativa.

§ 4º Em caso de não concordância com a compensação, imediatamente após o pagamento da contraprestação, os autos deverão ser remetidos à Procuradoria-Geral do Estado para adoção das providências cabíveis para recuperação do crédito estadual.

§ 5º Em caso de não cumprimento dos incisos III e IV, o pagamento deverá ser retido até a regularização, observadas as diretrizes fixadas neste Decreto.

41.4. Sem prejuízo dos demais requisitos para efeito de pagamento, observar-se-á o seguinte:

41.4.1. Pelo fiel e perfeito execução do serviço constante neste Termo de Referência, a SESDEC/RO realizará o pagamento mediante a entrega da nota fiscal, que corresponderá ao valor do serviço contratado e entregue;

- 41.4.2. Diante da conferência, a Nota Fiscal será atestada pela Comissão e/ou servidor designado, conforme disposto nos artigos 115 e 117 da Lei de Licitações e Contratos Administrativo Nº 14.133/2021, comprovando a execução do serviço contratado;
- 41.4.3. A SESDEC/RO poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Termo de Referência;
- 41.4.4. A CONTRATADA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, o número e nome do banco, agência e número da conta, na qual deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária;
- 41.4.5. A SESDEC/RO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;
- 41.4.6. **A Nota Fiscal deverá ser emitida observando-se os dados da CONTRATANTE, tais como Nome e CNPJ da SESDEC/RO;**
- 41.4.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da CONTRATADA;
- 41.4.8. O pagamento efetuado à CONTRATADA não a isentará de suas responsabilidades vinculadas, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia do serviço, caso seja necessário a troca;
- 41.5. Acompanhada da Nota Fiscal, a empresa CONTRATADA deverá apresentar as Certidões abaixo elencadas, válidas:
- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
 - b) Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
 - c) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
 - d) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
 - e) Certificado de Regularidade do FGTS;
 - f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440/2011).
- 41.6. Todas as Certidões acima referenciadas poderão ser “Certidão Positiva com efeitos de Negativa”. A contratada fica obrigada a cumprir plenamente o previsto no **Art. 121, da Lei de Licitações e Contratos Administrativo Nº 14.133/2021;**
- 41.7. A empresa Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação exigida na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta; em atendimento ao art. 92, inciso XVI, da Lei de Licitações e Contratos Administrativo Nº 14.133/2021;
- 41.8. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, deverá ser observado o disposto no Art. 190, § 1º, 2º e 3º do Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024.
- 41.9. Do valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I, \text{ sendo:}$$
$$EM = \text{Encargos moratórios;}$$
$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;}$$
$$VP = \text{Valor da Parcela a ser paga}$$
$$I = \text{Índice de compensação financeira, assim apurado:}$$
$$I = (TX/100)/365$$
$$TX = \text{Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA}$$

- 41.10. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 41.11. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;
- 41.12. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.
- 41.13. Deverá ser observada a ordem cronológica para pagamento, conforme estabelecido no Decreto Estadual nº 28.874 de 25/01/2024, como segue:

- Art. 191. Os pagamentos deverão observar a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias:
- I - fornecimento de bens;
 - II - locações;
 - III - prestação de serviços;
 - IV - realização de obras.

42. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 42.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 42.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 42.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 42.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 42.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- 42.6. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 42.7. Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 42.8. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos

ilícitos de sua competência;

42.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

42.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

43. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

43.1. Executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

43.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

43.3. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

43.4. Manter os canais de comunicação atualizado junto a SESDEC (e-mail, telefone fixo, whatsapp, endereço e outros);

43.5. Verificar os e-mails diariamente, tendo em vista que os prazos para as tratativas com a empresa serão contados do envio dos documentos no e-mail oficial da empresa;

43.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

43.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

43.8. Zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

43.9. Apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

43.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

43.11. Atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

43.12. Instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

43.13. Instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibidos de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

43.14. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

43.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

43.16. Manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

43.17. Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de Rondônia, conforme legislação vigente;

43.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

43.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

43.19.1. Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

43.19.2. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

43.19.3. Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

43.19.4. Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

43.19.5. Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

43.19.6. Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis;

43.20. A contratada deverá manter junto à Contratante um preposto para acompanhar as atividades;

43.21. A contratada deverá possuir agência de atendimento no município de PORTO VELHO com garagem ou pátio e com funcionamento de segunda-feira a sábado, no horário comercial, assim como, uma central de atendimento com discagem para assistência de 24 (vinte e quatro) horas, devendo ainda informar nome, endereço da agência de atendimento

43.22. Dispor de escritório comercial ou preposto para atendimento das viaturas nas cidades de GUAJARÁ- MIRIM, ARIQUEMES, JI-PARANÁ, CACOAL E VILHENA, cuja atribuição é a de se relacionar, resolver problemas locais e no interior, a gestão física da frota e outros pertinentes;

43.23. Apresentar a relação inicial de toda a sua rede de assistência técnica credenciada, contendo os endereços das oficinas e contatos dos responsáveis, devendo ainda, encaminhar a CONTRATANTE, qualquer atualização quanto ao credenciamento de novas oficinas;

43.24. Apresentar mensalmente, a relação em mídia de todos os sinistros ocorridos com os veículos locados no mês de referência, devendo conter no mínimo a identificação do veículo sinistrado, unidade a qual o veículo pertence e data do sinistro ocorrido

43.25. Implantar e manter o sistema de gestão de frota atualizado;

- 43.26. Garantir a integridade e segurança das informações registradas no sistema;
- 43.27. Entregar todos os veículos com os documentos, chaves e equipamentos de segurança ao responsável pela gestão do contrato;
- 43.28. Entregar os veículos em perfeitas condições de funcionamento e uso com documentação atualizada, licenciadas pelo DETRAN;
- 43.29. Responsabilizar-se pelo pagamento das taxas de licenciamento anual compreendendo: SEGURO OBRIGATÓRIO, LICENCIAMENTO ANUAL e TAXAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e também ao 1º EMPLACAMENTO o qual abrange: VISTORIA, EMISSÃO DE CRLV, LACRE DE PLACA E TARJETA e AUTORIZAÇÃO PARA CONFEÇÃO DE PLACAS E TARJETAS, mantendo anualmente todos os veículos regularizados e em dia com o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN na Capital do Estado de Rondônia;

44. **SANÇÕES**

- 44.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155, Inciso I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, da Lei nº 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.
- 44.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.
- 44.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Termo de Referência e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e no CAGEFIMP - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual.
- 44.4. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial da multa.
- 44.5. As multas previstas não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.
- 44.6. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.
- 44.7. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.
- 44.8. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do art. 155, da Lei nº. 14.133/2021:
- Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

 - I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III - dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 44.9. Segundo o art. 156, da Lei nº 14.133/2021, serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:**
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- § 2º** A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- § 3º** A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.**

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e **impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.**

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

44.10. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídas graus, com percentuais de multas conforme a tabela formulada pela PGE/RO a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	06	4 % por dia
2	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso, por ocorrência;	06	4 % por dia
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05	3,2% por dia
4	Destruir ou danificar documentos por dolo de seus agentes, por ocorrência;	05	3,2% por dia
5	Recusar-se a executar o serviço determinado pela fiscalização sem motivo justificado, por ocorrência;	04	1,6% por dia
6	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, por ocorrência;	02	0,4 por dia
7	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de materiais, por ocorrência;	02	0,4 por dia
8	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03	0,8% por dia
9	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE, por empregado e por dia.	03	0,8% por dia

*Incidente sobre o valor inadimplido do contrato

44.11. Para os itens a seguir, a multa será atribuída quando a CONTRATADA deixar de

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1	Cumprir prazo previamente estabelecido para execução de serviços, por dia;	02	0,4% por dia
2	Efetuar o pagamento de seguros, encargos, fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência;	05	3,2% por dia
3	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização, por ocorrência;	03	0,8% por dia
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, por ocorrência;	03	0,8% por dia
5	Iniciar os serviços nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato, por serviço e por ocorrência;	02	0,4% por dia
6	Disponibilizar os equipamentos, sistema, estabelecimentos credenciados, em número mínimo, treinamento, suporte e demais necessários à realização dos serviços do escopo do contrato, por ocorrência;	02	0,4% por dia
7	Disponibilizar equipe de profissionais completa conforme determinado para execução do serviço, por dia;	02	0,4% por dia
8	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em veículos, equipamentos, dados etc.;	02	0,4% por dia
9	Realizar os serviços solicitados e de entregar os respectivos produtos, por tipo e por ocorrência;	02	0,4% por dia
10	Manter a documentação de habilitação atualizada, por item e por ocorrência;	01	0,2% por dia
11	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, por ocorrência;	02	0,2% por dia
12	Fornecer suporte técnico à contratante, por ocorrência e por dia;	01	0,2% por dia
13	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do órgão, por funcionário e por dia.	01	0,2% por dia

44.12. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

44.13. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua inmação;

44.14. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias

conhecidos e inmará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de inmação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

44.15. Em órgão ou endade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste argo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou endade;

44.16. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da inmação;

44.17. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impernentes, desnecessárias, protelatórias ou intempesvas;

44.18. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste argo; ·
- II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; ·
- III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrava.

44.19. Deve ser observada a Lei nº 4.007, de 28 de março de 2017, que dispõe sobre a adoção do juízo arbitral para solução de ligio em que o Estado de Rondônia seja parte e dá outras providências." ou eleger Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir os possíveis ligios que decorrerem do presente procedimento licitatório.

45. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

45.1. **Vigência:**

45.1.1. O prazo de validade da ata de registro de preço será de 12 meses, a partir da publicação no Diário Oficial Estadual, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual 28.874/2024;

45.1.2. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços (ARP), atendidas as condições previstas no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas, conforme o prevê o disposto no Enunciado nº 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal e entendimento firmado pela Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia, constante no Despacho sob o ID 0059908783, proferido no bojo do Processo SEI nº 0010.005101/2024-33. Tal renovação estará condicionada à demonstração da vantajosidade, da necessidade pública e da manutenção das condições originalmente pactuadas.

45.2. **Das Obrigações do Órgão Gerenciador:**

45.2.1. A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços

45.2.2. O gerenciamento da Ata se dará em consonância com os termos do art. 122 do Decreto Estadual nº 28.874/24:

Art. 122.Caberá ao órgão gerenciador, órgão competente para operacionalizar os procedimentos licitatórios no âmbito da Administração Pública, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, e ainda o seguinte:

- I - realizar o procedimento de intenção de registro na forma do art. 124;
 - II - consolidar todas as informações relativas a estimativa individual e total de consumo encaminhadas pelos órgãos participantes para atender aos requisitos de padronização e racionalização;
 - III - elaborar o projeto básico ou termo de referência do registro de preços fruto da intenção;
 - IV - promover todos os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório de intenção de registro de preços;
 - V - realizar levantamento de mercado e pesquisa de preço ampla e diversificada para elaboração da estimativa orçamentária, devendo zelar pela maior amplitude possível das fontes pesquisadas;
 - VI - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;
 - VII - realizar todo procedimento licitatório, bem como os atos dele decorrentes;
 - VIII - gerenciar a ata de registro de preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos participantes;
 - IX - conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na ata de registro de preços;
 - X - analisar as solicitações de adesão formuladas pelos órgãos não participantes;
 - XI - zelar pela observância dos limites individual e global para adesão;
 - XII - divulgar o conteúdo do edital, da ata de registro de preços, os eventuais contratos e termos aditivos, na Imprensa Oficial, no sítio eletrônico do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme as diretrizes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- § 1ºA análise das solicitações de adesão deverá ser precedida de levantamento de mercado e pesquisa de preço para aferição do valor do objeto registrado com base no quantitativo resultante da adesão, apresentado por ato próprio da unidade aderente.
- § 2ºA constatação de preço mais vantajoso em decorrência da pesquisa referida no parágrafo anterior, identificada e informada pela unidade de origem, acarretará a necessidade de repactuação do preço registrado.
- § 3ºNão havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador não autorizará a adesão.

45.3. **Das Obrigações do Órgão Detentor:**

45.3.1. Caberá ao Orgão detentor do Registro de Preços, observar as disposições do Art. 123, do Decreto Estadual 28.874/2024, a saber:

- Art. 123. O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua respectiva requisição de objeto, adequada ao registro de preço do qual pretende fazer parte, devendo ainda:
- I - garantir que todos os atos inerentes ao procedimento para sua inclusão no registro de preços a ser realizado estejam devidamente formalizados e aprovados pela autoridade competente;
 - II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório;
 - III - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive as respectivas alterações porventura ocorridas, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições, logo após concluído o procedimento licitatório;
 - IV - promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter indicação do fornecedor, dos respectivos quantitativos e dos valores a serem praticados, encaminhando posteriormente as informações sobre a contratação efetivamente realizada;
 - V - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto a valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem quanto a sua utilização;
 - VI - zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, pelo mesmo, das obrigações contratuamente assumidas e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do

descumprimento de cláusulas contratuais; e
VII - informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas em edital, firmadas na ata de registro de preços, as divergências relativas à entrega, às características e à origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços.

45.4. **Do Registro de mais de um Fornecedor**

45.4.1. Conforme previsão expressa na Lei 14.133/2021 e Decreto Estadual 28.874/2024:

Lei 14.133:

Art. 82, inciso VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

Decreto Estadual 28.874/2024:

Art. 131 - Após a definição do preço final do licitante vencedor, o agente da contratação deverá verificar com os demais licitantes se aceitam cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, para formação de cadastro de reserva, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

45.4.2. Será permitido o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que ofereçam o objeto no mesmo preço do licitante vencedor. Desta forma, caso existam eventuais problemas no fornecimento pelo primeiro classificado poderão ser supridos pelos fornecedores registrados sequencialmente.

45.5. **Alteração da Ata:**

45.5.1. Conforme previsto na Lei 14.133/2021 e na Subseção VIII, Das Alterações da Ata de Registro de Preço, do Decreto Estadual 28.874/2024, o preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

45.5.2. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

45.5.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

45.5.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

45.5.5. Conforme Art 135. Decreto Estadual 28.874/2024:

Art 135. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante requerimento devidamente instruído com a comprovação de fato superveniente que tenha ensejado a elevação dos preços que inviabilize o cumprimento das obrigações contidas na ata, desde que observados os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

§ 1º A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

§ 2º Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

§ 3º Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

§ 4º Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

§ 5º Como alternativa à atualização prevista no parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de qualquer penalidade.

§ 6º Liberado o fornecedor na forma do parágrafo anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado.

§ 7º Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

§ 8º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

45.6. **Do Cancelamento da Ata:**

45.7. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

45.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

45.7.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

45.7.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 133, § 2º, do Decreto nº 78.874, de 2024; ou

45.7.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

45.8. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

45.9. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

45.10. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 133, § 2º, do Decreto nº 78.874, de 2024; ou

45.11. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

45.12. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poder, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

45.13. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

45.14. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

45.15. Nos termo do **Art. 136, do Decreto 28.874/24**, O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

- Art. 136. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:
- I - for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;
- II - o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;
- III - o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;
- IV - estiverem presentes razões de interesse público; e V - restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.
- § 1º O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.
- § 2º O disposto no § 3º do art. 139 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

45.16. **Do Remanejamento das Quantidades Registradas na ata de Registro de Preços**

45.16.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou/e as entidades participantes do registro de preços.

45.16.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante;

45.16.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

45.16.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

45.17. **Das Contratações Futuras**

45.17.1. Nas licitações com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras serão realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo.

45.17.2. As contratações futuras de(s) item(ns) específico(s) constante(s) de GRUPO DE ITENS, exigirá nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei 14.133/2021:

a) prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade

45.17.3. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital de Licitação, neste Termo de Referência e seus Anexos.

45.18. **Da Adesão a Ata de Registro de Preços**

45.19. Não será permitida a Adesão a Ata de Registro de Preços oriunda deste certame, visto que, a presente demanda foi elaborada para atender às necessidades específicas desta Secretaria, com especificações técnicas e ajustadas à sua realidade , sendo, portanto, inadequada a sua extensão para adesões por outras unidades ou entidades, que podem possuir demandas ou especificações distintas.

46. **DOS ÓRGÃOS PARTÍCIPE**

- 46.1. POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - UG 150003
- 46.2. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA - UG 150005
- 46.3. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA - UG 150004
- 46.4. FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - UG 15014
- 46.5. FUNDO ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA - UG 15017
- 46.6. POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DO ESTADO DE RONDÔNIA - UG 150006

47. **DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE**

47.1. A simples entrega do(s) objeto(s), não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo órgão participante e respectivas comissões de recebimento.

47.2. Os veículos entregues em desacordo com o edital e seus anexos, serão rejeitados pela CONTRATANTE.

48. **DOS PREÇOS DIFERENTES**

48.1. A Lei de Licitações e Contratos Administrativos Nº 14.133/2021 prevê a possibilidade de preços diferentes nas licitações pelo Sistema de Registro de Preços -SRP, conforme Artigo 82 a seguir:

- Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:
- III - a possibilidade de prever preços diferentes:
- a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
- b) em razão da forma e do local de acondicionamento;
- c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

48.2. Considerando que o objeto em epígrafe não se amolda a nenhum dos casos, não será permitida a previsão de preços diferentes.

49. **DA MATRIZ DE RISCO E RESPONSABILIDADE**

49.1. A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

49.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos (0061293886) – ANEXO 1 do Termo de Referência.

49.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos (0061293886) – ANEXO 1 do Termo de Referência.

50. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

50.1. A Contratada deverá adotar todas medidas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 garantindo a proteção dos dados pessoais por meios digitais da pessoa natural e da pessoa jurídica seja de direito público ou privado, tendo como objetivo principal assegurar os direitos fundamentais de liberdade e da privacidade e o seu livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

51. DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

51.1. A Contratada deve promover:

51.1.1. Práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 economizando energia, gás, água, assim como separar seletivamente os resíduos oriundos da prestação dos serviços;

51.1.2. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

51.1.3. Treinamento relativo à eco condução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

51.1.4. Fornecimento aos seus empregados de equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

51.2. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resoluções CONAMA, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

51.2.1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizam sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06 /2005, e legislação correlata;

51.2.2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

51.2.3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;”

51.3. Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

51.4. A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.”

51.5. Os veículos fornecidos deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02 /1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata, bem como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

51.6. A CONTRATADA deverá observar os critérios de sustentabilidade previstos no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União](#)

52. DOS CASOS OMISSOS

52.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

53. OUTRAS DISPOSIÇÕES

53.1. Certifica-se que esta Secretária de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC atende ao princípio da segregação de funções, conforme art. 7º, §1º, da Lei 14133/21 e art. 12 do Decreto 11246/22.

53.2. Conforme a Lei 14.133/24 no art.48 inciso VI, fica vedado a exigência que constitua intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

53.3. Conforme parágrafo único do art. 48 da Lei 14.133/24 , durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

54. DO FORO

54.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho - RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes à Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme Art. 92, § 1º da Lei de Licitações e Contratos Administrativo nº 14.133/2021.

55. ANEXOS

55.1. Fazem parte deste Termo de Referencia os seguintes anexos, sendo dele parte integrante:

55.1.1. ANEXO 1 - MATRIZ DE RISCO (0061293886)

55.1.2. ANEXO 2 - RASTREADOR VEICULAR (0061293957)

55.1.3. ANEXO 3 - RÁDIO TRANSECTOR (0061294022)

55.1.4. ANEXO 4 - SINALIZAÇÃO VISUAL E ACÚSTICA (0061294067)

55.1.5. ANEXO 5 - CÂMERAS EMBARCADAS (0061294104)

- 55.1.6. ANEXO 6 - COMPARTIMENTO TRANSPORTE CÃES (0061294141)
- 55.1.7. ANEXO 7 - COMPARTIMENTO TRANSPORTE CUSTODIADO (0061294246)
- 55.1.8. ANEXO 8 - COMPARTIMENTO TRANSPORTE DE CADÁVERES (0061294305)
- 55.1.9. ANEXO 9 - OUTROS ACESSÓRIOS (0061294353)
- 55.1.10. ANEXO 10 - GRAFISMO E PLOTAGEM (0061294583)
- 55.1.11. ANEXO 11 - PLANILHAS DE CUSTOS (0059373954)
- 55.1.12. ANEXO 12 INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO -IMR (0061294686)

Porto Velho, data e hora do sistema.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL
Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO
Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

RAFAEL MOTA BRITO
Gerente de Compras da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO
Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA
Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA
Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA
Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL
Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MOTA BRITO, Gerente**, em 30/09/2025, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 30/09/2025, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/09/2025, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/09/2025, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/09/2025, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO, Gerente**, em 30/09/2025, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/10/2025, às 07:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/10/2025, às 07:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0064922005** e o código CRC **BF1DE0EA**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

MATRIZ DE RISCOS

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para Contratação de Serviço de Locação de Veículos Operacionais destinados a atender à SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Politec na capital e interior do Estado, conforme especificações, condições gerais de fornecimento e execução contidas no presente Termo de Referência e anexos, pelo período de 60 meses.

Identificação				5. Avaliação			Tratamento ao Risco	
1.Fase	2. Eventos de Risco	3. Causas	4. Consequências	Probabilidade (P)	Impacto (I)	6. Nível de Risco (P) x (I)	7. Resposta ao evento do Risco	8. Responsável
Planejamento	Inadequações ao definir o objeto a ser contratado quando da elaboração do documento de origem da demanda.	Erros ao descrever o objeto no documento de origem da demanda.	Contratação de objeto que não atende as necessidades	2	3	6	Estudos preliminares pormenorizados Análise prévia do gestor e autoridade competente	Contratante
Planejamento	Erros nas estimativas dos valores da prestação de serviços de locação de veículos.	Imprecisão dos quantitativos e elaboração incorreta do orçamento previsto. Flutuação dos preços de mercado.	Super ou subfaturamento de serviços.	2	3	6	Orçamento elaborado pelas áreas técnica e demandante da Secretaria	Contratante
Seleção de Fornecedores	Falta de critérios de habilitação	Empresa inapta para a prestação dos serviços	Descontinuidade ou serviço de baixa qualidade	1	3	3	Planejar a contratação com critérios de participação	Contratante
Seleção de Fornecedores	Licitação deserta	Excesso de condições que fogem da prática de mercado	Atraso na disponibilização do serviço	1	3	3	Planejar a contratação com base em contratações similares e com a prática de mercado	Contratante
Seleção de Fornecedores	Falta de fornecedores	Forma de prestação de serviço fora da realidade de mercado, com condições excessivas e desnecessárias	Atraso na disponibilização do serviço	1	3	3	Planejar a contratação, evitando excesso condições que restrinjam a competição	Contratante
Seleção de Fornecedores	Impugnação da licitação	Definições incorretas e ou imprecisas do objeto e das exigências presentes nos instrumentos convocatórios.	Paralisação do processo licitatório até a regularização. Atraso na contratação do objeto.	2	3	6	Irrestrita observância aos Normativos e Princípios que regem os procedimentos licitatórios.	Contratante
Gestão do Contrato	Incapacidade de execução do contrato	Falta de estrutura física e mão de obra	Execução de serviços com qualidade inferior à exigida	2	4	8	Definição de níveis de serviços com critérios objetivos de avaliação	Contratante
Gestão do Contrato	Acidente veicular grave durante o percurso.	Imprudência e falta de zelo pelos próprios no trânsito. Falta de manutenção veicular devida pela contratada.	Risco de acidentes e perdas de vidas.	1	5	5	Análise regular dos documentos dos veículos a serem utilizados; bem como as dos condutores.	Contratante/Contratada
Gestão do Contrato	Falhas na fiscalização dos serviços	Falta de fiscalização e cobranças da	Prejuízos a contratante.	3	4	12	Treinamento e equipe de fiscalização	Contratante

	previstos em Contrato.	contratante junto a contratada decorrente do descumprimento contratual.	Inadimplemento contratual.				capacitada; processo específico para fiscalização	
Gestão do Contrato	Apreensão de veículos da contratada por motivo de irregularidades na documentação. Documentos irregulares do condutor.	Falta de observância a legislação vigente quanto aos documentos dos veículos e do condutor	Impossibilidade do cumprimento contratual	1	5	5	Análise da documentação dos veículos a serem utilizados e também a do condutor.	Contratada
Gestão do Contrato	Não manter durante a vigência do contrato; e, numa eventual prorrogação, as condições estabelecidas, exigidas contratualmente.	Desatenção. Problemas financeiros. Imprevistos. Problemas internos de gestão da contratada. Irregularidade perante os órgãos pertinentes: INSS, Receita Federal, órgãos estaduais, entre outros.	Atraso em pagamentos estabelecidos em contrato. Encerramento antecipado do contrato. Aplicação de penalidades contratuais. Não prorrogação contratual.	1	2	2	Desempenhar os serviços com zelo e diligência. Práticas regulares em gestão de pessoas, capacitação, treinamento, qualidade dos serviços prestados e controle operacional.	Contratada
Gestão do Contrato	Indisponibilidade de Veículos na data prevista.	Frota inteiramente alugada. Imprevistos mecânicos, sem alternativa de substituição.	Prejuízo ou não realização das atividades em campo.	2	4	8	Acompanhamento da previsão de disponibilidade da frota e sua devida manutenção	Contratada

1. Definição do risco nas fases de Planejamento da Contratação, Seleção de Fornecedores e Gestão de Contratos.
2. O evento de risco é incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.
3. Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.
4. Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.
5. A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela

abaixo:

Escala de Probabilidade (P) – Associada às chances do risco correr		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência.	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	5

Escala de Impacto (I) – Associada às consequências no caso do risco ocorrer		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixa	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixa	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Média	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alta	Impacto signficante nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alta	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

- 1.2. Após o resultado do cálculo da probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

Nível de Risco	
1 a 2	Baixo
3 a 6	Médio
8 a 12	Elevado
15 a 25	Extremo

- 1.3. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para tratamento do risco identificado.
- 1.4. Identificar o responsável ou responsáveis pela ação proposta, se é o contratado ou a contratante.

Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO
Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA
Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM
Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM
Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA
Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA
Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL
Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061293886** e o código CRC **B68EF056**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

RASTREADOR AVL E SATELITAL

1. **REGIÕES SEM COBERTURA E INDISPONIBILIDADE DE DADOS MÓVEIS, APLICAR GPS**
- 1.1. **Tecnologia e Cobertura:**
 - 1.1.1. Rastreadores híbridos 4G/Satélite, garantindo cobertura contínua em áreas urbanas e remotas
 - 1.1.2. GNSS de alta precisão para localização exata dos veículos
 - 1.1.3. Sensores avançados para monitoramento de ignição, movimento, temperatura (opcional) e outros parâmetros relevantes
 - 1.1.4. Bateria de backup de longa duração , assegurando funcionamento em caso de falha na bateria do veículo.
- 1.2. **Plataforma e Acesso:**
 - 1.2.1. Acesso via web com interface intuitiva e personalizável
 - 1.2.2. Perfis de acesso com níveis hierárquicos , garantindo controle preciso das informações
 - 1.2.3. Visualização em tempo real da localização dos veículos em mapas detalhados
 - 1.2.4. Histórico de posições com retenção de dados por, no mínimo, 1 ano
 - 1.2.5. Ferramentas de geofencing (cercas virtuais) com alertas personalizáveis
 - 1.2.6. Emissão de relatórios completos em PDF e XML , incluindo histórico de rotas, paradas e velocidades
 - 1.2.7. Visualização gráfica de rotas percorridas para análise detalhada de trajetos
 - 1.2.8. Possibilidade de integração com outros sistemas de gestão de frotas
- 1.3. **Controle e Monitoramento:**
 - 1.3.1. Bloqueio remoto do veículo em caso de furto ou roubo
 - 1.3.2. Alertas de ignição ligada/desligada para controle de uso
 - 1.3.3. Monitoramento de velocidade, com alertas para excesso
 - 1.3.4. Telemetria com dados de desempenho do veículo (opcional)
 - 1.3.5. Cadastro de cercas virtuais e alertas na plataforma web e aplicativo
 - 1.3.6. Cadastro de perfis de acesso diferenciados , permitindo apenas consultas ou cadastros
- 1.4. **Garantia e Operacionalidade:**
 - 1.4.1. Garantia de funcionamento de todos os equipamentos durante a vigência do contrato
 - 1.4.2. Substituição imediata de veículos em caso de falha no rastreador, sem comprometer a operacionalidade
 - 1.4.3. Veículos reservas equipados com rastreadores instalados e prontos para uso
- 1.5. **Características Principais do Equipamento**
 - 1.5.1. Compatível com redes 4G e 3G.
 - 1.5.2. Localização por GPS e GNSS, com alta precisão.
 - 1.5.3. Comunicação via rede celular e satelital integrada.
 - 1.5.4. Possui 4 entradas, 3 saídas e 2 interfaces seriais.
 - 1.5.5. Entrada para rede CAN.
 - 1.5.6. Comunicação satelital integrada à rede GLOBALSTAR.
 - 1.5.7. Sistema de economia de dados do chip (SIM Card).

- 1.5.8. Suporte a atualização remota de firmware.
- 1.5.9. Função de bloqueio progressivo do veículo.
- 1.5.10. Entradas e saídas configuráveis via software.
- 1.5.11. Construção resistente à água.
- 1.5.12. Suporte a telemetria veicular.
- 1.5.13. Alimentação de 9 a 35 VDC.
- 1.5.14. Faixa de temperatura operacional de -40°C a +85°C.
- 1.5.15. Processador ARM 72 MHz.
- 1.5.16. Memória interna para armazenamento de até 9.000 eventos.
- 1.5.17. Acelerômetro de 3 eixos.
- 1.5.18. Dois sensores do tipo tri-state, dispensando o uso de relés.
- 1.5.19. Watchdog interno, garantindo reinicialização automática em caso de travamento.
- 1.5.20. Suporte a dois SIM Cards, com chaveamento automático.

1.6. **Detalhes Físicos**

- 1.6.1. Dimensões: 75 mm x 30 mm x 16 mm.
- 1.6.2. Peso líquido: 155 g.
- 1.6.3. Peso bruto: 260 g

1.7. **Especificações de Comunicação**

- 1.7.1. Protocolos compatíveis: UDP/TCP.
- 1.7.2. Transmissão de dados via constelação satelital GLOBALSTAR.
- 1.7.3. Suporte a protocolo em ASCII (texto).
- 1.7.4. Criptografia de ponta a ponta nos dados transmitidos.
- 1.7.5. Sistema de repetição de segurança dos dados.
- 1.7.6. Fila de transmissão do tipo FILO (First-In, Last-Out)
- 1.7.7. Suporte a até quatro IPs de destino simultâneos.
- 1.7.8. Suporte a uso de nomes DNS como alternativa ao IP fixo
- 1.7.9. Busca automática de APNs (Access Point Names).
- 1.7.10. Cadastro de APN personalizada.
- 1.7.11. Possibilidade de configuração de senhas da APN.
- 1.7.12. Compatível com redes de comunicação LoRaWAN (opcional).

2. **REGIÕES COM COBERTURA E DISPONIBILIDADE DE DADOS MÓVEIS GPRS/GPS**

2.1. **Plataforma e Acesso**

- 2.1.1. Acesso via web com interface intuitiva e personalizável
- 2.1.2. Perfis de acesso com níveis hierárquicos, garantindo controle preciso das informações
- 2.1.3. Visualização em tempo real da localização dos veículos em mapas detalhados
- 2.1.4. Histórico de posições com retenção de dados por, no mínimo, 1 ano
- 2.1.5. Ferramentas de geofencing (cercas virtuais) com alertas personalizáveis
- 2.1.6. Emissão de relatórios completos em PDF e XML, incluindo histórico de rotas, paradas e velocidades
- 2.1.7. Visualização gráfica de rotas percorridas para análise detalhada de trajetos
- 2.1.8. Possibilidade de integração com outros sistemas de gestão de frotas

2.2. **Controle e Monitoramento**

- 2.2.1. Bloqueio remoto do veículo em caso de furto ou roubo
- 2.2.2. Alertas de ignição ligada/desligada para controle de uso
- 2.2.3. Monitoramento de velocidade, com alertas para excesso
- 2.2.4. Telemetria com dados de desempenho do veículo (opcional)
- 2.2.5. Cadastro de cercas virtuais e alertas na plataforma web e aplicativo
- 2.2.6. Cadastro de perfis de acesso diferenciados, permitindo apenas consultas ou cadastros

2.3. **Garantia e Operacionalidade**

- 2.3.1. Garantia de funcionamento de todos os equipamentos durante a vigência do contrato
- 2.3.2. Substituição imediata de veículos em caso de falha no rastreador, sem comprometer a operacionalidade
- 2.3.3. Veículos reservas equipados com rastreadores instalados e prontos para uso
- 3. **CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS DO EQUIPAMENTO**
 - 3.1. Compatível com redes 4G LTE e 3G (UMTS/HSPA) nas bandas utilizadas pelas operadoras nacionais.
 - 3.2. Localização via GPS e GNSS (GLONASS, Galileo, etc.), com alta precisão.
 - 3.3. Comunicação de dados via redes móveis 3G e 4G, com fallback automático para redes de menor capacidade (quando suportado).
 - 3.4. Possui 4 entradas digitais (ex: ignição, portas, sensores).
 - 3.5. Possui 2 saídas digitais, para controle remoto de atuadores (ex: bloqueio, sirene).
 - 3.6. Duas interfaces seriais RS232/RS485, para comunicação com periféricos externos.
 - 3.7. Compatível com leitura de dados via rede CAN (opcional ou via adaptador).
 - 3.8. Suporte a atualização remota de firmware (FOTA).
 - 3.9. Função de bloqueio remoto e progressivo do veículo via saída digital.
 - 3.10. Entradas e saídas configuráveis por software via plataforma de rastreamento.
 - 3.11. Carcaça resistente a poeira e respingos d'água (IP64 ou superior).
 - 3.12. Compatível com recursos de telemetria veicular (velocidade, aceleração, consumo, falhas, etc.).
 - 3.13. Alimentação: 9 a 36 VDC, com proteção contra curto e inversão de polaridade.
 - 3.14. Temperatura operacional: -20°C a +70°C.
 - 3.15. Processador ARM de 32 bits, com baixo consumo e alta estabilidade.
 - 3.16. Memória interna para armazenamento de até 10.000 eventos com timestamp.
 - 3.17. Acelerômetro de 3 eixos interno, para detecção de impacto, frenagem brusca e curva acentuada.
 - 3.18. Detecção de movimento/estacionamento por sensor inercial.
 - 3.19. Watchdog interno com reinicialização automática em caso de travamento.
 - 3.20. Suporte a um ou dois SIM Cards, com chaveamento automático em caso de falha de rede.
 - 3.21. Identificação de motorista via iButton, RFID ou Bluetooth (opcional)
 - 3.22. **Detalhes Físicos**
 - 3.22.1. Dimensões médias: 90 mm x 65 mm x 25 mm.
 - 3.22.2. Peso líquido: 120 g.
 - 3.22.3. Peso bruto (com acessórios): 220 g.
 - 3.22.4. Conectores tipo bornier ou Molex, com fixação segura e fácil instalação
 - 3.23. **Especificações de Comunicação**
 - 3.23.1. Transmissão de dados via redes 3G e 4G LTE.
 - 3.23.2. Protocolos compatíveis: UDP e TCP/IP.
 - 3.23.3. Criptografia de dados AES 128 bits ou superior.
 - 3.23.4. Fila de transmissão FIFO (First-In, First-Out).
 - 3.23.5. Suporte a até 2 IPs de destino simultâneos (principal e backup).
 - 3.23.6. Suporte a nomes DNS, eliminando a necessidade de IP fixo.
 - 3.23.7. Reconexão automática em caso de perda de sinal ou oscilação de rede.
 - 3.23.8. Busca automática de APNs (Access Point Names), com possibilidade de cadastro manual.
 - 3.23.9. Suporte a autenticação da APN com usuário e senha.
 - 3.23.10. Permite envio de alertas via SMS em caso de perda de rede celular ou eventos críticos (fallback por SMS).
 - 3.23.11. Suporte a comandos e configurações remotas via software e localmente via cabo serial USB ou RS232.
- 4. **SUPORTE TÉCNICO E TREINAMENTO PARA O SISTEMA**
 - 4.1. **Suporte Técnico:**
 - 4.1.1. **Atendimento especializado 24/7**, garantindo a disponibilidade contínua do sistema
 - 4.1.2. **Canal exclusivo de suporte** via telefone, e-mail e chat online
 - 4.1.3. **Diagnóstico remoto e soluções rápidas** para falhas no sistema
 - 4.1.4. **Atualizações de software e firmware** sem interrupção das operações

- 4.2. **Treinamento:**
 - 4.2.1. **Capacitação completa para equipes de monitoramento e usuários do sistema**
 - 4.2.2. **Treinamento prático e teórico**, abrangendo todas as funcionalidades da plataforma
 - 4.2.3. **Simulações de cenários reais** para otimizar o uso do rastreamento veicular
- 4.3. **Material de Apoio**
 - 4.3.1. **Documentação técnica detalhada**, incluindo manuais e guias de uso
 - 4.3.2. **Acesso a vídeos instrutivos e tutoriais interativos**
 - 4.3.3. **Material atualizado conforme novas implementações e melhorias no sistema**

Porto Velho, data e hora do sistema.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

IVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061293957** e o código CRC **25BB4B9B**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

RÁDIO TRANSECTOR

Esta especificação técnica tem o objetivo de fixar os parâmetros para aquisição de transceptores móveis digitais com cabeça e controle integrado ao corpo do rádio (DASH), conforme as normas do padrão P25 (APCO Project 25) Fase 1 FDMA e Fase 2 TDMA, com modulação analógica e digital, encriptados, compatíveis com as redes convencionais e troncalizadas de radiocomunicação digital, para emprego na CONTRATANTE, totalmente compatíveis com todas as funcionalidades atualmente utilizadas nas redes de radiocomunicação do governo de Rondônia.

A CONTRATADA dos serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS deverá entregar os veículos locados com os RÁDIOS TRANSECTORES MÓVEIS já instalados (**local a ser definido pela CONTRATANTE**) e deverá fornecer as senhas e o CD de programação para que a SESDEC faça as configurações dos canais dos rádios. Ainda, não será permitido em hipótese alguma, que a Contratada faça as configurações dos rádios sob penalização.

1. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS E GERAIS DO TRANSECTOR DASH:

- 1.1. Os transceptores móveis digitais a serem adquiridos deverão permitir operação nos modos analógicos, P25 Fase 1 e P25 Fase 2 em conformidade com o padrão APCO 25 e customizados conforme as necessidades dos Sistemas de Radiocomunicação já em operação em Rondônia.
- 1.2. Os transceptores móveis digitais deverão ser fornecidos devidamente homologados pela ANATEL, devem ser de fácil manuseio e operação e possibilitar a realização das seguintes funções, disponibilizando os seguintes recursos:
- 1.3. Operar em modo dual, analógico e digital conforme normas do padrão P25 Fase 1 FDMA e P25 Fase 2 TDMA, no mesmo rádio, programados por canal sem ônus para a CONTRATANTE;
- 1.4. Operar nos modos, convencional analógico, convencional digital e também em modo troncalizado digital.
- 1.5. Ser compatível operacionalmente com os transceptores analógicos em uso nas redes de radiocomunicação da CONTRATANTE, quando operando no modo analógico.
- 1.6. Os transceptores móveis digitais deverão atender aos parâmetros eletrônicos de modulação digital e sinalização definidos na Interface Aérea Comum do padrão aberto do Projeto APCO-25 da Associação de Oficiais de Comunicação de Segurança Pública (APCO – Association of Public Safety Communications Officials) e publicado na norma TSB-102 da TIA/EIA,
- 1.7. Os transceptores móveis digitais deverão ser entregues já instalados (em local a ser definido) com software que atenda ao padrão P25 Fase 2 e deverão atender aos parâmetros de compatibilidade com o padrão P25 Fase 2 TDMA definidos nos seguintes documentos:
 - 1.7.1. Project 25 Phase 2 Two-Slot Time Division Multiple Access Physical Layer Protocol Specification Standard (TIA-102.BBAB);
 - 1.7.2. Project 25 Phase 2 Two-Slot Time Division Multiple Access Media Access Control Layer Protocol Specification (TIA-102.BBAC-Trunked Voice Services);
 - 1.7.3. Project 25 Phase 2 TDMA Control Channel Updates (TIA-102.AABC-C – Trunking Control Channel Messages);
 - 1.7.4. Project 25 Phase 2 TDMA Encryption Updates (TIA-102. AAAD-A Block Encryption Protocol);
 - 1.7.5. Half Rate Vocoder Annex (TIA-102.BABA-1);
 - 1.7.6. Todas as normas TIA aplicáveis ao P25, ainda que não listadas neste anexo, deverão ser atendidas e atualizadas nos transceptores a serem entregues pela CONTRATADA, conforme as especificações do transceptor, tanto na Fase 1 quanto na Fase 2 e de acordo com as necessidades dos sistemas digitais da CONTRATANTE já instalados.
- 1.8. O transceptor móvel digital não deverá receber qualquer tipo de interferência de modulação em frequência analógica quando estiver operando no modo digital, programado por canal.
- 1.9. Deverá permitir programação (via software), para operação em modo convencional e em modo de controle inteligente (troncalizado), na faixa de VHF (136MHz a 174 MHz), devendo ser compatível com os padrões eletrônicos de sinalização do padrão P25 Fase 1 FDMA e P25 Fase 2 TDMA.

- 1.10. Deverá permitir a realização de “chamada de emergência”, garantindo ao grupo em emergência prioridade de acesso à rede em caso de canais ocupados.
- 1.11. Deverá ser capaz de responder “chamada geral” (multigrupo).
- 1.12. Deverá receber e realizar “chamadas privativas”, sendo a conversação limitada às duas unidades de rádio (origem - destinatária), no padrão P25 Fase 1 FDMA e P25 Fase 2 TDMA.
- 1.13. Quando não estiver vinculada em uma sequência de mensagens, deverá monitorar o canal de controle do sistema que a oriente quanto ao “status” do sistema (conceito de sinalização por canal de controle dedicado).
- 1.14. Deverá iniciar uma chamada pelo modo “aperte para falar” (PTT), por meio da solicitação de um canal de conversação (voz), via canal de controle.
- 1.15. No caso de sistema ocupado, deverá tentar o re-acesso automático até que o mesmo seja concluído sem que o usuário necessite pressionar o botão de PTT novamente.
- 1.16. Possuir recurso de recepção de sinalização, por meio de indicação sonora, que a mesma se encontra em fila de espera “aguardando liberação de canal”.
- 1.17. Utilizar o Canal de Comunicação a ser designado pelo Sistema durante a conversação.
- 1.18. Decodificar as instruções transmitidas pelo canal de controle ao endereço de grupo de conversação ao qual esteja engajada e direcioná-la ao canal de comunicação designado pela sinalização do sistema.
- 1.19. Deverá permitir sua desabilitação completa, tanto da transmissão quanto da recepção de chamadas, por meio de comando (remoto) enviado pelo controlador central.
- 1.20. Deverá permitir sua reabilitação completa, tanto da transmissão quanto da recepção de chamadas, por meio de comando (remoto) enviado pelo controlador central.
- 1.21. Deverá estabelecer comunicação convencional, ponto a ponto, dentro ou fora da área de cobertura do sistema em modo analógico e em modo digital.
- 1.22. Possuir a capacidade de operação rádio a rádio (ponto a ponto), sem a utilização de infraestrutura nos modos digital e analógico.
- 1.23. Permitir a programação de no mínimo 500 grupos de conversação (modo de controle inteligente) ou 500 canais de RF (modo convencional), indicados por mostrador digital alfanumérico no painel frontal do transceptor móvel.
- 1.23.1. Permitir a programação de grupos e canais dos seguintes tipos: canal convencional analógico VHF, canal convencional digital VHF, grupo de conversação troncalizado P25 Fase 1 FDMA e grupo de conversação troncalizado P25 Fase 2 TDMA.
- 1.23.2. Permitir a visualização dos canais de RF ou grupos de conversação selecionados por meio de visor frontal incorporado ao transceptor.
- 1.23.3. Realizar varredura de canais de radiofrequência, monitorando vários canais de uma lista programável de forma a participar de uma chamada assim que detectar atividade em qualquer um deles.
- 1.23.4. Possibilitar a varredura de canais digitais e analógicos simultaneamente dentro de todas as bandas de frequência disponíveis no rádio.
- 1.23.5. Deverá decodificar “chamadas de alerta” indicando no visor a identificação da unidade chamadora.
- 1.23.6. Possuir receptor de que poderá ser montado em conjunto com o transceptor, ou por meio de conector de acessórios, com no mínimo 12 canais, possibilitando o envio das coordenadas geográficas através da rede de radiocomunicação por pacote P25 modo convencional e troncalizado. A funcionalidade do GPS deverá estar habilitada com todas as licenças para o pleno funcionamento, permitindo que a posição do usuário seja informada no display do transceptor do usuário e também enviada seguramente, via interface aérea, para as aplicações de geolocalização da CONTRATANTE.
- 1.23.7. O terminal de rádio deverá realizar o envio de coordenadas de geoposicionamento no Sistema de Radiocomunicação Digital: Convencional APCO25, Troncalizado APCO25 Fase 2, com o envio de localização GPS durante a transmissão e recepção de chamadas de voz em grupos troncalizados APCO25 Fase 2.
- 1.23.8. Deverá permitir o envio e o recebimento de mensagens curtas de texto.
- 1.23.9. Deverá permitir a troca das chaves de criptografia, via sistema OTAR por meio de comando da central de controle eletrônico do sistema de controle inteligente via radiofrequência do estado de Rondônia.
- 1.23.10. O transceptor móvel deverá permitir a programação de pastas (zonas) mistas, ou seja, permitir canais analógicos, canais convencionais digitais, canais troncalizado em uma mesma pasta. Estas pastas deverão permitir ser identificadas por nomes através do display.
- 1.23.11. Os rádios transceptores operando nos modos P25 Fase 1 e P25 Fase 2 já deverão estar homologados pela ANATEL com comprovação no dia da realização do certame licitatório, a fim de que os transceptores possam entrar em operação.
- 1.23.12. Os rádios transceptores devem possuir licença habilitada para programação, via sistema OTAP, por meio de comando da central de controle eletrônico do sistema de controle inteligente via radiofrequência do estado de Rondônia.
- 1.23.13. Os rádios transceptores devem suportar programação dos terminais por interface aérea padrão por rede Wi-Fi padrão IEEE 802.11, suportando a atualização remota de firmware, resultando assim em maior eficiência na logística de gestão dos terminais com redução do dispêndio público, bem como melhor estabilidade na operação do equipamento dentro do sistema de radiocomunicação;

1.23.14. Os rádios deverão enviar através do sistema de rádio comunicação (RF) para o centro de operações (consoles de despacho): alerta de colisão do veículo, sendo possível menor tempo resposta nas ações de salvamento dos policiais que tiverem colisões/capotamentos de veículos nas atividades militares.

1.23.15. Os rádios transceptores devem possuir função Bluetooth.

2. **CONTROLES:**

2.1. Deverá possuir no mínimo os seguintes controles:

2.1.1. Chave rotatória ou tecla de seleção do grupo/canal de conversação;

2.1.2. Botão ou tecla de controle de volume;

2.1.3. 01 (um) botão de emergência;

2.1.4. Botão de ligar e desligar o transceptor;

2.1.5. Teclado alfanumérico incorporado no painel frontal ou no microfone de mão e teclas direcionais para navegação nos menus e itens do visor colorido;

2.1.6. Tecla de transmissão (PTT) no microfone de mão;

2.1.7. Led's ou indicadores visuais no display sinalizando transmissão e recepção do transceptor;

3. **DISPLAY:**

3.1. Deverá possuir visor de LCD (display) colorido, com idioma em português com no mínimo 3 linhas, permitindo visualizar pelo menos:

3.1.1. 01 (uma) linha de ícones indicativos de recursos ativos ou status do rádio;

3.1.2. 02 (duas) linhas de texto com pelo menos 8 caracteres alfanumérico;

4. **RECURSOS FUNCIONAIS EM MODO DIGITAL:**

4.1. Além dos recursos já mencionados, o equipamento deverá possuir a capacidade de operar em modo seguro, com encriptação digital do sinal, mediante inserção de chave e programação eletrônica.

4.2. O equipamento deverá suportar o algoritmo de criptografia "P25 DES-OFB e AES", devendo permitir a programação por canal ou grupo de conversação.

4.3. Deverá possuir a capacidade de receber no mínimo 32 (trinta e duas) chaves de encriptação AES.

4.4. Deverá possuir a capacidade de troca de chaves de encriptação via OTAR, por meio de ondas de radiofrequência e fisicamente por dispositivo encriptador, a fim de alteração das chaves de criptografia.

4.5. Deverá possuir função de roaming através de sua própria localização, possibilitando ao terminal a capacidade de definir através de localidades pré-definidas a troca de canais automática entre sites de repetição convencionais, e entre sites de repetição convencionais e troncalizados P25 Fase 2.

4.6. Deverá possuir modulação C4FM e H-CPM.

4.7. Deverá possuir vocodificador digital AMBE.

5. **RECURSOS FUNCIONAIS EM MODO ANALÓGICO:**

5.1. Abertura do silenciador do receptor controlada por portadora, subtom analógico e subtom digital, selecionável por meio de programação prévia para cada canal via computador PC (silenciador programável por portadora subtom CTCSS (PL) e DCS (DPL) por canal).

5.2. Deverá suportar sinalização analógica MDC-1200 (protocolo atualmente utilizado na CONTRATANTE) com licença habilitada e com no mínimo os seguintes recursos:

5.2.1. Identificação da unidade chamadora (ID) – Codificação/decodificação MDC1200; Chamada Seletiva;

5.2.2. Modulação em FM.

6. **CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS BÁSICAS:**

6.1. Faixa de frequência: 136 MHz a 174 MHz.

6.2. Largura do canal de RF: 12,5 kHz / 25 kHz com programação dentro das faixas de operação acima.

6.3. Espaçamento entre canais (TX e RX) de acordo com a norma em vigor.

6.4. Alimentação 13,8 VCC e com polaridade negativa no chassi permitindo variação elétrica de ± 15 a ± 20 %.

6.5. Saída para alto falante externo.

6.6. Tecnologia baseada em microprocessador.

6.7. Geração e controle de frequência por meio de sintetizador.

6.8. Abertura do silenciador para cada canal do receptor através de portadora e subtom digital devendo ser selecionável e programável, mediante acesso externo, via computador PC.

6.9. A identificação eletrônica do transceptor no modo digital deverá ser fornecida pelo circuito eletrônico original do próprio equipamento, não se admitindo inclusão de circuitos (internos ou externos), placas adicionais ou complementares ao equipamento.

- 6.10. Deverá possuir proteção contra:
 - 6.10.1. Sobretensão de alimentação acima da variação permitida;
 - 6.10.2. Inversão de polaridade;
 - 6.10.3. Variação de impedância de RF por descasamento de antena;
 - 6.10.4. Potência do transmissor acima do limite nominal do modelo;
 - 6.10.5. Acionamento contínuo do transmissor por tempo superior ao permitido, reciclável em cada acionamento, com aviso sonoro ao usuário de “tempo esgotado” (TOT programável).

6.10.6. Deverá permitir a programação das frequências de operação, grupos de conversação e recursos operacionais por meio de aplicativo eletrônico (software) de acesso externo via computador tipo PC ou notebook.

6.11. Temperatura de operação: -30°C a $+60^{\circ}\text{C}$.

7. **CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS DO TRANSMISSOR:**

- 7.1. Faixa de frequência: 136 MHz a 174 MHz.
- 7.2. Espaçamento de canal: 25/12,5 kHz.
- 7.3. Separação máxima de frequência: toda a banda de transmissão.
- 7.4. Emissões irradiadas e conduzidas: - 80 dBc, ou melhor.
- 7.5. Estabilidade de frequência (-30°C a $+60^{\circ}\text{C}$): ± 1 ppm ou melhor.
- 7.6. Desvio de Modulação: ± 5 kHz a 25 kHz (medição em modo analógico de acordo com TIA/EIA 603) e $\pm 2,5$ kHz a 12,5 kHz.
- 7.7. Potência de saída de RF: Programável de 10 Watts ou menos, até 50 Watts.
- 7.8. Resposta de áudio: +1, -3 dB (TIA /EIA 603).
- 7.9. Distorção de áudio: $\leq 1.5\%$.
- 7.10. Impedância de saída: 50 Ω .
- 7.11. Temporizador de transmissão (TOT) reciclável em cada acionamento, programável via software.

8. **CARACTERÍSTICAS ELETRÔNICAS DO RECEPTOR:**

- 8.1. Faixa de frequência: 136 MHz a 174 MHz.
- 8.2. Espaçamento de canal: 25/12,5 kHz.
- 8.3. Separação máxima de frequências: toda a banda de recepção.
- 8.4. Estabilidade de frequência (-30°C a $+60^{\circ}\text{C}$): ± 1 ppm, ou melhor.
- 8.5. Sensibilidade em modo digital (taxa de erro BER de 5%): $\leq 0,25$ μV .
- 8.6. Sensibilidade em modo analógico (12 dB SINAD): $\leq 0,25$ μV .
- 8.7. Seletividade (rejeição do canal adjacente) em modo analógico (25 kHz, TIA 603 e 603 B): 73 dB, ou melhor.
- 8.8. Seletividade (rejeição do canal adjacente) em modo digital (12,5 kHz, TIA 102): 60 dB, ou melhor.
- 8.9. Rejeição a espúrios: 80 dB, ou melhor.
- 8.10. Rejeição a intermodulação: 75 dB, ou melhor.
- 8.11. Potência de saída de áudio, mínima de 3 Watts, com até 5% de distorção.
- 8.12. Distorção de áudio: $\leq 3\%$.
- 8.13. Impedância de entrada: 50 Ω .

9. **CARACTERÍSTICAS DO GPS:**

- 9.1. Canais: 12.
- 9.2. Sensibilidade de rastreamento: -153 dBm, ou melhor;
- 9.3. Precisão (com mais de 5 satélites visíveis com intensidade de sinal nominal de -130 dBm): < 10 metros (95%).
- 9.4. Partida a frio: < 60 segundos (95%).
- 9.5. Modo de funcionamento: GPS autônomo (não assistido).

10. **CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E MECÂNICAS:**

- 10.1. Equipamento rádio transmissor-receptor com GPS montado em conjunto com o transceptor, do tipo frontal, com proteção contra poeira e respingos de água de acordo com padrão IP54, ou melhor.
- 10.2. Deverá possuir gabinete à prova de umidade, corrosão, quedas e vibrações mecânicas, atendendo as Normas Militares MIL-STD-810C, D, E, F e G.
- 10.3. Deverá possuir estrutura sem cantos vivos ou cortes de chapa de modo que não ofereçam perigo aos ocupantes do veículo em caso de acidente.

- 10.4. Deverá permitir facilidade de visualização e acesso aos controles do painel.
- 10.5. Deverá possuir boa resposta de áudio do alto-falante.
- 10.6. O número de série do transceptor móvel deverá ser gravado em seu chassi ou em etiqueta do produto afixada em seu chassi e selo da Anatel afixado.
- 10.7. Deverá possuir dissipação térmica compatível com o calor gerado dentro do regime intermitente da operação na base 20% TX e 80% RX.
- 10.8. Os terminais móveis digitais deverão ser fornecidos com suportes, acessórios e cabos em tamanho e quantidade compatíveis para serem instalados nos veículos em utilização da CONTRATANTE.
11. **COMPOSIÇÃO DE CADA TRANSCCEPTOR MÓVEL DIGITAL:**
- 11.1. 01 (um) equipamento rádio (transmissor-receptor) com GPS.
- 11.2. 01 (um) microfone de mão com tecla de transmissão (PTT), cordão espiralado e suporte de fixação. Caso o transceptor não possua teclado alfanumérico incorporado no painel frontal, o microfone deverá possuir teclado alfanumérico.
- 11.3. 01 (uma) antena original do rádio, ou aprovada pelo fabricante mediante comprovação, tipo monopolo vertical, de $\frac{1}{4}$ (um quarto) de onda, ganho mínimo unitário de 0 dB, com base apropriada para fixação em teto veicular mediante furação, incluindo conectores e cabo coaxial para sua correta instalação.
- 11.4. 01 (uma) antena de GPS com conectores e cabo apropriado com base fixável ao teto do veículo, para instalação no transceptor.
- 11.5. 01 (um) cabo de alimentação CC (corrente contínua) completo (com terminais para as conexões, porta fusível e fusível).
- 11.6. Conjunto de suporte de fixação do transceptor ao veículo, acompanhado das presilhas e parafusos de fixação.
- 11.7. A CONTRATADA deverá fornecer sem ônus adicional para a CONTRATANTE:
- 11.7.1. 01 (um) conjunto completos de softwares originais do fabricante referentes à Fase 1 FDMA do P25 e Fase 2 TDMA do P25, necessários para programação, reprogramação, alinhamento e ajustes do transceptor móvel ofertado para operar em computador PC ou notebook, com sistema operacional Windows 7 ou superior;
- 11.7.2. 01 (um) conjunto de interfaces (cabos de programação - hardwares) originais do fabricante referentes a analógico, Fase 1 FDMA do P25 e Fase 2 TDMA do P25, dispositivos e cabos necessários para programação, reprogramação, alinhamento e ajustes do transceptor móvel ofertado;
- 11.7.3. 01 (um) equipamento encriptador móvel para carregamento das chaves variáveis de criptografia do padrão "APCO 25 - AES", através de processo eletrônico nos terminais de rádio digitais com cabos, software, adaptador e outros itens necessários ao carregamento das chaves de criptografia. O encriptador deverá:
- 11.7.3.1. Possuir tela sensível ao toque (touchscreen);
- 11.7.3.2. Possuir teclado físico alfanumérico ou teclado na tela touchscreen;
- 11.7.3.3. Possuir caneta touchscreen;
- 11.7.3.4. Gerar automaticamente chaves aleatórias para o algoritmo AES;
- 11.7.3.5. Possuir bateria interna de Lítio-Ion de alta capacidade, original do fabricante;
- 11.7.3.6. Possuir carregador para a bateria interna do encriptador. O carregador deverá ser bivolt 110/220 Volts CA, do tipo recarga rápida, original do fabricante. O plugue de alimentação do carregador de baterias deverá ser do modelo brasileiro conforme norma NBR 14136 e Resolução nº08 de 31/08/2009 do CONMETRO;
- 11.7.3.7. Possuir no mínimo proteção IP54 (poeira e jato de água);
- 11.7.3.8. Deverá ser fornecido 1 (um) cabo de programação para transceptor de rádio digital por encriptador;
12. **INSTALAÇÃO**
- 12.1. As adaptações deverão integrar-se perfeitamente ao desenho interno do veículo, primar pela ergonomia e facilidade no manuseio dos equipamentos, não se admitindo cantos vivos ou pontos cortantes que possam causar lesões aos ocupantes;
- 12.2. As peças deverão receber fixação adequada, a fim de que não se verifiquem movimentos, trincas ou ruídos;
- 12.3. Os suportes metálicos a serem fornecidos deverão ser resistentes às trepidações (vibrações) decorrentes da utilização do veículo, em qualquer tipo de terreno, bem como deverão ser adequadamente fixados, a fim de suportarem o peso dos equipamentos a serem instalados, especialmente durante as manobras realizadas pelo veículo em situação de emergência. Para tanto deverão ser utilizado coxins de borrachas ou outro material compatível, a fim de amortecer os impactos;
- 12.4. Os contornos e as furações das peças a serem instaladas deverão ser recobertos com borracha, ou outro material similar, a fim de evitar acidentes aos instaladores e usuários e ainda danos aos cabos de energia, de dados e da antena;
- 12.5. As furações necessárias não deverão comprometer a alimentação elétrica e demais conexões essenciais ao perfeito funcionamento dos equipamentos;
- 12.6. A tonalidade (cor) das peças deverá acompanhar o acabamento interior do veículo;
- 12.7. As Forças Institucionais realizarão os testes em um protótipo apresentado pela empresa (CONTRATADA), onde será aferido todos os itens que compõe o sistema de rádio comunicação móvel, sendo eles, sistema irradiante (vareta, bobina, cabo,

conectores), aferição de ajuste de potência e refletida para o rádio transceptor, conforme critérios adotados pela SESDEC;

12.8. Os equipamentos deverão ser instalados em locais protegidos, que impeçam o acesso de pessoas não autorizadas a efetuar trocas e manutenção dos seus componentes. Devem ser fixados firmemente e protegidos de intempéries. A instalação dos equipamentos deverá ser realizada de maneira a não possibilitar o desligamento dos cabos por parte dos usuários;

12.9. A fiação elétrica deverá ser protegida por meio de chicotes e conduítes, não devendo permitir a entrada de fluídos para dentro do habitáculo do veículo;

12.10. É vedada a colocação dos equipamentos sob os carpetes e/ou sob os isolamentos térmicos acústicos dos veículos, de maneira que impeça a refrigeração dos equipamentos;

12.11. A CONTRATADA dos serviços de locação deverá apresentar juntamente com a proposta o documento comprobatório do registro do equipamento de rádio junto ao órgão competente do Ministério das Comunicações.

13. GARANTIA:

13.1. A garantia deverá cobrir todo e qualquer defeito de fabricação, devendo os equipamentos serem reparados no prazo e condições previstas neste termo de referência.

13.2. A licitante será responsável pelo recolhimento, manutenção e devolução dos equipamentos em garantia, no prazo estabelecido no certame.

13.3. Os equipamentos em garantia, quando necessitarem de manutenção, deverão ser recolhidos na sede do CONTRATANTE, em até 03 (três) dias úteis pela CONTRATADA. Em até 30 (trinta) dias corridos, a CONTRATADA deverá devolvê-los mantidos ou, se necessário, trocados em definitivo por equipamentos novos, mediante laudo técnico. Ambos os prazos devem ser considerados a partir do acionamento da CONTRATADA pela CONTRATANTE. Este acionamento poderá ser via email, telefone, ou aplicativo disponibilizado pela CONTRATADA.

13.4. Os custos de transporte, recolhimento e entrega dos produtos deverão correr por conta da CONTRATADA.

13.5. A garantia técnica será considerada a partir da data de recebimento definitivo do equipamento, sendo composta de serviços de reparo ou reposição de peças e componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos, de todo equipamento e seus acessórios, salvo se constatada e comprovada a indevida utilização do equipamento pela CONTRATANTE, situação em que a CONTRATADA arcará com os custos para emissão de laudos técnicos e demais despesas relacionadas à constatação e comprovação da utilização indevida pela CONTRATANTE.

13.6. Os equipamentos que apresentarem problemas técnicos antes do recebimento definitivo deverão ser substituídos por outro equipamento novo em até 30 (trinta) dias corridos, não entrando na situação de garantia;

13.7. As despesas relativas à movimentação de componentes ou placas com defeitos de fabricação dentro do país, ou do Brasil para o país de origem e do país de origem para o Brasil, incluindo, mas não se limitando a fretes, tributos, seguros, "handling", taxas, bem como aqueles referentes ao envio das mesmas peças defeituosas para execução da garantia, durante o período de 36 (trinta e seis) meses, são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061294022** e o código CRC **E81DFA69**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

SINALIZAÇÃO VISUAL

1. CONDIÇÕES GERAIS

- 1.1. O sinalizador deverá atender integralmente às normas:
 - 1.1.1. **SAE J575_202104** (ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão e deformação)
 - 1.1.2. **SAE J595_202108** (fotometria)
 - 1.1.3. **SAE J845_202108**
 - 1.1.4. **SAE J578_202004** (cores)
- 1.2. O sistema deverá conter:
 - 1.2.1. **Barra de sinalização linear ou elíptica**, com LEDs nas cores **vermelho rubi e azul**
 - 1.2.2. **Sistema acústico com unidade sonofletora instalada no cofre do motor**
 - 1.2.3. A comprovação do atendimento às normas se dará por **laudo técnico emitido por laboratório acreditado pela AMECA (Automotive Manufacturers Equipment Compliance Agency, Inc)**
 - 1.2.4. **Não serão aceitos laudos emitidos por laboratórios não acreditados** ou em revisões anteriores às especificadas, salvo revisões **posteriores e atualizadas**

2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

- 2.1. **Sinalizador Luminoso (Barra de Luzes)**
- 2.2. **Tipo:** Barra linear com múltiplas lentes e módulos
- 2.3. **Cobertura:** Deve ocupar **mais de 90% da largura do teto do veículo**, sem ultrapassar suas dimensões laterais
- 2.4. **Dimensões permitidas:**
 - 2.4.1. **Comprimento:** mínimo **1000 mm**, máximo **1500 mm**
 - 2.4.2. **Largura:** mínimo **250 mm**, máximo **350 mm**
 - 2.4.3. **Altura:** mínimo **50 mm**, máximo **70 mm**
- 2.5. **Materiais**
 - 2.5.1. **Base:** policarbonato transparente de alta resistência, com proteção UV
 - 2.5.2. **Módulos:** individuais, com **chassi em perfil de alumínio extrudado**
 - 2.5.3. **Cúpulas injetadas em policarbonato**, fixadas com **parafusos de aço inox** (vedada a utilização de presilhas)
- 2.6. **Cores da cúpula:**
 - 2.6.1. **50% vermelho rubi e 50% azul**
 - 2.6.2. Caso haja cúpula central não divisível, esta deverá ser na cor **fumê**
- 2.7. **Luzes de Beco (Laterais)**
 - 2.7.1. **Devem ser integradas à barra de sinalização**
 - 2.7.2. Compostas por **módulo de LEDs brancos** em **cada lateral** da barra
 - 2.7.3. Os LEDs brancos devem possuir **mesma quantidade e potência** dos LEDs presentes nos módulos rubi e azul

IMAGEM ILUSTRATIVA



3. PROTEÇÃO E INSTALAÇÃO

- 3.1. A **proteção contra raios ultravioleta (UV)** deverá ser **integrada à matéria-prima** da cúpula do sinalizador.
- 3.2. **É vedado o uso de vernizes** ou qualquer outro tipo de revestimento superficial para este fim.
- 3.3. O sinalizador deverá possuir **cobertura luminosa de 360 graus**, sem zonas de sombra.
- 3.4. Para viaturas com **bagageiro de teto (barras longitudinais)**, a **fixação será obrigatória nestas barras**, utilizando **suportes ajustáveis**.
- 3.5. Para viaturas **sem bagageiro**, será permitida a instalação diretamente **no teto da viatura**, desde que atendidas todas as demais exigências técnicas.

4. COMPOSIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS MÓDULOS LUMINOSOS

- 4.1. O sistema de sinalização deverá ser composto por **no mínimo 20 (vinte) módulos** distribuídos entre dianteira, traseira e laterais.

4.2. Módulos Dianteiros (maiores):

- 4.2.1. Mínimo de:

- 4.2.1.1. 3 LEDs vermelhos de potência $\geq 3W$ cada
- 4.2.1.2. 3 LEDs azuis de potência $\geq 3W$ cada
- 4.2.1.3. 12 LEDs brancos de potência $\geq 1W$ cada

- 4.2.2. Total por módulo: Mínimo de 18 LEDs

4.3. Módulos Traseiros (maiores):

- 4.3.1. Mínimo de

- 4.3.2. 3 LEDs vermelhos de potência $\geq 3W$ cada
- 4.3.3. 3 LEDs azuis de potência $\geq 3W$ cada
- 4.3.3.1. Total por módulo: Mínimo de 6 LEDs

4.4. Módulos Laterais:

4.4.1. Opção 1 - Módulos Maiores (6 unidades – 3 por lateral):

- 4.4.1.1. Cada módulo com:

- 4.4.1.1.1. 3 LEDs vermelhos de potência $\geq 3W$ cada
- 4.4.1.1.2. 3 LEDs azuis de potência $\geq 3W$ cada
- 4.4.1.1.3. 12 LEDs brancos de potência $\geq 1W$ cada

- 4.4.1.2. Total por módulo: **18 LEDs**

4.5. Opção 2- Módulos Menores (10 unidades – 5 por lateral):

- 4.5.1. 08 módulos (4 por lateral):

- 4.5.1.1. 3 LEDs vermelhos de potência $\geq 3W$ cada
- 4.5.1.2. 3 LEDs azuis de potência $\geq 3W$ cada
- 4.5.1.3. Total por módulo: 6 LEDs

4.5.2. 02 módulos (1 por lateral):

- 4.5.2.1. **3 LEDs brancos de potência $\geq 3W$ cada**
- 4.5.2.2. Total por módulo: **3 LEDs**

5. ILUMINAÇÃO E EFICIÊNCIA ÓPTICA

- 5.1. Todas as luzes brancas devem possuir também a **função de luz de serviço**.
- 5.2. Sistema deverá ser **dotado de refletores parabólicos**, promovendo máxima dispersão da luz.
- 5.3. Alimentação: **12 VCC nominal**

5.4. O conjunto da barra deverá conter no mínimo **14 módulos, distribuídos equitativamente** por toda sua extensão, garantindo **visualização integral** e evitando **pontos cegos**, conforme o design da viatura permitir.

6. **ESPECIFICAÇÕES DOS LEDS**

COR	COMPRIMENTO DE ONDA	INTENSIDADE LUMINOSA MINIMA	VIDA ÚTIL MÍNIMA	CATEGORIA
Vermelho	610 a 630 nm	90 lúmens	30.000 horas	AlInGaP
Azul	465 a 485 nm	60 lúmens	30.000 horas	InGaN
Branco	4500K a 6500K	120 lúmens	30.000 horas	InGaN

7. **FUNÇÃO DIRECIONAL (TRÂNSITO)**

7.1. O sistema de iluminação deverá permitir o acionamento de **efeitos direcionais**, com setas luminosas dinâmicas da esquerda para a direita e da direita para a esquerda, para uso em **operações de trânsito e sinalização de pista**.

8. **CONTROLE E EFICIÊNCIA DO SISTEMA SINALIZADOR**

8.1. **Controle Central Integrado:** Todo o conjunto sinalizador, incluindo os sistemas **visual, auxiliar, luzes de beco e sirene**, deverá ser operado por um **controle central único**, com capacidade para acionar e operar **cada sistema de forma independente**, garantindo flexibilidade operacional e organização funcional.

8.2. **Tecnologia de Controle:** O sinalizador visual deverá ser dotado de **microprocessador ou microcontrolador**, com capacidade para gerar **lampejos luminosos de altíssima frequência**.

8.3. **Gerenciamento Eletrônico:** O circuito eletrônico deve controlar a **corrente elétrica aplicada aos LEDs** por meio de **PWM (Pulse Width Modulator)**, garantindo:

8.3.1. **Intensidade luminosa constante**, independentemente do estado de funcionamento do motor da viatura (inclusive quando desligado ou em baixa rotação);

8.3.2. **Maior eficiência energética;**

8.3.3. **Prolongamento da vida útil dos LEDs.**

8.4. **Consumo Elétrico:** O consumo **máximo da barra nas funções de LEDs** não deverá ultrapassar **10 amperes (10A)**, assegurando compatibilidade com o sistema elétrico das viaturas e evitando sobrecargas.

9. **ESTROBO**

9.1. **VIATURAS CARACTERIZADAS**

9.1.1. **Quantidade e Localização:**

9.1.1.1. Cinco unidades instaladas na grade externa frontal do veículo

9.1.1.2. Duas unidades instaladas na parte traseira

9.1.2. **Características Técnicas:**

9.1.2.1. Luzes brancas de alta intensidade

9.1.2.2. Intensidade mínima: 350 lúmens ANSI por sinalizador

9.1.2.3. Instalação sem cortes ou perfurações na carroceria

9.2. **VIATURAS DESCARACTERIZADAS**

9.2.1. **Instalação preferencial:**

9.2.1.1. Luzes brancas de alta intensidade instaladas dentro dos faróis dianteiros, conforme marca/tipo/modelo do veículo

9.2.1.2. Sincronização face a face, garantindo visibilidade e uniformidade no padrão de lampejos

9.2.1.3. Intensidade mínima: 350 lúmens ANSI por sinalizador

9.2.2. **Alternativa para modelos de veículos não compatíveis:**

9.2.2.1. Lâmpadas estroboscópicas próximas aos faróis, desde que os efeitos e qualidade sejam compatíveis

9.2.2.2. Instalação no ponto mais afastado possível dentro do desenho do veículo

9.2.2.3. Localização exata definida na aprovação do protótipo

9.3. **Observações Gerais**

9.3.1. Cada módulo deverá ser composto por, no mínimo 12 LEDs de 3W cada, sendo 06 (seis) LEDs

9.3.2. Os strobos devem ser de alta durabilidade, garantindo resistência a vibração, poeira, umidade e variações climáticas

9.3.3. O sistema deve permitir sincronização para evitar falhas e garantir padronização do efeito luminoso

9.3.4. A instalação deve seguir normas técnicas, evitando interferência em outros componentes elétricos do veículo

9.3.5. Aprovação final da instalação dependerá de testes práticos para garantir eficiência e segurança operacional

SINALIZAÇÃO ACÚSTICA (SIRENE)

10. **CARACTERÍSTICAS GERAIS**

- 10.1. Conjunto sonofletor acusticamente sintonizado, confeccionado em nylon ou material similar, com diafragma de alta resistência mecânica e totalmente à prova d'água.
- 10.2. Sistema eletrônico com potência mínima de saída de **100W RMS a 11 ohms**, com unidade sonofletora única de 100W.
- 10.3. A corneta deverá possuir pontos específicos para fixação diretamente no corpo da unidade sonofletora, sendo **vedada a utilização da rosca principal da saída de áudio para fixação**.
- 10.4. Pressão sonora mínima de **110 dB**, medida a 1 metro de distância com aparelho aferido por entidade acreditada pelo **INMETRO**, sendo essa medição parte do processo de aprovação de protótipo.
- 10.5. Consumo máximo de **10 Ah** de todo o sistema.
- 10.6. Geração de **cinco tons distintos: Wail, Yelp, Pierce, Horn e Pail (temporário)**.
- 10.7. **Resposta de frequência:** 400 a 3000 Hz.
- 10.8. Deverá possuir **sistema de megafone** com amplificador de no mínimo **30W RMS de saída**, com acoplamento para instalação de rádio transceptor, de modo a permitir a **transmissão do áudio do rádio pelo megafone** da sirene, possibilitando o acompanhamento das comunicações pelo policial fora da viatura.
- 10.9. O **sinaleizador acústico** deverá ser instalado na **parte frontal do veículo (vão do motor)**, sendo **vedada sua instalação abaixo do sinaleizador visual**.
- 10.10.

MÓDULO DE CONTROLE – SINALEZADOR ACÚSTICO E VISUAL

- 10.11. **Controle Remoto Integrado (Mike):** O módulo de controle do sinaleizador acústico deverá contar com **cabeça de controle remota integrada ao microfone ("mike")**, com design **compacto e ergonômico**, permitindo o manuseio e acionamento com **uma única mão**.
- 10.12. **Cabo Espiralado:** Deve possuir **comprimento suficiente para alcançar as portas laterais pelo lado externo** da viatura.
- 10.13. **Fixação Magnética:** A **presilha magnética** deve estar fixada na **parte traseira do "mike"**, e **não no painel**, possibilitando a fixação sobre qualquer **superfície metálica da lataria** do veículo.
- 10.14. **Botões de Comando: Material:** Silicone translúcido, com **iluminação de fundo**.
- 10.15. **Botão "EMERGÊNCIA":**
 - 10.15.1. Cor do botão: **vermelha**
 - 10.15.2. Iluminação de fundo: **vermelha**
 - 10.15.3. **Alto-relevo de 3 mm**
- 10.16. **Demais Botões**
 - 10.16.1. Alto-relevo de **1,5 mm**
 - 10.16.2. Impressão do texto **em português**, em **cor preta e de forma indelével**
 - 10.16.3. Proibido o uso de siglas, símbolos ou ícones (ex.: "F1", "F2", "F3", desenhos)
- 10.17. **Proteções e Segurança do Sistema:**
 - 10.17.1. Proteção contra **inversão de inversão de polaridade**
 - 10.17.2. Proteção contra **variações elevadas de tensão e transientes**
 - 10.17.3. **Desligamento preventivo automático** em caso de tensão fora da faixa segura
- 10.18. **Gerenciamento de Carga da Bateria (com LEDs Indicadores no Painel):**
 - 10.18.1. **Verde piscante:** tensão alta (acima de 15V)
 - 10.18.2. **Verde contínuo:** tensão normal (12,2V a 15V)
 - 10.18.3. **Âmbar piscante:** tensão média (11,6V a 12,2V)
 - 10.18.4. **Vermelho piscante:** tensão baixa (abaixo de 11,6V)
- 10.19. O sistema deverá **interromper automaticamente o funcionamento do sinaleizador** antes que a carga da bateria atinja um nível que comprometa a partida do veículo.

IMAGEM ILUSTRATIVA



11. COBERTURA LUMINOSA

11.1. O sinalizador deverá possuir **cobertura luminosa em 360 graus**, garantindo visibilidade total ao redor do veículo.

12. ACIONAMENTO DAS TECLAS E FUNÇÕES

12.1. O módulo de controle deverá permitir a geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo conforme o padrão operacional da Forças Institucionais de Rondônia, devendo contemplar as seguintes condições:

12.2. O controlador deverá dispor de **11 (onze) botões**, cada um destinado a funções específicas, devidamente identificados com legendas em português e iluminação de fundo.

13. FUNÇÃO PATRULHA

13.1. Acionamento da barra de sinalização do teto com **todos os módulos operando na cor azul**, em frequência normal, caracterizando ostensividade de nível médio.

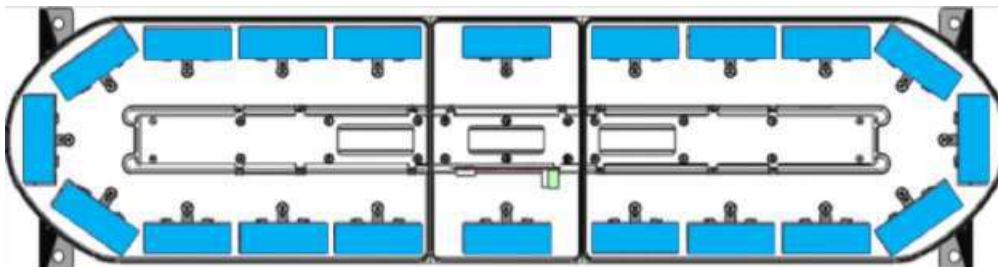
13.2. Acionamento automático dos strobos dianteiros e traseiros.

13.3. A sirene não deverá ser acionada nesta função.

13.4. O acionamento e desligamento da função deverá ocorrer com **um toque curto** no botão correspondente.

13.5.

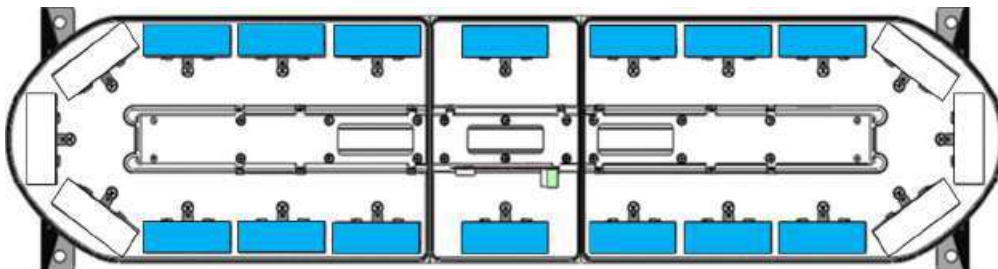
13.6.



14. FUNÇÃO COMBOIO

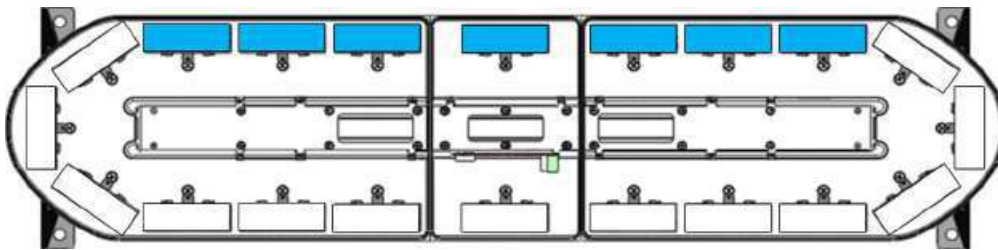
14.1. No primeiro acionamento, o sinalizador deverá **pisca os módulos frontais e traseiros na cor azul**, com **frequência lenta**, caracterizando ostensividade de nível baixo.

14.2. O padrão de acionamento deverá ser de **300 milissegundos aceso** seguidos de **300 milissegundos apagado**, de forma intermitente e contínua.



14.3. No segundo acionamento, deve cortar os módulos traseiros, mantendo a parte frontal.

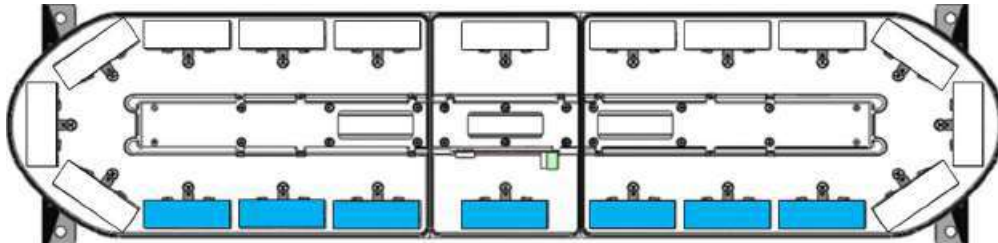
14.4.



14.5. No terceiro acionamento, deve cortar os módulos frontais, mantendo a parte traseira.

14.6.

14.7.



14.8. No quarto acionamento, deve desligar a função.

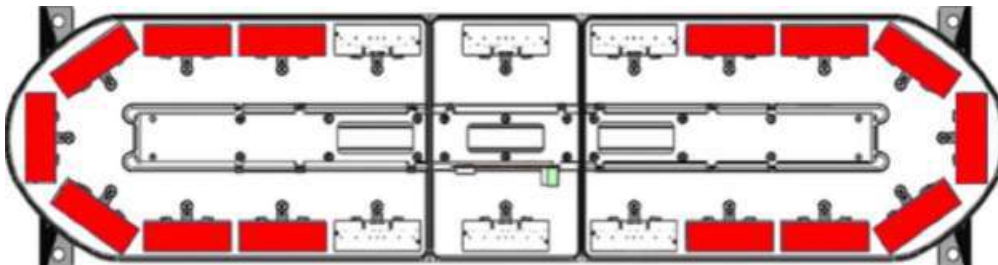
15. FUNÇÃO EMERGÊNCIA

15.1. O sinalizador deverá operar com **pisca alternado entre os módulos vermelhos e azuis**, com **frequência rápida**, caracterizando ostensividade elevada.

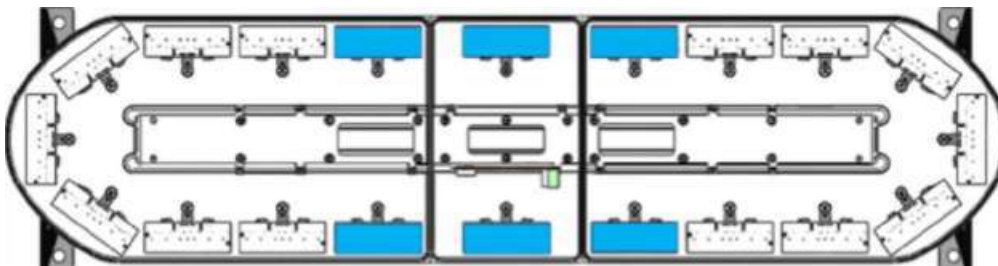
15.2. Os pulsos deverão ser de **100 milissegundos**, sem intervalos apagados entre as alternâncias.

15.3. Os **strokes deverão ser acionados de forma alternada**, juntamente com o conjunto **secundário vermelho**, **sem acionamento da sirene**.

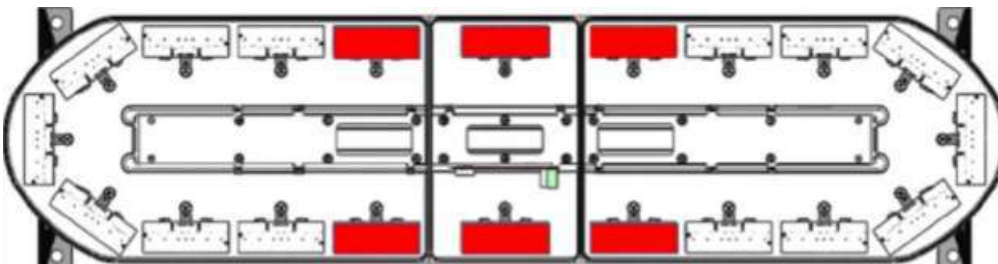
15.4. A sequência luminosa deverá seguir os seguintes tempos e padrões:



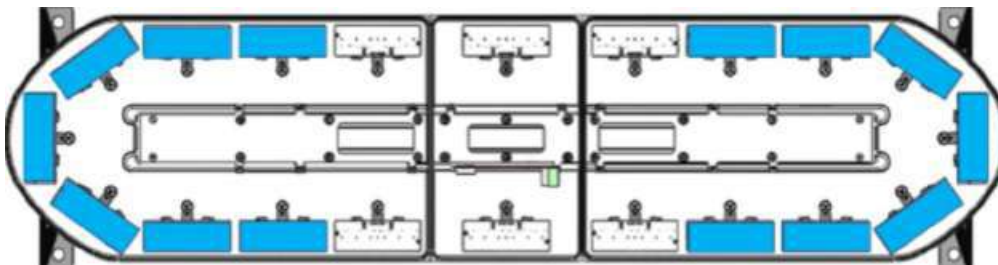
15.5. No segundo acionamento: Pisca azul no módulo central, módulos laterais apagados.



15.6. No terceiro acionamento: Pisca vermelho no módulo central, módulos laterais apagados.



15.7. No quarto acionamento: Pisca azul nos módulos laterais, módulo central apagado.



16. **FUNÇÕES DO MÓDULO DE CONTROLE DO SINALIZADOR**

16.1. **Sirenada:** Acionamento sem retenção para o tom *Pierce*, tipo “toque rápido”.

16.2. **Strobo:** Liga e desliga os conjuntos auxiliares de luz branca de forma independente da sinalização de teto. Ação com um toque curto.

16.3. **Sirene:** Alterna entre os tons *Wail*, *Yelp* e *Pierce* a cada toque. Ao pressionar por 3 segundos, a sirene é desligada.

16.4. **Horn e Piai:** Acionamento temporário dos respectivos sons (*Horn* e *Piai*).

16.5. **Setas direcionais (esquerda e direita):** Permite o uso direcional para fins de trânsito (direita para esquerda e esquerda para direita).

16.6. **Luzes de Beco:** Aciona sequencialmente as luzes brancas do sinalizador:

16.6.1. **Primeiro acionamento:** Todas as luzes acesas (frontal, lateral esquerda e lateral direita).

16.6.2. **Segundo acionamento:** Somente luz de beco esquerda.

16.6.3. **Terceiro acionamento:** Somente luz de beco direita.

16.6.4. **Quarto acionamento:** Somente luz frontal (*abordagem*).

16.6.5. **Quinto acionamento:** Desliga a função.

17. **OBSERVAÇÕES GERAIS**

17.1. A instalação e os materiais devem respeitar padrões de segurança, ergonomia e integridade física dos policiais

17.2. A barra deverá ser projetada para não interferir no embarque e desembarque dos ocupantes

17.3. Todos os componentes devem ser resistentes a impactos, intempéries e variações climáticas

17.4. **Documentação e laudos técnicos deverão ser apresentados obrigatoriamente na avaliação do protótipo**

Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061294067** e o código CRC **6E06E210**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

CÂMERAS FIXAS EMBARCADAS

A presente contratação tem por objeto o fornecimento de sistema de gravação veicular para viaturas policiais operacionais, composto por DVR veicular com 2 canais, microcâmera IR com áudio embutido e software ou sistema web de monitoramento e rastreamento, incluindo fornecimento, manutenção e suporte técnico integral da solução, conforme especificações técnicas mínimas descritas neste termo.

1. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

1.1. CENTRAL MULTIFUNCIONAL DE VÍDEO EMBARCADO (DVR VEICULAR)

- 1.1.1. Quantidade: 01 (uma) unidade por viatura;
- 1.1.2. Gravação de vídeo e áudio em qualidade Full HD (1920x1080), com resistência a vibrações e impactos mecânicos;
- 1.1.3. Permitir ativação/desativação individual do áudio por câmera, bem como monitoramento remoto de áudio e vídeo em tempo real via redes móveis (3G/4G LTE/Edge/GPRS) e Wi-Fi;
- 1.1.4. Capacidade de suportar aplicações simultâneas de vídeo, áudio e dados em tempo real, sem comprometimento de desempenho;
- 1.1.5. Suporte simultâneo ao uso de 01 (um) SSD e 01 (um) cartão SD (SD Card);
- 1.1.6. Armazenamento em SSD (Solid State Drive), interface NVMe ou SATA, com capacidade mínima de 1TB, formato 2,5" e cartão SD com capacidade mínima de 128 GB. Não serão aceitos discos rígidos tradicionais (HDD);
- 1.1.7. Mínimo de 02 (duas) entradas de vídeo analógico ou digital, sendo no mínimo 01 (uma) entrada com suporte para câmera IP;
- 1.1.8. Mínimo de 02 (duas) entrada e 01 (uma) saída de áudio;
- 1.1.9. Possuir aplicativo unificado para dispositivos móveis Android e iOS para acesso remoto;
- 1.1.10. Interface Wi-Fi 802.11g/n (mínimo 128 Mbps);
- 1.1.11. Interface de rede LAN 10/100/1000 Mbps;
- 1.1.12. Slot para SIM Card (com suporte opcional as redes GPRS/Edge e obrigatório as redes 3G/4G LTE);
- 1.1.13. Função watchdog;
- 1.1.14. Gerenciamento automático do espaço em disco, com opção de exclusão automática de gravações mais antigas ao atingir a capacidade máxima, priorizando a exclusão do evento com menor prioridade e data mais antiga;
- 1.1.15. Monitoramento contínuo do áudio captado e armazenamento sincronizado com o vídeo, com possibilidade de consulta em tempo real ou posterior via central de operações;
- 1.1.16. Formatos de vídeo de entrada compatíveis: NTSC/PAL;
- 1.1.17. Sistema operacional embarcado (firmware dedicado);
- 1.1.18. Gravação em até 02 (dois) canais de vídeo simultaneamente, com taxa de até 30 fps por canal (60 fps no total);
- 1.1.19. Transmissão adaptável de vídeo, com qualidade ajustável dinamicamente para conexão de baixa largura de banda, sem afetar a qualidade da gravação local;
- 1.1.20. Possibilidade de configurar fluxos (streams) independentes de gravação e transmissão, mantendo a gravação em qualidade Full HD (1920x1080) e transmissão em qualidade ajustável conforme necessidade;
- 1.1.21. Modos de gravação: contínuo, manual ou por detecção de movimento, possuindo detecção inteligente de movimento, com configuração personalizada das áreas de detecção;
- 1.1.22. Possibilidade de seleção de resoluções de gravação, contendo obrigatoriamente a resolução FullHD (1920x1080);
- 1.1.23. Visualização local com definição de mosaico personalizável pela Central de Monitoramento;

- 1.1.24. Sensor de movimento via software;
- 1.1.25. Exibição de data/hora da gravação sobreposta à imagem;
- 1.1.26. Inserção de coordenadas GPS (latitude e longitude), velocidade do veículo e prefixo na gravação e na visualização remota;
- 1.1.27. Suporte a múltiplos perfis de usuário com níveis de acesso diferenciados;
- 1.1.28. Interfaces mínimas: 01 (uma) USB, 01 (uma) RS-485, 02 (duas) RS-232;
- 1.1.29. GPS embarcado;
- 1.1.30. Possuir, no mínimo, 01 (uma) saída de vídeo VGA;
- 1.1.31. Suportar funcionalidades OSD (On Screen Display), incluindo:
 - a) título da câmera;
 - b) horário;
 - c) perda de sinal de vídeo;
 - d) travamento da câmera;
 - e) detecção de movimento;
 - f) indicação de gravação ativa;
- 1.1.32. Suportar gravação de áudio no formato G.711a;
- 1.1.33. Suportar os seguintes protocolos de rede: TCP/IP, UDP, DHCP, DDNS, FTP e Email;
- 1.1.34. Informar o estado atual do SSD e apresentar estatísticas de streaming por canal.

1.2. **MICROCÂMERA IR AUTOMOTIVA COM CAPTAÇÃO DE ÁUDIO**

- 1.3. Quantidade: 01 (uma) unidade instalada no compartimento de custódia;
- 1.4. Microfone embutido na câmera para captação de áudio interno da cela;
- 1.4.1. Sensibilidade mínima: 0,5 lux;
- 1.4.2. Lente de 2,8 mm;
- 1.4.3. Saída de vídeo: 1.0Vp-p;
- 1.4.4. Compatível com os sistemas PAL e NTSC;
- 1.4.5. Resolução mínima de imagem: 1920 x 1080 pixels (Full HD);
- 1.4.6. Capacidade de transmissão de vídeo em 1920 x 1080 a 30 fps (quadros por segundo);
- 1.4.7. Controle de ganho automático (AGC);
- 1.4.8. Grau de proteção IP66 (à prova de poeira e jatos fortes de água) ou superior;
- 1.4.9. Baixo consumo de energia: inferior ou igual a 50 mA a 12VDC;
- 1.4.10. Lentes coloridas adequadas ao uso embarcado em veículos;
- 1.4.11. Ângulo de visão amplo: mínimo de 110°;
- 1.4.12. Obturador eletrônico com tempo variável entre 1/50 e 1/100.000 segundos;
- 1.4.13. Visão noturna por infravermelho com alcance mínimo de 5 metros;
- 1.4.14. Balanceamento de branco automático;
- 1.4.15. Sensor de imagem em estado sólido de 1/2.7" ou superior, com varredura progressiva (progressive scan);
- 1.4.16. Redução de ruído digital;
- 1.4.17. Resistência a impacto com grau de proteção mínimo IK10;
- 1.4.18. Possuir certificações ECE, FCC e UL.

1.5. **REQUISITOS ADICIONAIS**

- 1.5.1. Fornecimento, manutenção e atualização do software ou sistemas web incluídos na proposta, sem custos adicionais ou taxas de licenciamento durante a vigência do contrato.
- 1.5.2. Acompanhamento simultâneo georreferenciado das viaturas em mapa (Google Maps ou equivalente), por meio de software ou sistema web fornecido para monitoramento e controle em tempo real;
- 1.5.3. Configuração de cercas virtuais com alertas por e-mail ao entrar ou sair de perímetros definidos;
- 1.5.4. Sistema de rastreamento GPS com painel visual integrando vídeo, localização, velocidade, status de conexão e status do veículo (motor ligado/desligado, em movimento/parado);
- 1.5.5. Gerar e fornecer relatórios de ocorrências com base nas informações captadas via GPS.

2. **DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E INSTALAÇÃO**

2.1. A contratada deverá realizar a entrega e instalação dos equipamentos nas viaturas indicadas pela Administração conforme características e quantidades presentes no termo de referência, incluindo todos os acessórios necessários, cabeamentos, conectores, suporte técnico e ajustes para pleno funcionamento.

2.2. A instalação deverá ocorrer antes da entrega definitiva do veículo para uso.

3. **A GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO**

3.1. A contratada deverá fornecer garantia de funcionamento e assistência técnica local ou remota com SLA de atendimento em até 48 horas, sem custos adicionais, durante a vigência do contrato.

4. **DO FORNECIMENTO DO SOFTWARE**

4.1. A solução deverá incluir sistema completo de visualização, gerenciamento e rastreamento de imagens e veículos, com as seguintes condições:

4.1.1. Plataforma web com interface gráfica compatível com navegadores atualizados;

4.1.2. Aplicativo móvel compatível com Android e iOS;

4.1.3. Sem necessidade de pagamento de licenças, renovações ou taxas adicionais durante a vigência do contrato;

4.1.4. Acesso simultâneo a múltiplos veículos no painel de controle;

4.1.5. Possibilidade de gravação remota de vídeos diretamente na central.

Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061294104** e o código CRC **8B4FC948**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CÃES

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

- 1.1. A fim de permitir o transporte de 2 (dois) cães, com a segurança, o compartimento traseiro do veículo destinado ao transporte de bagagens deverá ser adaptado seguindo os seguintes critérios:
 - 1.1.1. O interior do compartimento traseiro, destinado ao transporte dos dois cães, deverá sofrer as adaptações necessárias a fim de não permitir que cães tenham acesso a qualquer um dos equipamentos obrigatório (ferramentas, estepe etc.) ou outras peças/partes existentes nesse compartimento.
 - 1.1.2. O habitáculo deverá ter saídas de ar-condicionado para refrigeração do compartimento de cães, podendo ser adaptado um sistema de ar-condicionado independente desde que por empresa homologada pela montadora;
 - 1.1.3. A tonalidade (cor) das peças deverá ser escura (preferencialmente cinza).
 - 1.1.4. A adaptadora deverá instalar uma divisória de proteção, confeccionada em fibra de vidro ou ABS na parte inferior e policarbonato na parte superior, a ser instalada transversalmente atrás do banco traseiro.
 - 1.1.5. A divisória será formada por uma parte opaca (inferior), confeccionada em chapa de fibra de vidro ou ABS (Acrilonitrila Butadieno Estireno) com espessura não inferior a 3,5 mm, prolongando-se da base do piso do compartimento de traseiro até o alinhamento superior do banco traseiro, desconsiderando-se o encosto de cabeça, uma parte transparente (superior), confeccionada em chapa de policarbonato com espessura não inferior a 3,5 mm, prolongando-se do alinhamento superior do banco traseiro até o teto.
 - 1.1.6. A divisória deverá possuir sistema que permita a circulação suficiente de ar em todo o interior do veículo e estar, adequadamente fixada, por meio de uma estrutura tubular de aço com, no mínimo, 1 polegada de diâmetro e 2mm de espessura, parafusada à carroçaria do veículo em, no mínimo, 6 pontos distintos.
 - 1.1.7. O revestimento do piso do habitáculo traseiro deverá ser confeccionado em material emborrachado e antiderrapante, atualizado, garantindo segurança e estabilidade aos animais, em uma única peça, com espessura não inferior a 3,5 mm, a ser moldada e aplicada em toda a extensão da base do compartimento traseiro, prolongando-se nas laterais e na parte anterior, até o alinhamento dos vidros, integrando-se perfeitamente ao veículo e às demais adaptações.
 - 1.1.8. Deverá haver uma divisória longitudinal para divisão do habitáculo traseiro em duas metades iguais, para que comporte 2 (dois) cães, não podendo haver “cantos vivos” que possam causar ferimentos nos animais, confeccionada em chapa de fibra de vidro ou ABS (Acrilonitrila Butadieno Estireno) com espessura não inferior a 3,5mm, prolongando-se da base do piso do compartimento de traseiro até o alinhamento superior do banco traseiro, desconsiderando-se o encosto de cabeça, uma parte transparente (superior), confeccionada em chapa de policarbonato com espessura não inferior a 3,5mm, prolongando-se do alinhamento superior do banco traseiro até o teto;
 - 1.1.9. As duas gaiolas deverão ter, preferencialmente, duto de ventilação uma com a outra, com pelo menos 50mm;
 - 1.1.10. A porta vertical dupla para o habitáculo deverá ser construída em barras de aço maciças de no mínimo 10mm de diâmetro, com distância entre uma e outra de no máximo 50mm, 01 (um) ferrolho de fácil acionamento e com trava de segurança;
 - 1.1.11. Deverá possuir, no mínimo, 2 pontos de drenagem com tampa, sendo 1 dreno em cada gaiola.
 - 1.1.12. Caso o estepe original seja alojado dentro do compartimento do porta-malas, este deverá ser reposicionado ou o revestimento do piso deverá possuir sistema de abertura para facilitar o acesso à peça.

IMAGEM ILUSTRATIVA



Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061294141** e o código CRC **9F5E0B78**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO (CELA)

1. ADAPTAÇÃO NOS VEÍCULOS TIPO PICK-UP

1.1. Compartimento de carga deverá ser coberto por capota, em material reforçado, com alinhamentos externos na altura e largura da cabine original do veículo e comprimento não maior que o da caçamba, dividido em dois ambientes isolados com divisória entre ambos constituída de revestimento em chapa de aço lisa, sendo o primeiro ambiente, contíguo à cabine, destinado para transporte de equipamentos, que deverá ocupar 1/3 do espaço total da caçamba e o outro para transporte de detidos que deverá ocupar 2/3 do espaço da caçamba, ambos adaptados ao espaço total da caçamba.

1.2. O ambiente para **transporte de equipamentos** deverá possuir internamente em sua face posterior superior suporte e ganchos para encaixe de, no mínimo, 4 capacetes e 4 tonfas, e em sua face anterior medial fita com trava metálica para fixação de, no mínimo, 4 escudos, conforme configuração a ser apresentada; deverá também possuir duas portas, sendo uma em cada lateral, com abertura basculante para cima para acesso ao compartimento de carga, cada uma deverá possuir 2 dobradiças em material resistente e ser sustentada por dois amortecedores articulados, além de trava externa que impeça sua abertura de forma involuntária e permita o trancamento com chave. Tal fechamento deverá impedir a entrada de água durante o deslocamento com chuva. O ambiente deverá possuir sistema de iluminação com proteção metálica que permitam acionamento por mecanismo instalado no painel do veículo e no interior do compartimento. Deverá possuir internamente, duas barras de aço revestidas com material emborrachado, implantadas lateralmente paralelas às paredes laterais da caçamba ligando ambas as faces internas metálicas para melhor sustentação da estrutura de forma que não prejudique a colocação do material.

1.3. Especificações Técnicas para Adaptação de Compartimento de Acondicionamento Provisório de Detidos

1.3.1. Dimensões e Estrutura

1.3.1.1. Dimensões mínimas por detento: 800 mm de altura, 400 mm de largura e 650 mm de profundidade

1.3.1.2. Capacidade mínima do compartimento: 410 litros

1.3.1.3. Estrutura resistente a impactos e à prova d'água

1.3.2. Revestimento e Proteção

1.3.2.1. Material interno: Gradil para isolamento das partes envidraçadas e da chaparia

1.3.2.2. Proteção interna: Chapa perfurada em aço de mínimo 1,2 mm de espessura

1.3.2.3. Divisória: Do piso ao teto, separando o banco traseiro do compartimento, confeccionada em chapa de aço lisa na parte inferior e perfurada na superior, com ventilação adequada

1.3.2.4. Estrutura da divisória: Tubos quadrados de 20 mm de lado e 1,2 mm de espessura

1.3.2.5. Fixação e junção: Rebites em aço

1.3.3. Higienização e Escoamento

1.3.3.1. Revestimento do assoalho da cela: Fibra de vidro ou ABS, resistente à água e impactos

1.3.3.2. Extensão do revestimento: Se estende pelas laterais para facilitar limpeza

1.3.3.3. Drenagem: Dois drenos instalados nas extremidades traseiras da cela, com tampa rosqueada à prova de transposição de áreas alagadas

1.3.4. Acesso e Segurança

1.3.4.1. Porta de aço acoplada ao revestimento interno, estruturada com tubos quadrados de 20 mm de lado e 1,2 mm de espessura

1.3.4.2. Trava de segurança: Ferrolho chato, com dobradiças reforçadas e pino ponteadado com solda

1.3.4.3. Cinto de Segurança: Mínimo de dois pontos de ancoramento, com encaixe tipo macho inacessível ao detido.

1.3.4.4. Bloqueio de acesso a fechaduras/trincos para evitar manipulação pelos ocupantes

1.3.4.5. Reorganização de ferramentas e acessórios para evitar acesso a objetos potencialmente perigosos

1.3.5. **Monitoramento e Comunicação**

1.3.5.1. Sistema de vídeo e áudio integrado, permitindo comunicação entre os condutores e os detidos

1.3.6. **Saída de Emergência**

1.3.6.1. **Tampa de emergência:** Localizada na parte posterior do banco traseiro

1.3.6.2. **Fixação:** Porcas tipo borboleta, permitindo fácil remoção ao rebater o encosto do banco traseiro

IMAGEM ILUSTRATIVA



2. **ADAPTAÇÃO NOS VEÍCULOS TIPO SUV**

2.1. Cela adaptada no compartimento traseiro de bagagem, dotada de iluminação natural, mantendo os vidros das laterais e o traseiro originais, com proteção interna de chapa perfurada em aço de, no mínimo 1,2 mm de espessura, adaptado no compartimento de bagagem (porta-malas), cujo volume mínimo deverá ser de 450 (quatrocentos e cinquenta) litros

2.2. Nos locais de fixação e junção deverão ser utilizados rebites em aço.

2.3. Divisória do piso ao teto (separação do banco traseiro com o bagageiro), confeccionada em chapa de aço lisa, na parte inferior chapa inteira e perfurada na superior, possibilitando a ventilação, devendo essa ser estruturada por tubos quadrados com 20 mm de lado e no mínimo 1,2 mm de espessura, resistente a água e impactos;

2.4. Revestimento do assoalho da cela em fibra de vidro ou ABS, resistente a água e impactos se estendendo pelas suas laterais de forma permitir uma melhor lavagem/limpeza do compartimento, com escoamento dos líquidos para fora do veículo, através dos dois drenos, instalados nas extremidades traseiras da cela;

2.5. Porta de aço acoplada ao revestimento interno, estruturada por tubos quadrados com 20 mm de lado e no mínimo 1,2 mm de espessura, com tranca do tipo ferrolho chato e com pino das dobradiças ponteados com solda, para proteção da quinta porta traseira, com abertura pela lateral, da esquerda para direita;

2.6. Todo e qualquer acesso que possa existir pelo compartimento de detidos ao sistema de fecho/trinco da porta traseira deve ser devidamente bloqueado e caso existam ferramentas ou acessórios localizados na mala, estes deverão ser reposicionados fora dela. Ou, o interior do compartimento traseiro deverá sofrer as adaptações necessárias a fim de não permitir que seus eventuais ocupantes tenham acesso a qualquer um dos equipamentos obrigatórios (ferramentas, estepe, etc.), ou outras partes do veículo existentes nesse compartimento, que possam colocar em risco a integridade física dos policiais ou ainda de qualquer cidadão;

2.7. O compartimento deverá ser dotado com tampa para saída em casos de emergência, voltada para parte posterior do banco traseiro, a porta emergencial deverá ser fixada com porcas tipo borboleta com facilidade de acesso ao se rebater o encosto do banco traseiro.

2.8. Toda cela deverá ser pintada na cor cinza claro.

IMAGEM ILUSTRATIVA



2.9.

3. **ADAPTAÇÃO NOS VEÍCULOS TIPO FURGÃO**

3.1. Os veículos deverão estar equipados com rádio transceptor digital, sinalizador acústico, sinalizador visual fixo e estrobos conforme descrição técnica dos equipamentos.

3.2. O compartimento cela deverá ter altura mínima de 1.550 mm, ser localizado na parte traseira do veículo, com acesso pelas portas traseiras.

3.3. Deverá possuir divisória longitudinal em aço, separando compartimento em dois cômodos para o transporte dos presos e conter barra cilíndrica em aço para contenção com uso de algemas, com assoalho e bancos em um conjunto único, revestidos em chapa lavrada no caso do piso e chapa lisa no caso dos bancos, ambos de duralumínio com espessura mínima de 2,0 mm, ou outro material comprovadamente superior. Deverá existir um pequeno orifício para escoamento de líquido (um em cada cela). Revestimento frontal, lateral e teto em chapa de aço.

3.4. Deverá possuir coifas captadoras de ar na parte lateral do veículo, com no mínimo de seis em cada lateral, direcionadas para captação de ar quando do veículo em movimento, permitindo maior ventilação dentro do compartimento, construído de tal forma que não ocorram vazamentos ou infiltrações.

3.5. Deverá ter 02 (dois) mecanismos elétricos de ventilação e exaustão forçada, instalados no teto dos compartimentos de cada cela (um de ventilação e um de exaustão), com tela de proteção e controlados da cabine do motorista.

3.6. Divisória transversal em aço, entre o compartimento dos agentes prisionais e presos, com visores tipo janelas para inspeção com mecanismo de abertura/fechamento de controle da visualização

3.7. Deverá ter 02 (duas) luminárias vigias (uma em cada compartimento) com tela de proteção controlada da cabine do motorista. Duas portas tipo grade traseira, trancadas mediante sistema de trava dupla (uma em cada extremidade das portas) com furo para utilização de cadeado. Com dois cadeados com fechamento tetra e duas chaves, medindo no mínimo 50 mm, com haste curta e fabricação em aço.

3.8. O compartimento dos agentes prisionais deverá possuir capacidade para no mínimo 05 (cinco) pessoas ocupantes incluindo o motorista, que se dará pela adaptação de mais três bancos atrás do banco original, todos deverão ter encosto de cabeça e cintos de segurança.

3.9. O veículo deverá vir com película automotiva nos vidros laterais em nível máximo permitido (mais escuro) em conformidade com normas de trânsito vigentes.

- 3.10. Console específico para instalação de equipamento de radiocomunicação, e suporte central para armas longas, devidamente instalado entre os bancos dianteiros e traseiros, não obstruindo a movimentação dos ocupantes.
- 3.11. Deverá possuir farol localizador móvel, com lâmpada de no mínimo 55w, com cabo (fio) liso de 10 metros com plug para ligação na tomada do acendedor de cigarro.
- 3.12. Sistema de monitoramento por câmeras conforme descrição técnica dos equipamentos.

Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061294246** e o código CRC **69EC2B0D**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES - RABECÃO

1. ESPECIFICAÇÕES DO COMPARTIMENTO

1.1. Os veículos deverão possuir carroceria tipo baú de alumínio acoplado sobre o chassi, adaptada para o transporte de quatro urnas.

1.2. Baú (Pick Up)

1.2.1. A altura do baú deverá ficar no mesmo nível da cabine do veículo, podendo ultrapassar no máximo 30 cm (trinta centímetros). A largura do baú deve ser a mesma da cabine. O piso do baú deve ser o mais baixo possível, tendo como limite a altura mínima de 75 cm (setenta e cinco centímetros) em relação ao solo.

1.3. Suporte das Urnas:

1.3.1. O gradil deve ser produzido com material de alta resistência para o suporte das urnas, com 4 (quatro) compartimentos individuais para acondicionamento das urnas, dispostos em 2 (duas) divisões inferiores e 2 (duas) superiores. Os compartimentos devem possuir roletes cilíndricos produzidos com material resistentes a corrosão e deformação mecânica. Os compartimentos devem possuir travas individuais para impedir a movimentação da urna, devendo ser fixada na altura que fique abaixo da alça da urna.

1.4. Medida da Urna

1.4.1. Deverão fazer parte dos acessórios do veículo quatro urnas na cor branca ou clara construída em material resistente como a fibra de vidro ou similar e que tenha o peso máximo de 20 (vinte) quilos cada urna. A altura da urna não deve ser superior a 25 (vinte e cinco) centímetros. A largura deve ter 60 (sessenta) centímetros e 2 (dois) metros de comprimento. Deve possuir 8 (oito) alças resistentes e articuladas, distribuídas nas extremidades (pés e cabeça da vítima) e 3 (três) nas laterais de cada lado. As urnas devem possuir tampas com algum sistema de travamento.

1.5. Área Externa

1.5.1. Deverão ser instalados: No teto do baú de carga, quatro exaustores elétricos. Na parte superior traseira um farol de milha com acendimento individual. Na traseira, entre as portas e o teto do baú, um Sinalizador visual para advertência, conjunto de 6 (seis) Strobos em LED, de no mínimo 2w cada, na cor vermelho rubi. Nas laterais do baú devem ser fixadas faixas reflexivas.

1.6. Área Interna

1.6.1. O piso deve ser revestido com material impermeável, resistente e facilmente lavável, na cor branca ou clara. Deve possuir iluminação com luz branca e com acendimento individual.

1.6.2. Deverá ser acoplado ao baú um reservatório de água para higienização dos materiais e das mãos dos servidores.

1.7. Os veículos deverão conter **Para-Choque de Impulsão Dianteiro com Guincho Elétrico.**

1.8. Para-choque de impulsão (quebra-mato), pintura de proteção epóxi, dotado de proteção telada para os faróis e estrutura que suporte a instalação de um guincho. A peça deverá receber pintura eletrostática na cor preta e tratamento antioxidante com secagem em estufa;

1.9. Guincho elétrico integrado de capacidade mínima de tração 4000 kgf, controle remoto de 03 (três) pólos com cabo de acionamento com no mínimo 3,5 metros de comprimento, cabo de aço com comprimento mínimo de 27m e espessura de 5/16".

Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL
Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

IVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **IVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061294305** e o código CRC **92DE5A13**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

OUTROS ACESSÓRIOS

1. DO SUPORTE DE ARMAMENTO

1.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1.1. Material: Aço extrudado ou material de qualidade superior, na cor preta

1.1.2. Capacidade mínima: Acondicionamento seguro de 3 armas longas

1.1.3. Compatível com carabinas, fuzis e/ou espingardas

1.1.4. Encaixe para coronha na base, garantindo estabilidade e segurança

1.2. FIXAÇÃO E RESISTÊNCIA

1.2.1. Fixação no assoalho do veículo, garantindo resistência à trepidação e impactos

1.2.2. Estrutura robusta, capaz de suportar movimento constante de encaixe e retirada do armamento sem comprometer sua integridade

1.3. SEGURANÇA E ESTABILIDADE

1.3.1. Sistema de retenção firme, evitando deslocamentos acidentais durante deslocamento do veículo

1.3.2. Projetado para rápido acesso ao armamento em situações de necessidade operacional

1.4. OBSERVAÇÕES GERAIS

1.4.1. A instalação deverá ser realizada por profissionais qualificados , garantindo fixação segura e sem interferências na estrutura do veículo

1.4.2. O suporte deverá ser testado após a instalação , assegurando sua resistência e funcionalidade em condições reais de uso

2. GUINCHO ELÉTRICO

2.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

2.1.1. Tipo: Guincho elétrico frontal

2.1.2. Capacidade mínima: 9.500 lbs (4.309 kg)

2.1.3. Controle remoto:

2.1.4. Com fio, comprimento mínimo de 3,5 metros

2.1.5. Manual de operação em língua portuguesa

2.2. CABO DE AÇO

2.2.1. Comprimento mínimo: 24 metros

2.2.2. Material: Aço de alta resistência

2.3. OBSERVAÇÕES GERAIS

2.3.1. O equipamento deve ser resistente a impactos, vibrações e intempéries

2.3.2. Deve permitir operação segura e eficiente em ambientes adversos

2.3.3. A instalação deve ser realizada por profissionais qualificados, garantindo funcionamento adequado e fixação segura no veículo

3. DO ENGATE TRASEIRO

3.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

3.1.1. Tipo: Engate traseiro modelo bola

3.1.2. Homologação: Conforme normas do CONTRAN

3.2. **REQUISITOS TÉCNICOS**

3.2.1. Material: Aço carbono ou liga de alta resistência, com acabamento anticorrosivo

3.2.2. Fixação: Padrão original do veículo, garantindo instalação segura e resistente

3.2.3. Capacidade: Compatível com a carga de reboque especificada pelo fabricante do veículo

3.2.4. Pintura e proteção: Revestimento anticorrosivo para maior durabilidade

3.3. **INSTALAÇÃO E SEGURANÇA**

3.3.1. Deve ser realizada por profissionais qualificados , seguindo normas do CONTRAN e especificações do fabricante

3.3.2. O engate não pode interferir nos sensores do veículo ou em outros equipamentos de segurança

3.3.3. Deve possuir suporte para fixação da fiação elétrica do reboque, conforme exigências normativas

3.4. **OBSERVAÇÕES GERAIS**

3.4.1. Aprovação final sujeita à verificação da conformidade com a legislação vigente

3.4.2. Deve acompanhar certificado de homologação e documentação técnica para fiscalização

4. **DAS PELÍCULAS PROTETORAS**

4.1. Nos **veículos descaracterizados e caracterizados**, a CONTRATADA deverá providenciar a instalação de películas protetoras (insulfilmes), com proteção solar e antivandalismo mantendo - se o mínimo de transparência permitida pelos órgão de trânsito.

Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061294353** e o código CRC **AD8A4ACF**.



Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GRAFISMO E PLOTAGEM

**Polícia Militar do Estado de Rondônia -
PMRO**



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polícia Militar - PM

RESOLUÇÃO N. 01/2023/PM-DCOMSDEPCOMINST

Altera o Regulamento de Identidade Visual das Viaturas Operacionais e Administrativas da Polícia Militar do Estado de Rondônia.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, do Decreto nº 23.561, de 18 de janeiro de 2019, que regulamenta a identidade visual das viaturas da Polícia Militar e no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Artigo 14 do Regulamento Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia (R-12-PM),

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Regulamento de Identidade Visual das Viaturas Operacionais e Administrativa da Polícia Militar do Estado de Rondônia (RIV/PMRO), de 18 de Janeiro de 2019, passando a vigorar o regulamento anexo a esta resolução, e dar outras providências.

Art. 2º Fica aprovado o regulamento, anexo a esta Resolução, pelo qual se regerá a identificação das viaturas policiais militares.

Art. 3º Fica obrigatória a adequação da identidade visual das viaturas quando da realização dos serviços de manutenção na plotagem ou na renovação da frota.

Art. 4º Determinar que esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, em 25 de dezembro de 2023

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO – CORONEL QOPM
Comandante-Geral da PMRO

RIV/PMRO
REGULAMENTO DE IDENTIDADE VISUAL DAS VIATURAS OPERACIONAIS E
ADMINISTRATIVAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA

CAPÍTULO I
Da Finalidade

Art. 1º. O objetivo do regulamento de Identidade Visual das Viaturas Operacionais e Administrativas da Polícia Militar do Estado de Rondônia - RIV/PMRO é simplificar e adequar a divulgação, compreensão, reconhecimento e retenção dos elementos visuais, juntamente com seus padrões de cores e símbolos uniformizados, que funcionam como indicativos da presença da Corporação em atividades de serviço preventivo e ostensivo. Isso busca promover uma maior conexão entre a Polícia Militar e a comunidade.

CAPÍTULO II
DAS VIATURAS, SÍMBOLOS, PLOTAGEM E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Seção I
Das Viaturas Policiais Militares

Art. 2º. O veículo policial militar é a designação geral para qualquer meio de transporte de pessoas ou carga, de natureza oficial, motorizado e pertencente à Polícia Militar. Esses veículos desempenham um papel crucial na execução de atividades ostensivas, garantindo a mobilidade da Instituição, sendo amplamente empregados em várias operações e especialidades de policiamento.

Seção II
Dos Símbolos

Art. 3º. Nas viaturas, serão aplicados símbolos que destacam a relevância da história da Instituição, cujos significados estão relacionados à identidade policial militar do Estado de Rondônia. Esses elementos, expressos por meio de formas, cores e traçados, evocam o patrimônio histórico e cultural de Rondônia, incluindo a Bandeira do Estado, o Forte Príncipe da Beira, o Estandarte da PMRO, os Brasões de suas Unidades especializadas, o símbolo nacional das Polícias Militares e o distintivo Sillitoe Tartan. Essa iniciativa busca resgatar as cores de nossa brasão, e modernizar a comunicação visual.

Seção III
Da Plotagem

Art. 4º. A plotagem deverá ser realizada em vinil de alta qualidade, com exceção das celas, embarcações e aeronaves, que deverão ser pintadas com tinta automotiva específica de alta qualidade, conforme as especificações constantes do Anexos XIV e XX deste Regulamento, com a garantia mínima de 3 (três) anos, não sendo aceito desbotamentos e deterioração que não estejam vinculados a sinistros decorrentes da atividade policial, podendo ser refletivo ou não refletivo.

Art. 5º. Fica vedada a inserção ou alteração de elemento visual que não esteja previsto no Regulamento, como também qualquer plotagem no para-brisa, vidros de janelas e vidro traseiro que não esteja prevista neste Regulamento, sendo assim o Comandante de Unidade responsável pela manutenção integral deste regulamento.

Parágrafo único. Em casos específicos, os objetos gráficos estabelecidos neste Regulamento poderão ser plotados nos vidros das viaturas, conforme marca e modelo de veículo, desde que não prejudiquem a visão do motorista, mediante autorização expressa do Comandante-Geral, alterando o regulamento.

Art. 6º. Fica vedado o uso de bordas em qualquer objeto gráfico plotado nos veículos operacionais e administrativos, com exceção dos Brasões e Logotipos, os quais possuem especificações de imagem próprias em regulamentação específica do Brasão de cada Unidade.

Art. 7º. Os padrões apresentados não devem ser alterados em suas cores, diagramação ou proporções, nem ser sobrepostas ou subpostas por elementos gráficos, linhas, dentre outros, devendo ser reproduzidos com fidelidade às instruções aqui contidas.

Seção IV
Das Especificações Técnicas das Imagens dos Símbolos

Art. 8º. As especificações de plotagem descritas neste Regulamento, nos modelos dos veículos apresentados serão também seguidos em outros modelos e marcas de veículos a serem utilizados, tanto administrativos quanto operacionais na Polícia Militar do Estado de Rondônia, conforme aquisições ou locações efetuadas pela Instituição.

Art. 9º. O Escudo da Polícia Militar será plotado, posicionado nas laterais traseiras das viaturas, próximo a lanterna, centralizado, medindo 210mm x 250mm, devendo respeitar as características dispostas no Decreto nº 429, de 25 de agosto de 1982.



Parágrafo único. Nas unidades especializadas, o Escudo da Polícia Militar será substituído pelo Escudo da Unidade, plotado conforme especificações no Art. 9º da Seção IV, com exceção do BPTRAN.

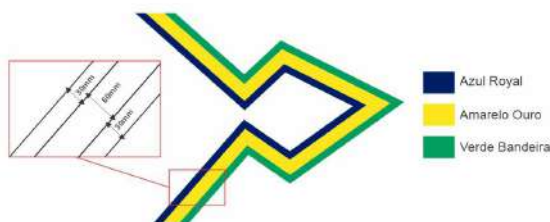
Art. 10. O Brasão de Armas do Estado de Rondônia será aplicado em material refletivo, posicionado em ambos os lados, na parte inferior da porta dianteira da viatura, a uma distância de cerca de 8 a 12 centímetros do Forte Príncipe da Beira. Pode haver variação dessa distância para se adequar ao modelo do veículo, com as medidas de 150 mm x 80 mm. É necessário observar e respeitar as características dispostas na Lei nº 4.158, de 24 de outubro de 2017.



Art. 11. Respeitando as dimensões mínimas poderão ser autorizados redimensionamentos simples a maior do Brasão e Estandarte da Polícia Militar, Brasões, Escudos e Estandartes das Unidades Especializadas e das Equipes Especiais, para adequar às características dos veículos, desde que não interfira na visibilidade do Estandarte, bem como não atrapalhe as dimensões dos outros símbolos a serem inseridos no automóvel, devendo ocorrer somente com autorização fundamentada do Comandante Geral.

Art. 12. O Forte Príncipe da Beira, patrimônio histórico, simboliza a segurança proporcionada pela Polícia Militar do Estado de Rondônia. Sua representação artística será exibida em três cores da bandeira do Estado de Rondônia, posicionada nas laterais, percorrendo desde a porta dianteira até a coluna superior do teto. Em destaque, as cores azul e verde terão uma espessura de 30 mm cada, enquanto a cor amarela terá 60 mm, sem excluir partes que definem sua linguagem, adaptando-se a cada marca e modelo de veículo.

Parágrafo único. O Batalhão de Operações Especiais (BOPE) não seguirá a determinação de cores do artigo anterior, deverá obrigatoriamente seguir com as cores da unidade nas linhas do Forte Príncipe da Beira.

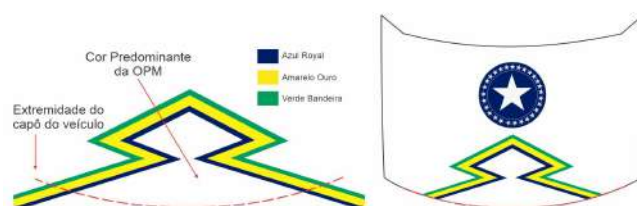


Art. 13. As cores das linhas do Forte Príncipe da Beira serão adequadas para o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), conforme tabela:

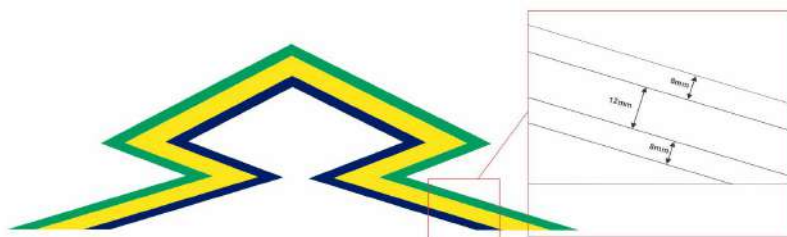


Parágrafo Primeiro. No capô dianteiro e na tampa traseira da viatura, será disposta a ponta do Forte Príncipe da Beira. Sua forma geométrica será triplicada, e as linhas terão as cores inspiradas na Bandeira do Estado de Rondônia, posicionadas centralizadas na extremidade do capô e na tampa traseira próximo ao para-choque.

Capô:

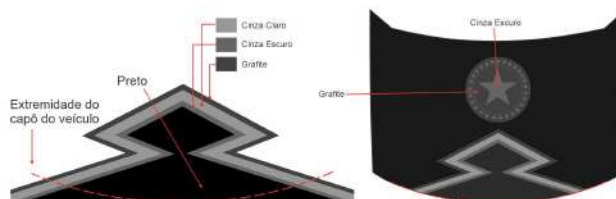


Tampa traseira:

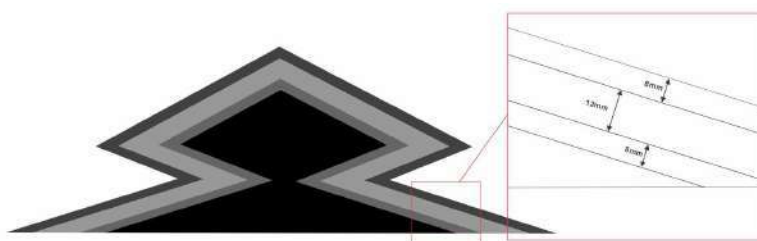


Parágrafo Segundo: No capô dianteiro e na tampa traseira da viatura do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), será disposta a ponta do Forte Príncipe da Beira. Sua forma geométrica será triplicada, e as linhas No capô dianteiro e na tampa traseira da viatura, será disposta a ponta do Forte Príncipe da Beira. Sua forma geométrica será triplicada, e as linhas terão as cores que representa a unidade, posicionadas centralizadas na extremidade do capô e na tampa traseira próximo ao para-choque.

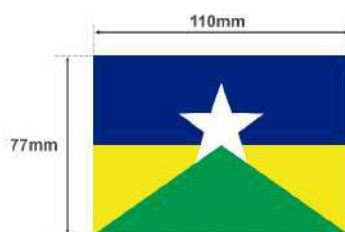
Capô:



Tampa Traseira



Art. 14. A Bandeira do Estado de Rondônia será posicionada a direita na tampa traseira cerca de 8 a 12 centímetros acima do para-choque, medindo 110 mm de base e 77 mm de altura, será plotada em material de alta qualidade, respeitadas as suas cores conforme o disposto no Decreto-Lei nº 007, de 31 de dezembro de 1981.



Art. 15. O Emblema Nacional das Polícias Militares tem a seguinte descrição heráldica: Brasão circular internamente um círculo

em azul (blau) carregado com 26 (vinte e seis) estrelas em prata, representando os Estados da República Federativa do Brasil e em abismo vermelho (goles), representando a justiça, uma estrela de 5 (cinco) pontas gironadas em amarelo ouro (jalne) representa o Distrito Federal, finalizando o conjunto que simboliza a segurança e proteção exercida pelas polícias militares em todas as Unidades Federativas do Brasil.



Art. 16. Para a Polícia Militar do Estado de Rondônia, o emblema terá o traçado original, adotando-se a cor azul, na mesma forma inserida no Brasão da Corporação, simbolizando a farda da PMRO no policiamento ordinário, podendo haver variedade de cores, de acordo com as tonalidades e padrões de cada especialidade da Unidade.



Art. 17. O escudo que representa o símbolo das polícias será plotado com adesivo recortado e a cor branca em material refletivo no capô dianteiro (tampa do motor), nas dimensões de 35 cm x 35 cm, podendo ser dimensionado até a medida de 40 cm x 40 cm em viaturas com capô maior, visando garantir a visibilidade.

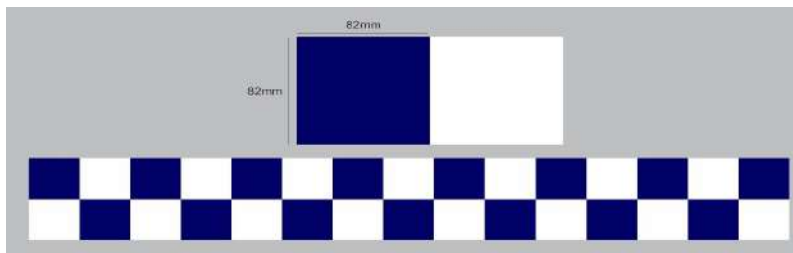
Parágrafo único. Cada viatura será plotada de acordo com a tabela de cores referente à especialidade da Unidade, a qual está vinculada e ao tipo de VTR.



Art. 18. O Sillitoe Tartan (faixa xadrez) é um distintivo internacional xadrez preto e branco, usado como ícone de policiamento em todo o mundo, podendo ser composto de diferentes cores, garantindo a identificação do trabalho ostensivo da Corporação.



Art. 19. Na Polícia Militar do Estado de Rondônia, a faixa xadrez será aplicada exclusivamente nos veículo da unidade do Batalhão de Trânsito (BPTRAN) e na Coordenadoria de Saúde. A faixa será aplicada em duas cores, posicionada entre o eixo traseiro até próximo às linhas do Forte Príncipe da Beira na porta dianteira dos veículos de quatro rodas. O design será adequado e consistirá em um conjunto de dois quadrados de tamanhos iguais (82 mm x 82 mm), totalizando uma faixa com largura de 246 mm. O comprimento da faixa será adaptado a cada marca e modelo específico do veículo.



CAPÍTULO III

DOS PREFIXOS E DÍSTICOS NAS VIATURAS

Seção I

Dos Prefixos

Art. 20. Os prefixos e numerações obedecerão ao disposto nas normas internas sobre administração, cálculo, distribuição e prefixos de veículos da Polícia Militar do Estado de Rondônia e o disposto neste Regulamento.

Art. 21. O prefixo de identificação será plotado nas lateral esquerda, posicionado na parte frontal da viatura, no espaço que compreende o vértice dos para-lamas dianteiros e o limite inicial da porta dianteira, no espaço em que couber a total aplicação de modo a não haver quebra de sua visibilidade, conforme cada modelo de veículo, em fonte arial black com 60 mm de altura.

Art. 22. O teto da viatura será plotado com o prefixo alfanumérico da viatura acima, em vinil recortado em fonte arial black na cor preta, nas dimensões proporcionais ao espaço do teto, com a finalidade de identificação aérea.



Seção II Do Número de Emergência - 190 e Pictograma

Art. 23. O número de chamada de emergência e o pictograma da figura do telefone serão reflexivos, posicionados abaixo do escudo da Polícia Militar, e, nas unidades especializadas, abaixo do respectivo escudo. A fonte utilizada será Arial Black, com 300 mm x 115 mm de altura, na cor branca. O pictograma estará localizado no lado esquerdo do número de emergência, em ambos os lados, também na cor branca.



Seção III Do Dístico Polícia Militar

Art. 24. O dístico POLÍCIA será em adesivo recortado e refletivo, aplicado nas laterais do veículo, na cor correspondente à modalidade de policiamento. Utilizando a fonte arial black, abrangerá toda a porta traseira até o Forte Príncipe da Beira na porta dianteira, com 280 mm de altura por 1200 mm de comprimento, desconsiderando o tamanho do acento na expressão POLÍCIA. O dístico MILITAR será também refletivo, aplicado nas laterais do veículo na cor correspondente à modalidade de policiamento, com 90 mm de altura, posicionado em baixo do dístico POLÍCIA conforme imagem a baixo:



Parágrafo único. As viaturas de radiopatrulha e demais tipos de policiamentos especializados motorizados, empregados na atividade operacional e administrativa, deverão ser plotada a inscrição, conforme o policiamento, nas laterais traseiras, quando branco em adesivo refletivo acima do Escudo da Polícia Militar ou Unidade Especializada, com 60 mm de altura, em fonte arial black, na cor definida de sua modalidade, de acordo com os exemplos:



Seção IV

Do Sítio Digital da PMRO

Art. 25. O sítio digital www.pm.ro.gov.br será plotado em material refletivo, na extremidade alta do vidro traseiro em fonte arial black nas cores branco ou preto, conforme o insulfilm aplicado no vidro.

40mm | **www.pm.ro.gov.br**

Seção V

Do Logotipo de Gestão e Convênios

Art. 26. O logotipo da gestão do Governo de Rondônia e a identificação do convênio de aquisição, quando houver, serão posicionados na parte inferior das 2 (duas) portas laterais dianteiras das viaturas.

Parágrafo único. O logotipo do governo será posicionado à direita do logotipo do convênio,

ambos em vinil impresso não refletivo, no tamanho médio de 8 cm, podendo ser redimensionado a maior, adequando-se ao espaço das portas laterais traseiras, abaixo da Siltoe Tartan, podendo em situações especiais, ser readequada em local visível, desde que não comprometa a plotagem e as características básicas da viatura policial-militar.

CAPÍTULO IV

DAS CORES DAS VIATURAS

Seção I

Das Especificações Gerais

Art. 27. As viaturas operacionais e administrativas terão obrigatoriamente cada uma sua cor predominante conforme sua especialidade.

Art. 28. As viaturas destinadas ao policiamento especializado - Batalhão de Operações Especiais - BOPE, Batalhão de Policiamento de Fronteira - BPFron, Batalhão de Polícia de Choque - BPCHOQUE, Patrulhamento Tático Móvel - PATAMO e Batalhão de Polícia Ambiental - BPA, poderão preferencialmente receber veículos com as seguintes cores reduzindo o envelopamento do veículo:

- I - Batalhão de Operações Especiais - BOPE, veículo na cor preta;
- II - Batalhão de Polícia de Choque - BPCHOQUE, veículo na cor cinza;
- III - Força Tática - veículo na cor cinza
- IV - Batalhão de Policiamento de Fronteira - BPFron, veículo na cor verde;
- V - Patrulhamento Tático Móvel - PATAMO - veículo na cor cinza; e
- V - Batalhão de Polícia Ambiental - BPA - veículo na verde.

Parágrafo único. As viaturas destinadas às organizações policiais militares especificadas neste artigo, receberão a plotagem de camuflagem digitalizada pixelado nas cores específicas, ou conforme cor já estabelecido da unidade, devendo a plotagem ficar na cor fosca, sendo não refletivo.

Seção II

Das Viaturas Administrativas

Art. 29. As viaturas administrativas e escolares terão padrão único na cor branca com detalhes simples, desvinculando-se da imagem ostensiva da Polícia Militar, e poderá ser plotado na porta traseira o nome da organização Policial Militar de locação da viatura.

§ 1º. Os veículos de transporte escolar são enquadrados como veículo administrativo e obedecerão aos parâmetros de nomenclatura como transporte de pessoal e transporte com conformidade especial, na cor branca e nomeada no prefixo como ESP.

Seção III

Das Embarcações, Aviões, Coletivos e Caminhões

Art. 30. Seguirão o modelo das viaturas operacionais, conforme as especificações de cada unidade e modelos anexos.

Parágrafo único. As embarcações e Aviões poderão ser pintadas ou adesivadas com material que atenda os seguintes requisitos:

I - tinta adequada e específica ao material da embarcação;

II - durabilidade superior a 5 (cinco) anos;

III - alta resistência ao envelhecimento e incrustamento;

IV - alta resistência à água e intempéries comuns dos rios; e

V - manutenção do brilho peculiar.

Seção IV

Das Motocicletas, Triciclos e Bicicleta

Art. 31. As motocicletas, triciclos e bicicletas seguirão o padrão estipulado para as viaturas operacionais de cada Unidade, dispondo em suas carenagens os símbolos previstos neste Regulamento, garantindo a visibilidade e identificação imediata.

Seção V

Da Especificação das Cores

Art. 32. As cores das viaturas foram definidas tendo como referências os fardamentos oficiais e as especialidades de policiamento da Polícia Militar do Estado de Rondônia e terão seus tons conforme descrito nesta padronização, sendo vedado qualquer alteração de tom e cor não previstos neste Regulamento.

Art. 33. As cores adotadas para as viaturas da Polícia Militar do Estado de Rondônia serão determinadas conforme os exemplos apresentados no anexo a esta resolução.

Seção VI

Do Material

Art. 34. A plotagem dos veículos deve ser realizada em vinil de alta qualidade, refletivo ou não refletivo nos objetos determinados nesta padronização ou em toda sua totalidade.

Parágrafo único. Com exceção das embarcações e aeronave que deverão receber pintura ou plotagem, esta de alta qualidade, com durabilidade mínima de 5 (cinco) anos.

Art. 35. O vinil ou tinta deverá ser durável e de alta qualidade, com garantia de no mínimo 3 (três) anos, sendo processado e aplicado corretamente, tendo características de resistência a encolhimento, flexibilidade, adesão, remoção de liner, resistência a impacto, envelhecimento, resistência à água, brilho especular e desgaste por intempéries.

CAPÍTULO V

DAS NORMAS GERAIS

Parágrafo único. As descrições técnicas estabelecidas serão executadas a rigor, as definições que não se especificam referem-se ao aproveitamento em diversos tipos de marcas e modelos de diferentes veículos empregados.

Art. 36. As disposições contidas neste Regulamento só poderão ser alteradas por ato do Comandante- Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, fundamentada e regulada através de atualização deste regulamento (RIV).

Art. 37. Os modelos de plotagens, os símbolos das Unidades da Polícia Militar, estabelecidos ou regulados por esta norma são de exclusividade da Polícia Militar do Estado de Rondônia e considerados de uso privativo para as atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, sendo proibido particulares e instituições públicas e privadas de qualquer natureza, o uso de plotagens ou adesivagem iguais ou que se assemelhem aos aqui descritos e que possam provocar confusão na sua identificação.

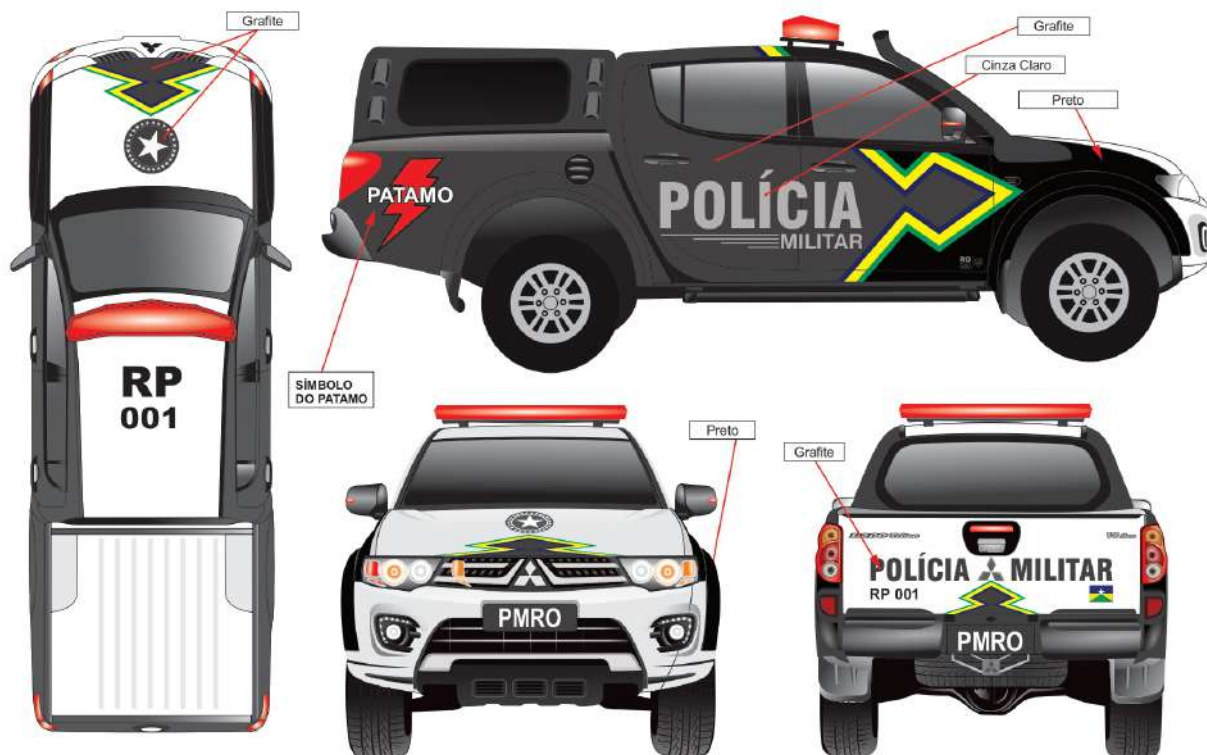
Art. 38. Cumpre aos Oficiais e Praças da Corporação levar ao conhecimento de seus chefes imediatos o uso das plotagens descritas neste Regulamento, ou mesmo semelhantes, por elementos estranhos à Corporação.

Art. 39. O Anexo I - Viatura de Radiopatrulha pick-up; Anexo II - Viatura de Força Tática; Anexo III - Viatura PATAMO; Anexo IV - Viatura Operações Especiais; Anexo V - Viatura do Batalhão de Fronteira; Anexos VI - Viatura do Batalhão Ambiental; Anexo VII

- Viatura Policiamento de Trânsito; Anexo VIII - Viatura do Batalhão de Choque; Anexo IX - Viatura Patrulha Maria da Penha; Anexo X - Viatura Operações Aéreas; Anexo XI - Viatura da Coordenadoria de Saúde; Anexo XII - Viatura Rádio patrulha porte baixo sedam; Anexo XIII - Viaturas Rádio patrulha porte baixo hatch; Anexo XIV - Embarcações; Anexo XV - Ônibus; Anexo XVI - Caminhão; Anexo XVII - Quadriciclo; Anexo XVIII Motocicleta; Anexo XIX - Bicicleta; Anexo XX - Avião. São partes integrantes deste Regulamento e dispõem sobre as especificações e medidas adequadas para cada viatura.

Proponentes: Cel QOPM Regis Wellington Braguin Silvério, TC QOPM Renato Acácio Canhoni Suffi, CB QPPM Alfredo Justiniano Paes, SD QPPM Tiago José Ribeiro



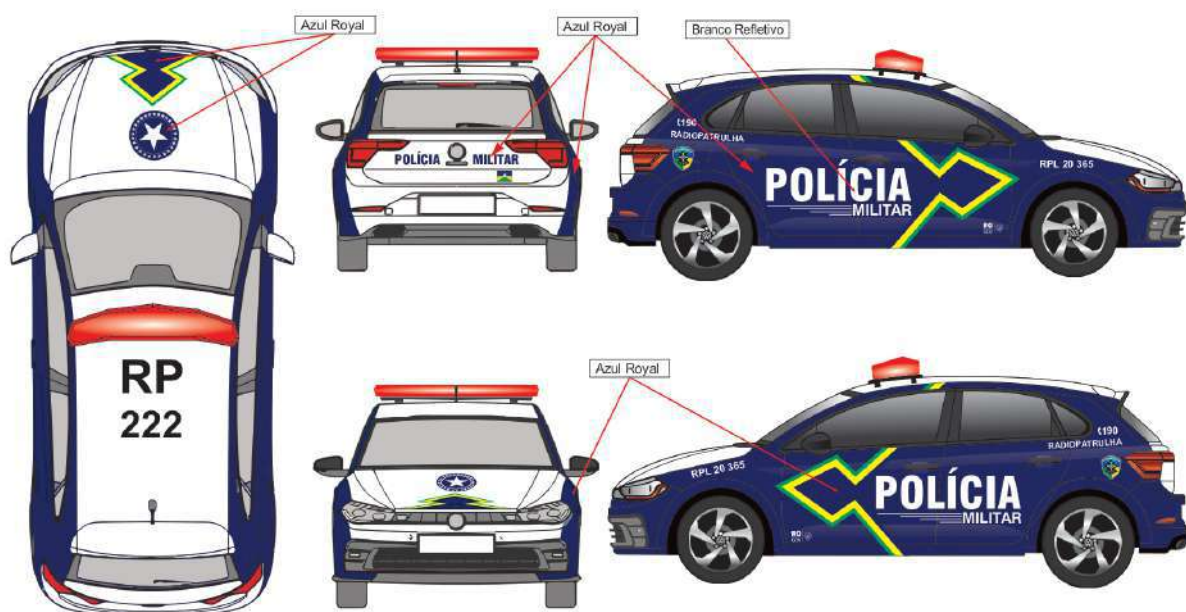
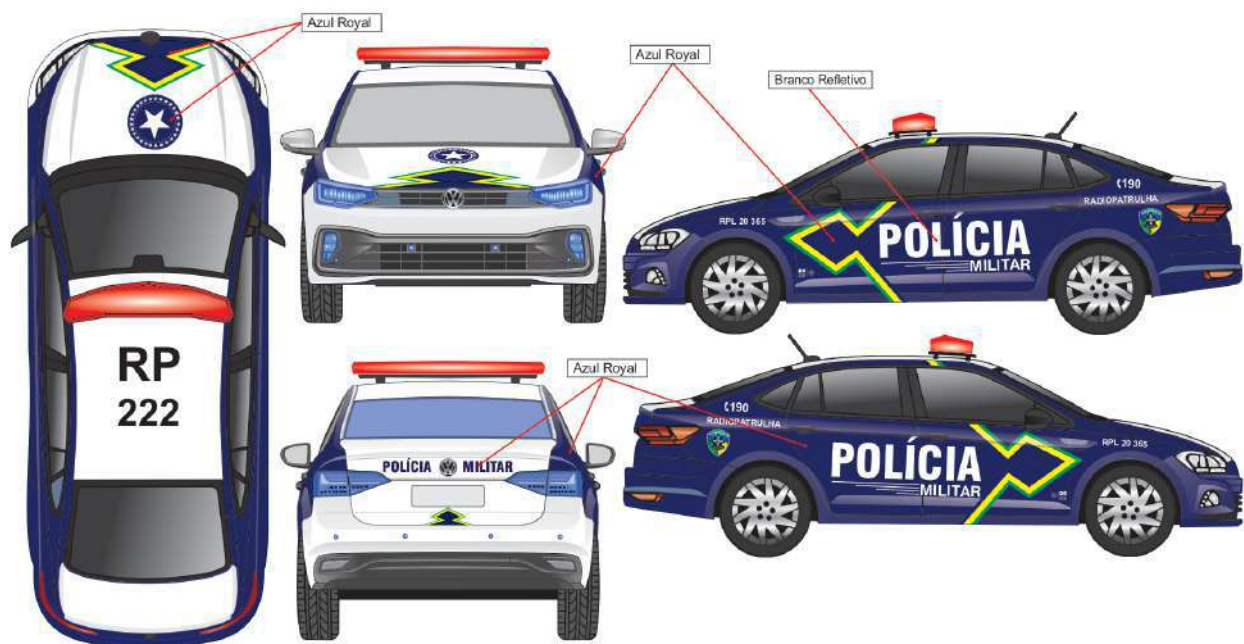


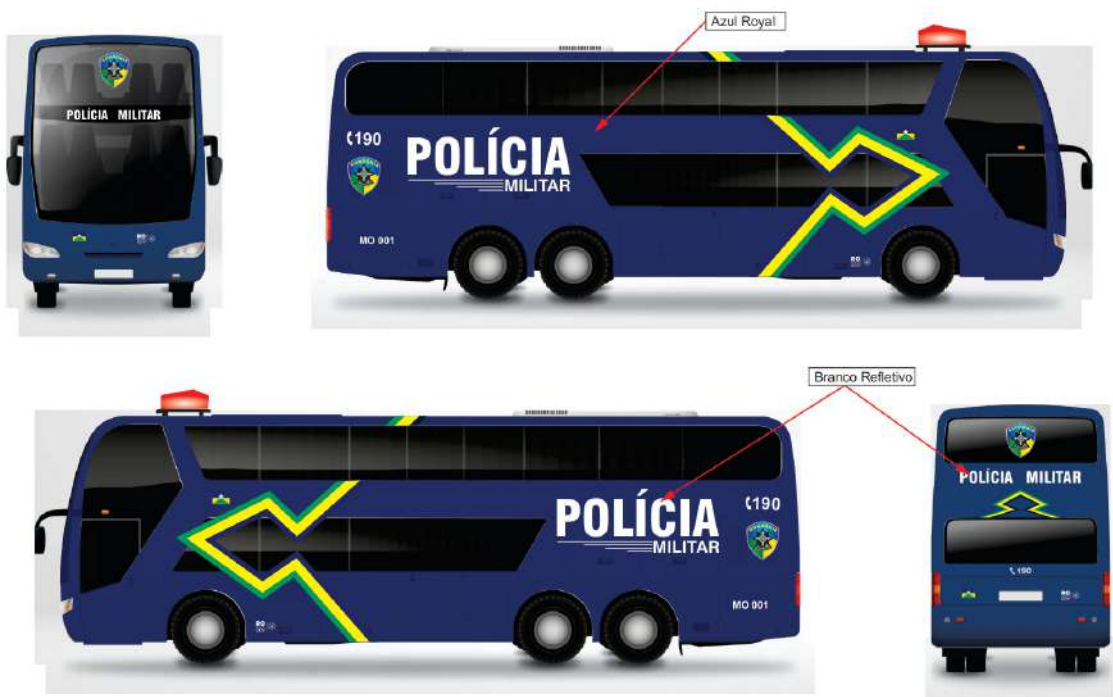


















Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio**, Comandante-Geral da PMRO, em 28/12/2023, às 20:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0044707366** e o código CRC **94059EF8**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Polícia Militar - PM

RESOLUÇÃO N. 0300/2024/PM-ASSELEGIS

Aprova a Identidade Visual das viaturas do Batalhão de Policiamento Tático de Ação e Reação - BPTAR e altera a Identidade Visual das viaturas do Patrulhamento Tático Móvel- PATAMO e Força Tática.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere alínea "i" do inciso V, do art. 14, do Regulamento Geral da Polícia Militar do Estado de Rondônia, aprovado pelo Decreto nº 26.648, de 17 de dezembro de 2021 (R-12-PM),

Considerando a criação do Batalhão de Policiamento Tático de Ação e Reação - BPTAR, da Polícia Militar do Estado de Rondônia, pelo Decreto Nº 29.136, de 28 de maio de 2024,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica aprovada a Identidade Visual das Viaturas do Batalhão de Policiamento Tático de Ação e Reação-BPTAR, na forma do anexo I desta Resolução.

Art. 2º A Identidade Visual das viaturas do Patrulhamento Tático Móvel- PATAMO e Força Tática passam a vigorar na forma dos Anexos II e III desta Resolução.

Art. 3º Fica obrigatória a adequação da identidade visual das viaturas quando da realização dos serviços de manutenção na plotagem ou na renovação da frota.

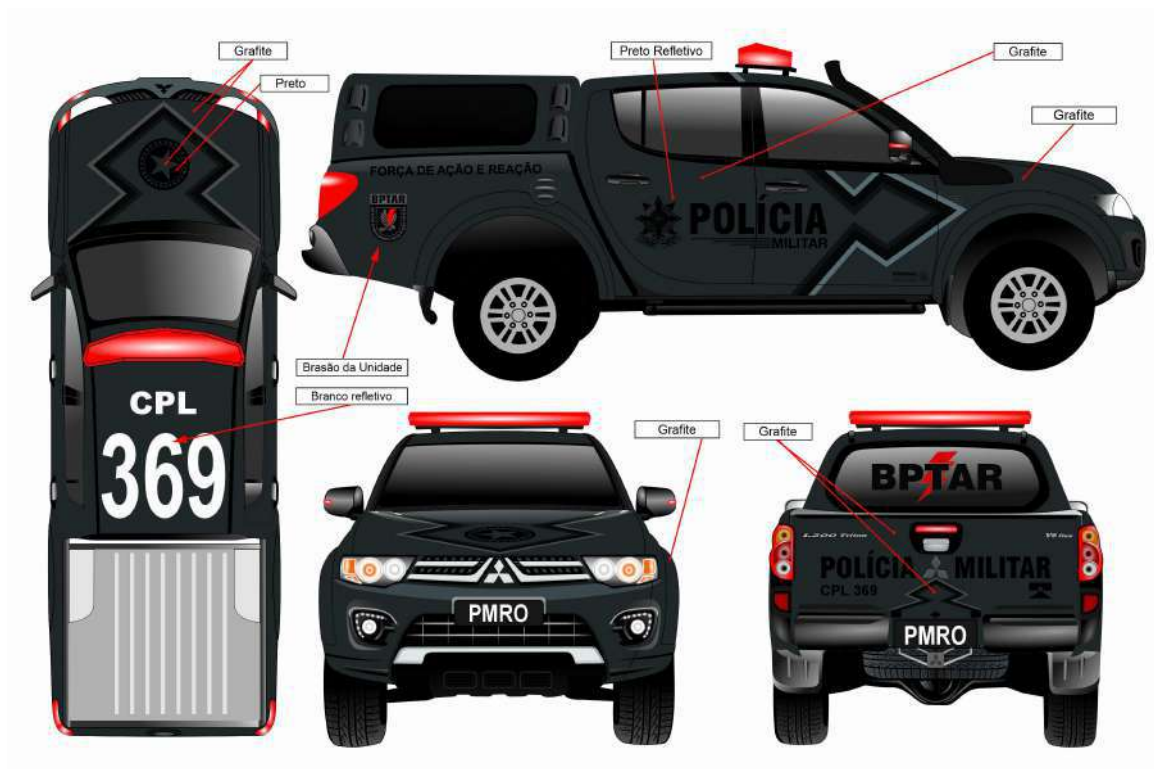
Art. 4º Determinar que esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28 de maio de 2024.

Art. 5º Revoga as disposições em contrário.

Quartel do Comando-Geral da Polícia Militar, na data da assinatura eletrônica.

REGIS WELLINGTON **BRAGUIN SILVERIO** – CEL **QOPM**
Comandante-Geral da PMRO

ANEXO I
POLICIAMENTO TÁTICO DE AÇÃO E REAÇÃO- BPTAR



ANEXO II
PATAMO

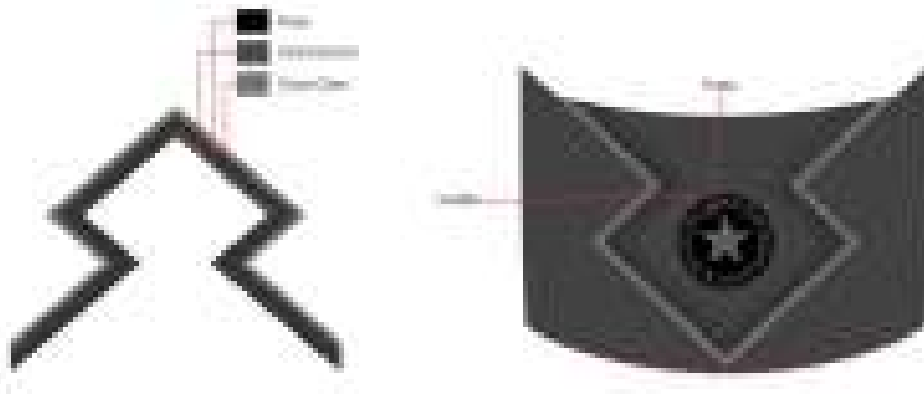


ANEXO III

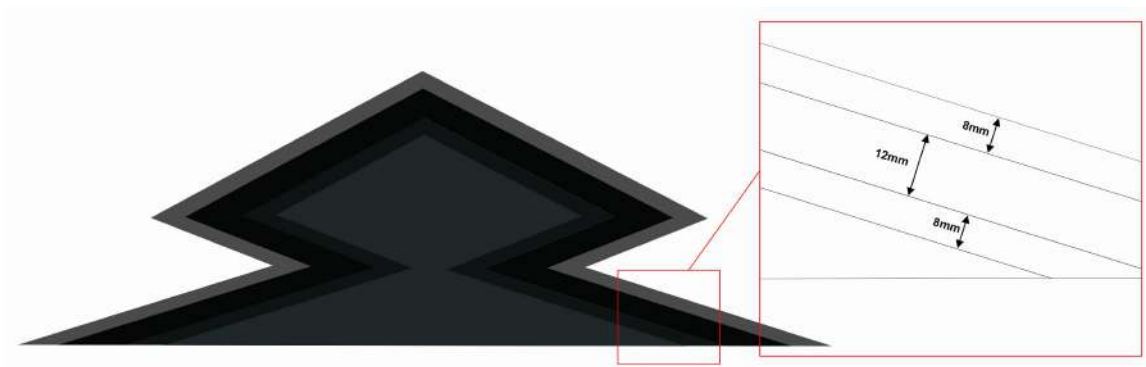
FORÇA TÁTICA



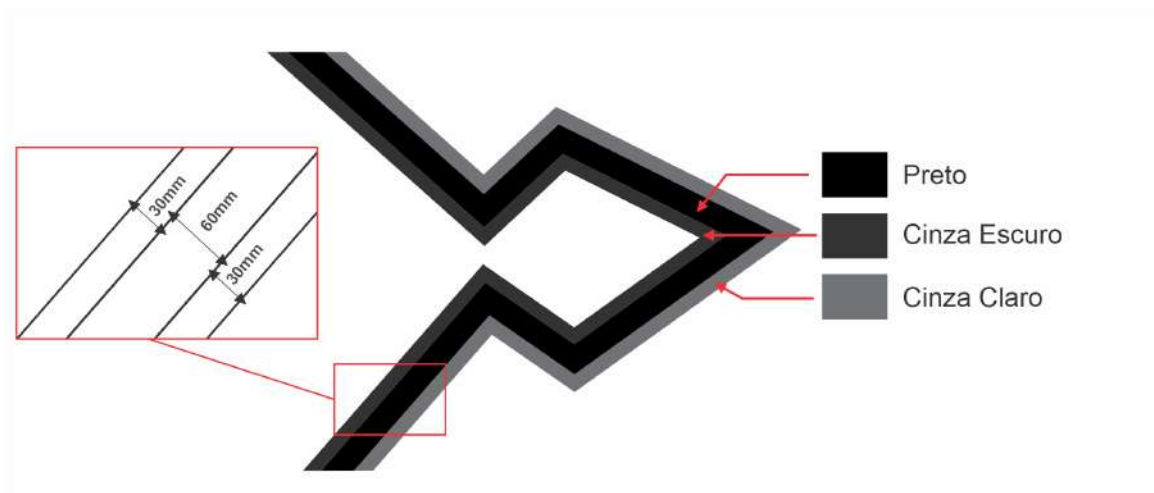
No Capô dianteiro das Viaturas de Patrulhamento Tático será disposta a ponta do Forte Príncipe da Beira, contendo centralizado na ponta do Forte Príncipe da Beira o Emblema Nacional das Polícias Militares. Sua forma geométrica será triplicada, e as linhas terão as cores preta, cinza escuro e cinza claro, centralizadas na extremidade do capô.



Na tampa traseira das Viaturas de Patrulhamento Tático será plotado a ponta do Forte Príncipe da Beira. Sua forma geométrica será triplicada, e as linhas terão as cores preta, cinza escuro e cinza claro, centralizadas na tampa traseira próximo ao para-choque.



Nas laterais das Viaturas de Patrulhamento Tático, nas portas dianteiras, será plotado a ponta do Forte Príncipe da Beira. Sua forma geométrica será triplicada, e as linhas terão as cores preta, cinza escuro e cinza claro.



O teto das Viaturas de Patrulhamento Tático será plotado com o prefixo alfanumérico da viatura, nas dimensões de 95% da extensão do teto do veículo, a sigla CPL nas dimensões de 30%, centralizado, tudo em fonte arial black na cor branca.



Nas portas traseiras das viaturas de patrulhamento tático, será plotado o estandarte da Polícia Militar, alinhado à dística: "POLÍCIA MILITAR" em cor monocromática.



REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVERIO - CEL QOPM
Comandante-Geral da PMRO



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 15/07/2024, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0050718832** e o código CRC **928A07B9**.

Referência: Caso responda esta Resolução, indicar expressamente o Processo nº 0021.048881/2024-87

SEI nº 0050718832



Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GRAFISMO E PLOTAGEM

**Corpo de Bombeiros Militar do Estado
de Rondônia - CBMRO**



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Corpo de Bombeiros Militar - CBM

Ofício nº 14183/2022/CBM-DCS

Ao Senhor

JOSÉ HÉLIO CYSNEIROS PACHÁ

Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

Palácio Rio Madeira - Av. Farquar, 2986 - Bairro Pedrinhas

CEP: 76.801-470 - Porto Velho/RO

Assunto: Encaminhamento de *Layout* para as viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia.

Senhor Secretário,

Com os nossos cordiais cumprimentos, em atenção ao Ofício nº 10741/2022/SESDEC-GEPLAN (ID 0032694852) que solicita os modelos de *Layout*, em caráter de **URGÊNCIA**, para as viaturas do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia, sirvo-me do presente para encaminhar conforme , conforme quadro:

ITENS da SAMS	DESCRIÇÃO DO VEÍCULO (Modelo)	ID
09	VEÍCULO TIPO HATCH - Especificações mínimas: veículo tipo hatchback; 04 portas laterais; Potência mínima: 1.0; Direção Hidráulica; combustível Gasolina/etano; COR: VERMELHA	0032715052
10	VEÍCULO TIPO SEDAN - Especificações mínimas: Modelo Sedan para 05 passageiros; potência do motor não inferior a 115 cv (com qualquer um dos combustíveis; direção hidráulica ou superior; COR: VERMELHA	0032715119
11	VEÍCULO TIPO SEDAN EXECUTIVO - Especificações: Modelo Sedan para 05 passageiros; potência do motor não inferior a 150 cv (com qualquer um dos combustíveis); direção Elétrica ou hidráulica; COR: VERMELHA	0032715119
28	VEÍCULO TIPO PICK-UP CAMINHONETE - Especificações: tipo "S/10, Hilux, L200, Ranger, Frontier, Amarok e/ou similar", cabine dupla, 4 (quatro) portas; motor movido a óleo Diesel, tração 4x4, turbo, Motor 2.2 ou superior; Direção Elétrica ou hidráulica; COR: VERMELHA	0032715150

Respeitosamente,

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM
Comandante-Geral
Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia
Data e hora da assinatura eletrônica

"VIDAS ALHEIAS, RIQUEZAS SALVAR!"

Quartel Dom Pedro II - Av. Campos Sales, 3254 - Bairro Olaria - CEP: 76.801-246 - Porto Velho/RO

E-mail: gabcmd@cbm.ro.gov.br / Telefone: (69) 3216-8952



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 07/10/2022, às 10:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794](#), de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **0032707760** e o código CRC **FC1CCCA5**.

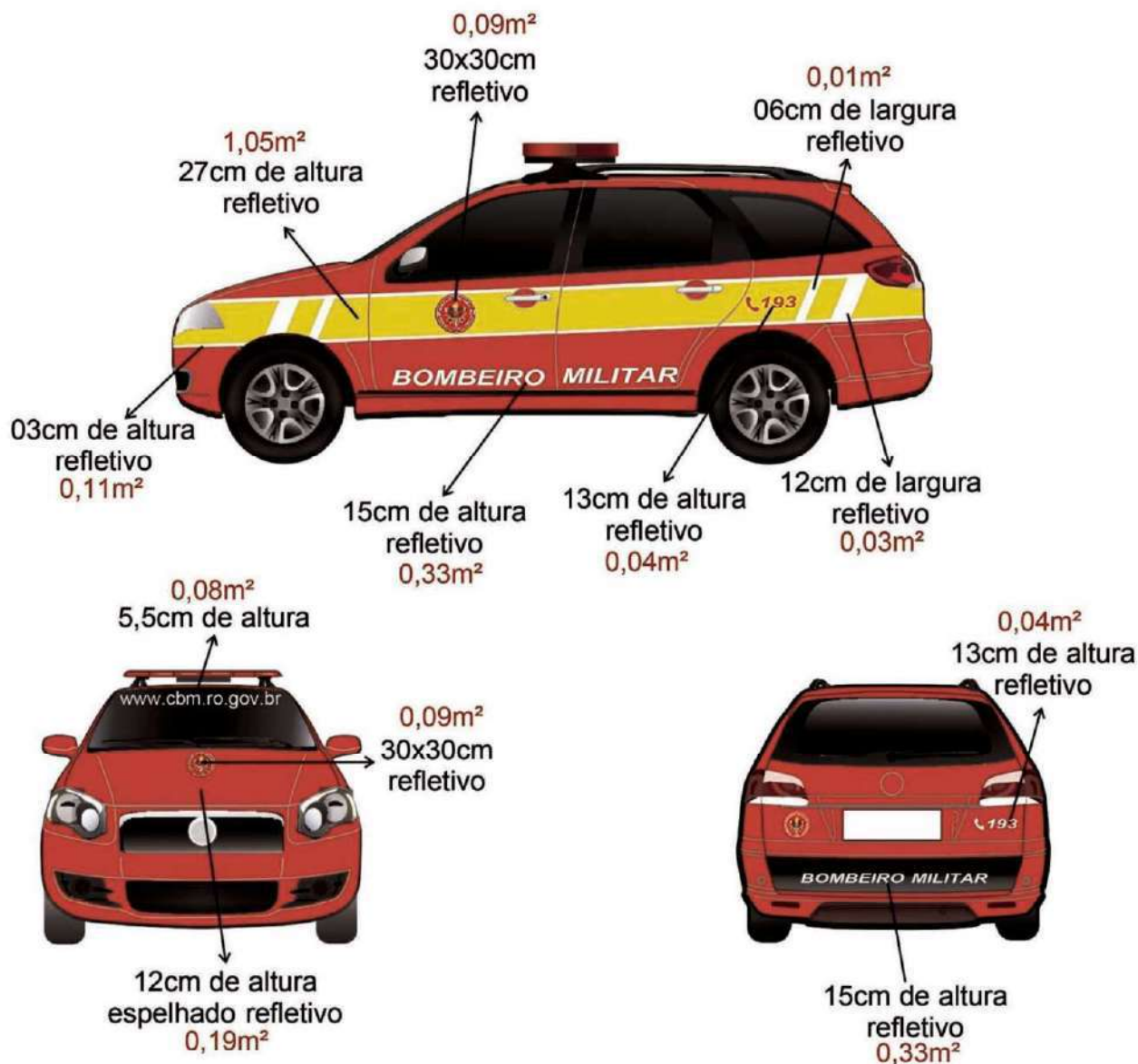


GOVERNO DO ESTADO DE

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

6. VIATURA DE VISTORIA TÉCNICA



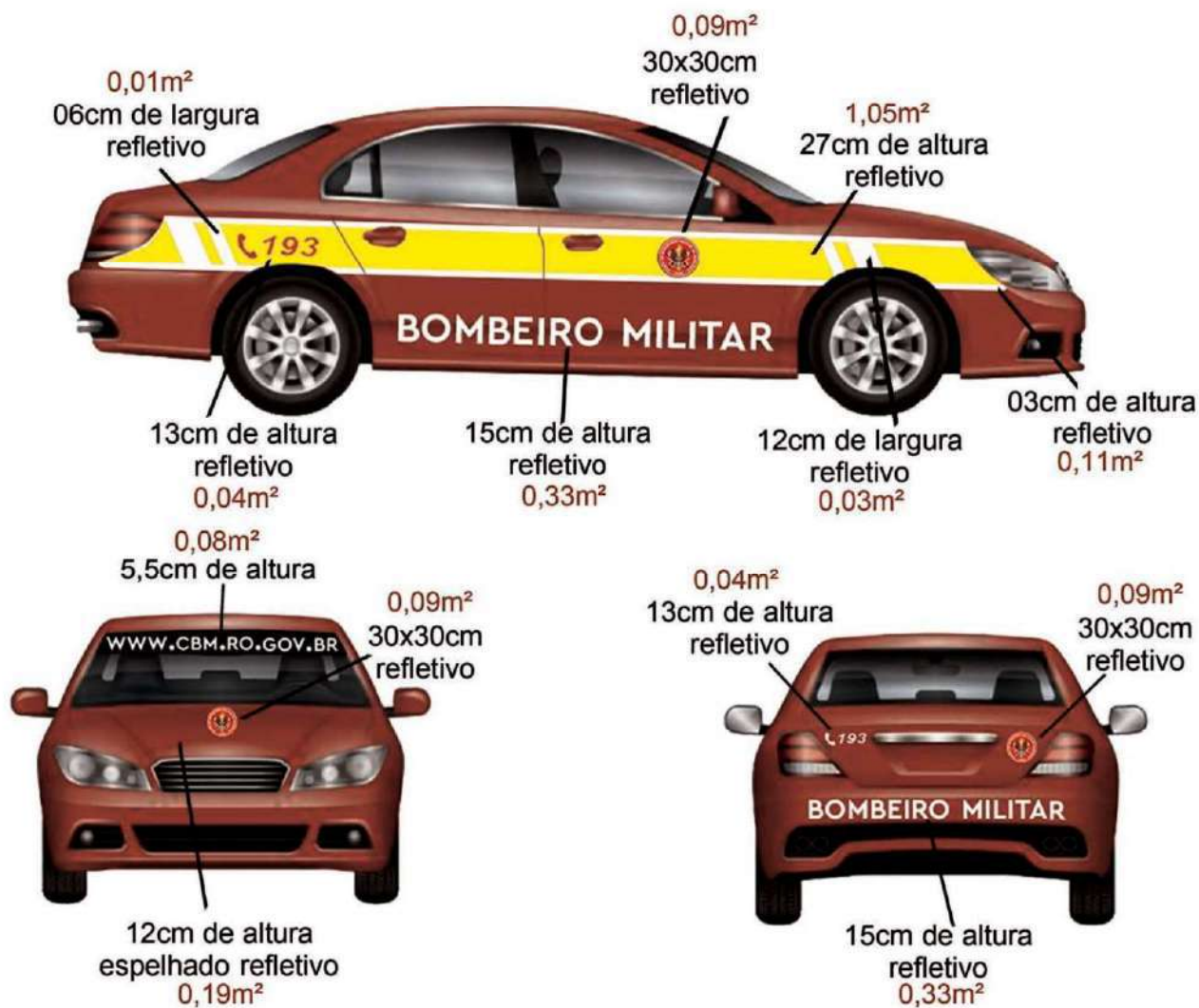


Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

6. VIATURA TIPO SEDAN



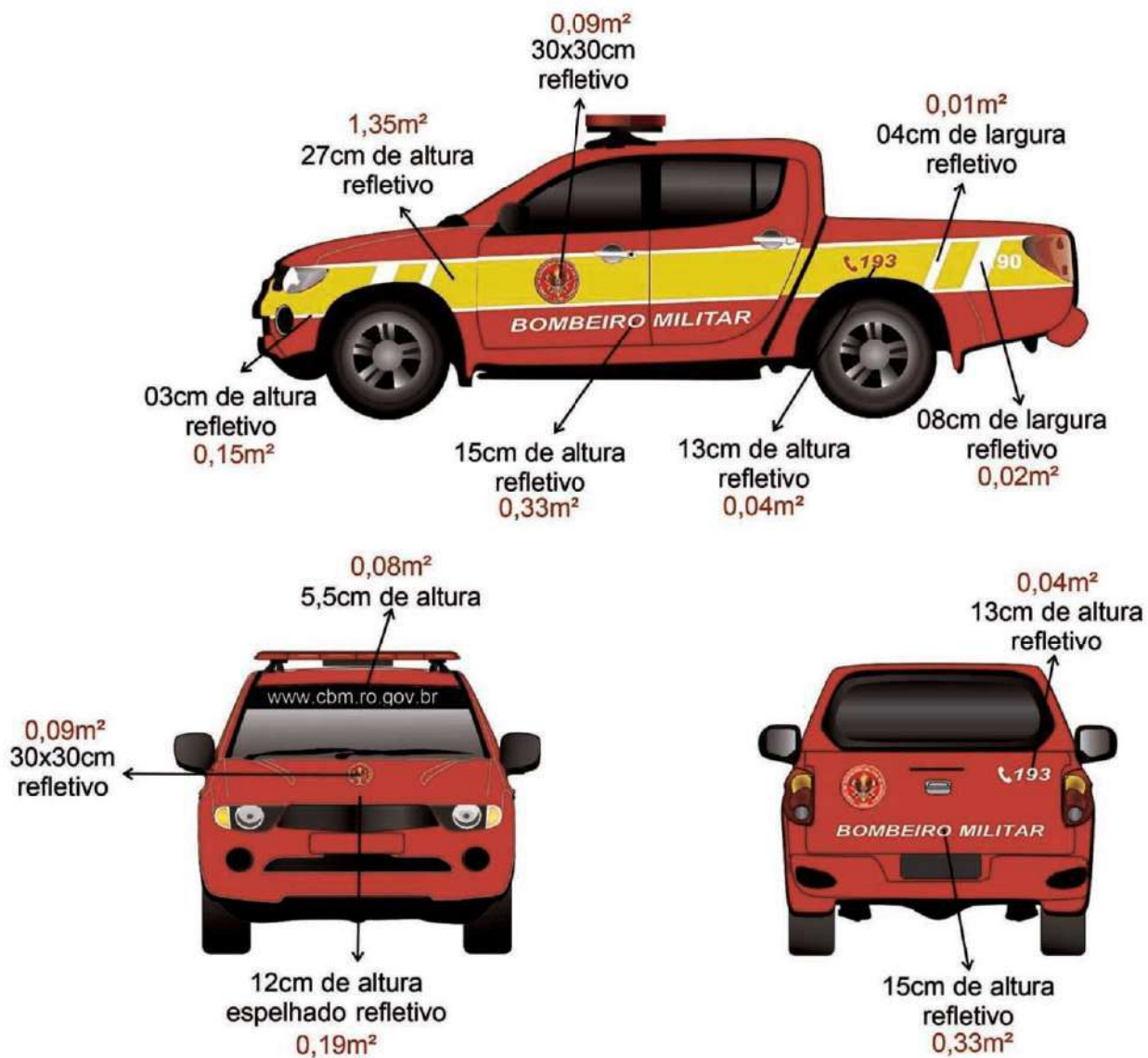


Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

3. CAMINHONETE OPERACIONAL






Governo do Estado de


RONDÔNIA


GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

TABELA DE CORES DAS VIATURAS

			
VERMELHO			
C	M	Y	K
07	100	97	00

			
AMARELO			
C	M	Y	K
09	02	100	00

			
LARANJA			
C	M	Y	K
03	72	100	00

			
BRANCO			
C	M	Y	K
00	00	00	00

			
AZUL			
C	M	Y	K
100	96	04	00



Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GRAFISMO E PLOTAGEM

**Polícia Civil do Estado de Rondônia -
PCRO**



POLÍCIA CIVIL

1. A identidade visual da Polícia Civil, cuja cores oficiais são o preto, o branco e o vermelho, de acordo com as descrições previstas neste anexo conforme segue:

- a)** Brasão Policial;
- b)** Insígnia Policial ou Distintivo e;
- c)** Grafismo de Viaturas.

2. DO BRASÃO POLICIAL

2.1 O Brasão da Polícia Civil, conforme imagem abaixo, é constituído por:

2.1.1 branca, preta e vermelha.

2.1.2 Denominação “POLÍCIA CIVIL” em letras pretas, localizadas na parte superior;

2.1.3 Triângulo isósceles, cor preta, com o lado maior voltado para cima, o vértice oposto localizado exatamente na parte central e a palavra “RONDÔNIA”, em letras arciformes brancas, na parte interna do triângulo, tendo, sob a mesma, uma estrela de 5 (cinco) pontas também em cor branca;

2.1.4 Duas retas paralelas em cor vermelha, tendo a inferior maior espessura, as quais separarão a parte superior do distintivo do triângulo isósceles;

2.1.5 Parte do vértice oposto ao triângulo isósceles e, no prolongamento dos seus lados em diagonais, que vão até a borda do distintivo, 3 (três) ângulos de 90° (noventa graus) cada. O primeiro, à direita, com fundo branco, conterá um par de mão e uma figura humana projetadas em contorno de cor preta, havendo abaixo do desenho a palavra “PROTEÇÃO” em letras pretas. O segundo, à esquerda, com o fundo branco, conterá em cor preta o símbolo da Justiça, projetado em contorno, tendo, abaixo, a palavra “JUSTIÇA”, também em letras pretas; e

2.1.6 O último ângulo, com a abertura para baixo, em fundo vermelho, conterá o desenho de duas mãos que se apertam, tendo, acima, a palavra “PAZ”, ambos, desenho e palavra, em cor branca.



3. DA INSÍGNIA POLICIAL OU DO DISTINTIVO

3.1 A Insígnia Policial ou Distintivo, conforme imagem abaixo, constitui-se por:

3.1.1 Escudo estilizado dourado, contendo uma faixa superior onde se insere a palavra "POLÍCIA" e, na parte inferior, outra faixa, na qual se insere a palavra "CIVIL", ambas palavras em preto na fonte *Arial Black*;

3.1.2 Ao centro, destaca-se o brasão da Polícia Civil; e

3.1.3 Abaixo da faixa inferior, centralizado, a sigla do Estado de Rondônia: RO.





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

4. DO GRAFISMO DE VIATURAS

4.1 O grafismo das viaturas consiste nas especificações e características abaixo relacionadas:

4.1.1 O padrão de grafismo abrangerá as partes laterais, frontal, traseira e superior das viaturas e será composto pela pintura, em cor única, da carroceria e colocação de adesivos;

4.1.2 A pintura da carroceria das viaturas deverá ser na cor preta em tinta tipo PU (esmalte poliuretano) ou poliéster envernizado, em cor sólida;

4.1.3 Os adesivos a serem colocados nas viaturas deverão respeitar os seguintes padrões e cores:

4.1.3.1 Insígnia da Polícia Civil em adesivo vinil com fundo transparente, respeitando as cores e características do símbolo; e

4.1.3.2 Faixas e inscrições na fonte *Arial Black*, em adesivo refletivo, observando as cores branca 680-10;

4.1.4 Para fins de descrição e detalhamento do grafismo, a identificação será realizada por meio do texto "POLÍCIA CIVIL";

4.1.5 O padrão de grafismo observará as seguintes características básicas:

4.1.5.1 Parte frontal: o capô será composto pela Insígnia da Polícia Civil, figuras geométricas e escrita de forma invertida (possibilitando a identificação e a leitura pelo condutor do veículo da frente por meio do retrovisor);



Governo do Estado de
RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA



4.1.5.2 Parte traseira:

4.1.5.2.1 A tampa do porta-malas será composta pela Insignia da Polícia Civil, figuras geométricas e símbolo identificador de telefone e número do telefone direto do Órgão para acionamento por parte do público - 197;

4.1.5.2.2 Identificação principal da Polícia Civil e na parte superior do vidro, de forma centralizada, o endereço da página do Órgão na *internet* (www.pc.ro.gov.br), símbolo identificador das mídias sociais e o endereço das páginas da Polícia Civil; e

4.1.5.2.3 No para-choque, na parte esquerda, o designativo do número do prefixo da viatura;





4.1.5.3 Parte lateral:

4.1.5.3.1 Figuras geométricas compostas por listras horizontal e diagonal na parte central do grafismo, com inclinação de 70° (setenta graus) para a lateral direita e 110° (cento e dez graus) para a lateral esquerda, quando considerada sua leitura da parte frontal para a parte traseira;

4.1.5.3.2 Símbolo identificador de telefone e número do telefone direto do órgão para acionamento do público - 197; símbolo identificador das mídias sociais e endereço das páginas da Polícia Civil; e

4.1.5.3.3 Símbolo representativo;



Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

4.1.5.3.4 Parte superior: número do prefixo da viatura;

4.1.6 O grafismo padrão deverá ser adaptado em suas dimensões aos veículos adquiridos ou recuperados de forma a se estabelecer um conjunto visual harmônico e proporcional, a ser definido pelo Departamento de Transportes - DETRAN, em conjunto com o Delegado-Geral da Polícia Civil;

4.1.7 Fica vedada a inclusão de outros símbolos, sinais ou formas de identificação nas viaturas, bem como a exclusão de elementos de caracterização do grafismo padrão estabelecido neste Anexo e pertinente a cada tipo de transporte;



4.1.8 O presente grafismo não se aplica aos veículos utilizados em serviço reservado de caráter policial;

4.1.9 Aplicam-se também as prescrições estabelecidas a veículos como motocicletas, embarcações, helicóptero, avião, dentre outras possibilidades, respeitadas as características, normas e legislações pertinentes a cada tipo de transporte;

4.1.10 Logomarca Oficial do Governo do Estado de Rondônia, em número de 2 (dois), a serem aplicadas abaixo do adesivo “☎197”, conforme imagem abaixo.





CASA CIVIL - CASA CIVIL

DECRETO N. 23.208, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018.

Institui a identidade visual da Polícia Civil do Estado do Rondônia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 65, inciso V da Constituição do Estado,

Considerando a necessidade de padronizar a identidade visual da Polícia Civil do Estado de Rondônia, de forma a atender aos quesitos de modernidade e de uniformidade;

Considerando que, com a padronização da identidade visual, a população terá maior facilidade em identificar os Policiais Cíveis em atividade operacional; e, ainda,

Considerando que a padronização representará redução de custos com a aquisição de materiais para a Polícia Civil,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instituída a identidade visual da Polícia Civil, cujas cores oficiais são o preto, o branco e o vermelho, de acordo com as descrições previstas nos Anexos deste Decreto, conforme segue:

I - Brasão Policial: Anexo I;

II - Insígnia Policial ou Distintivo: Anexo II;

III - Bandeira, Estandarte e Painel Oficial da Polícia Civil: Anexo III;

IV - Fachadas, Placas e Totens Identificadores de Órgãos Policiais: Anexo IV;

V - Grafismo de Viaturas: Anexo V;

VI - Vestimenta Oficial: Anexo VI;

VII - Documentos Oficiais: Anexo VII; e

VIII - Plano de Fundo Institucional: Anexo VIII.

§ 1º. O Conselho Superior de Polícia Civil poderá, mediante Resolução, instituir outras padronizações de veículos, fachadas e vestimentas, que atendam às necessidades excepcionais e especiais da Polícia Civil ou dos Órgãos que a compõem.

§ 2º. Os casos omissos serão dirimidos pelo Conselho Superior de Polícia Civil.

Art. 2º. Fica estabelecido o prazo de 1 (um) ano, a contar da data de publicação deste Decreto, para adequação de todos os Órgãos da Polícia Civil à identidade visual ora instituída.

Art. 3º. Findo o prazo estabelecido no artigo anterior fica vedada a utilização de outros símbolos, sinais ou formas de identificação fora dos padrões estabelecidos.

Art. 4º. Ficam revogados os Decretos nº 3.429 e nº 3.430, ambos de 28 de setembro de 1987.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo do Estado de Rondônia, em 24 de setembro de 2018, 130º da República.

DANIEL PEREIRA

Governador

DO BRASÃO POLICIAL

1. O Brasão da Polícia Civil, conforme imagem abaixo, é constituído por:

1.1. Cores branca, preta e vermelha;

1.2. Denominação “POLÍCIA CIVIL” em letras pretas, localizadas na parte superior;

1.3. Triângulo isósceles, cor preta, com o lado maior voltado para cima, o vértice oposto localizado exatamente na parte central e a palavra “RONDÔNIA”, em letras arciformes brancas, na parte interna do triângulo, tendo, sob a mesma, uma estrela de 5 (cinco) pontas também em cor branca;

1.4. Duas retas paralelas em cor vermelha, tendo a inferior maior espessura, as quais separarão a parte superior do distintivo do triângulo isósceles;

1.5. Parte do vértice oposto ao triângulo isósceles e, no prolongamento dos seus lados em diagonais, que vão até a borda do distintivo, 3 (três) ângulos de 90° (noventa graus) cada. O primeiro, à direita, com fundo branco, conterà um par de mão e uma figura humana projetadas em contorno de cor preta, havendo abaixo do desenho a palavra “PROTEÇÃO” em letras pretas. O segundo, à esquerda, com o fundo branco, conterà em cor preta o símbolo da Justiça, projetado em contorno, tendo, abaixo, a palavra “JUSTIÇA”, também em letras pretas; e

1.6. O último ângulo, com a abertura para baixo, em fundo vermelho, conterà o desenho de duas mãos que se apertam, tendo, acima, a palavra “PAZ”, ambos, desenho e palavra, em cor branca.



DA INSÍGNIA POLICIAL OU DO DISTINTIVO

1. A Insígnia Policial ou Distintivo, conforme imagem abaixo, constitui-se por:

1.1. Escudo estilizado dourado, contendo uma faixa superior onde se insere a palavra “POLÍCIA” e, na parte inferior, outra faixa, na qual se insere a palavra “CIVIL”, ambas palavras em preto na fonte *Arial Black*;

1.2. Ao centro, destaca-se o brasão da Polícia Civil; e

1.3. Abaixo da faixa inferior, centralizado, a sigla do Estado de Rondônia: RO.



ANEXO III

DA BANDEIRA, DO ESTANDARTE E DO PAINEL OFICIAL

1. A Bandeira, o Estandarte e o Pannel Oficial da Polícia Civil, símbolos permanentes, contarão com as especificações e características abaixo relacionadas.

DA BANDEIRA

2. A Bandeira da Polícia Civil, confeccionada em 3 (três) cores, terá a forma retangular, com 2 (dois) triângulos escalenos, em cor branca, situados na parte superior esquerda e inferior direita, estando, no meio do quadrilátero, de um ângulo a outro, uma faixa em cores vermelha e preta, entre 2 (duas) retas paralelas das mesmas cores, e no interior do triângulo superior estará o distintivo da Polícia Civil.

2.1. A confecção da Bandeira da Polícia Civil obedecerá às seguintes regras:

2.1.1. A largura será de 14 (quatorze) partes iguais, cada uma será considerada uma medida ou módulo;

2.1.2. O comprimento será de 20 (vinte) módulos;

2.1.3. Os 3 (três) triângulos escalenos brancos ocuparão $\frac{3}{4}$ (três quartos) da bandeira, compreendendo, no sentido longitudinal, 15 (quinze) módulos e, no sentido latitudinal, 10 (dez) módulos e 7 (sete) décimos;

2.1.4. A faixa central iniciará no ângulo reto inferior esquerdo do quadrilátero e seguirá, em sentido transversal, até o ângulo reto superior direito. No sentido longitudinal, a faixa ocupará 3 (três) módulos e meio e, no latitudinal, 2 (dois) módulos e meio, em ambos os lados. A parte vermelha da faixa ficará acima da parte preta;

2.1.5. As retas paralelas estarão ladeando a faixa central, as quais farão a separação desta com os triângulos. A reta superior será em cor vermelha e a inferior em cor preta. Os espaços compreendidos entre as retas e a faixa aparecerão como outras retas, em cor branca;

2.1.6. O Distintivo da Polícia Civil será traçado dentro de um círculo imaginário com o raio de 3 (três) módulos e meio e se posicionará no interior do triângulo superior; e

2.1.7. As 2 (duas) faces do pavilhão deverão ser exatamente iguais.



2.2. A Bandeira conta com os acessórios denominados Roseta e Talabarte, com as especificações e características a seguir relacionadas, observados os desenhos que seguem:

2.2.1. Roseta: circunferência formada por 3 (três) faixas proporcionais, todas de 3,5cm (três vírgula cinco centímetros) de largura, sendo a primeira de cor vermelha, a mediana de cor branca e a interna de cor preta; 2 (duas) fitas integrantes do conjunto, nas dimensões de 11cm (onze centímetros) de largura e 75cm (setenta e cinco centímetros) de comprimento cada uma, que sobressaem da Roseta, sendo que cada fita conterá 2 (duas) faixas de igual tamanho, a da esquerda dividida em 3 (três) faixas - a primeira vermelha com 2cm (dois centímetros), a segunda branca com 2cm (dois centímetros) e a terceira vermelha com 7cm (sete centímetros); a da direita dividida em 3 (três) faixas - a primeira preta com 7cm (sete centímetros), a segunda branca com 2cm (dois centímetros) e a terceira preta com 2cm (dois centímetros); nas extremidades, franjas na cor branca;

ROSETA



2.2.2. Talabarte: faixa de 10cm (dez centímetros) de largura por 1,80m (um vírgula oitenta metros) de comprimento, dividida por 3 (três) partes longitudinais e proporcionais entre si, nas cores branca, preta e vermelha, alternadamente; acompanhado de suporte do mastro da Bandeira, a ser confeccionado em metal. O Talabarte poderá constituir-se acessório do estandarte quando necessário:

TALABARTE



2.3. A Bandeira será hasteada sempre, durante o dia, no frontispício do edifício-sede da Polícia Civil do Estado, bem como em todas as dependências policiais com instalações adequadas, podendo ser, ainda:

2.3.1. Hasteada em mastro ou adriça, nas sedes em que haja representação policial;

2.3.2. Conduzida em formaturas, desfiles ou mesmo individualmente; e

2.3.3. Distendida sobre ataúde, até o momento do sepultamento.

DO ESTANDARTE

3. Estandarte: deverá ser elaborado como um retângulo na vertical com a extremidade inferior terminada por um vértice, com as mesmas disposições de cores e padrões definidos para a Bandeira, sendo a variante do Brasão da Polícia Civil ao centro e, ainda, de cor dourada nas meias-pontas da estrela e na franja das extremidades do vértice e nos cordões que ornamentam as laterais das 2 (duas) bordas superiores; o seu uso será autorizado nas dependências policiais em que não haja instalações adequadas para hasteamento da Bandeira:



DO PAINEL OFICIAL

4. O Pannel Oficial deverá ser confeccionado em lona, medindo 2m (dois metros) de largura X 1,5m (um vírgula cinco metros) de altura, composto por 4 (quatro) células verticais e 5 (cinco) horizontais, divididas em tamanhos iguais alternadamente nas cores preto e branco:

4.1. Cada célula do Pannel Oficial terá 40cm (quarenta centímetros) de largura X 37,5cm (trinta e sete vírgula cinco centímetros) de altura;

4.2. No interior das células de cor preta, deverá constar a inscrição “POLÍCIA CIVIL” em fonte *Arial Black* branca; a palavra “POLÍCIA” deverá estar posicionada 10cm (dez centímetros) abaixo da extremidade superior da célula e com distância de 3,37cm (três vírgula trinta e sete centímetros) de cada extremidade lateral, com 33,24cm (trinta e três vírgula vinte e quatro centímetros) de largura; a palavra “CIVIL” deverá estar posicionada 5,5cm (cinco vírgula cinco centímetros) abaixo da palavra “POLÍCIA” e 10cm (dez centímetros) acima da extremidade inferior da célula, centralizada junto à palavra “CIVIL”, possuindo 21,68 (vinte e um vírgula sessenta e oito centímetros) de largura; e

4.3. No interior da célula branca, deverá haver a insígnia da Polícia Civil, centralizada, com 31cm (trinta e um centímetros) de altura.



DAS FACHADAS, DAS PLACAS E DOS TOTENS IDENTIFICADORES DE ÓRGÃOS POLICIAIS

DAS FACHADAS

1. As fachadas dos prédios que abrigarem Órgãos Policiais deverão ser na cor branco neve, contendo 2 (duas) listras pretas, sendo a primeira listra na cor preta, medindo 0,80cm (zero vírgula oitenta centímetros) de altura por 15cm (quinze centímetros) de comprimento, alternando com uma listra de 5cm (cinco centímetros) na cor branca, e outra listra preta de 15cm (quinze centímetros);

1.1. Não se aplicam as especificações acima às Unidades Integradas de Segurança Pública - UNISPs, visto que possuem especificações próprias.



DAS PLACAS

2. As placas contarão com as especificações e características abaixo relacionadas:

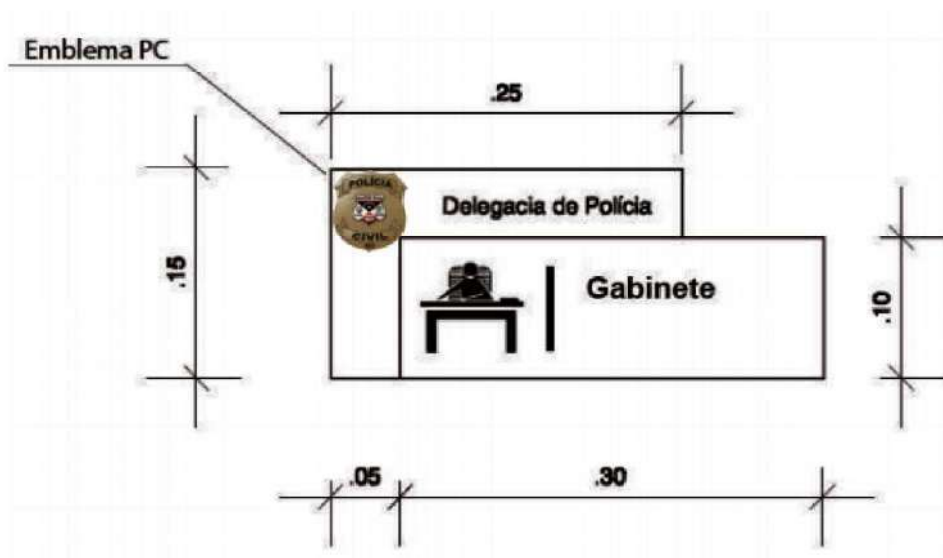
2.1. Placas de Fachada: confeccionadas em chapa de aço inox na cor preta, de espessura 0,5mm (zero vírgula cinco milímetros), em metragem de 2,40m (dois vírgula quarenta metros) de largura por 1,10m (um vírgula dez metros) de comprimento, conterão o Brasão da Polícia Civil em impressão digital, centralizado à esquerda e ocupando 1/3 (um terço) da placa, com texto em recorte vinil adesivado ocupando 2/3 (dois terços) da placa na parte superior, escrito na fonte *Swis 721 BT*, tamanho 12cm (doze centímetros), a expressão "POLÍCIA CIVIL". Abaixo, constará o texto em recorte vinil adesivado, escrito em fonte *Swis 721 BT*, tamanho 10cm (dez centímetros), o nome do Órgão a ser identificado;

IDENTIFICAÇÃO DE FACHADA



2.2. Placas Internas: serão utilizadas para identificar os diversos serviços de um Órgão Policial e serão elaboradas em chapa de alumínio natural fosco medindo 25cm (vinte e cinco centímetros) de largura por 15cm (quinze centímetros) de comprimento, devendo conter 2 (dois) engates de alumínio para fixação de placa removível, medindo 25cm (vinte e cinco centímetros) de comprimento e distantes 10cm (dez centímetros) um do outro, sendo que a chapa de alumínio deverá conter em sua extremidade superior o Brasão da Polícia Civil, seguido do nome do Órgão Policial, na fonte *Swis 721*

BT, tamanho 12mm (doze milímetros), ambos em impressão por imagem; e a placa removível será confeccionada em policloreto de polivinila - PVC, na cor branca, e conterá pictograma indicando o serviço que identifica, seguindo de escrita do nome do serviço na fonte *Swis 721 BT*, tamanho 16mm (dezesesseis milímetros), ambos em adesivagem de cor preta;

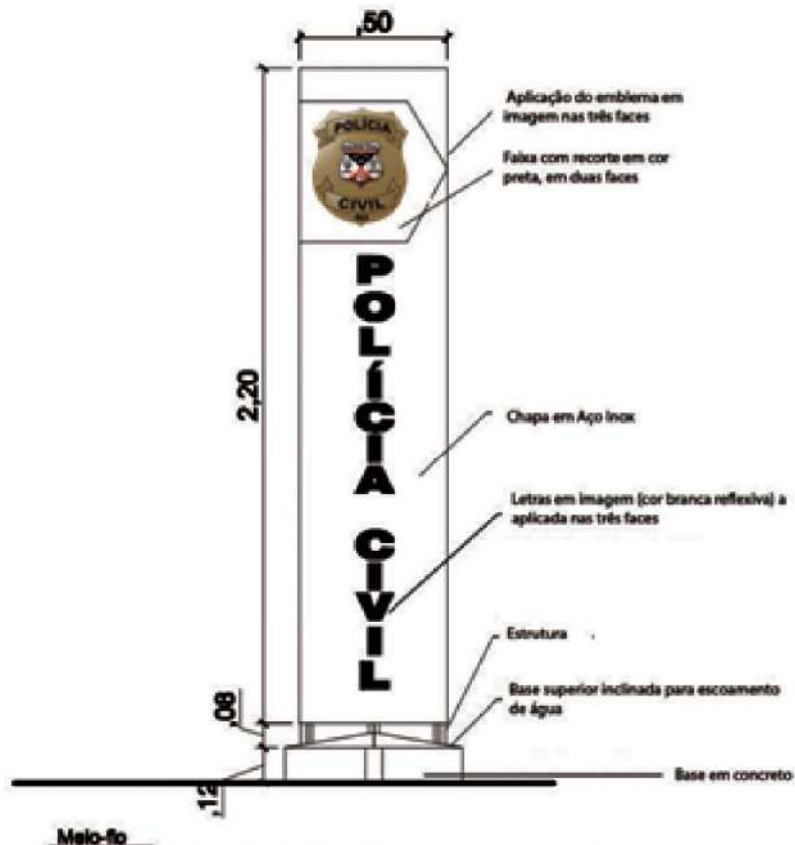


DOS TOTENS IDENTIFICADORES DE ÓRGÃOS POLICIAIS

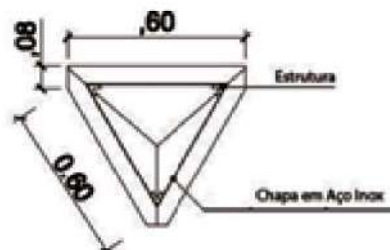
3. Serão construídos Totens Identificadores de Órgãos Policiais observando as descrições, a seguir:

3.1. O totem de calçada, observada a legislação municipal pertinente, será confeccionado em 3 (três) chapas de aço inox iguais, medindo 2,20m (dois vírgula vinte metros) de altura por 0,5m (zero vírgula cinco metros) de largura, que deverão ser unidas em forma triangular, contendo o emblema da Polícia Civil em cada chapa, na parte superior e centralizado, seguido de inscrição na vertical da expressão “Polícia Civil” na fonte *Swis 721 BT*, cor preta, tamanho de 7cm (sete centímetros). O totem de calçada deverá ser fixado em base de concreto levemente inclinada para escoamento de água:

TOTEM DE CALÇADA



VISTA FRONTAL DO TOTEM



VISTA SUPERIOR DO TOTEM

3.2. O totem interno consistirá em tubo de aço inox com diâmetro de 27cm (vinte e sete centímetros), medindo 2,20m (dois vírgula vinte metros) de altura. Na parte superior do tubo, serão fixadas 2 (duas) chapas de aço inox unidas pelas laterais, medindo 1,50m (um vírgula cinquenta metros) de altura e 0,80m (zero vírgula oitenta metros) de largura, sendo inserida, na parte superior das chapas, faixa com recorte na cor preta (vide desenho abaixo), ao tempo em que dentro será fixado o emblema da Polícia Civil e, abaixo, inserido o nome do Órgão Policial a ser identificado com letras e imagem na cor branca reflexiva, fonte *Swis 721 BT*, no tamanho de 7cm (sete centímetros). O totem interno deverá ser fixado em estrutura de ferro, pintado na cor cinza para fixação com bucha;



VISTA LATERAL



VISTA FRONTAL



VISTA SUPERIOR

ANEXO V

DO GRAFISMO DE VIATURAS

1. O grafismo das viaturas consiste nas especificações e características abaixo relacionadas:

1.1. O padrão de grafismo abrangerá as partes laterais, frontal, traseira e superior das viaturas e será composto pela pintura, em cor única, da carroceria e colocação de adesivos;

1.2. A pintura da carroceria das viaturas deverá ser na cor preta em tinta tipo PU (esmalte poliuretano) ou poliéster envernizado, em cor sólida;

1.3. Os adesivos a serem colocados nas viaturas deverão respeitar os seguintes padrões e cores:

1.3.1. Insígnia da Polícia Civil em adesivo vinil com fundo transparente, respeitando as cores e características do símbolo; e

1.3.2. Faixas e inscrições na fonte *Arial Black*, em adesivo refletivo, observando as cores branca 680-10;

1.4. Para fins de descrição e detalhamento do grafismo, a identificação será realizada por meio do texto “POLÍCIA CIVIL”;

1.5. O padrão de grafismo observará as seguintes características básicas:

1.5.1. Parte frontal: o capô será composto pela Insígnia da Polícia Civil, figuras geométricas e escrita de forma invertida (possibilitando a identificação e a leitura pelo condutor do veículo da frente por meio do retrovisor);



1.5.2. Parte traseira:

1.5.2.1. A tampa do porta-malas será composta pela Insígnia da Polícia Civil, figuras geométricas e símbolo identificador de telefone e número do telefone direto do Órgão para acionamento por parte do público - 197;

1.5.2.2. Identificação principal da Polícia Civil e na parte superior do vidro, de forma centralizada, o endereço da página do Órgão na *internet* (www.pc.ro.gov.br), símbolo identificador das mídias sociais e o endereço das páginas da Polícia Civil; e

1.5.2.3. No para-choque, na parte esquerda, o designativo do número do prefixo da viatura;



1.5.3. Parte lateral:

1.5.3.1. Figuras geométricas compostas por listras horizontal e diagonal na parte central do grafismo, com inclinação de 70° (setenta graus) para a lateral direita e 110° (cento e dez graus) para a lateral esquerda, quando considerada sua leitura da parte frontal para a parte traseira;

1.5.3.2. Símbolo identificador de telefone e número do telefone direto do órgão para acionamento do público - 197; símbolo identificador das mídias sociais e endereço das páginas da Polícia Civil; e

1.5.3.3. Símbolo representativo;

1.5.4. Parte superior: número do prefixo da viatura;

1.6. O grafismo padrão deverá ser adaptado em suas dimensões aos veículos adquiridos ou recuperados de forma a se estabelecer um conjunto visual harmônico e proporcional, a ser definido pelo Departamento de Transportes - DETRAN, em conjunto com o Delegado-Geral da Polícia Civil;

1.7. Fica vedada a inclusão de outros símbolos, sinais ou formas de identificação nas viaturas, bem como a exclusão de elementos de caracterização do grafismo padrão estabelecido neste Anexo e pertinente a cada tipo de transporte;





1.8. O presente grafismo não se aplica aos veículos utilizados em serviço reservado de caráter policial;

1.9. Aplicam-se também as prescrições estabelecidas a veículos como motocicletas, embarcações, helicóptero, avião, dentre outras possibilidades, respeitadas as características, normas e legislações pertinentes a cada tipo de transporte, ressalvadas as disposições constantes no item 1.10;

1.10. Nos veículos adquiridos mediante termos, acordos de cooperação ou convênios, adquiridos com verbas oriundas dos cofres da União, mediante o Ministério da Segurança Pública, Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, os adesivos identificadores serão em vinil não refletivo (película), em quantidade e disposição a seguir:

1.10.1. Logomarca Oficial do Governo Federal, em número de 2 (dois), a serem aplicadas nas portas traseiras no canto inferior direito, devendo ser grafada sob o adesivo supracitado o número de convênio/ termo/acordo e o número do processo à qual se refere; e

1.10.2. Logomarca Oficial do Governo do Estado de Rondônia, em número de 2 (dois), a serem aplicadas abaixo do adesivo "197", conforme imagem abaixo.



ANEXO VI

DA VESTIMENTA OFICIAL

1. A vestimenta oficial segue as especificações, características e imagens abaixo relacionadas:

1.1. Camisetas:

1.1.2. Gola circular fechada:

1.1.2.1. Na parte frontal a camiseta, haverá a Insígnia da Polícia Civil bordada no lado esquerdo do peito, com 60,862mm (sessenta vírgula oitocentos e sessenta e dois milímetros) de largura X 80mm (oitenta milímetros) de altura; no lado direito do peito, bordar-se-á a palavra “POLÍCIA” com 77mm (setenta e sete milímetros) de largura e, abaixo, “CIVIL” com 50mm (cinquenta milímetros) de largura, centralizada ao texto anterior, em fonte *Arial Black*; a Bandeira de Rondônia será bordada no braço direito, com 65mm (sessenta e cinco milímetros) de largura X 40 (quarenta milímetros) de altura; no braço esquerdo, deverá haver bordado “POLÍCIA CIVIL” no mesmo modelo constante do lado direito do peito e equidistante com a bandeira;

1.1.2.2. Nas camisetas de manga longa, deverá haver a serigrafia “POLÍCIA CIVIL” na fonte *Arial Black*, disposta de forma vertical, com 20mm (vinte milímetros) de altura cada letra;

1.1.2.3. Na parte dorsal, deverá haver a palavra “POLÍCIA” na fonte *Arial Black*, com 265mm (duzentos e sessenta e cinco milímetros) de largura seguida da palavra “CIVIL”, em outra linha e centralizada junto à palavra anterior, em mesma fonte, com 170mm (cento e setenta milímetros) de largura; e

1.1.2.4. As camisetas poderão ser confeccionadas nas tonalidades preta e branca e as escritas deverão ser em cor preta nas camisetas brancas e em cor branca nas camisetas pretas;

MODELO DA CAMISETA GOLA CIRCULAR FECHADA PRETA



MODELO DA CAMISETA GOLA CIRCULAR FECHADA BRANCA



1.1.3. Gola polo:

1.1.3.1. Na parte frontal, a camiseta conterá a Insígnia da Polícia Civil bordada no lado esquerdo do peito, com 60,862mm (sessenta vírgula oitocentos e sessenta e dois milímetros) de largura X 80mm (oitenta milímetros) de altura; no lado direito do peito, conterá “POLÍCIA” com 77mm (setenta e sete milímetros) de largura e, abaixo, “CIVIL” com 50mm (cinquenta milímetros) de largura, centralizada ao texto anterior, na fonte *Arial Black*; a Bandeira de Rondônia será bordada no braço direito com 65mm (sessenta e cinco milímetros) de largura X 40mm (quarenta milímetros) de altura; no braço esquerdo, deverá haver bordado o termo “POLÍCIA CIVIL” no mesmo modelo constante do lado direito do peito e equidistante com a bandeira;

1.1.3.2. Nas camisetas de manga longa, deverá haver a serigrafia “POLÍCIA CIVIL”, em fonte *Arial Black*, disposta de forma vertical com fonte de 20mm (vinte milímetros) de altura cada letra;

1.1.3.3. Na parte dorsal, deverá haver a serigrafia “POLÍCIA”, na fonte *Arial Black*, com 265mm (duzentos e sessenta e cinco milímetros) de largura, seguida da serigrafia “CIVIL”, em outra linha e centralizada junto à palavra anterior, de igual fonte, com dimensão de 170mm (cento e setenta milímetros) de largura;

1.1.3.4. As ribanas da gola polo e os debrum das mangas curtas possuem 2 (duas) listras: a listra externa terá a largura de 6mm (seis milímetros) com intervalo de 5mm (cinco milímetros); e a listra interna terá 2mm (dois milímetros) de largura. A abertura frontal da camiseta terá 3 (três) botões incolores;

1.1.3.5. As camisetas poderão ser confeccionadas nas tonalidades preta e branca, enquanto as escritas e as listas da gola e debrum deverão ser em cor preta nas camisetas brancas e em cor branca nas camisetas pretas;

MODELO E MEDIDAS DA CAMISETA GOLA POLO, COR PRETA:



MODELO E MEDIDAS DA CAMISETA GOLA POLO, COR BRANCA



1.1.4. Emblemas utilizados na confecção das camisetas:

1.1.4.1. Peito, lado esquerdo - Insignia da Polícia Civil:



1.1.4.2. Manga direita - Bandeira do Estado de Rondônia:



1.1.4.3. Manga esquerda e nas costas - termo “POLÍCIA CIVIL”:

**POLÍCIA
CIVIL**

1.1.5. Da camiseta de manga comprida ou casaco de moletom:

1.1.5.1. A parte frontal da camiseta de manga comprida ou casaco de moletom conterà a Insígnia da Polícia Civil bordada no lado esquerdo do peito, com 60,862mm (sessenta vírgula oitocentos e sessenta e dois milímetros) de largura X 80mm (oitenta milímetros) de altura; no lado direito do peito, será bordado o termo “POLÍCIA” com 77mm (setenta e sete milímetros) de largura e, centralizado com o texto anterior, “CIVIL” com 50mm (cinquenta milímetros) de largura, em linha abaixo, na fonte *Arial Black*;

1.1.5.2. Nas mangas direita e esquerda, deverá haver a serigrafia “POLÍCIA CIVIL” na fonte *Arial Black*, disposta de forma vertical, na fonte de 20mm (vinte milímetros) de altura cada letra, conforme o modelo de casaco de moletom abaixo;

1.1.5.3. Na parte dorsal, deverá haver a serigrafia “POLÍCIA”, em fonte *Arial Black*, com 265mm (duzentos e sessenta e cinco milímetros) de largura, seguida de “CIVIL”, em outra linha e centralizada ao texto anterior na mesma fonte, com 170mm (cento e setenta milímetros) de largura; e

1.1.5.4. As camisetas de manga comprida ou os casacos de moletom poderão ser confeccionados nas tonalidades preta e branca, devendo as escritas ser em cor preta nas camisetas de manga comprida ou nos casacos de moletom brancos e em cor branca nas camisetas de manga comprida ou nos casacos de moletom pretos;

MODELO DA CAMISETA DE MANGA COMPRIDA OU CASACO DE MOLETOM, COR PRETA



MODELO DA CAMISETA DE MANGA COMPRIDA OU CASACO DE MOLETOM, COR BRANCA



1.2. Calça Tática: confeccionada em tecido de tecnologia mais adequada para operações policiais, conforme especificações a serem editadas por Resolução do Conselho Superior de Polícia, com 6 (seis) passadores de cinturão no cós e 6 (seis) bolsos, sendo 2 (dois) frontais, 2 (dois) laterais, na altura das coxas, e 2 (dois) na parte traseira;



1.3. Jaquetas:

1.3.1. A jaqueta policial tática será confeccionada na cor preta e em tecido impermeável, resistente e de tecnologia adequada às operações policiais, conforme especificações a serem editadas por Resolução do Conselho Superior de Polícia. Deverá conter na parte frontal a Insignia da Polícia Civil, bordada no lado esquerdo do peito, com 60,862mm (sessenta vírgula oitocentos e sessenta e dois milímetros) de largura X 80mm (oitenta milímetros) de altura; no lado direito, bordado o termo “POLÍCIA”, com 77mm (setenta e sete milímetros) de largura; centralizado ao texto anterior, “CIVIL”, com 50mm (cinquenta milímetros) de largura, ambos em fonte *Arial Black*; e, nos braços, deverá haver a inscrição “POLÍCIA CIVIL” verticalmente na fonte *Arial Black* com 20mm (vinte milímetros) de altura cada letra; e

1.3.2. Na parte dorsal, deverá ser bordada a palavra “POLÍCIA”, em fonte *Arial Black*, com 265mm (duzentos e sessenta e cinco milímetros) de largura, seguida de “CIVIL”, em outra linha e centralizada ao texto anterior, em mesma fonte, com 170mm (cento e setenta milímetros) de largura;



1.4. Colete balístico:

1.4.1. O colete balístico oficial da Polícia Civil deverá conter em sua parte frontal a inscrição “POLÍCIA”, fonte *Arial Black*, com altura de 30mm (trinta milímetros), seguida de “CIVIL”, em outra linha e centralizada ao texto anterior, na mesma fonte, com altura de 30mm (trinta milímetros); e

1.4.2. No dorso, deverá constar a inscrição “POLÍCIA”, fonte *Arial Black*, com altura de 50mm (cinquenta milímetros), seguida de “CIVIL”, em outra linha e centralizada ao texto anterior, na mesma fonte, com altura de 50mm (cinquenta milímetros);



1.5. Boné: deverá ser preto e conterá a Insígnia da Polícia Civil, nas devidas cores, bordada e centralizada na parte frontal, com 80mm (oitenta milímetros) de largura X 66,966mm (sessenta e seis vírgula novecentos e sessenta e seis milímetros) de altura, sendo que, na parte traseira da cabeça, serão bordados, na cor branca, os termos “POLÍCIA CIVIL”, com altura de 10mm (dez milímetros) em curvatura, acompanhando o espaço da presilha de ajuste;



ANEXO VII


DOS DOCUMENTOS OFICIAIS

1. Considerando a utilização exclusiva do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, instituído em âmbito Estadual por meio do Decreto nº 21.794, de 5 de abril de 2017, os documentos obedecerão ao disposto naquela ferramenta.

2. Os documentos que não puderem ser confeccionados dentro do SEI deverão conter cabeçalho e rodapé padronizados, seguindo as especificações e características abaixo relacionadas:

2.1. Cabeçalho: deverá conter o Brasão da Polícia Civil em suas devidas cores, centralizado em tamanho 8,977 (oito vírgula novecentos e setenta e sete milímetros) de largura/horizontal X 11,8mm (onze vírgula oito milímetros) de altura/vertical, seguido, na linha abaixo centralizada, da escrita em letra maiúscula “ESTADO DE RONDÔNIA” e, na linha posterior, também centralizada em letra maiúscula a escrita “POLÍCIA CIVIL”, devendo contar, na linha subsequente, igualmente centralizado e em letra maiúscula, o Órgão Policial que emite o documento, com fonte *Arial Black*, tamanho 10; e

2.2. Rodapé: deverão constar o endereço completo do Órgão (rua, número, complemento, bairro, cidade e CEP), o telefone de contato e o e-mail do Órgão Policial na fonte *Arial Black*, tamanho 9.

 ESTADO DE RONDÔNIA POLÍCIA CIVIL ÓRGÃO POLICIAL
<small>Endereço do Órgão - CEP 76800-000 Telefones: (68) 3232-0000 E-mail: policia civil@pc.rondonia.gov.br</small>

ANEXO VIII

DO PLANO DE FUNDO INSTITUCIONAL

1. Da área de trabalho dos computadores institucionais: o plano de fundo oficial da área de trabalho dos computadores da Instituição Polícia Civil deverá obedecer ao padrão estabelecido na imagem abaixo e estará disponível na intranet da Polícia Civil no link downloads.



2. Plano de fundo oficial para apresentação digital: o plano de fundo oficial deverá ser usado em toda a apresentação digital realizada por qualquer servidor policial em serviço e estará disponível na intranet da Polícia Civil no link downloads, conforme modelos abaixo:

2.1. Tela inicial de apresentação:



2.2. Plano de fundo oficial:





Documento assinado eletronicamente por **Daniel Pereira, Governador**, em 24/09/2018, às 19:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no caput III, art. 12 do [Decreto nº 21.794](#), de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site portal do SEI, informando o código verificador **3091829** e o código CRC **B9D823A0**.



Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

GRAFISMO E PLOTAGEM

**Polícia Técnico-Científica do Estado
de Rondônia - POLITEC**



Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA





Governo do Estado de

RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA



LOTE 3**ACESSÓRIOS VEÍCULO PICK-UP CAMINHONETE - ITEM 20**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RASTREADOR	1	R\$ -	R\$ -
2	RÁDIO	1	R\$ -	R\$ -
3	SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO)	1	R\$ -	R\$ -
4	GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	1	R\$ -	R\$ -
5	ENGATE	1	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL				R\$ -
VALOR MENSAL				R\$ -

ACESSÓRIOS VEÍCULO PICK-UP CAMINHONETE - ITEM 21

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RASTREADOR	1	R\$ -	R\$ -
2	GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	1	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL				R\$ -
VALOR MENSAL				R\$ -

ACESSÓRIOS VEÍCULO PICK-UP CAMINHONETE - ITEM 22

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RASTREADOR	1	R\$ -	R\$ -
2	RÁDIO	1	R\$ -	R\$ -
3	GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	1	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL				R\$ -
VALOR MENSAL				R\$ -

ACESSÓRIOS VEÍCULO PICK-UP CAMINHONETE - ITEM 23

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	-----------	------------	----------------	-------------

1	RASTREADOR	1	R\$ -	R\$ -
2	RÁDIO	1	R\$ -	R\$ -
3	CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	1	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL				R\$ -
VALOR MENSAL				R\$ -

ACESSÓRIOS VEÍCULO PICK-UP CAMINHONETE - ITEM 24				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RASTREADOR	1	R\$ -	R\$ -
2	RÁDIO	1	R\$ -	R\$ -
3	GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	1	R\$ -	R\$ -
4	CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	1	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL				R\$ -
VALOR MENSAL				R\$ -

ACESSÓRIOS VEÍCULO PICK-UP CAMINHONETE - ITEM 25				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RASTREADOR	1	R\$ -	R\$ -
2	RÁDIO	1	R\$ -	R\$ -
3	SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO)	1	R\$ -	R\$ -
4	GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	1	R\$ -	R\$ -
5	ESTROBO VELADO	1	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL				R\$ -
VALOR MENSAL				R\$ -

ACESSÓRIOS VEÍCULO SUV - ITEM 26				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RASTREADOR	1	R\$ -	R\$ -
2	RÁDIO	1	R\$ -	R\$ -
3	SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO)	1	R\$ -	R\$ -

4	GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	1	R\$ -	R\$ -
5	ESTROBO VELADO	1	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL				R\$ -
VALOR MENSAL				R\$ -

ACESSÓRIOS VEÍCULO SUV - ITEM 27				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RASTREADOR	1	R\$ -	R\$ -
2	RÁDIO	1	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL				R\$ -
VALOR MENSAL				R\$ -

ACESSÓRIOS VEÍCULO SUV - ITEM 28				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RASTREADOR	1	R\$ -	R\$ -
2	RÁDIO	1	R\$ -	R\$ -
3	SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO)	1	R\$ -	R\$ -
4	GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	1	R\$ -	R\$ -
5	ESTROBO VELADO	1	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL				R\$ -
VALOR MENSAL				R\$ -

ACESSÓRIOS VEÍCULO SUV - ITEM 29				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RÁDIO	1	R\$ -	R\$ -
2	GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	1	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL				R\$ -
VALOR MENSAL				R\$ -

ACESSÓRIOS VEÍCULO FURGÃO - ITEM 30				
--	--	--	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RASTREADOR	1	R\$ -	R\$ -
2	RÁDIO	1	R\$ -	R\$ -
VALOR TOTAL				R\$ -
VALOR MENSAL				R\$ -



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. **ÁREA REQUISITANTE**

1.1. Gerência de Logística da SESDEC - GLOG/SESDEC

2. **OBJETO:**

2.1. Registro de preços para Contratação de Serviço de Locação de Veículos Ostensivos destinados a atender à SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Politec na capital e interior do Estado, conforme especificações, condições gerais de fornecimento e execução contidas no presente Termo de Referência e anexos, pelo período de 60 meses.

LOTE 1 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS					
PICK-UPS CARACTERIZADAS					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CORES	QUANTIDADE A SER REGISTRADA	QUANTIDADE SER SOLICITADA INICIALMENTE	INSTITUIÇÃO
01	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - SUPORTE DE ARMAMENTO - ENGATE	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	03	01	POLÍCIA CIVIL
02	PICK UP CARACTERIZADA (CABINE SIMPLES) PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES	PRETO	05	03	POLÍCIA CIVIL
03	PICK UP CARACTERIZADA COM SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - SUPORTE TRANSPORTE DE ESCADA	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	01	01	POLÍCIA CIVIL
04	PICK UP CARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - CAPOTA DE FIBRA E TRANSPORTE DE ESCADA	VERMELHO	36	01	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
05	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - SUPORTE DE ARMAMENTO - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - ENGATE	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	15	05	POLÍCIA MILITAR
06	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO)	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	75	05	POLÍCIA MILITAR

	- GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO				
07	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL)	BRANCO	10	05	POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
08	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE OU VERMELHA (a ser definido na ordem de fornecimento)	200	05	SESDEC
SUVS CARACTERIZADAS					
09	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CÃES	VERMELHO	02	01	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
10	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CÃES	PRETO E PRATA (A SER DEFINIDO NO FORNECIMENTO)	01	01	POLÍCIA CIVIL
11	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - SUPORTE DE ARMAMENTO - ENGATE - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CÃES	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	10	01	POLÍCIA MILITAR
12	SUV CARACTERIZADO - RASTREADOR - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO (SINALIZADOR VISUAL)	BRANCO	34	01	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
13	SUV CARACTERIZADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL)	BRANCO	11	01	POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
TOTAL DE VEÍCULOS LOTE 1 = 403 VEÍCULOS					

LOTE 2 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS <u>COM</u> CÂMERAS EMBARCADAS					
PICK-UPS CARACTERIZADAS					
14	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - SUPORTE DE ARMAMENTO - ENGATE - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	20	05	POLÍCIA CIVIL
15	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	175	15	POLÍCIA MILITAR
16	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - SUPORTE DE ARMAMENTO - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - ENGATE - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	15	02	POLÍCIA MILITAR
SUVS CARACTERIZADAS					
17	SUV CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	19	01	POLÍCIA MILITAR
18	SUV CARACTERIZADO 4X4 COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - SUPORTE DE ARMAMENTO - ESTROBO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	30	01	POLÍCIA MILITAR

	- ENGATE - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO				
FURGÃO CARACTERIZADO					
19	FURGÃO CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - CÂMERAS EMBARCADAS (2 UNIDADES NAS CELAS E 4 UNIDADES EXTERNAS) - SUPORTE DE ARMAMENTO - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - SENSOR DE ESTACIONAMENTO - SENSOR DE ABERTURA DE PORTA TRASEIRA	PRETO	02	01	POLÍCIA CIVIL
TOTAL DE VEÍCULOS LOTE 2 = 261 VEÍCULOS					

LOTE 3 - VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS					
PICK-UPS DESCARACTERIZADAS					
20	PICK UP DESCARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	74	02	POLÍCIA CIVIL
21	PICK UP DESCARACTERIZADA - RASTREADOR - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	10	02	SESDEC
22	PICK UP DESCARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	05	02	SESDEC
23	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	PRETO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	02	01	SESDEC
24	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	PRETO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	01	01	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
25	PICK UP DESCARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	35	02	POLÍCIA MILITAR

	- ESTROBO VELADO				
SUVS DESCARACTERIZADAS					
26	SUV DESCARACTERIZADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO VELADO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	15	01	POLÍCIA MILITAR
27	SUV DESCARACTERIZADO 4X4 - RASTREADOR - RÁDIO	PRETO, CINZA, PRATA OU BRANCO	10	01	POLÍCIA MILITAR
28	SUV DESCARACTERIZADO 4X4 - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	PRETO, CINZA, BRANCO E PRATA (a ser definido na ordem de fornecimento)	10	01	POLÍCIA CIVIL
29	SUV DESCARACTERIZADO - RÁDIO - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	PRETO	04	01	SESDEC
FURGÃO DESCARACTERIZADO					
30	FURGÃO DESCARACTERIZADO - RASTREADOR - RÁDIO	PRETO, CINZA, BRANCO, PRATA, AZUL, VERDE (a ser definido na ordem de fornecimento)	05	01	POLÍCIA MILITAR
TOTAL DE VEÍCULOS LOTE 3 = 171 VEÍCULOS					
TOTAL DE VEÍCULOS A REGISTRAR LOTE 1, LOTE 2 E LOTE 3 = 835 VEÍCULOS					

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Da Justificativa da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania

3.1.1. A Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC através de suas Unidades Subordinadas, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e POLITEC desempenha um papel primordial para a Segurança Pública do Estado de Rondônia. Assim sendo, diante do dever constitucional, a SESDEC, se depara com a imperiosa necessidade de dispor, para utilização contínua e imediata, de uma frota de veículos que esteja em condições de atuar nas mais diversas circunstâncias peculiares das atividades pertinentes. Neste contexto, os veículos em questão são de grande importância para os andamentos dos serviços pertinentes à polícia. Ocorre no entanto, que, para cumprir o seu dever, atualmente a SESDEC e cada unidade subordinada contam com uma quantidade deficiente de veículos próprios, onde ocorrem baixas rotineiras sofrendo reduções consideráveis em seu quantitativo e uma quantidade razoável de veículos locados.

3.1.2. As viaturas usadas nos serviços operacionais da segurança pública, realizam suas atividades em regime diuturno e ininterrupto, e de escalas de serviço, com turnos de 12 horas, ou seja, 1º turno e 2º turno diários, o que implica na necessidade de 2 (duas) viaturas para cada setor de ação, acrescido de pelo menos mais 1 (um) veículo reserva, de forma a permitir o rodízio entre elas, e a permanência de uma viatura em descanso e/ou em manutenção preventiva ou corretiva, quando necessário, assim como, os trabalhos de investigação e inteligência policial que não possuem limitação de horários para acontecerem, atuando de forma ininterrupta.

3.1.3. Os veículos operacionais em questão, destinados ao serviço da Segurança Pública, são empregados ininterruptamente nas atividades de policiamento investigativo e de inteligência, com **uso exclusivo em serviços operacionais**, conforme descritos abaixo.

a) Apoio ao policiamento aéreo e fluvial;

- b) Investigações;
- c) Inteligência;
- d) Busca e captura;
- e) Cumprimento de mandado de prisão entre outras atividades.

3.1.4. Dessa forma, devido ao uso contínuo e ao nível alto de depreciação, a vida útil de um veículo policial próprio é de aproximadamente **30 (trinta) meses**, haja vista, que passando esse período, ou até mesmo antes, os veículos começam a apresentar problemas mais complexos que acarretam em maior custo de manutenção, tornando-se antieconômico para o Estado manter viaturas como frota própria.

3.2. **Da Justificativa dos Bombeiros**

3.2.1. O CBMRO é a instituição permanente do estado que presta os serviços de busca, resgate, salvamento, combate a incêndio urbano e florestal bem como ações de Defesa Civil, tais atribuições legais exigem que a Administração Pública tenha à sua disposição materiais e equipamentos especiais para garantir não só a segurança dos seus militares, mas também que garantam a eficiência e o atendimento da população com qualidade.

3.2.2. O interesse público está relacionado às missões constitucionais e legais previstas no §3º do Art. 148 da Constituição do Estado de Rondônia e no Art. 2º da Lei nº 2.204/2009, cujas atribuições legais só podem ser alcançadas com a disponibilidade de equipamentos que permitam ao CBMRO realizar as buscas, resgates, combates e salvamentos que a legislação impõem.

3.2.3. Diante da necessidade de fortalecer as ações de prevenção e combate no Estado de Rondônia, especialmente em face do aumento expressivo das ocorrências, o Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia - CBMRO, busca garantir a pronta resposta a tais eventos, o que exige atenção e recursos específicos. A capacidade operacional do CBMRO, porém, é limitada pela disponibilidade de veículos adequados e equipados.

3.2.4. Surge então a necessidade de reforçar a frota do CBMRO, considerando a necessidade de otimizar recursos e garantir a eficiência no atendimentos das ocorrências. Nesse contexto, **a locação de veículos automotores** se mostra uma excelente opção.

3.3. **Da Justificativa da Polícia Civil**

3.3.1. A Polícia Civil é a instituição responsável pela repressão da criminalidade, da violência e pela preservação dos direitos constitucionais do cidadão e da sociedade civil organizada.

3.3.2. Assim sendo, diante desse mister constitucional se depara com a imperiosa necessidade de dispor, para utilização contínua e imediata, de uma frota de veículos que estejam em condições de atuar nas mais diversas circunstâncias adversas e peculiares das atividades de investigação policial.

3.3.3. Os veículos em questão destinados aos serviços da Polícia Civil, são empregados ininterruptamente nas atividades de policiamento investigatório e de inteligência.

3.3.4. Fica evidenciado dessa forma, que os veículos em questão não se tratam de meros automóveis comuns pertencentes a frota do Estado, pois devem ser diferenciados para uso exclusivo da Polícia Civil, sendo através destes que esta Instituição Policial cumprirá com o seu dever constitucional do artigo 144 da Constituição Federal.

3.3.5. Ademais, Polícia Civil realizou um concurso público, sendo que os novos policiais ingressaram no Quadro desta Instituição no mês de JULHO-2024, aumentando seu efetivo nas mais diversas Delegacias de Polícias da Capital e Interior do Estado, o que demanda um maior número de viaturas para serem utilizadas nos serviços de investigações.

3.3.6. No mesmo sentido, a ampliação das viaturas locadas de pequeno e médio porte da Polícia Civil, se justifica em razão da criação de diversas **Delegacias de Polícias de Crimes Contra a Vida e Delegacias de Crimes Contra o Patrimônio, nos municípios de ARIQUEMES, JI-PARANÁ, CACOAL E VILHENA, além da criação do NÚCLEO DE COMBATE A ENTORPECENTES no município de ARIQUEMES-RO.**

3.3.7. Tendo em vista a peculiaridade das atividades policiais de investigação, ora fazendo acompanhamentos de alvos, ora tendo que se deslocar por áreas rurais de difícil acesso, devendo ser levado em consideração a realidade precária das vias rurais principalmente em épocas de chuvas intensas, em que pese no interior do Estado seja esta nossa realidade, se faz necessário que seja adquirido alguns veículos que possam atender essa demanda.

3.4. **Da Justificativa da Polícia Técnico-Científica**

3.4.1. Atualmente, a superintendência de Polícia Técnico-Científica de Rondônia - POLITEC, órgão de perícia oficial do estado de Rondônia, utiliza para atendimento aos locais de crime, viaturas locadas.

3.4.2. Sua estrutura conta com oito unidades regionais no interior, e três institutos na capital, além da sede administrativa.

3.4.3. Para o atendimento à locais de crime, é necessário a utilização de diversos equipamentos e acessórios, tais como: drones, maletas de locais de crime, maletas de coleta de vestígios genéticos e papiloscópicos. detectores de metais, video boroscópios, drones, os quais demandam acondicionamento seguro, necessitando de viaturas que comportem tais acessórios, com segurança, e resistente à intempéries.

3.4.4. Nas unidades descentralizadas, cada unidade possui ao menos uma equipe plantonista, disponível 24h/dia para atendimento imediato. Além da equipe plantonista, há perícias internas, que demandam deslocamentos, e perícias de Meio Ambiente, as quais devem ser fortalecidas com veículos adaptados para estradas carroçais. Ademais um regional de criminalística atende aso municípios e distritos em seu entorno, percorrendo longas distâncias

3.4.5. Já na capital, o Instituto de Criminalística possui 3 equipes plantonistas, para atendimento imediato, sendo sua área de atuação abrangendo Nova Califórnia à Triunfo, além das linhas viscinais. Além das equipes plantonistas, há necessidade de viatura específica para o Meio Ambiente, sendo esta viatura devidamente adaptada para estradas carroçais, além da necessidade administrativa, de viatura para a seção de custódia de vestígios, a qual pode ser compartilhada com os demais Institutos, a fim de gerar economicidade para o estado.

3.5. **Da Justificativa da Polícia Militar**

3.5.1. A **Polícia Militar de Rondônia (PMRO)**, como instituição responsável pela **manutenção da ordem pública, prevenção da criminalidade e garantia dos direitos fundamentais** previstos no **art. 144 da Constituição Federal**, desempenha um papel fundamental para assegurar a segurança e a tranquilidade da população rondoniense. Suas atividades se desenvolvem de maneira **contínua e ininterrupta**, abrangendo desde o policiamento ostensivo em áreas urbanas e rurais, até ações especializadas e de inteligência em situações de maior complexidade.

3.5.2. O vasto território do Estado de Rondônia, marcado por suas **características geográficas diversificadas**, incluindo regiões urbanas densamente povoadas, áreas rurais de difícil acesso e um clima com períodos intensos de chuvas, exige da PMRO uma **frota de viaturas diversificada, moderna e adaptada** às demandas operacionais específicas de cada unidade. Além disso, a ampliação e a descentralização dos serviços de manutenção e distribuição de viaturas são imperativas para garantir o **pleno funcionamento das operações policiais** e a efetiva cobertura de todo o território estadual.

3.5.3. Atualmente, a PMRO conta com diversas unidades administrativas e operacionais que desempenham funções específicas de policiamento ostensivo, ações preventivas e combate ao crime organizado. Essas unidades estão distribuídas em **Comandos Regionais de Policiamento (CRP), Comando de Policiamento Especializado (CPE)** e outras coordenadorias, diretorias e batalhões.

3.5.4. Essa distribuição operacional assegura maior capilaridade e presença efetiva da PMRO em todos os municípios do Estado. Porém, para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, torna-se necessário implementar **melhorias estruturais e estratégicas** no que se refere à frota de viaturas.

3.5.5. Portanto, o objetivo da presente demanda é justificar a necessidade de contratação de serviços de locação de viaturas automotoras, bem como apresentar as justificativas técnicas e operacionais que evidenciam sua **importância estratégica** para a atuação da PMRO, assegurando o cumprimento de sua missão constitucional em todo o Estado de Rondônia.

3.5.6. Assim, quanto à necessidade de ampliação e modernização da frota, a atuação da **Polícia Militar de Rondônia (PMRO)** exige o uso de **viaturas modernas e adaptadas** para o cumprimento de suas diversas atribuições constitucionais. A frota atual, em virtude do **uso contínuo e das condições adversas** enfrentadas no dia a dia, apresenta limitações que comprometem a eficiência e a agilidade operacional. Dessa forma, torna-se imprescindível a ampliação e a renovação da frota para assegurar o pleno funcionamento das atividades policiais.

3.5.7. A **locação de veículos novos e devidamente equipados** é a solução mais eficiente e econômica para atender a esta demanda. A proposta considera as particularidades operacionais das diversas unidades da PMRO, garantindo que os veículos contratados atendam às **especificidades das missões desempenhadas**.

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A locação de veículos para as Instituições envolve os seguintes requisitos:

4.1.1. Adequação dos Veículos: O Veículo deve ser adaptado para se transformar em viaturas policial, que pode incluir a instalação de equipamentos novos e acessórios novos nos veículos;

4.1.2. Manutenção Preventiva: Será realizada de acordo com a periodicidade indicada pelo fabricante dos veículos;

4.1.3. Manutenção Corretiva: Será realizada sempre que for identificado qualquer defeito que comprometa a segurança e o funcionamento dos veículos;

4.1.4. Substituição de Veículo: A contratada se compromete a fornecer um veículo substituto equivalente em caso de impossibilidade de uso do veículo locado;

4.1.5. Seguro de Veículo: A contratada deverá fornecer de seguro do veículo ou autoseguro que possa cobrir danos próprios e a terceiros, além de acidentes e furtos.

4.1.6. Guincho e Borracharia: A contratada deverá garantir o serviço de guincho e borracharia 24h, garantindo a continuação das atividades e pronta resposta;

4.2. Frise-se que outros requisitos aplicáveis serão pormenorizados no Termo de Referência.

5. **ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES**

5.1. A estimativa está de acordo com o quantitativo apresentando no compilado de Documentos de Formalização de Demanda, apresentado pelas Instituições no Documento de Oficialização de Demanda (PC, PM, CBM, POLITEC e SESDEC) (0058800293) em conjunto com análise desta Secretaria.

5.2. **Breve Memória de Cálculo**

CONTRATO Nº 173-2020 (0037.118033/2020-40)						CONTRATO Nº 241-2021 (0037.062132/2021-41)
Início do Contrato	1º TAC	2º TAC	3º TAC	4º TAC	5º TAC	Início do Contrato
Solicitado 301 Viaturas	Sem efeito	Supressão de 1 Viatura	Sem acréscimo	Sem acréscimo ou supressão	Acréscimo de 10 Viaturas	Solicitado 86 Viaturas
		Acréscimo 12 Viaturas				
322 Viaturas						86 Viaturas

6. **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

6.1. **Breve comparativo de LOCAÇÃO X AQUISIÇÃO ZERO KM:**

AQUISIÇÃO	LOCAÇÃO
Frota de veículos com faixa etária elevada.	Disponibilidade de veículos sempre novos.
A substituição depende de dotação orçamentária disponível.	A substituição se dá a cada 30 meses, conforme obrigatoriedade constante de cláusula contratual.
Necessidade de apoio para a remoção de veículo imobilizado, com ônus para o órgão proprietário.	Resgate do veículo feito pela locadora em caso de pane ou acidente, sendo o mesmo substituído de imediato.
Veículo imobilizado (manutenção, acidente, etc.), causa lacuna na área de transporte do órgão. Não há substituição durante o tempo de imobilização.	Maximização de tempo em que o veículo permanece disponível para operação no órgão, pois conta-se com a possibilidade de utilização, em casos específicos, de veículos reserva.
Custos elevados de manutenção preventiva ou corretiva, incluindo peças, acessórios, pneus, lavagens, lubrificações, etc.	O custeio de despesas com manutenções preventivas e corretivas passam a ser da locadora. Dispensa diversas licitações/contratos de manutenção da frota e evita também controlar a qualidade dos serviços de manutenção.
Pagamento de licenciamentos, taxas, multas, seguros, etc.	Não há despesas quanto a licenciamentos anuais, pagamentos de taxas, multas e seguros, pois o pagamento e controle são efetuados pela locadora.
Depreciação do bem, com resíduo financeiro insignificante, quando da venda em leilão em público.	A administração pública deixa de arcar com a depreciação, e também evita leilão de venda, onde o Poder Público obtém preços muito baixos devido à má conservação dos veículos.
Necessidade de imobilização de capital elevado para aquisição.	Evita-se a imobilização de capital em frota assegurando-se a disponibilidade do veículo pelo tempo estritamente necessário. Os recursos podem ser melhor aplicados na área social.
Necessidade de desembolso em parcela única elevada, comprometendo outras atividades, do órgão, não permitindo a canalização dos recursos para investimentos em atividades estratégicas.	Melhora no fluxo de caixa, pois a locação de veículos otimiza o descaixe financeiro e libera recursos para o giro, com previsão dos dispêndios mensais.
A frota é estática.	Flexibilidade na ampliação ou redução da frota.
Veículos com alta quilometragem e muitas vezes inadequados para o tipo de atividade do órgão.	Veículos novos e adequados para cada tipo de atividade.
Necessidade de estrutura administrativa de apoio e controle direto.	Reduz a necessidade de pessoal administrativo com consequente liberação de servidores para outras atividades.
Estrutura permanente de manutenção, muitas vezes com estoque de peças e mão de obra qualificada.	Inexistência deste tipo de estrutura no órgão.
Quando o poder público adquire veículos, além da imobilização de capital, deixa de arrecadar impostos como ICMS e IPI.	Quando os veículos são adquiridos pela iniciativa privada, estes impostos são pagos integralmente ao poder público.

6.2. A compra seria mais vantajosa caso o veículo fosse utilizado com baixa severidade, ou seja, pouca quilometragem, motorista zeloso que resultasse em baixo custo de manutenção.

6.3. No caso da presente demanda, o que se pretende é a utilização dos veículos com ideias extremamente contrárias ao item anterior, sendo estes veículos disponibilizados em regime severo, implicando desgaste prematuro de peças, resultando em alto custo de manutenção e indisponibilidade operacional pelas frequentes paradas em oficinas.

6.4. Outro ponto a se destacar é que a análise da vantajosidade aqui não se atém apenas ao custo do bem, vez que não é o ponto central da Administração a ampliação de patrimônio, mas sim a prestação efetiva da Segurança Pública, que tem com o emprego dos veículos ostensivos uma ferramenta de importante para atuação policial, que diferentemente das outras atividades é um serviço essencial e ininterrupto.

6.5. Por fim, são exemplos de alguns estudos elaborados no sentido de demonstrar a vantajosidade da locação:

- a) "Estudo de vantajosidade da terceirização do gerenciamento da frota de veículos leves pela Marinha do Brasil frente ao modelo de frota própria atualmente praticado", publicado na revista Acanto, volume 6, 2019, no portal de periódicos da Marinha do Brasil;
- b) "Frota terceirizada versus frota própria: Um comparativo para a Secretaria de Administração do Estado da Bahia", publicado em artigos da Universidade Corporativa do Serviço Público do Estado da Bahia ? Unidade Fazenda;
- c) "Gestão de frotas na Administração Pública: Estudo de casos múltiplos", publicação na Revista de Gestão e Operações Produtivas, Volume 1, Edição 13 de 2017, do Departamento de Engenharia Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro;
- d) "Efetividade do princípio da economicidade na contratação de serviço de aluguel de veículos pela Administração Pública, realidade ou ficção?", do Encontro dos Mestrados Profissionais de Administração, volume 4, 2017.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. As quantidades estimadas foram definidas com base nos Documentos de Formalização de Demanda de cada Força de Segurança, enviados à esta Secretaria, inserido nos autos do processo 0037.007514/2024-54. Esses quantitativos foram consolidados por esta Secretaria, conforme registrado na Nota Técnica 12 (0064072243).

7.2. Com base na **Planilha 25 - Tabela dos Valores Máximos**, estimou-se os seguintes valores para a presente Contratação:

7.2.1. **Lote 1:** Valor Estimado - **R\$ 316.759.256,40 (trezentos e dezesseis milhões, setecentos e cinquenta e nove mil duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos)**

7.2.2. **Lote 2:** Valor Estimado - **R\$ 218.969.564,40 (duzentos e dezoito milhões, novecentos e sessenta e nove mil quinhentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos)**

7.2.3. **Lote 3:** Valor Estimado - **R\$ 197.435.682,00 (cento e noventa e sete milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil seiscentos e oitenta e dois reais)**

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

8.1. Segundo o Tribunal de Contas da União, "Uma solução é o conjunto de todos os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que gerou a contratação".

8.2. Verifica-se que a solução do objeto de forma geral, inclui a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, de tal forma que o Contratante sempre terá disponível veículos em condições de dirigibilidade segura. Dessa forma o serviço prestado estende-se ao fornecimento de veículos bem como suas manutenções e substituições caso necessário.

8.3. Caberá ao Contratante o pagamento apenas dos valores referente ao consumo de combustível e a locação mensal propriamente.

8.4. Pelas características próprias de uma contratação através de locação, estarão isentos aos cofres públicos os gastos com impostos como o IPVA.

8.5. Diante o exposto, a contratação pretendida, solucionará as atribuições operacionais das Forças Institucionais da Segurança Pública.

9. JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. O objetivo do parcelamento é ampliar a competição com vistas à economicidade, devendo ser realizado desde que seja tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9.2. A expectativa é possibilitar a participação de maior número de licitantes que não teriam capacidade ou condições de atender aos requisitos de habilitação para disputar a totalidade do objeto, mas que podem fazê-lo com relação a frações da prestação.

9.3. Neste sentido, considerando viabilizar a competição das empresas locais, que possivelmente poderiam atender parcelas da contratação, e com isso diminuir os custos de logística que o objeto exige, entendemos pertinente e justificado o presente parcelamento em lotes, quais sejam:

9.3.1. LOTE 1 – VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS

9.3.1.1. Contempla as viaturas que necessitam de adaptações específicas e utilizadas com a caracterização da instituição (grafismo/ plotagem). Tais adaptações são essenciais para o pleno funcionamento operacional das viaturas em atividades que requerem rápida identificação e comunicação, garantindo a segurança e a eficiência dos serviços.

9.3.2. **LOTE 2 – VEÍCULOS CARACTERIZADOS COM CÂMERAS EMBARCADAS**

9.3.2.1. São as viaturas mais ostensivas, que possuem camburões para transporte de custodiado que por esta razão devem estar equipadas com sistemas de câmeras embarcadas, que atendam a requisitos técnicos rigorosos de qualidade, armazenamento e segurança da informação. Esta exigência visa garantir a integridade das imagens para fiscalização, monitoramento e eventuais ações judiciais, ampliando a segurança institucional e dos próprios operadores.

9.3.2.2. Esta Consulente optou por acrescentar este lote, por razões de segurança, visto que, as configurações das Câmeras Embarcadas geraram um fracasso licitarório anterior em virtude de não atenderem ao solicitado no certame e, conseqüentemente, não serem aceitas sob risco de violação ao princípio do instrumento convocatório, entre outros.

9.3.2.3. Desta maneira, dada complexidade técnica das câmeras, optou-se por isolar este lote, permitindo uma avaliação técnica mais criteriosa, evitando impactos no certame geral caso as especificações não sejam plenamente atendidas.

9.3.3. **LOTE 3 – VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS**

9.3.3.1. As viaturas deste lote, são viaturas sem identificação visual da instituição, voltadas a operações que demandam discrição e flexibilidade de uso. Essas viaturas podem ser atendidas por concessionárias ou fornecedores especializados em locação de veículos padrão, o que amplia a competitividade e possibilita melhores condições comerciais para a administração pública.

10. **RESULTADOS PRETENDIDOS**

10.1. A presente demanda é proveitosa na medida em que identifica-se que o serviço de locação de veículos, de forma a atender satisfatoriamente o Interesse Público, constituem uma necessidade em comum dos órgãos que compõem as Forças de Segurança do Estado de Rondônia. Assim, instaura-se a licitação centralizada, para eventuais e futuras contratações descentralizadas em favor dos destes órgãos.

10.2. Pelo exposto até aqui, os resultados pretendidos são

- a) O atendimento satisfatório da contratação;
- b) O alcance de uma larga racionalização e economia aos gastos públicos;
- c) A preservação do caráter ininterrupto das atividades administrativas e operacionais de Segurança Pública;
- d) A prevenção de riscos ao Erário;
- e) Aumento da sensação de Segurança;
- f) Cumprimento das funções institucionais das Forças de Segurança, entre outros.

11. **ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL**

11.1. A contratação encontra-se em consonância com o Plano Anual de Contratações 2025 (0055962699):

4.1.3. Contratação de Serviços		
SERVIÇO	Contratação de empresa de locação de veículos para emprego no serviço operacional e administrativo da SESDEC e das corporações subordinadas.	3.3.90.39

12. **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

12.1. A implementação de uma frota locada e equipada com tecnologias modernas exige que **gestores** e **usuários** sejam devidamente capacitados para utilizar os novos recursos de forma eficiente e segura. A capacitação é essencial para garantir a **maximização dos benefícios** proporcionados pelos veículos e seus acessórios tecnológicos, bem como para assegurar a **gestão adequada** do contrato e a **manutenção das viaturas**.

12.2. A modernização da frota exige que gestores e usuários sejam capacitados para utilizar os novos recursos de forma eficiente e segura. A capacitação assegura a maximização dos benefícios proporcionados pelos veículos e acessórios tecnológicos.

12.3. Os gestores responsáveis pela administração da frota receberão treinamento para gerenciar o sistema integrado de monitoramento, analisar indicadores de desempenho e fiscalizar o cumprimento contratual. Essa formação inclui o uso de plataformas digitais que monitoram GPS, consumo de combustível e manutenção.

12.4. Os usuários finais aprenderão a operar corretamente os veículos e os acessórios tecnológicos, como sistemas de rastreamento, rádios e câmeras. Além disso, serão treinados em práticas de conservação e segurança, incluindo inspeções diárias e reporte de falhas.

12.5. A empresa deverá organizar treinamentos presenciais e remotos, fornecendo materiais didáticos e suporte técnico contínuo. Também será responsável por atualizar os operadores sobre novas funcionalidades ou mudanças nos sistemas.

12.6. Por fim, tem-se que capacitação garante eficiência operacional, reduz erros no uso dos recursos tecnológicos e facilita o controle administrativo. Além disso, promove segurança e conservação, prolongando a vida útil das viaturas e otimizando os investimentos.

13. **DA JUSTIFICATIVA PARA A EXCLUSÃO DE PESSOAS FÍSICAS**

13.1. Em atenção ao art. 34, inciso XIV do Decreto Estadual nº 28.874/2024, justifica-se a exclusão de participação de pessoas físicas no presente processo, considerando que a Administração Pública tem a obrigação de garantir a segurança e a qualidade dos serviços que contrata. Em razão disso, é importante que os contratados tenham a capacidade técnica e a estrutura necessária para prestar o serviço de forma adequada. Desta forma, as pessoas físicas, em geral, não possuem a mesma capacidade técnica e estrutura que empresas especializadas, por isso, a participação de pessoas físicas na contratação pretendida pode colocar em risco a segurança e a qualidade dos serviços a serem prestados.

14. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

14.1. Contrato nº 173/PGE-2020 (0049388487) - 5º Termo Aditivo;

14.2. Contrato nº 241/PGE-2021 (0049386240) - Em encerramento;

14.3. Processo nº 0037.264134/2021-72 - Licitação Fracassada em relação ao Lote 2.

14.4. Processo nº 0037.003886/2024-10 - Adesão a Ata de Registro de Preços Suspensa

15. **RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS MEDIDAS MITIGADORAS**

15.1. A Contratada deve promover:

15.1.1. Práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 economizando energia, gás, água, assim como separar seletivamente os resíduos oriundos da prestação dos serviços;

15.1.2. Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

15.1.3. Treinamento relativo à eco condução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

15.1.4. Fornecimento aos seus empregados de equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços;

15.2. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resoluções CONAMA, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

15.2.1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizam sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

15.2.2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

15.2.3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;”

15.3. Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

15.4. A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata.”

15.5. Os veículos fornecidos deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02 /1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata, bem como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

15.6. A CONTRATADA deverá observar os critérios de sustentabilidade previstos no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União](#)

16. **POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

16.1. Considerando os fatos apresentados, que incluem a necessidade de substituir as viaturas, bem como os benefícios evidentes apontados neste estudo, **é imperativo concluir a favor da contratação de uma empresa especializada na Locação de Veículos.**

16.2. Além das vantagens já destacadas, como a agilidade na substituição de frota, a redução de custos de manutenção e a flexibilidade operacional, a terceirização também proporcionará outros benefícios significativos. Entre eles, destacam-se a atualização constante da frota conforme avanços tecnológicos e regulamentações, a garantia de disponibilidade imediata de veículos, inclusive com reservas em caso de necessidade, e a redução do ônus administrativo associado à gestão de uma frota própria.

16.3. A contratação de uma empresa de locação de veículos não apenas atende às demandas específicas de substituição de frota, mas também representa uma escolha estratégica que otimiza recursos, melhora a eficiência operacional e fortalece as capacidades das instituições para o cumprimento de suas responsabilidades com segurança e eficácia.

16.4. Portanto, o estudo preliminar evidencia posicionamento favorável quanto a locação de veículos, mostrando-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária. Assim, declara ser viável a contratação pretendida.

Porto Velho, data e hora do sistema.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação GELOG/SESDEC

MÁRIO VERGOTTI

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação CBM

REGINALDO FERREIRA DE SOUZA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação PC

TACIANO MADEIRO NOGUEIRA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação POLITEC

DANIEL FERNANDES BOSTELMANN

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação PM

Revisão e Validação

RAFAEL MOTA BRITO

Gerente de Compras da SESDEC

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MOTA BRITO, Gerente**, em 30/09/2025, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 30/09/2025, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/09/2025, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Reginaldo Ferreira de Souza, Escrivã(o)**, em 30/09/2025, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO, Gerente**, em 30/09/2025, às 14:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIO VERGOTTI, Diretor(a)**, em 30/09/2025, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Fernandes Bostelmann, Coordenador(a) Adjunto(a)**, em 30/09/2025, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/10/2025, às 07:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0064922068** e o código CRC **DEE842BA**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

ADENDO

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. Os níveis de serviços apresentados neste IMR têm como função incluir critério de desempenho na prestação do serviço de fornecimento e gerenciamento do serviço contratado, seguindo as melhores práticas aplicadas na Administração Pública.

2. O Índice de Medição de Resultados (IMR) apresenta os critérios de medição de resultado, identificando rotinas, grau do descumprimento, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

3. O IMR será apurado mensalmente. O instrumento de aferição consiste na “Relação de descumprimentos”, devendo ser atestada pelo fiscal titular ou substituto e pelo gestor do contrato.

4. Os serviços objeto do Termo de Referência serão constantemente avaliados pelos representantes da Contratante, que deverão apontar as ocorrências na “Relação de descumprimentos”, conforme modelo abaixo.

5. A tabela constante deste IMR será a referência quanto ao percentual a ser aplicado sobre o valor líquido (valor apurado após o desconto contratual, se houver) da nota fiscal/fatura apresentada pela Contratada.

6. Os descontos apurados por meio do IMR poderão ensejar, ainda, a aplicação das demais penalidades contratuais.

7. O relatório dos descumprimentos deverá ser levado ao conhecimento da Contratada via e-mail.

8. A Contratada terá o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contadas do envio do e-mail para apresentar justificativas, cuja avaliação compete aos fiscais e ao gestor.

9. Caso a Contratante não acolha as justificativas, as apurações do IMR acarretarão no desconto proporcional do valor da fatura.

10. O modelo de relação de descumprimentos a ser utilizado como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação dos serviços consta nas tabelas abaixo.

GRAU	PERCENTUAL
1	0,1% incidente sobre o valor dos créditos
2	0,2% incidente sobre o valor dos créditos
3	0,3% incidente sobre o valor dos créditos
4	1% incidente sobre o valor dos créditos
5	2% incidente sobre o valor dos créditos

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Fornecer em modo de reserva, veículo diferente das características do veículo retirado. Por dia.	2
02	Deixar de disponibilizar veículo substituto no momento da remoção do veículo em utilização nos casos em que o veículo deva ser substituído por outro. Por dia de atraso	4
03	Não realizar a manutenção preventiva e/ou corretiva do veículo. Por veículo e mês de atraso.	5
04	Suspender ou interromper os serviços contratuais, salvo em situações de caso fortuito e força maior.	5
05	Não manter a documentação atualizada dos veículos	4
06	Não atendimento das solicitações da fiscalização do contrato no prazo estipulado no Termo de Referência. Por dia de atraso não justificado.	3
07	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente. Por ocorrência.	3

08	Atraso em qualquer prazo definido neste Termo de Referência, que não esteja previsto nos itens anteriores. Por ocorrência.	1
09	Atraso na entrega inicial dos veículos. Por veículo e dia de atraso.	4
10	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de descumprimentos. Por ocorrência.	2
11	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de descumprimentos, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização. Por ocorrência.	4
12	Deixar de comunicar provimento de recurso de multa de trânsito impetrado pelo condutor de veículo da Contratante. Por ocorrência.	5

Porto Velho-RO, data e hora da assinatura.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 25/06/2025, às 13:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 25/06/2025, às 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 30/06/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE JOSE TELES NASCIMENTO, Gerente**, em 30/06/2025, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 30/06/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/07/2025, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/07/2025, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061294686** e o código CRC **FF1595C7**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

MINUTA DE CONTRATO

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DO CONTRATO Nº/2025/PGE-SESDEC

CONTRATANTE: O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA, inscrita no CNPJ/MF nº 04.793.055/0001-57, com sede na Rua Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, neste ato representada pelo Secretário de Estado, Sr. FELIPE BERNARDO VITAL, portador do CPF ***.***.0*-30, nos termos do Decreto de 08 de outubro de 2022 (0032759383), publicado no Diário Oficial nº 194.

CONTRATADA: A empresa (...), inscrita no CNPJ/MF sob o nº (...), com sede na Rua (...), nº (...), Bairro (...), CEP nº (...), cidade (...), aqui representada pelo Sr. (...), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada através do documento acostado (id.....).

Os Contratantes celebram, por força do presente instrumento, contrato para Contratação de Serviço de Locação de Veículos Operacionais, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, licitado através da (MODALIDADE DE LICITAÇÃO), vinculando-se aos termos do Processo Administrativo nº 0037.007245/2024-26 e à proposta da CONTRATADA (...), mediante as seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO/DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/DOS QUANTITATIVOS E DA VINCULAÇÃO

- 1.1. **Do objeto:** O objeto do presente instrumento é a Contratação de Serviço de Locação de Veículos Operacionais destinados a atender à SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Politec na capital e interior do Estado, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos, independentemente de transcrição.
- 1.2. **Das Especificações:** As especificações técnicas do objeto deste contrato serão aquelas estabelecidas no item 8 do termo de referência e seus anexos.
- 1.3. **Dos Quantitativos:** Os quantitativos do objeto deste contrato serão aqueles estabelecidos no item 7 do termo de referência e seus anexos.
- 1.4. **Da vinculação:** Integram este contrato, independentemente de transcrição, o Termo de Referência (0061136410), o disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº XXX (XXX), a proposta da Contratada (XXX) e demais elementos que sirvam à exata definição do objeto descrito nesta cláusula.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 2.1. A descrição da solução do objeto deste contrato será aquela estabelecida no item 5 do termo de referência e seus anexos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1. O valor total desta contratação é de R\$ XXX, correspondente à declaração de adequação financeira (XXX), a servir de lastro para efetuar o pagamento do objeto descrito na cláusula primeira.

3.2. Nos preços propostos estão inclusos fretes, carga, descarga e demais custos diretos e/ou indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, tributos, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciário a que estiver sujeita a Contratada.

4. **CLÁUSULA QUARTA - DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS**

4.1. As manutenções preventivas e corretivas do objeto deste contrato serão aquelas estabelecidas no item 10 do termo de referência e seus anexos.

5. **CLÁUSULA QUINTA - DA GESTÃO DE FROTA**

5.1. A gestão de frota deste contrato será aquela estabelecida no item 11 do termo de referência e seus anexos.

6. **CLÁUSULA SEXTA - DO SEGURO**

6.1. O Seguro do objeto deste contrato será aquele estabelecido no item 12 do termo de referência e seus anexos.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MULTAS DE TRÂNSITO**

7.1. As multas de trânsito do objeto deste contrato serão aquelas estabelecidas no item 13 do termo de referência e seus anexos.

8. **CLÁUSULA OITAVA - DO GUINCHO E DA BORRACHARIA**

8.1. O guincho e a borracharia do objeto deste contrato serão aqueles estabelecidos no item 14 do termo de referência e seus anexos.

9. **CLÁUSULA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA**

9.1. Fica vedada a subcontratação do objeto contratado nos termos do § 2º, art. 122 da Lei n. 14.133/21.

9.2. Além disso, a vedação da subcontratação assegura a responsabilidade direta da Contratada, facilitando o monitoramento e a cobrança de resultados, e evitando a diluição da responsabilidade entre diversas partes.

9.3. Portanto, é vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste Contrato, nos termos do § 2º, art. 122 da Lei n. 14.133/21.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. Os recursos orçamentários para atender a contratação estão previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA 2025 (LEI n.º5.982 de janeiro de 2025), referente ao exercício 2025. Possui Adequação de Indicação Orçamentária, conforme informações a seguir:

10.2. **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA**

10.2.1. Unidade Gestora: 150001;

10.2.2. Programa de Atividade:2154

10.2.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39

10.2.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001

10.3. **POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA**

10.3.1. Unidade Gestora: **150003;**

10.3.2. Programa de Atividade: 2087

10.3.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39

10.3.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001

10.4. **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA**

10.4.1. Unidade Gestora: 150005;

- 10.4.2. Programa de Atividade:4122
- 10.4.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 10.4.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001
- 10.5. **CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA/ FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**
- 10.5.1. Unidade Gestora: 150004 CBM/ 15014 FUNESBOM
- 10.5.2. Programa de Atividade: 2087
- 10.5.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 10.5.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001
- 10.6. **POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DO ESTADO DE RONDÔNIA**
- 10.6.1. Unidade Gestora: 150006;
- 10.6.2. Programa de Atividade: 2154
- 10.6.3. Elemento de Despesa: 3.3.90.39
- 10.6.4. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001
- 10.7. **FUNDO ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA**
- 10.7.1. Programa de Atividade: 06.181.2166.2269
- 10.7.2. Elemento de Despesa: 33.90.39.13
- 10.7.3. Fonte: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.713.0.00001/1.713.0.00001
11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**
- 11.1. O prazo de vigência do presente instrumento contratual será de 60 (sessenta) meses, a contar da data da última assinatura, prorrogáveis até o limite previsto no art. 107, da Lei n. 14.133/2021 e alterações.
- 11.2. A Contratada deverá assinar o presente Contrato cujas cláusulas acham-se neste definidas, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da ciência da convocação, sobre a possibilidade de caracterizar descumprimento total da obrigação assumida;
- 11.3. O prazo concedido para assinatura deste Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela Contratada, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Contratante;
- 11.4. A recusa injustificada da Contratada em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Contratante, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades, constantes neste Contrato;
12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA GARANTIA DA PROPOSTA E DO CONTRATO**
- 12.1. A garantia da proposta e do instrumento contratual serão aquelas estabelecidas no item 30 do termo de referência e seus anexos.
13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE**
- 13.1. O reajuste do presente contrato será aquele estabelecido no item 31 do termo de referência e seus anexos.
14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO**
- 14.1. O local, prazo e condições de entrega e recebimento do objeto deste contrato serão aqueles estabelecidos no item 33 do termo de referência e seus anexos.
15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS VEÍCULOS RESERVAS**
- 15.1. A contratada deverá ter no mínimo 10% (dez por cento) de veículos reservas, com as mesmas características técnicas contidas neste instrumento, em número suficiente para comportar eventuais substituições por indisponibilidade (incluídas as movimentações para manutenções e revisões), de modo a garantir a continuidade do serviço, respeitado, todavia, o prazo de

24 (vinte e quatro) horas fixado para substituições nos municípios do interior e de 12 (doze) horas na capital, contadas a partir da comunicação formal.

15.2. Os veículos reservas substitutos deverão vir já com os equipamentos novos de rastreamento e, a depender do item, os rádios e comunicação já instalados, obedecendo todos os critérios descritos neste contrato, termo de referência e seus anexos.

15.3. Considera-se parte integrante da viatura o conjunto de sinalização sonoro e luminoso, rádio e rastreador, sendo assim, em caso de defeito ou dano dos referidos equipamentos, será considerado um defeito na viatura, devendo ser igualmente substituída dentro dos prazos previstos no subitem 34.1.

15.4. Caso não sejam cumpridos os prazos estabelecidos, o gestor do contrato providenciará a glosa na medição da prestação do serviço.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DEVOLUÇÃO DAS VIATURAS NO FIM DO CONTRATO**

16.1. Imediatamente após o término de vigência do Instrumento Contratual, a SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiro Militar e POLITEC, deverão interromper o uso dos veículos locados em razão da presente avença, que deve coincidir com o dia imediato após a data limite de vigência contratual.

16.2. O prazo para devolução dos veículos locados para a Contratada será **em até 30 dias úteis**, a contar do término da vigência contratual, sem ônus para a CONTRATANTE.

16.3. Caberá às unidades vinculadas, nomear em suas regionais (**GUAJARÁ-MIRIM, ARIQUEMES, JI-PARANÁ, CACOAL E VILHENA**), **sub-comissões**, com no mínimo 03 (três) servidores, que ficarão encarregados do recolhimento, conferência e devolução das viaturas à CONTRATADA, em seus respectivos Escritórios, Garagens ou Pátios das regionais, emitindo **Checklist de devolução** que seguirá devidamente assinado pelas referidas **sub-comissões** e pelo representante da CONTRATADA (recebedor).

16.4. A CONTRATANTE, no ato da devolução do veículo à CONTRATADA, deverá fazê-lo com os reservatórios (principal e auxiliar) abastecidos com, no mínimo, ¼ (um quarto) de sua capacidade máxima e com o mesmo tipo de combustível que recebeu da CONTRATADA

16.5. No dia da devolução dos veículos não será cobrado o valor da diária.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RENOVAÇÃO DA FROTA**

17.1. Os veículos deverão ser obrigatoriamente substituídos por outros VEÍCULOS NOVOS (0 KM) após 30 (trinta) meses, ou quando completados 150.000 (cento e cinquenta mil) quilômetros rodados, o que ocorrer primeiro. A contagem do prazo inicia-se da entrega definitiva dos veículos.

17.2. A Contratada terá o prazo de 90 (noventa) dias para a substituição total dos veículos:

a) contados do dia que completar o 30º (trigésimo) mês, conforme assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

b) ou, contados a partir da notificação à Contratada, pelo Fiscal/Gestor de Contrato, quando atingida a quilometragem de 150.000 (cento e cinquenta mil) rodados.

17.3. Vencido os 90 (noventa) dias para realização da substituição da frota, caso a Contratada não tenha realizado, será descontado 0,5% (meio por cento) do valor mensal da locação, ao dia por cada veículo que não for substituído.

17.4. Os itens de sinalização, comunicação, rastreamento e celeridade poderão ser transferidos para os novos veículos desde que sejam revitalizados.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DO CONTRATO**

18.1. O acompanhamento, gestão e fiscalização do objeto deste contrato serão aqueles estabelecidos no item 37 do termo de referência e seus anexos.

19. **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO PAGAMENTO**

19.1. As formas e condições de pagamento estão descrito no item 38 do termo de referência e seus anexos e a nota fiscal deverá ser emitida em nome da Contratante já qualificada no preâmbulo deste contrato.

20. **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

20.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratante também se incluem o disposto no item 39 do termo de referência e seus anexos.

21. **CLÁUSULA VIGÉSSIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

21.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem o disposto no item 40 do termo de referência e seus anexos.

22. **CLÁUSULA VIGÉSSIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES**

22.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155 da Lei 14.133/2021 e em demais legislações correlatas, pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada as sanções previstas no item 41 do termo de referência e seus anexos.

23. **CLÁUSULA VIGÉSSIMA TERCEIRA - DA MATRIZ DE RISCO E RESPONSABILIDADE**

23.1. A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

23.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não exaustivas elencadas na Matriz de Riscos (0061293886) – ANEXO 1 do Termo de Referência.

23.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos (0061293886) – ANEXO 1 do Termo de Referência.

24. **CLÁUSULA VIGÉSSIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

24.1. A Contratada deverá adotar todas medidas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 garantindo a proteção dos dados pessoais por meios digitais da pessoa natural e da pessoa jurídica seja de direito público ou privado, tendo como objetivo principal assegurar os direitos fundamentais de liberdade e da privacidade e o seu livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

25. **CLÁUSULA VIGÉSSIMA QUINTA - DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

25.1. Os critérios de sustentabilidade do presente contrato serão aqueles estabelecidos no item 48 do termo de referência e seus anexos.

26. **CLÁUSULA VIGÉSSIMA SEXTA - DA RESCISÃO**

26.1. A rescisão do presente contrato será aquela estabelecida no item 32 do termo de referência e seus anexos.

27. **CLÁUSULA VIGÉSSIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

27.1. A Contratada deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

28. **CLÁUSULA VIGÉSSIMA OITAVA - DOS CASOS OMISSOS**

28.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente contrato, serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

29. **CLÁUSULA VIGÉSSIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO**

29.1. Incumbirá à Contratante, através da Procuradoria Geral do Estado, providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Rondônia, no prazo previsto na Lei nº 14.133/2021.

30. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DO FORO**

30.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

31. **CLÁUSULA TRIGÉSSIMA PRIMEIRA - DAS ASSINATURAS, DATA DE CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

31.1. Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

31.2. Este instrumento jurídico foi elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

31.3. Para firmeza e como prova do acordado, o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, será assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria-Geral do Estado.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 30/06/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061135932** e o código CRC **A31B01F5**.

MINUTA



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
Núcleo de Compras - SESDEC-NCOM

SAMS

SOLICITAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/SERVIÇOS - SAMS

Órgãos Requisitantes:

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA,
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA,
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA,
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RONDÔNIA,
POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA DO ESTADO DE RONDÔNIA,
FUNDO ESTADUAL DA SEGURANÇA PÚBLICA.

Programa Atividade: 2154, 2087, 4122 e 2269

Elemento de Despesa: 3.3.90.39;

Fonte de Recurso: 1.500.0.00001 / 1.501.0.00001 e 1.713.0.00001/2.713.0.00001

Exposição de Motivo: Registro de preços para Contratação de Serviço de Locação de Veículos Operacionais destinados a atender à SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Politec na capital e interior do Estado, conforme especificações, condições gerais de fornecimento e execução contidas no presente Termo de Referência e anexos, pelo período de 60 meses.

Conforme: Termo de Referência (0063025495) e anexos.

LOTE 1 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO MENSAL R\$	VALOR TOTAL MENSAL R\$
01	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - SUPORTE DE ARMAMENTO - ENGATE	03		
02	PICK UP CARACTERIZADA (CABINE SIMPLES) PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES	05		
03	PICK UP CARACTERIZADA COM SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - SUPORTE TRANSPORTE DE ESCADA	01		
04	PICK UP CARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - CAPOTA DE FIBRA E TRANSPORTE DE ESCADA	36		

05	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - SUPORTE PARA ARMAMENTO - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - ENGATE	15		
06	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO	75		
07	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL)	10		
08	PICK UP CARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO	200		
09	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CÃES	02		
10	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CÃES	01		
11	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - SUPORTE DE ARMAMENTO - ENGATE - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CÃES	10		
12	SUV CARACTERIZADO - RASTREADOR - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO (SINALIZADOR VISUAL)	34		
13	SUV CARACTERIZADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL)	11		
VALOR TOTAL MENSAL LOTE 1			R\$	
LOTE 2 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS <u>COM</u> CÂMERAS EMBARCADAS				
14	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO -RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX - CÂMERAS EMBARCADAS SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - SUPORTE DE ARMAMENTO - ENGATE	20		

	<ul style="list-style-type: none"> - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO 			
15	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO <ul style="list-style-type: none"> - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO 	175		
16	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO <ul style="list-style-type: none"> - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - SUPORTE PARA ARMAMENTO - PARACHOQUE DE IMPULSÃO - GUINCHO FRONTAL - ENGATE - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO 	15		
17	SUV CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO <ul style="list-style-type: none"> - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO 	19		
18	SUV CARACTERIZADO 4X4 COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO <ul style="list-style-type: none"> - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX (SINALIZADOR VISUAL) - SUPORTE PARA ARMAMENTO - ESTROBO - ENGATE - CÂMERA EMBARCADA SOMENTE NA CELA (1 UNIDADE) - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO 	30		
19	FURGÃO CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO <ul style="list-style-type: none"> - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE - GIROFLEX - CÂMERAS EMBARCADAS (2 UNIDADES NAS CELAS E 4 UNIDADES EXTERNAS) - SUPORTE DE ARMAMENTO - COMPARTIMENTO PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO - SENSOR DE ESTACIONAMENTO - SENSOR DE ABERTURA DE PORTA TRASEIRA 	02		
VALOR TOTAL MENSAL LOTE 2			R\$	
LOTE 3 - VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS				
20	PICK UP DESCARACTERIZADA <ul style="list-style-type: none"> - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - ENGATE 	74		
21	PICK UP DESCARACTERIZADA <ul style="list-style-type: none"> - RASTREADOR - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) 	10		
22	PICK UP DESCARACTERIZADA <ul style="list-style-type: none"> - RASTREADOR 	05		

	- RÁDIO - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)			
23	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	02		
24	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA - RASTREADOR - RÁDIO - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	01		
25	PICK UP DESCARACTERIZADA - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO VELADO	35		
26	SUV DESCARACTERIZADO - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO VELADO	15		
27	SUV DESCARACTERIZADO 4X4 - RASTREADOR - RÁDIO	10		
28	SUV DESCARACTERIZADO 4X4 - RASTREADOR - RÁDIO - SIRENE (SINALIZADOR ACÚSTICO) - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL) - ESTROBO VELADO	10		
29	SUV DESCARACTERIZADO - RÁDIO - GIROFLEX INTERNO VELADO (SINALIZADOR VISUAL)	04		
30	FURGÃO DESCARACTERIZADO - RASTREADOR - RÁDIO	05		

VALOR TOTAL MENSAL LOTE 3		R\$		
CARIMBO DO CNPJ/CPF-ME:		TELEFONE:	VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$	
		LOCAL:	RESPONSÁVEL DA EMPRESA PELA COTAÇÃO	
		DATA:	NOME E/OU ASSINATURA:	
BANCO:		E-MAIL:	VALIDADE MÍNIMA DA PROPOSTA 90 (NOVENTA) DIAS:	
AGÊNCIA:				
CONTA CORRENTE:			OUTRAS INFORMAÇÕES:	

01) Conforme Decreto 15379 de 08.09.10, é **obrigatório o uso da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)**, nas operações de vendas para a Administração Pública Direta.

02) As empresas vencedoras deverão apresentar no ato da entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, **os seguintes documentos:** Cópia do contrato social, comprovante de Inscrição e Situação Cadastral, documentos de identificação do representante da empresa, **Certidões Negativas:** de Débitos Federais, Estadual, Municipal, Certidão de Falência e Recuperações Judiciais e Certidão de regularidade do FGTS, todas devidamente atualizadas.

- 3) **Declaração** de que se compromete a informar a Superveniência de Fato Impeditivo de sua habilitação, nos termos do Capítulo VI da Lei de Licitações e Contratos Administrativo Nº 14.133/2021;
- 4) **Declaração** de Inexistência de servidor público na Empresa artigo 12 da Constituição Estadual de Rondônia;
- 5) **Declaração** de que a empresa não emprega menor nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal/1988.

Elaboração

LEILANE CRISTINA AMARAL

Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento da SESDEC

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 01/09/2025, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 01/09/2025, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 01/09/2025, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO, Gerente**, em 01/09/2025, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 01/09/2025, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 01/09/2025, às 14:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 01/09/2025, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 01/09/2025, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0063874565** e o código CRC **512D8C68**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

NOTA TÉCNICA Nº 12/2025/SESDEC-NCOM

PROCESSO Nº 0037.007245/2024-26

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

ASSUNTO: Registro de preços para Contratação de Serviço de Locação de Veículos Operacionais destinados a atender à SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Politec na capital e interior do Estado, conforme especificações, condições gerais de fornecimento e execução contidas no presente Termo de Referência e anexos, pelo período de 60 meses.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Esta Nota Técnica tem por finalidade relatar os procedimentos adotados na pesquisa mercadológica para Registro de Preços para Contratação de Serviço de Locação de Veículos Operacionais destinados a atender SESDEC e as Forças Institucionais (Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Politec), pelo período de 60 meses, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e anexos.

1.2. Os quantitativos pretendidos são:

Tabela 1 - Quantidade para o Lote 1

LOTE 1 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	PICK UP CARACTERIZADA	UND.	03
2	PICK UP CARACTERIZADA (CABINE SIMPLES) PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES	UND.	05
3	PICK UP CARACTERIZADA COM SUPORTE DE ESCADA	UND.	01
4	PICK UP CARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	UND.	36
5	PICK UP CARACTERIZADA	UND.	15
6	PICK UP CARACTERIZADA	UND.	75
7	PICK UP CARACTERIZADA	UND.	10
8	PICK UP CARACTERIZADA	UND.	200
9	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES	UND.	02
10	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES	UND.	01
11	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES	UND.	10
12	SUV CARACTERIZADO	UND.	34

LOTE 1 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS			
13	SUV CARACTERIZADO	UND.	11

Tabela 2 - Quantidade para o Lote 2

LOTE 2 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS COM CÂMERAS EMBARCADAS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
14	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	UND.	20
15	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	UND.	175
16	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	UND.	15
17	SUV CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	UND.	19
18	SUV 4X4 CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	UND.	30
19	FURGÃO CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	UND.	02

Tabela 3 - Quantidade para o Lote 3

LOTE 3 - VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
20	PICK UP DESCARACTERIZADA	UND.	74
21	PICK UP DESCARACTERIZADA	UND.	10
22	PICK UP DESCARACTERIZADA	UND.	05
23	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	UND.	02
24	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	UND.	01
25	PICK UP DESCARACTERIZADA	UND.	35
26	SUV DESCARACTERIZADO	UND.	15
27	SUV 4X4 DESCARACTERIZADO	UND.	10
28	SUV 4X4 DESCARACTERIZADO	UND.	10
29	SUV DESCARACTERIZADO	UND.	04
30	FURGÃO DESCARACTERIZADO	UND.	05

1.3. A partir das especificações constantes da Termo de Referência (0063025495) relacionada ao objeto da proposta, iniciou-se a Pesquisa de Mercado.

2. DOCUMENTOS BASE

2.1. Autorização do Ordenador de Despesa (0054149625);

2.2. Estudo Técnico Preliminar (0063163648);

2.3. Termo de Referência (0063025495);

2.3.1. ANEXO 1 - MATRIZ DE RISCO (0061293886);

2.3.2. ANEXO 2 - RASTREADOR VEICULAR (0061293957);

2.3.3. ANEXO 3 - RÁDIO TRANSCEPTOR (0061294022);

2.3.4. ANEXO 4 - SINALIZAÇÃO VISUAL E ACÚSTICA (0061294067);

- 2.3.5. ANEXO 5 - CÂMERAS EMBARCADAS (0061294104);
- 2.3.6. ANEXO 6 - COMPARTIMENTO TRANSPORTE CÃES (0061294141);
- 2.3.7. ANEXO 7 - COMPARTIMENTO TRANSPORTE CUSTODIADO (0061294246);
- 2.3.8. ANEXO 8 - COMPARTIMENTO TRANSPORTE DE CADÁVERES (0061294305);
- 2.3.9. ANEXO 9 - OUTROS ACESSÓRIOS (0061294353);
- 2.3.10. ANEXO 10 - GRAFISMO E PLOTAGEM (0061294583);
- 2.3.11. ANEXO 11 - PLANILHAS DE CUSTOS (0059373954);
- 2.3.12. ANEXO 12 - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR (0061294686).

3. **BASE LEGAL**

3.1. A realização da pesquisa de preços na presente contratação, conforme previsto no § 1º do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021, e em conformidade com a jurisprudência do TCU, visa garantir a legalidade, a transparência e a economia do processo licitatório, dessa forma foi realizada a presente pesquisa de preços de maneira mais ampla, fazendo uso das diversas fontes disponíveis para balizar o preço estimado, uma vez que a utilização de apenas uma fonte pode não refletir a realidade dos preços praticados pelo mercado.

3.2. Assim, a presente pesquisa de preços foi balizada na **Lei nº. 14.133, de 1º de abril de 2021**, no **Decreto nº. 28.874, de 25 de janeiro de 2024** e na **Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP de 2 de maio de 2024**:

3.2.1. Parâmetros da Lei nº. 14.133/2021, no artigo 23, § 1º, incisos I a V:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

3.2.2. Critérios previstos no Decreto nº. 28.874, de 25 de janeiro de 2024:

Art. 50. Aprovado o documento na forma prevista no art. 46, é necessária a realização de pesquisa e estimativa de preços para os processos licitatórios e contratações diretas de bens e serviços em geral, bem como para a aferição da vantajosidade econômica das adesões a atas de registro de preços e das prorrogações contratuais no âmbito do Poder Executivo Estaduais, compreendendo os órgãos da Administração Direta, os fundos, as fundações e as autarquias, observadas a pluralidade e a diversidade de fontes de pesquisa.

Art. 51. A pesquisa de preços deverá ser realizada da forma mais ampla possível e de acordo com o regramento do art. 23, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

§ 1º Adotar-se-á como fonte preferencial para elaboração de estimativa de valor de veículos oficiais de divulgação de valores referenciais, tais como bancos ou painéis de preços.

§ 2º A realização de estimativa de valor exclusivamente por meio de pesquisa de mercado somente será admitida em caso de expressa justificativa do setor responsável, devendo ser observada a pluralidade e atualidade das propostas com a correspondente justificativa de escolha dos agentes econômicos pesquisados.

§ 3º Não serão admitidas propostas para pesquisa de mercado que tenham sido elaboradas há mais de 180 (cento e oitenta) dias da data prevista para publicação do edital ou que estejam despidas da justificativa de escolha do proponente.

§ 4º A estimativa orçamentária deverá levar em consideração os parâmetros definidos para o objeto a ser licitado, incluindo quantitativos, prazos e locais de entrega, obrigações acessórias, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas, dentre outros fatores, de modo a evitar distorções de preço.

§ 5º Deverão ser registrados nos autos do processo de contratação tanto os resultados obtidos, quanto eventuais empecilhos para a realização da estimativa orçamentária, como a certificação de não localização de dados ou a relação de fornecedores consultados e que não enviaram propostas.

[...]

Art. 52. Quando a pesquisa de preços for realizada diretamente com os fornecedores, estes deverão receber do órgão contratante uma solicitação formal para apresentação de cotação, devendo ser enviada, obrigatoriamente, com cópia do projeto básico, termo de referência ou documento equivalente que apresente adequada caracterização do objeto e critérios de contratação.

Parágrafo único. Deverá ser conferido aos fornecedores prazo de resposta compatível com a complexidade do objeto a ser licitado, o qual será no mínimo 2 (dois) dias úteis.

Art. 53. O resultado da pesquisa de preços será a média, mediana ou o menor dos preços obtidos, observados os seguintes parâmetros:

I - para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, deverá ser realizada análise crítica dos preços pesquisados, a fim de verificar eventuais propostas cujos preços possam ser considerados inexequíveis ou excessivamente elevados e, ainda, verificar a similaridade com o objeto, especificações, qualidade, prazos e garantias definidos pela Administração;

II - o responsável deverá fazer um balizamento entre o resultado obtido e os preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública, através da análise de contratos recentes ou vigentes, Atas de Registro de Preços e outros meios para verificar se o resultado apresenta o preço praticado no mercado.

3.2.3. E critérios da Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP:

Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução dos serviços comuns, quantidade contratada, formas e prazos de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, e demais fontes aptas a gerar potencial economia de escala à vista das peculiaridades do local de execução do objeto.

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns será realizada mediante a utilização dos parâmetros previstos no art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, adotados de forma combinada ou não.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I, II e III, do art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/21, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior, na qual deve haver justificativa nos autos, o caso de preços cuja obtenção seja exclusivamente por utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada ou sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo.

§ 3º Quando a pesquisa de preços for realizada com fornecedores, nos termos do art. 23, IV, da Lei nº 14.133/21, deverá ser observado o disposto no art. 52, do Decreto nº 28.874/2024, em especial:

I - informação aos fornecedores das características da contratação, sua definição e especificidades com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado;

II - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado, o qual será no mínimo 2 (dois) dias úteis;

III - anexo contendo cópia do projeto básico, termo de referência ou documento equivalente que apresente adequada caracterização do objeto e critérios de contratação.

IV - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário, total e unidade de medida, quando aplicável;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereços físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo, identificação e assinatura do responsável pela cotação.

IV - registro, nos autos do processo da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação no prazo indicado.

§ 5º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II, do Art. 23, da Lei nº 14.133/21, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice setorial de atualização de preços ou, na ausência dele, o IPCA.

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1º Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pela equipe de planejamento da secretaria de origem e aprovado pela autoridade competente.

§ 2º Com base no tratamento de que trata o caput, o preço estimado da contratação poderá ser obtido, ainda, acrescentando ou subtraindo determinado percentual, observados:

I - o percentual de coeficiente de variação de até 25,99% (vinte e cinco inteiros e noventa e nove centésimos por cento);

II - o percentual de coeficiente de variação de até 30,99% (trinta inteiros e noventa e nove centésimos por cento), caso o item pesquisado seja oriundo de fracasso ou deserção e seja expressamente requerido pela Unidade de Origem.

§ 3º. A metodologia de que trata o parágrafo anterior deve ser adotado como forma a aliar a atratividade do mercado e mitigar o risco de sobrepreço, e deve ser levado em análise a partir da Gestão e Análise de riscos constantes do processo.

§ 4º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo pelo técnico responsável pela pesquisa.

§ 5º Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 6º Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pela equipe de planejamento da Unidade requisitante e aprovada pela autoridade competente da detentora do objeto.

3.2.4. Assim, após embasamento legal, passamos ao detalhamento da pesquisa de preços.

4. DA PESQUISA DE PREÇOS

4.1. **PARÂMETRO I (Inciso I do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 51 do Decreto nº 28.874/2024 e Art. 5º da IN nº 01/2024/SUPEL-CPEAP)** – Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

4.1.1. **Relatório Painel de Preços (0061645614) - Para itens isolados:**

4.1.1.1. A pesquisa realizada no Pregão Eletrônico nº 90077/2024 - SENADO (0061644479), atualizada com o Termo Aditivo (0064139694);

4.1.1.2. A pesquisa realizada no Pregão Eletrônico nº 90077/2024 - CÂMARA DOS DEPUTADOS (0061645340), atualizada com o Termo Aditivo (0064139544);

4.2. **PARÂMETRO II (Inciso II do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 51 do Decreto nº 28.874/2024 e Art. 5º da IN nº 01/2024/SUPEL-CPEAP)** – Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

4.2.1. **Para itens isolados:**

4.2.1.1. A pesquisa realizada no Pregão Eletrônico nº 12/2023 - POLÍCIA CIVIL DO PARÁ (0061643830);

4.2.1.2. A pesquisa realizada no Pregão Eletrônico nº 1/2025 - MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE (0061648104), atualizados com os preços homologados (0064140248);

4.2.1.3. A pesquisa realizada no Pregão Eletrônico nº 20/2025 - SEJUSP/MG (0061649213);

4.2.1.4. A pesquisa realizada no Pregão Eletrônico nº 1/2025 - PREFEITURA DE CABEDELO (0061652285);

4.2.1.5. A pesquisa realizada no Pregão Eletrônico nº 007/2025 - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MATO GROSSO (0064068787), através do Contrato Nº 037/2025/SESP-MT;

4.2.1.6. A pesquisa realizada no Pregão Eletrônico nº 015/2025 - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MATO GROSSO (0064068878), através do Contrato Nº 068/2025/SESP-MT;

4.2.1.7. A pesquisa realizada no Pregão Eletrônico nº 90069/2024 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA (0064068929);

4.2.1.8. A pesquisa realizada no Pregão Eletrônico nº 90069/2024 - INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE PERÍCIA-ITEP - RN (0064183698);

4.2.1.9. A pesquisa realizada no Pregão Eletrônico nº 41/2025 - Centro de Serviços Compartilhados do Governo do Amazonas (0061656375);

4.2.1.10. A pesquisa realizada no Pregão Eletrônico nº 013/2023 - SEAD/GECC - Secretária de Estado da Administração de Goiás (0064287543);

4.2.1.11. A pesquisa realizada no Pregão Eletrônico nº 465/2019, através do 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 173/2020 (0064286369);

4.3. **PARÂMETRO III (Inciso III do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 51 do Decreto nº 28.874/2024 e Art. 5º da IN nº 01/2024/SUPEL-CPEAP)** – Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

4.3.1. Esse parâmetro se refere à coleta de preços em diversos meios de comunicação, abrangendo mídia especializada, tabela de referência e sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo. Considerando que a busca de preços em sites conhecidos como Localiza, Movida, Unidas e outros da mesma especialidade demonstrariam apenas o valor da locação dos veículos avulsos, sem os acessórios que compõem a viatura, não seria condizente trazê-los para a composição de valores estimados, em virtude de não ser o objeto da pretensa demanda.

4.4. **PARÂMETRO IV (Inciso IV do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 51 do Decreto nº 28.874/2024 e Art. 5º da IN nº 01/2024/SUPEL-CPEAP)** – Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

4.4.1. **Para todos os itens:**

- 4.4.1.1. A pesquisa foi realizada na empresa CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16 que enviou a proposta (0061667080) conforme e-mail (0061667080);
- 4.4.1.2. A pesquisa foi realizada na empresa ROVEMA - CNPJ.: 07.451.844/0001-06 que enviou a proposta (0064299401) conforme e-mail (0064349251);
- 4.4.1.3. A pesquisa foi realizada na empresa NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02 que enviou a proposta (0061667102) conforme e-mail (0061667102);
- 4.4.2. E-mail enviados:
- 4.4.2.1. A pesquisa foi realizada na empresa LOCALIZA, que não realizou a cotação conforme e-mail (0061667135 e 0064286631).
- 4.4.2.2. Foi enviado e-mail a empresa TB LOGUER (0064289385), para realização da pesquisa se preços, entretanto a empresa não respondeu ao e-mail e nem enviou proposta comercial;
- 4.4.2.3. Foi enviado e-mail a empresa CIDADE NOVA (0064286839), para realização da pesquisa se preços, entretanto a empresa não respondeu ao e-mail e nem enviou proposta comercial;
- 4.4.2.4. Foi enviado e-mail a empresa GF LOCADORA (0064287111), para realização da pesquisa se preços, entretanto a empresa não respondeu ao e-mail e nem enviou proposta comercial;
- 4.4.2.5. Foi enviado e-mail a empresa RECH LOCADORA (0064287111), para realização da pesquisa se preços, entretanto a empresa não respondeu ao e-mail e nem enviou proposta comercial;
- 4.4.2.6. Foi enviado e-mail a empresa NOVA OPÇÃO EQUIPAMENTOS (0064287664), visando a atualização da proposta anteriormente enviada, entretanto a empresa não respondeu ao e-mail e nem enviou nova proposta comercial, sendo mantido a proposta comercial já enviado por ainda estar vigente;
- 4.4.2.7. Foi enviado e-mail a empresa CS BRASIL FROTAS (0064286987 e 0064349746), visando a atualização da proposta anteriormente enviada, entretanto a empresa não respondeu ao e-mail e nem enviou nova proposta comercial, sendo mantido a proposta comercial já enviado por ainda estar vigente;
- 4.4.3. **Justificativa para a escolha dos fornecedores cotados, conforme Art. 23, IV, da Lei nº 14.133/2021 e Art. 51, §3º, do Decreto Estadual nº 28.874/2024:**
- 4.4.3.1. A pesquisa de preços realizada para subsidiar o presente processo de contratação foi conduzida em conformidade com os parâmetros legais e regulamentares, buscando assegurar a maior abrangência possível e a fidedignidade dos valores obtidos.
- 4.4.3.2. Inicialmente, destaca-se que a escolha dos fornecedores não foi aleatória nem restrita a um grupo reduzido, mas resultou de um esforço deliberado da equipe em ampliar ao máximo o universo de pesquisa, atendendo ao disposto no art. 23, IV, da Lei nº 14.133/2021, que exige fundamentação da seleção dos agentes econômicos consultados, e ao art. 51, §3º, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, que veda a aceitação de propostas sem justificativa de escolha do proponente.
- 4.4.3.3. Com esse objetivo, foram adotados os seguintes critérios de seleção:
- I - Fornecedores que já atuaram em contratações anteriores no Estado de Rondônia, considerando seu histórico de fornecimento de serviços semelhantes;
 - II - Fornecedores identificados em certames realizados em outros entes da Federação, de modo a ampliar o espectro geográfico da pesquisa e garantir diversidade regional;
 - III - Fornecedores localizados por meio de pesquisas em bases públicas e na internet, para incorporar empresas que, embora não tenham atuado diretamente no Estado, estão devidamente constituídas e aptas a fornecer o objeto em questão.
- 4.4.3.4. A metodologia resultou no envio dos emails para as várias empresas e/ou fornecedores do ramo de locação de veículos, conforme subtópico 4.4.1 desta Nota Técnica sendo a solicitação formal adotada, visando assegurar tratamento isonômico, transparência e ausência de direcionamento. Ressalte-se que alguns fornecedores encaminharam resposta e outros não, circunstância natural em processos dessa natureza, mas que não compromete a validade da pesquisa, uma vez que foi cumprido o dever de buscar pluralidade e diversidade de fontes.
- 4.4.3.5. Portanto, a justificativa para a escolha dos fornecedores cotados repousa no esforço de abrangência, diversidade e representatividade de mercado, que se materializou na seleção de fornecedores com histórico local, atuação em outros estados e identificação por meios públicos de pesquisa. Esse procedimento reflete, em essência, os princípios da isonomia, impessoalidade e ampla concorrência, afastando qualquer indicio de direcionamento e atendendo ao comando expresso da legislação e regulamentação vigentes.
- 4.5. **PARÂMETRO V (Inciso V do Art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e Art. 51 do Decreto nº 28.874/2024 e Art. 5º da IN nº 01/2024/SUPEL-CPEAP)** – Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.
- 4.5.1. Conforme prevê a p. 23 do [Caderno de Logística Pesquisa de Preços^{\[1\]}](#):

e) Base nacional de notas fiscais eletrônicas

Esse parâmetro somente poderá ser utilizado após definição da metodologia pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Trata-se, portanto, de dispositivo com eficácia limitada, devendo aguardar sua regulamentação para implementação.

5. CONSOLIDAÇÃO DOS PREÇOS ENCONTRADOS

5.1. Após coleta dos preços através dos parâmetros apresentados no tópico "4. DA PESQUISA DE PREÇOS" chegamos as seguintes tabelas com a consolidação dos preços encontrados.

Tabela 4 - Valores encontrados na pesquisa de preços para os itens do Lote 1

LOTE 1 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS				
ITEM	Descrição	Parâmetro	Fonte de consulta	Valor Unitário (R\$)
1	PICK UP CARACTERIZADA	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.583,33
		II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.750,00
		I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00
		I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	20.143,71
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	22.728,00
2	PICK UP CARACTERIZADA (CABINE SIMPLES) PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	10.125,00
		II	CONTRATO 21/2024 - INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE PERÍCIA RN	14.300,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	18.994,96
3	PICK UP CARACTERIZADA COM SUPORTE DE ESCADA	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.583,33
		II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.750,00
		I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00
		I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.919,52
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	23.498,00
4	PICK UP CARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.583,33
		II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.750,00
		I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00
		I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.919,52
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	23.498,00
5	PICK UP CARACTERIZADA	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.583,33
		II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.750,00
		I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00
		I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	21.937,21

		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	22.728,00
6	PICK UP CARACTERIZADA	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.583,33
		II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.750,00
		I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00
		I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.471,15
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	22.728,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	22.728,00
7	PICK UP CARACTERIZADA	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.583,33
		II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.750,00
		I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00
		I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.134,87
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	22.728,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	22.728,00
8	PICK UP CARACTERIZADA	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.583,33
		II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.750,00
		I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00
		I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.471,15
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	22.728,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	22.728,00
9	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	16.000,00
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	23.918,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	32.061,38
10	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	16.000,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	23.918,00
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	32.061,38
11	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	16.000,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	23.918,00
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	33.854,88
12	SUV CARACTERIZADO	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	7.395,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	9.520,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	11.832,06
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00

13	SUV CARACTERIZADO	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	7.395,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	10.709,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	12.280,43
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00

Tabela 5 - Valores encontrados na pesquisa de preços para os itens do Lote 2

LOTE 2 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS COM CÂMERAS EMBARCADAS				
ITEM	Descrição	Parâmetro	Fonte de consulta	Valor Unitário (R\$)
14	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.725,00
		II	SEJUSP MG - CONTRATO 9458916/2025	10.659,22
		II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	10.816,67
		II	SESP-MT CONTRATO 068/2025	10.992,81
		I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	11.450,00
		II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	12.949,44
		II	GOVERNO DO AMAZONAS - ARP 0075/2025-1	17.200,00
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	22.497,68
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	22.728,00
15	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.725,00
		II	SEJUSP MG - CONTRATO 9458916/2025	10.659,22
		II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	10.816,67
		II	SESP-MT CONTRATO 068/2025	10.992,81
		I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	11.450,00
		II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	12.949,44
		II	GOVERNO DO AMAZONAS - ARP 0075/2025-1	17.200,00
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	21.728,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	22.161,40
16	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.725,00
		II	SEJUSP MG - CONTRATO 9458916/2025	10.659,22
		II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	10.816,67
		II	SESP-MT CONTRATO 068/2025	10.992,81
		I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	11.450,00
		II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	12.949,44
		II	GOVERNO DO AMAZONAS - ARP 0075/2025-1	17.200,00
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	22.497,68

		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	22.728,00
17	SUV CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	7.395,00
		II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.208,33
		II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	8.617,36
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	11.899,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	14.522,31
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00
18	SUV CARACTERIZADO 4X4 COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	16.000,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	27.845,00
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	33.382,13
19	FURGÃO CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	II	CONTRATO 025/2024 /SEAD - GO	6.999,00
		II	5º TAC SESDEC - CONTRATO 173/2020	10.339,27
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	18.829,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	21.792,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	27.433,77

Tabela 6 - Valores encontrados na pesquisa de preços para os itens do Lote 3

LOTE 3 - VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS				
ITEM	Descrição	Parâmetro	Fonte de consulta	Valor Unitário (R\$)
20	PICK UP DESCARACTERIZADA	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.695,33
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	19.530,00
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00
		I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	8.450,00
21	PICK UP DESCARACTERIZADA	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	18.574,40
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	18.322,00
		I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	8.450,00
22	PICK UP DESCARACTERIZADA	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	19.530,00
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	18.574,40
		I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	8.450,00
23	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	19.844,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.471,15
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00
		I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	8.450,00

24	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	20.342,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.471,15
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00
		I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	8.450,00
25	PICK UP DESCARACTERIZADA	V	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	19.907,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.695,33
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00
		I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	8.450,00
26	SUV DESCARACTERIZADO	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	27.441,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	12.056,24
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	9.996,00
		II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	7.428,10
		II	SESP-MT CONTRATO 037/2025	5.180,45
27	SUV DESCARACTERIZADO 4X4	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	25.892,00
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	27.441,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	30.916,07
28	SUV DESCARACTERIZADO 4X4	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	26.522,00
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	27.441,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	30.916,07
29	SUV DESCARACTERIZADO	II	SESP-MT CONTRATO 037/2025	5.180,45
		II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	7.428,10
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	9.890,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	10.935,30
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	27.441,00
30	FURGÃO DESCARACTERIZADO	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	7.850,00
		IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	17.066,00
		IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	20.789,00
		IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	23.174,20

6. DA VERIFICAÇÃO DE VALORES INEXEQUÍVEIS OU EXCESSIVAMENTE ELEVADOS DOS PREÇOS

6.1. De posse das informações colhidas nas Tabelas 4, 5 e 6, passamos à análise crítica da pesquisa de preços, a começar pela verificação de preços possam ser considerados inexequíveis ou excessivamente elevados.

6.2. Os referenciais utilizados para a obtenção do preço de referência incidirão em no mínimo 03 (três) preços, de um ou mais parâmetros, desconsiderando os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.

6.2.1. O inciso I do artigo 53 do Decreto nº 28.874/2024, traz a necessidade de análise crítica dos preços pesquisados, a fim de verificar eventuais propostas cujos preços possam ser considerados inexequíveis ou excessivamente elevados, *in verbis*:

Art. 53. O resultado da pesquisa de preços será a média, mediana ou o menor dos preços obtidos, observados os seguintes parâmetros:

I - para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, deverá ser **realizada análise crítica dos preços pesquisados**, a fim de **verificar eventuais propostas cujos preços possam ser considerados inexequíveis ou excessivamente elevados** e, ainda, verificar a similaridade com o objeto, especificações, qualidade, prazos e garantias definidos pela Administração;

6.2.2. E a Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP, traz no seu artigo 6º, que antes da obtenção do preço estimado deve-se ser desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados e ainda no § 4 do mesmo artigo tal desconsideração deve ter critérios fundamentados e descritos no processo administrativo, conforme citado abaixo:

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 23, §1º, da Lei nº 14.133/2021, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

[...]

§ 4º Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo pelo técnico responsável pela pesquisa.

6.3. Considerando o § 4º do Art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP, passamos a descrever a metodologia utilizada para a exclusão das propostas inexequíveis e excessivamente elevadas:

6.3.1. Após a coleta de preços, foi calculada a média e o desvio padrão amostral dos valores obtidos. Com a média e o desvio padrão amostral calculados, encontramos o limite inferior e superior da exequibilidade dos preços, sendo o limite inferior a diferença da média com o desvio padrão amostral, e o limite superior a soma da média com o desvio padrão amostral.

6.3.2. Assim os valores abaixo do limite inferior foram considerados inexequíveis e os valores acima do limite superior considerados excessivamente elevados.

6.3.3. Quando da aplicação do limite inferior e do limite superior restarem somente aceitáveis um ou dois preços, serão utilizados todos os valores para a composição da cesta de preços.

6.4. O resultado da aplicação de metodologia acima aos valores encontrados para a pesquisa de preços para todos os itens, seguem conforme Tabelas 7, 8 e 9:

Tabela 7 - Valores encontrados na pesquisa de preços e exclusão de propostas inexequíveis e excessivamente elevadas considerando o método do desvio padrão:

LOTE 1 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS								
ITEM	Parâmetro	Fonte de consulta	Valor Unitário (R\$)	Média	Desvio Padrão	Limite Superior (Média + Desvio)	Limite Inferior (Média - Desvio)	Análise de Exequibilidade dos Preços
1	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.583,33	14.731,01	5.874,49	20.605,49	8.856,52	INEXEQUÍVEL
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.750,00					INEXEQUÍVEL
	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00					ACEITÁVEL
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	20.143,71					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00					EXC.ELEVADO
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	22.728,00					EXC.ELEVADO
2	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	10.125,00	14.473,32	3.623,22	18.096,54	10.850,10	INEXEQUÍVEL
	II	CONTRATO 21/2024 - INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE PERÍCIA RN	14.300,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	18.994,96					EXC.ELEVADO
3	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.583,33	14.808,98	6.000,67	20.809,65	8.808,31	INEXEQUÍVEL
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.750,00					INEXEQUÍVEL
	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00					ACEITÁVEL
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.919,52					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00					EXC.ELEVADO
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	23.498,00					EXC.ELEVADO
4	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.583,33	14.808,98	6.000,67	20.809,65	8.808,31	INEXEQUÍVEL
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.750,00					INEXEQUÍVEL

	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00					ACEITÁVEL
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.919,52					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00					EXC.ELEVADO
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	23.498,00					EXC.ELEVADO
5	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.583,33	14.987,22	6.138,17	21.125,39	8.849,05	INEXEQUÍVEL
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.750,00					INEXEQUÍVEL
	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00					ACEITÁVEL
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	21.937,21					EXC.ELEVADO
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	22.728,00					EXC.ELEVADO
6	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.583,33	14.634,93	5.790,07	20.424,99	8.844,86	INEXEQUÍVEL
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.750,00					INEXEQUÍVEL
	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00					ACEITÁVEL
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.471,15					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00					EXC.ELEVADO
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	22.728,00					EXC.ELEVADO
7	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.583,33	14.586,89	5.751,01	20.337,89	8.835,88	INEXEQUÍVEL
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.750,00					INEXEQUÍVEL
	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00					ACEITÁVEL
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.134,87					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00					EXC.ELEVADO
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	22.728,00					EXC.ELEVADO
8	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.583,33	14.634,93	5.790,07	20.424,99	8.844,86	INEXEQUÍVEL
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.750,00					INEXEQUÍVEL
	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00					ACEITÁVEL
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.471,15					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00					EXC.ELEVADO
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	22.728,00					EXC.ELEVADO
9	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	16.000,00	23.226,85	5.831,78	29.058,63	17.395,06	INEXEQUÍVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00					ACEITÁVEL
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	23.918,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	32.061,38					EXC.ELEVADO
10	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	16.000,00	25.295,60	6.110,43	31.406,03	19.185,16	INEXEQUÍVEL

	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	23.918,00					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	32.061,38					EXC.ELEVADO
11	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	16.000,00	25.743,97	6.633,83	32.377,80	19.110,14	INEXEQUÍVEL
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	23.918,00					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	33.854,88					EXC.ELEVADO
12	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	7.395,00	14.487,52	8.639,69	23.127,20	5.847,83	ACEITÁVEL
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	9.520,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	11.832,06					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00					EXC.ELEVADO
13	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	7.395,00	14.896,86	8.445,82	23.342,68	6.451,04	ACEITÁVEL
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	10.709,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	12.280,43					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00					EXC.ELEVADO

Tabela 8 - Valores encontrados na pesquisa de preços e exclusão de propostas inexequíveis e excessivamente elevadas considerando o método do desvio padrão:

LOTE 2 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS COM CÂMERAS EMBARCADAS								
ITEM	Parâmetro	Fonte de consulta	Valor Unitário (R\$)	Média	Desvio Padrão	Limite Superior (Média + Desvio)	Limite Inferior (Média - Desvio)	Análise de Exequibilidade dos Preços
14	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.725,00	14.894,68	5.141,89	20.036,57	9.752,79	INEXEQUÍVEL
	II	SEJUSP MG - CONTRATO 9458916/2025	10.659,22					ACEITÁVEL
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	10.816,67					ACEITÁVEL
	II	SESP-MT CONTRATO 068/2025	10.992,81					ACEITÁVEL
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	11.450,00					ACEITÁVEL
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	12.949,44					ACEITÁVEL
	II	GOVERNO DO AMAZONAS - ARP 0075/2025-1	17.200,00					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00					EXC.ELEVADO
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	22.497,68					EXC.ELEVADO
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	22.728,00					EXC.ELEVADO
15	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.725,00	14.761,05	4.945,15	19.706,20	9.815,91	INEXEQUÍVEL
	II	SEJUSP MG - CONTRATO 9458916/2025	10.659,22					ACEITÁVEL
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	10.816,67					ACEITÁVEL
	II	SESP-MT CONTRATO 068/2025	10.992,81					ACEITÁVEL
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	11.450,00					ACEITÁVEL
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	12.949,44					ACEITÁVEL

	II	GOVERNO DO AMAZONAS - ARP 0075/2025-1	17.200,00					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00					EXC.ELEVADO
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	21.728,00					EXC.ELEVADO
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	22.161,40					EXC.ELEVADO
16	II	POLÍCIA CIVIL DO PARÁ - PREGÃO 12/2023	8.725,00	14.894,68	5.141,89	20.036,57	9.752,79	INEXEQUÍVEL
	II	SEJUSP MG - CONTRATO 9458916/2025	10.659,22					ACEITÁVEL
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	10.816,67					ACEITÁVEL
	II	SESP-MT CONTRATO 068/2025	10.992,81					ACEITÁVEL
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	11.450,00					ACEITÁVEL
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	12.949,44					ACEITÁVEL
	II	GOVERNO DO AMAZONAS - ARP 0075/2025-1	17.200,00					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00					EXC.ELEVADO
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	22.497,68					EXC.ELEVADO
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	22.728,00					EXC.ELEVADO
17	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	7.395,00	13.307,50	7.517,57	20.825,07	5.789,93	ACEITÁVEL
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.208,33					ACEITÁVEL
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	8.617,36					ACEITÁVEL
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	11.899,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	14.522,31					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00					EXC.ELEVADO
18	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	16.000,00	26.607,53	6.455,28	33.062,82	20.152,25	INEXEQUÍVEL
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	27.845,00					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	33.382,13					EXC.ELEVADO
19	II	CONTRATO 025/2024 /SEAD - GO	6.999,00	17.078,61	8.359,52	25.438,13	8.719,09	INEXEQUÍVEL
	II	5º TAC SESDEC - CONTRATO 173/2020	10.339,27					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	18.829,00					ACEITÁVEL
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	21.792,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	27.433,77					EXC.ELEVADO

Tabela 9 - Valores encontrados na pesquisa de preços e exclusão de propostas inexecutáveis e excessivamente elevadas considerando o método do desvio padrão:

LOTE 3 - VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS								
ITEM	Parâmetro	Fonte de consulta	Valor Unitário (R\$)	Média	Desvio Padrão	Limite Superior (Média + Desvio)	Limite Inferior (Média - Desvio)	Análise de Exequibilidade dos Preços
20	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	8.450,00	16.710,08	4.772,82	21.482,90	11.937,26	INEXEQUÍVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00					ACEITÁVEL

	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	19.530,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.695,33					ACEITÁVEL
21	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	8.450,00	16.127,85	4.443,35	20.571,20	11.684,50	INEXEQUÍVEL
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	18.322,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	18.574,40					ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00					ACEITÁVEL
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	8.450,00					INEXEQUÍVEL
22	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	18.574,40	16.429,85	4.619,77	21.049,62	11.810,08	ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00					ACEITÁVEL
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	19.530,00					ACEITÁVEL
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	8.450,00					INEXEQUÍVEL
23	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00	16.732,54	4.787,97	21.520,50	11.944,57	ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.471,15					ACEITÁVEL
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	19.844,00					ACEITÁVEL
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	8.450,00					INEXEQUÍVEL
24	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00	16.857,04	4.872,97	21.730,01	11.984,06	ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.471,15					ACEITÁVEL
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	20.342,00					ACEITÁVEL
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	8.450,00					INEXEQUÍVEL
25	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00	16.804,33	4.830,94	21.635,28	11.973,39	ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.695,33					ACEITÁVEL
	V	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	19.907,00					ACEITÁVEL
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	8.450,00					INEXEQUÍVEL
26	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	27.441,00	12.420,36	7.860,90	20.281,26	4.559,46	EXC.ELEVADO
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	12.056,24					ACEITÁVEL
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	9.996,00					ACEITÁVEL
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	7.428,10					ACEITÁVEL
	II	SESP-MT CONTRATO 037/2025	5.180,45					ACEITÁVEL
27	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	25.892,00	28.083,02	2.100,71	30.183,73	25.982,31	INEXEQUÍVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	27.441,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	30.916,07					EXC.ELEVADO
28	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	26.522,00	28.293,02	1.892,34	30.185,36	26.400,68	ACEITÁVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	27.441,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	30.916,07					EXC.ELEVADO
29	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	27.441,00	12.174,97	7.890,06	20.065,03	4.284,91	EXC.ELEVADO
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	10.935,30					ACEITÁVEL
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	9.890,00					ACEITÁVEL
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	7.428,10					ACEITÁVEL
	II	SESP-MT CONTRATO 037/2025	5.180,45					ACEITÁVEL

30	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	7.850,00	17.219,80	5.831,19	23.050,99	11.388,61	INEXEQUÍVEL
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	17.066,00					ACEITÁVEL
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	20.789,00					ACEITÁVEL
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	23.174,20					EXC.ELEVADO

7. DA DEFINIÇÃO DO RESULTADO DA PESQUISA DE PREÇOS

7.1. Após a exclusão dos valores inexecutáveis ou excessivamente elevados, utilizando a metodologia de aplicação do desvio padrão em cima da média de todos os preços coletados, chegou-se ao seguinte resultado, apresentados na Tabela 10, 11 e 12:

Tabela 10 - Valores aceitáveis para os itens do Lote 1

LOTE 1 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS			
ITEM	Parâmetro	Fonte de consulta	Valor Unitário (R\$)
1	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	20.143,71
2	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	10.125,00
	II	CONTRATO 21/2024 - INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE PERÍCIA RN	14.300,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	18.994,96
3	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.919,52
4	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.919,52
5	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00
6	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.471,15
7	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.134,87
8	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.471,15
9	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	16.000,00
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00

	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	23.918,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	32.061,38
10	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	16.000,00
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	23.918,00
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	32.061,38
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	32.061,38
11	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	16.000,00
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	23.918,00
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	33.854,88
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	33.854,88
12	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	7.395,00
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	9.520,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	11.832,06
13	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	7.395,00
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	10.709,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	12.280,43

Tabela 11 - Valores aceitáveis para os itens do Lote 2

LOTE 2 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS COM CÂMERAS EMBARCADAS			
ITEM	Parâmetro	Fonte de consulta	Valor Unitário (R\$)
14	II	SEJUSP MG - CONTRATO 9458916/2025	10.659,22
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	10.816,67
	II	SESP-MT CONTRATO 068/2025	10.992,81
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	11.450,00
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	12.949,44
	II	GOVERNO DO AMAZONAS - ARP 0075/2025-1	17.200,00
15	II	SEJUSP MG - CONTRATO 9458916/2025	10.659,22
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	10.816,67
	II	SESP-MT CONTRATO 068/2025	10.992,81
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	11.450,00
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	12.949,44
	II	GOVERNO DO AMAZONAS - ARP 0075/2025-1	17.200,00
16	II	SEJUSP MG - CONTRATO 9458916/2025	10.659,22
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	10.816,67
	II	SESP-MT CONTRATO 068/2025	10.992,81
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	11.450,00
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	12.949,44

	II	GOVERNO DO AMAZONAS - ARP 0075/2025-1	17.200,00
17	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	7.395,00
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.208,33
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	8.617,36
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	11.899,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	14.522,31
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	14.522,31
18	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	16.000,00
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	27.845,00
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	33.382,13
19	II	5º TAC SESDEC - CONTRATO 173/2020	10.339,27
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	18.829,00
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	21.792,00

Tabela 12 - Valores aceitáveis para os itens do Lote 3

LOTE 3 - VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS			
ITEM	Parâmetro	Fonte de consulta	Valor Unitário (R\$)
20	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	19.530,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.695,33
21	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	18.322,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	18.574,40
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00
22	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	18.574,40
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	19.530,00
23	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.471,15
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	19.844,00
24	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.471,15
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	20.342,00
25	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.695,33
	V	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	19.907,00
26	II	SESP-MT CONTRATO 037/2025	5.180,45
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	7.428,10

27	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	9.996,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	12.056,24
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	25.892,00
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	27.441,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	30.916,07
28	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	26.522,00
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	27.441,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	30.916,07
29	II	SESP-MT CONTRATO 037/2025	5.180,45
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	7.428,10
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	9.890,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	10.935,30
30	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	7.850,00
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	17.066,00
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	20.789,00
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	23.174,20

7.2. Após análise crítica dos preços pesquisados, constituiu-se uma cesta de preços válida conforme Tabelas 10, 11 e 12, a partir das quais se definiu a metodologia através do calculo do Coeficiente de Variação (CV), para verificar o grau de homogeneidade das amostras.

7.2.1. Nos resultados com percentual **menor que 25,99% (vinte e cinco e noventa e nove por cento)** as amostras foram consideradas homogêneas e adotou-se a **média** do valores, com base no inciso I, § 2º, art.6º da IN. A qual foi utilizada nos itens 12 a 16, 20 a 25, 27 e 28.

7.2.2. Já nos resultados com percentual **maior que 25,99% (vinte e cinco e noventa e nove por cento)** as amostras foram consideradas menos homogêneas (heterogêneas) e adotou-se a **mediana** do valores. A qual foi utilizada nos itens 1 a 11, 17 a 19, 26, 29 e 30.

7.3. Os cálculos da metodologia acima são apresentados nas Tabelas 13, 14 e 15.

Tabela 13 - Obtenção do preço de referência, aplicada a fórmula de coeficiente de variação

LOTE 1 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS								
ITEM	Parâmetro	Fonte de consulta	Valor Unitário (R\$)	Média	Mediana	Menor Preço	Desvio Padrão	Variância
1	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00	14.042,57	13.040,00	8.944,00	5.666,77	40,35%
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	20.143,71					
2	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	10.125,00	14.473,32	14.300,00	10.125,00	4.437,52	30,66%
	II	CONTRATO 21/2024 - INSTITUTO TÉCNICO-CIENTÍFICO DE PERÍCIA RN	14.300,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	18.994,96					
3	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00	13.967,84	13.040,00	8.944,00	5.546,28	39,71%
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.919,52					
4	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00	13.967,84	13.040,00	8.944,00	5.546,28	39,71%
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00					

	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.919,52					
5	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00	14.304,00	13.040,00	8.944,00	6.091,17	42,58%
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00					
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00					
6	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00	13.818,38	13.040,00	8.944,00	5.306,57	38,40%
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.471,15					
7	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00	13.706,29	13.040,00	8.944,00	5.128,00	37,41%
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.134,87					
8	I	SENADO - P.E. 90077/2024	8.944,00	13.818,38	13.040,00	8.944,00	5.306,57	38,40%
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	13.040,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.471,15					
9	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	16.000,00	23.226,85	22.423,00	16.000,00	6.733,96	28,99%
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	20.928,00					
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	23.918,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	32.061,38					
10	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	16.000,00	25.295,60	26.560,50	16.000,00	7.055,72	27,89%
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	23.918,00					
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	32.061,38					
11	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	16.000,00	25.743,97	26.560,50	16.000,00	7.660,09	29,75%
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	23.918,00					
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	33.854,88					
12	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	7.395,00	9.582,35	9.520,00	7.395,00	2.219,19	23,16%
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	9.520,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	11.832,06					
13	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	7.395,00	10.128,14	10.709,00	7.395,00	2.493,97	24,62%
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	10.709,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	12.280,43					

Tabela 14 - Obtenção do preço de referência, aplicada a fórmula de coeficiente de variação

LOTE 2 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS COM CÂMERAS EMBARCADAS								
ITEM	Parâmetro	Fonte de consulta	Valor Unitário (R\$)	Média	Mediana	Menor Preço	Desvio Padrão	Variância
14	II	SEJUSP MG - CONTRATO 9458916/2025	10.659,22	12.344,69	11.221,41	10.659,22	2.519,66	20,41%
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	10.816,67					

	II	SESP-MT CONTRATO 068/2025	10.992,81					
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	11.450,00					
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	12.949,44					
	II	GOVERNO DO AMAZONAS - ARP 0075/2025-1	17.200,00					
15	II	SEJUSP MG - CONTRATO 9458916/2025	10.659,22	12.344,69	11.221,41	10.659,22	2.519,66	20,41%
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	10.816,67					
	II	SESP-MT CONTRATO 068/2025	10.992,81					
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	11.450,00					
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	12.949,44					
	II	GOVERNO DO AMAZONAS - ARP 0075/2025-1	17.200,00					
16	II	SEJUSP MG - CONTRATO 9458916/2025	10.659,22	12.344,69	11.221,41	10.659,22	2.519,66	20,41%
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	10.816,67					
	II	SESP-MT CONTRATO 068/2025	10.992,81					
	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	11.450,00					
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	12.949,44					
	II	GOVERNO DO AMAZONAS - ARP 0075/2025-1	17.200,00					
17	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	7.395,00	10.128,40	8.617,36	7.395,00	2.995,12	29,57%
	II	CONTRATO N61/SMST/CAPP/2025 - PREFEITURA BOA VISTA	8.208,33					
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	8.617,36					
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	11.899,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	14.522,31					
18	II	MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE - EDITAL 1/2025	16.000,00	26.607,53	28.524,00	16.000,00	7.453,92	28,01%
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	27.845,00					
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	29.203,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	33.382,13					
19	II	5º TAC SESDEC - CONTRATO 173/2020	10.339,27	16.986,76	18.829,00	10.339,27	5.944,46	34,99%
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	18.829,00					
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	21.792,00					

Tabela 15 - Obtenção do preço de referência, aplicada a fórmula de coeficiente de variação

LOTE 3 - VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS								
ITEM	Parâmetro	Fonte de consulta	Valor Unitário (R\$)	Média	Mediana	Menor Preço	Desvio Padrão	Variância
20	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00	19.463,44	19.530,00	19.165,00	271,36	1,39%
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	19.530,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.695,33					
21	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	18.322,00	18.687,13	18.574,40	18.322,00	432,66	2,32%
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	18.574,40					

	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00					
22	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	18.574,40	19.089,80	19.165,00	18.574,40	482,22	2,53%
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00					
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	19.530,00					
	IV							
23	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00	19.493,38	19.471,15	19.165,00	340,05	1,74%
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.471,15					
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	19.844,00					
	IV							
24	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00	19.659,38	19.471,15	19.165,00	610,66	3,11%
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.471,15					
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	20.342,00					
	IV							
25	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	19.165,00	19.589,11	19.695,33	19.165,00	382,23	1,95%
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	19.695,33					
	V	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	19.907,00					
26	II	SESP-MT CONTRATO 037/2025	5.180,45	8.665,20	8.712,05	5.180,45	2.996,89	34,59%
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	7.428,10					
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	9.996,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	12.056,24					
27	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	25.892,00	28.083,02	27.441,00	25.892,00	2.572,83	9,16%
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	27.441,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	30.916,07					
	IV							
28	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	26.522,00	28.293,02	27.441,00	26.522,00	2.317,63	8,19%
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	27.441,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	30.916,07					
	IV							
29	II	SESP-MT CONTRATO 037/2025	5.180,45	8.358,46	8.659,05	5.180,45	2.578,83	30,85%
	II	PREFEITURA DE CABEDELO - ARP. 00007/2025	7.428,10					
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	9.890,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	10.935,30					
30	I	CÂMARA DOS DEPUTADOS P.E. 90077/2024	7.850,00	17.219,80	18.927,50	7.850,00	6.733,27	39,10%
	IV	CS BRASIL - CNPJ.: 27.595.780/0001-16	17.066,00					
	IV	ROVEMA CNPJ.: 07.451.844/0001-06	20.789,00					
	IV	NOVA OPÇÃO LOCADORA - CNPJ.: 30.083.123/0001-02	23.174,20					

7.4. Após a aplicação da metodologia através do calculo do Coeficiente de Variação (CV), os preços de referências são apresentados nas Tabelas 16, 17 e 18.

Tabela 16 - Preço de referência utilizados para o Lote 1

LOTE 1 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS			
Item	Descrição	Metodologia	Valor Unitário (R\$)
1	PICK UP CARACTERIZADA	Mediana	13.040,00
2	PICK UP CARACTERIZADA (CABINE SIMPLES) PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES	Mediana	14.300,00

3	PICK UP CARACTERIZADA COM SUPORTE DE ESCADA	Mediana	13.040,00
4	PICK UP CARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	Mediana	13.040,00
5	PICK UP CARACTERIZADA	Mediana	13.040,00
6	PICK UP CARACTERIZADA	Mediana	13.040,00
7	PICK UP CARACTERIZADA	Mediana	13.040,00
8	PICK UP CARACTERIZADA	Mediana	13.040,00
9	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES	Mediana	22.423,00
10	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES	Mediana	26.560,50
11	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES	Mediana	26.560,50
12	SUV CARACTERIZADO	Média	9.582,35
13	SUV CARACTERIZADO	Média	10.128,14

Tabela 17 - Preço de referência utilizados para o Lote 2

LOTE 2 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS COM CÂMERAS EMBARCADAS			
Item	Descrição	Metodologia	Valor Unitário (R\$)
14	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	Média	12.344,69
15	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	Média	12.344,69
16	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	Média	12.344,69
17	SUV CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	Mediana	8.617,36
18	SUV CARACTERIZADO 4X4 COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	Mediana	28.524,00
19	FURGÃO CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	Mediana	18.829,00

Tabela 18 - Preço de referência utilizados para o Lote 3

LOTE 3 - VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS			
Item	Descrição	Metodologia	Valor Unitário (R\$)
20	PICK UP DESCARACTERIZADA	Média	19.463,44
21	PICK UP DESCARACTERIZADA	Média	18.687,13
22	PICK UP DESCARACTERIZADA	Média	19.089,80
23	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	Média	19.493,38
24	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	Média	19.659,38
25	PICK UP DESCARACTERIZADA	Média	19.589,11
26	SUV DESCARACTERIZADO	Mediana	8.712,05
27	SUV DESCARACTERIZADO 4X4	Média	28.083,02
28	SUV DESCARACTERIZADO 4X4	Média	28.293,02
29	SUV DESCARACTERIZADO	Mediana	8.659,05
30	FURGÃO DESCARACTERIZADO	Mediana	18.927,50

7.5. Após a definição dos valores referenciais definidos na **Tabelas 16, 17 e 18** e considerando o quantitativo máximo e mínimo a serem adquiridos, teremos abaixo as **Tabelas 19, 20 e 21 para Valores Máximos Estimados da Contratação** e **Tabela 22, 23 e 24 para Valores Mínimos Estimados da Contratação**.

Tabela 19 - Valor Máximo da Contratação para o Lote 1

LOTE 1 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	PICK UP CARACTERIZADA	3	13.040,00	39.120,00
2	PICK UP CARACTERIZADA (CABINE SIMPLES) PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES	5	14.300,00	71.500,00
3	PICK UP CARACTERIZADA COM SUPORTE DE ESCADA	1	13.040,00	13.040,00
4	PICK UP CARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	36	13.040,00	469.440,00
5	PICK UP CARACTERIZADA	15	13.040,00	195.600,00
6	PICK UP CARACTERIZADA	75	13.040,00	978.000,00
7	PICK UP CARACTERIZADA	10	13.040,00	130.400,00
8	PICK UP CARACTERIZADA	200	13.040,00	2.608.000,00
9	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES	2	22.423,00	44.846,00
10	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES	1	26.560,50	26.560,50
11	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES	10	26.560,50	265.605,00
12	SUV CARACTERIZADO	34	9.582,35	325.799,90
13	SUV CARACTERIZADO	11	10.128,14	111.409,54
VALOR (R\$) TOTAL MENSAL				5.279.320,94
VALOR (R\$) TOTAL ANUAL				63.351.851,28
VALOR (R\$) TOTAL P/ 60 MESES				316.759.256,40

Tabela 20 - Valor Máximo da Contratação para o Lote 2

LOTE 2 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS COM CÂMERAS EMBARCADAS				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
14	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	20	12.344,69	246.893,80
15	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	175	12.344,69	2.160.320,75
16	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	15	12.344,69	185.170,35
17	SUV CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	19	8.617,36	163.729,84
18	SUV CARACTERIZADO 4X4 COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	30	28.524,00	855.720,00
19	FURGÃO CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	2	18.829,00	37.658,00
VALOR (R\$) TOTAL MENSAL				3.649.492,74
VALOR (R\$) TOTAL ANUAL				43.793.912,88
VALOR (R\$) TOTAL P/ 60 MESES				218.969.564,40

Tabela 21 - Valor Máximo da Contratação para o Lote 3

LOTE 3 - VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
20	PICK UP DESCARACTERIZADA	74	19.463,44	1.440.294,56
21	PICK UP DESCARACTERIZADA	10	18.687,13	186.871,30
22	PICK UP DESCARACTERIZADA	5	19.089,80	95.449,00
23	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	2	19.493,38	38.986,76

24	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	1	19.659,38	19.659,38
25	PICK UP DESCARACTERIZADA	35	19.589,11	685.618,85
26	SUV DESCARACTERIZADO	15	8.712,05	130.680,75
27	SUV DESCARACTERIZADO 4X4	10	28.083,02	280.830,20
28	SUV DESCARACTERIZADO 4X4	10	28.293,02	282.930,20
29	SUV DESCARACTERIZADO	4	8.659,05	34.636,20
30	FURGÃO DESCARACTERIZADO	5	18.927,50	94.637,50
VALOR (R\$) TOTAL MENSAL				3.290.594,70
VALOR (R\$) TOTAL ANUAL				39.487.136,40
VALOR (R\$) TOTAL P/ 60 MESES				197.435.682,00

Tabela 22 - Valor Mínimo da Contratação para o Lote 1

LOTE 1 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	PICK UP CARACTERIZADA	1	13.040,00	13.040,00
2	PICK UP CARACTERIZADA (CABINE SIMPLES) PARA TRANSPORTE DE CADÁVERES	3	14.300,00	42.900,00
3	PICK UP CARACTERIZADA COM SUPORTE DE ESCADA	1	13.040,00	13.040,00
4	PICK UP CARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	1	13.040,00	13.040,00
5	PICK UP CARACTERIZADA	5	13.040,00	65.200,00
6	PICK UP CARACTERIZADA	5	13.040,00	65.200,00
7	PICK UP CARACTERIZADA	5	13.040,00	65.200,00
8	PICK UP CARACTERIZADA	5	13.040,00	65.200,00
9	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES	1	22.423,00	22.423,00
10	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES	1	26.560,50	26.560,50
11	SUV CARACTERIZADO PARA TRANSPORTE DE CÃES	1	26.560,50	26.560,50
12	SUV CARACTERIZADO	1	9.582,35	9.582,35
13	SUV CARACTERIZADO	1	10.128,14	10.128,14
VALOR (R\$) TOTAL MENSAL				438.074,49
VALOR (R\$) TOTAL ANUAL				5.256.893,88
VALOR (R\$) TOTAL P/ 60 MESES				26.284.469,40

Tabela 23 - Valor Mínimo da Contratação para o Lote 2

LOTE 2 - VEÍCULOS CARACTERIZADOS COM CÂMERAS EMBARCADAS				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
14	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	5	12.344,69	61.723,45
15	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	15	12.344,69	185.170,35
16	PICK UP CARACTERIZADA COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	2	12.344,69	24.689,38
17	SUV CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	1	8.617,36	8.617,36
18	SUV CARACTERIZADO 4X4 COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	1	28.524,00	28.524,00
19	FURGÃO CARACTERIZADO COM CELA PARA TRANSPORTE DE CUSTODIADO	1	18.829,00	18.829,00

VALOR (R\$) TOTAL MENSAL	327.553,54
VALOR (R\$) TOTAL ANUAL	3.930.642,48
VALOR (R\$) TOTAL P/ 60 MESES	19.653.212,40

Tabela 24 - Valor Mínimo da Contratação para o Lote 3

LOTE 3 - VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS				
Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
20	PICK UP DESCARACTERIZADA	2	19.463,44	38.926,88
21	PICK UP DESCARACTERIZADA	2	18.687,13	37.374,26
22	PICK UP DESCARACTERIZADA	2	19.089,80	38.179,60
23	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	1	19.493,38	19.493,38
24	PICK UP DESCARACTERIZADA COM CAPOTA DE FIBRA E SUPORTE DE ESCADA	1	19.659,38	19.659,38
25	PICK UP DESCARACTERIZADA	2	19.589,11	39.178,22
26	SUV DESCARACTERIZADO	1	8.712,05	8.712,05
27	SUV DESCARACTERIZADO 4X4	1	28.083,02	28.083,02
28	SUV DESCARACTERIZADO 4X4	1	28.293,02	28.293,02
29	SUV DESCARACTERIZADO	1	8.659,05	8.659,05
30	FURGÃO DESCARACTERIZADO	1	18.927,50	18.927,50
VALOR (R\$) TOTAL MENSAL				285.486,36
VALOR (R\$) TOTAL ANUAL				3.425.836,32
VALOR (R\$) TOTAL P/ 60 MESES				17.129.181,60

7.6. Para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos operacionais de médio porte, visando atender às necessidades da Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania e de suas Instituições vinculadas participantes deste certame licitatório, pelo **período de 60 (sessenta) meses**, estimou-se:

7.6.1. Com base na **Tabela 25**, estimou-se o **valor máximo** de **R\$ 733.164.502,80** (setecentos e trinta e três milhões, cento e sessenta e quatro mil quinhentos e dois reais e oitenta centavos).

Tabela 25 - Valores Máximos da Contratação

VALORES MÁXIMOS DA CONTRATAÇÃO				
Lote	Descrição	Valor Total Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)	Valor Total 60 meses (R\$)
1	VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS	5.279.320,94	63.351.851,28	316.759.256,40
2	VEÍCULOS CARACTERIZADOS COM CÂMERAS EMBARCADAS	3.649.492,74	43.793.912,88	218.969.564,40
3	VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS	3.290.594,70	39.487.136,40	197.435.682,00
VALOR TOTAL (R\$)		12.219.408,38	146.632.900,56	733.164.502,80

7.6.2. E com base na **Tabela 26**, estimou-se o **valor mínimo** de **R\$ 63.066.863,40** (sessenta e três milhões, sessenta e seis mil oitocentos e sessenta e três reais e quarenta centavos),

Tabela 26 - Valores Mínimos da Contratação

VALORES MÍNIMOS DA CONTRATAÇÃO				
Lote	Descrição	Valor Total Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)	Valor Total 60 meses (R\$)
1	VEÍCULOS CARACTERIZADOS SEM CÂMERAS EMBARCADAS	438.074,49	5.256.893,88	26.284.469,40

2	VEÍCULOS CARACTERIZADOS COM CÂMERAS EMBARCADAS	327.553,54	3.930.642,48	19.653.212,40
3	VEÍCULOS DESCARACTERIZADOS	285.486,36	3.425.836,32	17.129.181,60
VALOR TOTAL (R\$)		1.051.114,39	12.613.372,68	63.066.863,40

8. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 8.1. Os valores relacionados ao **Pregão 01/2025 do Município de Lucas do Rio Verde**, (0061648104) foram atualizados considerando a homologação dos itens (0064140248).
- 8.2. Quanto ao **Contrato 052/2024 PC/PA (0061643830)** na página 12, consta informação que o contrato tem vigência inicial de 36 (trinta e seis) meses com início na data de sua assinatura. A assinatura consta no dia **26/07/2024**, portanto encontra-se **vigente**. Além disso, verificamos a possibilidade de existir um Termo Aditivo, que também não foi encontrado, permanecendo assim os valores constantes no contrato.
- 8.3. Anexado o Termo Aditivo (0064139694) referente ao PE 90077/2024 - SENADO FEDERAL (0061644479), os preços foram mantidos.
- 8.4. Anexado o Termo Aditivo (0064139544) referente ao PE 90077/2024 - CAMARA DOS DEPUTADOS (0061645340), foram atualizados os preços.
- 8.5. Exluídas da pesquisa de preços a Ata 007/2024 (0061653233) e o Contrato 1.824/2024 (0061657011), pois já estavam vencidas.
- 8.6. Também exlcuída a pesquisa de preços do Pregão Eletrônico nº 90019/2024 - CINDERÔNDONIA (0061658962), pois teve seu vencimento em 16/09/2025.
- 8.7. Referente a exclusão da pesquisa realizada na empresa TB - CNPJ.: 60.924.040/0001-51 que enviou a proposta (0061667091), optamos por eliminá-la por não dispormos do comprovante de envio formal à empresa, não atendendo ao previsto no art. 23, §1º, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/2021:
- IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; (grifo nosso)

9. CONCLUSÃO

- 9.1. Após o envio da demanda desta Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC-RO para um maior número de empresas, com o objetivo de promover transparência no processo licitatório e estimular uma maior participação, conforme estabelecido nas normas e regulamentos pertinentes, recebemos formalmente propostas de 3 (três) empresas interessadas, somado a isso, foram realizadas pesquisas por meio dos sites governamentais, onde foi possível encontrar valores praticados por outros 13 (treze) procedimentos licitatórios.
- 9.2. Pelo exposto, na presente Nota Técnica de Pesquisa de Preços, certificamos que cada contratação utilizada nesta, encontram-se com contratos vigentes e/ou execução.

Elaboração da Nota Técnica:

LEILANE CRISTINA AMARAL

Gerência de Planejamento GEPLAN/SESDEC

ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO

Gerência de Logística GELOG/SESDEC

Revisão e Validação

GLEYDSTON JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA

Gerente de Planejamento da SESDEC

Ordenadores de Despesa

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO - CEL PM

Comandante Geral da PM RO

NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA - CEL BM

Comandante Geral do CBM RO

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado Geral da PC RO

DOMINGOS SÁVIO OLIVEIRA DA SILVA

Superintendente da POLITEC RO

FELIPE BERNARDO VITAL

Secretario de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

[1] BRASIL, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos / Secretaria de Gestão e Inovação / Diretoria de Normas e Sistemas de Logísticas. **Caderno de Logística**. Versão 1.0, Brasília: DELOG/SEGES/MGI, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/cadernos-de-logistica/midia/caderno-de-pesquisa-de-precos-2023_final.pdf/>. Acesso em: 26 de ago de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 17/09/2025, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEILANE CRISTINA AMARAL BARBOSA, Assessor(a)**, em 17/09/2025, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ERVENI CLEITON MODESTO MACHADO, Gerente**, em 17/09/2025, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleydston Jose Barros Ferreira da Silva, Gerente**, em 17/09/2025, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domingos Sávio Oliveira da Silva, Superintendente(a)**, em 17/09/2025, às 12:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 17/09/2025, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA, Comandante-Geral do CBMRO**, em 17/09/2025, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regis Wellington Braguin Silverio, Comandante-Geral da PMRO**, em 17/09/2025, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0064072243** e o código CRC **1C5014E2**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preço - SUPEL-CPEAP

RELATÓRIO

RELATÓRIO

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE

Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP

Processo nº: 0037.007245/2024-26

Relatório de pesquisa SEI: Nota Técnica 12 (0064072243) e Errata 0064786863

Unidade Demandante: Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC.

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de análise, quanto a aplicação dos critérios e metodologia referente a pesquisa de preços e elaboração do quadro estimativo de preços, com base na Lei 14.133/2021, Decreto Estadual 28.874/2024 e Instrução Normativa 01/2024/SUPEL/CPEAP, referente ao objeto processual que se trata de: **Registro de Preços para Contratação de Serviço de Locação de Veículos Operacionais destinados a atender SESDEC e as Forças Institucionais (Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Politec), pelo período de 60 meses, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e anexos.**

2. AVALIAÇÃO DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS

(Seção II da IN nº 01/2024/SUPEL-CPEAP)

A pesquisa de preços foi analisada com base nos parâmetros estabelecidos no art. 23, §1º, da **Lei nº 14.133/2021**, conforme demonstrado abaixo:

Quadro 1 – Parâmetros legais aplicados

Inciso	Fonte de pesquisa conforme Lei nº 14.133/2021	Atendido?
I	(PNCP, Banco de Preços, etc.)	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
II	Contratações similares realizadas pela Administração Pública (últimos 12 meses)	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
III	Dados de mídia especializada ou sítios de domínio amplo (com data e hora de acesso)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
IV	Cotações formais de no mínimo 3 fornecedores, com justificativa e validade inferior a 180 dias	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Quadro 2 – Verificação dos elementos formais das cotações (Instrução Normativa 01/2024, art. 5, IV) (Lei 14.133/2021 art. 23, IV)

Elemento da cotação	Atendido?
a) Descrição do objeto, valor unitário, total e unidade de medida	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
b) CNPJ/CPF do proponente	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
c) Endereço físico, eletrônico e telefone	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
d) Data de emissão	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
e) Nome e assinatura do responsável	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
f) Solicitação formal das cotações	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
g) Pesquisa direta com no mínimo 3 fornecedores	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
h) Justificativa da escolha do fornecedor	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Quadro 3 – Validade das pesquisas de preços
(Conforme art. 23, §1º, incisos I a IV da Lei nº 14.133/2021)

Fonte da Pesquisa	Tipo de Fonte	Data da Cotação ou Acesso	Dentro do Prazo?	Observações
CS BRASIL (0064787831)	Cotação de fornecedor (inc. IV – até 180 dias)	30/04/2025	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Sem observações.
ROVEMA (0064299401)	Cotação de fornecedor (inc. IV – até 180 dias)	09/09/2025	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Sem observações.
NOVA OPÇÃO LOCADORA (0061667102)	Cotação de fornecedor (inc. IV – até 180 dias)	26/05/2025	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Sem observações.
Ata nº 9/2025 e Ata 10/2025 MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE (0061648104) (0064140248)	Contratação pública (inc. II – até 1 ano)	12/02/2025	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Sem observações.
CONTRATO Nº 9458916/2025 SEJUSP/MG(0061649213)	Contratação pública (inc. II – até 1 ano)	04/04/2025	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Sem observações.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: RP 00007/2025 - PREFEITURA DE CABEDELO (0061652285)	Contratação pública (inc. II – até 1 ano)	21/03/2025	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Sem observações.
Contrato Nº 037/2025/SESP-MT (0064068787)	Contratação pública (inc. II – até 1 ano)	16/05/2025	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Sem observações.
Comtrato Nº 068/2025/SESP-MT; (0064068878)	Contratação pública (inc. II – até 1 ano)	15/07/2025	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Sem observações.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/ SMST/CAPP/2025 (0064068929)	Contratação pública (inc. II – até 1 ano)	30/01/2025	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Sem observações.
CONTRATO Nº 21/2024 (0064183698)	Contratação pública (inc. II – até 1 ano)	19/08/2024	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	A vigência do contrato é de 60 meses
Contrato 025/2024 /SEAD (0064287543)	Contratação pública (inc. II – até 1 ano)	24/06/2024	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	A validade do contrato é de 30 meses.
Termo aditivo CONTRATO Nº 173/PGE-2020 (0064286369)	Contratação pública (inc. II – até 1 ano)	19/09/2023	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Vigência de 30 meses.

Fonte da Pesquisa	Tipo de Fonte	Data da Cotação ou Acesso	Dentro do Prazo?	Observações
ATADEREGISTRODEPREÇOS Nº 0075/2025-1 GOVERNO DO AMAZONAS 0061656375	Contratação pública (inc. II até 1 ano)	11/03/2025	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Sem observações.
Contrato 052/2024 PC/PA (0061643830)	Contratação pública (inc. II – até 1 ano)	26/07/2024	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Foi verificado que a vigência do contrato é de 36 meses a contar da data de sua assinatura.
Painel de Preços (0061645614)	Composição com base pública (inc. I – mediana)	06/08/2024 20/06/024 08/01/2025	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	atualizada com o Termo Aditivo (0064139694)
Painel de Preços (0061644479) Contrato124/2024 (0064787118), atualizada com o Termo Aditivo (0064139694)	Composição com base pública (inc. I – mediana)	06/08/2024	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Sem observações.
Painel de Preços (0061645340)	Composição com base pública (inc. I – mediana)	08/01/2025	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Anexado o Termo Aditivo (0064139544)

3. **METODOLOGIA DE OBTENÇÃO DO PREÇO ESTIMADO**

(Seção III da IN nº 01/2024/SUPEL-CPEAP)

A metodologia declarada foi analisada conforme o art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL-CPEAP.

Quadro 3 – Avaliação da metodologia aplicada

Procedimento técnico	Aplicado corretamente?
Definição da metodologia (média, mediana ou menor valor)	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Exclusão de valores destoantes ($\pm 25,99\%$ sobre a média)	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Cálculo e verificação do Coeficiente de Variação ($CV < 25,99\%$)	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Consistência entre os dados da pesquisa e o quadro comparativo	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

4. **CONCLUSÃO DA ANÁLISE**

Art. 9º – Compete à CPEAP validar os critérios e metodologia das pesquisas.

Art. 10 – A validação técnica não substitui a aprovação do valor estimado.

Art. 12 – A aprovação do valor estimado cabe à autoridade competente da unidade demandante.

Quadro 4 – Parecer final

Critério analisado	Resultado
Conformidade dos critérios	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Conformidade da metodologia	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Validação da pesquisa (CPEAP)	<input checked="" type="checkbox"/> Validada <input type="checkbox"/> Não Validada

5. **CONCLUSÃO**

Frente aos aspectos técnicos que norteiam a pesquisa de preços, com fundamento nas Seções II e III da Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL e no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, foram avaliados os seguintes pontos:

- a) fontes consultadas;
- b) aspectos formais da pesquisa realizada junto a fornecedores;
- c) validade das pesquisas de preços;
- d) metodologia empregada na elaboração do quadro estimativo de preços;
- e) utilização do coeficiente de variação, nos termos do inciso I, § 2º, do artigo 6º da referida Instrução Normativa;
- f) consistência dos valores pesquisados em relação ao quadro estimativo de preços.

Diante da análise, não foram constatadas inconformidades em relação aos normativos citados.

Assim, considera-se validada a metodologia empregada na nota técnica apresentada.

6. OBSERVAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que a análise realizada restringiu-se aos aspectos formais da pesquisa de preços, com ênfase na aplicação dos critérios e metodologia estabelecidos, tendo como fundamento a Lei nº 14.133/2021 e a Instrução Normativa nº 01/2024/SUPEL. Não foram objeto de exame: (i) a aderência do descritivo pesquisado ao efetivamente solicitado para cada item; e (ii) a pertinência dos valores apresentados na Nota Técnica 12 (0064072243) e **Errata 0064786863** em relação aos preços praticados no mercado. Destaca-se, por fim, que a competência para análise e aprovação das pesquisas de preços é do órgão demandante, nos termos do artigo 10 da IN nº 01/2024/SUPEL.



Documento assinado eletronicamente por **Everton Lopes de Brito, Coordenador(a) de Pesquisa e Análise de Preços**, em 26/09/2025, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0064822316** e o código CRC **7AA155EF**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/202X/SUPEL_RO			
Origem:	Pregão Eletrônico nº 90***/2025		
Data da Homologação:	xx/xx/xxxx	Processo nº	XXXXXXXX
Órgão Participante:	XXXXXX		
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

1.

CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).

1.1.

A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.
2.

CLÁUSULA II – DO OBJETO

2.1.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.
3.

CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1.

A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.
4.

CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

4.1.

A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

4.2.

A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3.

As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.4.

O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

5. CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5.1. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.6. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.6.1. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.6.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

5.7. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.7.1. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

6. CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

6.1. Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante

vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

6.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

6.3. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

6.5. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

7. CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.2. Quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VII, o preço registrado será cancelado, em conformidade com o artigo 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

8. CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

8.2. É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

8.3. A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

8.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

8.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

9. CLÁUSULA IX - DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento, decorrente do objeto registrado nesta ata será efetuado conforme disposto no Edital e seus anexos.

10. CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

10.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

10.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei no 14.133, de 1º de abril de 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.

10.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.

11. **CLÁUSULA XI - DO FORO**

11.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE	REPRESENTANTE	CPF	TELEFONE

Márcia Carvalho Guedes
Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

Adriana Larissa da Silva Mendes Nascimento
Diretora Executiva/SUPEL

Márcia Rocha de Oliveira Francelino
Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Elaborado por:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

OFÍCIO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE DA ATA SOLICITANDO ADESÃO COMO INTERESSADO

[UNIDADE CONTRATANTE SOLICITANTE]

OFÍCIO Nº ____ / ____

[], [DATA DA EMISSÃO]

Prezado Gestor da Ata nº [Nº DA ATA] do(a) [ÓRGÃO GESTOR DA
ATA]

Nos termos do art. 86, §2º, inciso I da Lei 14.133/21, solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(s) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto na Lei 14.133/21.

Nº do item da Ata	Especificação	Quant. Adesão

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/202X/SUPEL_RO			
Origem:	Pregão Eletrônico nº 90245/2025		
Data da Homologação:	xx/xx/xxxx	Processo nº	0037.007245/2024-26
Órgão Participante:	Polícia Civil - PC		
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

1. **CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).**

1.1. A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

2. **CLÁUSULA II – DO OBJETO**

2.1. REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual Contratação de Serviço de Locação de Veículos Operacionais destinados a atender à SESDEC, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Politec na capital e interior do Estado, conforme especificações, condições gerais de fornecimento e execução contidas no presente Termo de Referência e anexos, pelo período de 60 meses.

3. **CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

4. **CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE**

4.1. A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.4. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

5. **CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO**

5.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços

- ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5.1. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.6. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.6.1. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.6.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

5.7. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.7.1. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

6. CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

6.1. Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

6.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

6.3. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

6.5. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

7. CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.2. Quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VII, o preço registrado será cancelado, em conformidade com o artigo

8. **CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

- 8.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.
- 8.2. É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.
- 8.3. A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.
- 8.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.
- 8.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

9. **CLÁUSULA IX - DO PAGAMENTO**

- 9.1. O pagamento, decorrente do objeto registrado nesta ata será efetuado conforme disposto no Edital e seus anexos.

10. **CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
- 10.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
- 10.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual nº28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.
- 10.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.

11. **CLÁUSULA XI - DO FORO**

- 11.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE	REPRESENTANTE	CPF	TELEFONE

MÁRCIA CARVALHO GUEDES
Coordenadora de Registro de Preços/SUPEL

MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO
Superintendente Estadual de Licitações/SUPEL

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0043.000767/2024-18

SEI nº 0059421591



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

OFÍCIO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE DA ATA SOLICITANDO ADESÃO COMO INTERESSADO

[UNIDADE CONTRATANTE SOLICITANTE]

OFÍCIO Nº ____/____

[], [DATA DA EMISSÃO]

Prezado Gestor da Ata nº [Nº DA ATA] do(a) [ÓRGÃO GESTOR DA
ATA]

Nos termos do art. 86, §2º, inciso I da Lei 14.133/21, solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(s) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto na Lei 14.133/21.

Nº do item da Ata	Especificação	Quant. Adesão

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE